



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ANIA PUPO VEGA

VOZES DAS POBREZAS DESDE O LESTE RURAL DE CUBA

FLORIANÓPOLIS

2021

ANIA PUPO VEGA

VOZES DAS POBREZAS DESDE O LESTE RURAL DE CUBA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutora em Sociologia Política.
Orientadora: Prof. Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo

FLORIANÓPOLIS

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pupo Vega, Ania

Vozes das pobrezaas desde o leste rural de Cuba / Ania
Pupo Vega ; orientadora, Maria Ignez Silveira Paulilo,
2021.

263 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Pobreza. 3. Gênero. 4. Leste
Cubano. 5. Espaço Rural. I. Paulilo, Maria Ignez Silveira.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Ania Pupo Vega
Vozes das pobres desde o leste rural de Cuba

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^ª Dr^ª Maria Ignez Silveira Paulilo
PPGSP/UFSC

Prof^ª Dr^ª Andrea Mazurok Schactae
IFPR

Prof^ª Dr^ª Karolyna Marin Herrera
NAF/UFSC

Prof^ª Dr^ª María de los Àngeles Arias Guevara
UFLA

Prof^ª Dr^ª Elizabeth Farias da Silva
PPGSP/UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Sociologia Política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof^ª Dr^ª Maria Ignez Silveira Paulilo
Orientadora

Florianópolis, 2021

A mi madre, por todos los rincones en que me habita(rá)

*A los pobres de la Tierra y en especial, a LAS pobres de la Tierra,
como un acto de “mi suerte echar”*

AGRADECIMENTOS

As palavras não serão suficientes se eu não tiver conseguido, de alguma forma, transmitir esses agradecimentos em momentos mais oportunos e agora, que tento patentear minha gratidão, considerarei qualquer esquecimento imperdoável. O texto é apenas um ponto de chegada nesta caminhada que envolveu momentos de estagnação, paradas, decepções, entusiasmos, desistências e, sobretudo, muitas vozes que construíram outros possíveis. É o momento em que o texto deixa de ser (se é que alguma vez o foi) uma obra própria para se abrir a outros olhares e julgamentos. Por isso sinto-me imensamente grata:

Ao meu professor Armando Pérez Yera, inspiração e caminho.

À minha orientadora Maria Ignez Paulilo, a quem a vida me deu como presente numa bela mistura de acolhimento e escuta, e daquela alegria cordial que só vem da sabedoria e da bondade. Dela aprendo que a alegria tem que marcar nossa caminhada.

A Fefa, minha mãe, pelas muitas maneiras como reproduzo o que aprendi com ela e dela. Pela agudeza, o humor, a força, as fraquezas, as saudades, a vida.

A Arturo, meu pai, por tudo o que dele me habita, sua vocação pelo humor, pela palavra e pela vida. Por aquela mistura de saudades e lembranças que o tango traz para mim.

A Turin, porque “cruce por la niñez imitando” ele; pelo seu jeito discreto de me amar; pelos seus silêncios que falam alto para mim tudo aquilo que ele não consegue colocar nas palavras. Por sua alegria ancestral.

A minhas sobrinhas: Ari, em quem tantas vezes me encontro entre seus livros, filmes, crônicas, palavras, poemas, sorrisos, como extensão daquele eu que parece querer perpetuar-se nela. A Laura, porque a ternura que a habita, inevitavelmente, me envolve e faz parecer que tudo é leve e possível. A Ania, pela alegria impetuosa que seus anos trazem e que invade tudo e a todos/as.

A Celly pela dedicação que nem sempre consigo compensar, pelo prazer com que desfruta cada passo desta minha caminhada como se fosse sua.

À memória de Ramira e Celia, minhas tias, de quem recebi as primeiras aulas feministas em que me inculcaram o valor do saber para a autonomia e a independência, e que estariam compartilhando, cheias de boa vontade, este momento comigo. A Felipito, Elaine, Arletty, Chano, Laly, Janettee, Ramiro, Robert, Miguel, Aleida, Alejandrina, Betty, Rubiel e Clarita por configurar essa família que me acolhe desde a confiança e o carinho.

Às amigas de tantos anos com que a vida me privilegia: a Yamileth pelo carinho e o acolhimento mesmo quando as alegrias me deixam; a Nildy pelos sorrisos que as lembranças

trazem; a Pedro pela alegria em cada encontro; a Diana, pela vida compartilhada nas tantas facetas que só fortaleceram laços e afetos; a Emiliana pela amizade de séculos em que não faltaram nunca seu abraço e sua acolhida, por me trazer de volta à realidade, diante da impotência de mudá-la para mim; a Anita pelos abraços mais apertados que eu já recebi e que continuo no intento, falido, de reproduzir e pela sua eterna vocação para a alegria; a Daine pelo abraço em que tudo se ressignifica, mesmo nos momentos em que a vida joga com fichas inesperadas; a Willy porque com ele aprendi que mesmo com “el alma con media zuela”, se é feliz; a Yovy pela mistura de misticismo e materialidade; a Ronel pela poesia e a cumplicidade; a Alejo pela bondade que o habita e a perpétua disposição para o abraço; a Virgen de quem aprendo a desafiar os desafios; a Jorgito pela leveza da sua presença; a María que me inspira até hoje na força transformadora do conhecimento e da amizade; a Tatiana por me lembrar que a alegria é regra e escolha na vida; a Aida pelos espaços compartilhados desde a alegria e o compromisso; a Hugo pela escuta embora nem sempre concordemos; a Walter pela sua alegria contagiosa e plena; a Andrea pela imensa bondade que a constitui e por abrir, incondicionalmente, as portas de sua amizade e de seu lar para mim.

Às amizades construídas na “vocacional”, em especial a Danilo, Javier, Adaris, Israel, Tania(s), Yamila, Leandro, Rita María, Mara e Elizardo, pelos aprendizados e o carinho; ao professorado todo, em particular a Roberto Gómez pela caminhada até o Turquino e os muitos ensinamentos. Às amizades construídas nos inesquecíveis anos da universidade nessa cidade “Santa e Clara”, e em especial ao meu grupo TODO pelos espaços que me permite(ra)m crescer, desde os erros e os acertos, pelas memórias compartilhadas e pela sua amizade que me constitui; ao professorado pelos aprendizados além das salas de aula em especial a Ibis, Arco (*in memoriam*), Cura, Cuqui, Alvaro e Melgarejo.

A Lydía, Edgar, Bradis e a toda equipe de trabalhadores/as, pacientes e familiares do Sanatorio de AIDS, em Holguín, por contribuir no meu batismo profissional e meu crescimento humano.

Ao professorado do Mestrado em Psicologia da Saúde na Escola Nacional de Saúde Pública em Havana, por me mostrarem novos horizontes profissionais, em especial a Chavela, Leonor (*in memoriam*), Jacinta, Grau, Rezik e Bayarre e às amizades construídas nessa caminhada: Lellanis, que me introduziu na prática do yoga, a Maria del Carmen, Liliana, Coralía (*in memoriam*), Iris e Joaquin, especialmente.

Ao coletivo de GEOCUBA, em especial a Pedro, Cary, Nilda, Curbelo, Kenia, Maricel, Leydis, Aliosha, Franco, Yuliet, Carlos (*in memoriam*), Gúidi, Yadira, Yirismay pelos aprendizados e as alegrias.

Ao coletivo do CITMA, pelos desafios e por me presentear com a amizade de Annia, Nayi, Sixto, Ana Rosa, Roberto; e em extensão ao Stephen pela amizade e o apoio em tantos anos e ao Centro Felix Varela, em especial a Leticia, Maricuzza, Liana e Maritza e também a Martha, Pretel, Thevoz, Raisia.

Na universidade de Holguín a Pepe Vega, Maribetxy, Carlos (l Chino), Zayli, Lisbeth, Nurys, Aurora, Elsie e Yurito, pela amizade, as trocas, os sorrisos e os aprendizados.

A Yuliuba, Dayma e Arisbel pela disposição para me orientar, pelas trocas e acolhidas afetuosas, pela amizade.

Em Hegoa, a Esther por me acolher na sua casa e pela sua amizade até hoje, mas também pelo apoio recebido nessa equipe e em especial de Luis Guridi, Carlos e Alfonso Dubois, e pela amizade construída na Espanha com Isabel, Pilar (*in mmoriam*), Carlos e Hernando; em Euskady-Cuba nas pessoas de Iñaky, Javier e especialmente a Patricia pela amizade e os desafios; na Universidade Federal de Paraná em Brasil ao Alfio Brandenburg, Marlene Tamanini, Ana Paula Martins e Roseli, especialmente, pelo acolhimento; na ACPA a Gallito, Miriam e Magnolia particularmente; no PMA a Chabeco e a Teresa.

Sou grata a todas as pessoas que me acompanharam na localidade de Maceo, participantes e funcionários e em especial a Daniel Vela, por me receber em sua casa incondicionalmente, recopilar informação, contatos e fotos, assim como me apoiar com a logística para garantir o trabalho de campo. Um agradecimento muito especial às pessoas do bairro “Cayo Alto” que conformaram a amostra da pesquisa pela bondade de me permitir mergulhar nas suas vidas.

A Yodalis, Deise, Karine, Renam e Mirella pelos (re)nascimentos.

À Monja Coen e a Pilar Sordo por me apresentar outros possíveis.

Às amigas com que o Brasil me presenteou e que preencheram espaços de alegrias e solidariedade: Melissa, Norma, Thami, Ricardo e ao professorado da UFSC pelos aprendizados e os desafios; à professora Elizabeth Farias Silva pela participação na banca da qualificação e da tese, pela dedicada revisão dos textos e pelas suas observações; às pessoas do Núcleo de Agricultura Familiar pelas trocas e os cafés compartilhados em tardes agradáveis e desenvolvedoras, especialmente a Karol, Cris, Jessica, Valmir, Vilénia, Hélio pela amizade além dos âmbitos acadêmicos; a Ivón pelos encontros sempre cordiais e pela amizade que continua a desafiar as fronteiras; a Alexandra, minha professora de yoga e o Kiko pela espiritualidade; a Vivi e a Fernando por me ensinar que a amizade pode nascer de breves encontros; a Celso pela sua valiosa ajuda na concepção e edição das fotografias.

A Oscar pelas “campanadas” estrondosas de seu riso e pela sua capacidade para ajudar; a Wanton pelo acolhimento; a Mariurka por compartilhar espaços nas múltiplas facetas pelas quais transitei e que fortaleceram os laços, pela incondicional disposição para me acompanhar e ao Liso, nosso “guarda costas”; a Claudia pela sua companhia e sua escuta que tornaram mais leves momentos desafiadores, a Xavier pelas múltiplas ajudas e pela escuta, a Paloma e a Paçoca pelas alegrias, pelos acolhimentos que me faz sentir em família; a Dony que descobre em meus olhares as tristezas que tento esconder de mim mesma, pelos cuidados e os sorrisos compartilhados e a Yoanky pelas longas conversas carregadas de literatura e poesia, pelas revisões do texto e da língua portuguesa em meio das tensões do tempo limitado e outros compromissos de trabalho, a vocês dois pela convivência; a Yardenis pelo convite a (re)descobrir-me em impensados privilégios e pela companhia; a Lourdes pelo acompanhamento e pelas trocas que me permitiram visões outras sobre meu/nosso país e sobre a amizade; a Luis pelo apoio em momentos definitivos; a Ivette pelas acolhidas.

A Levina, pelas conversas e as caminhadas pelo mar, pela palavra oportuna e a escuta atenta, pelas tantas mostras de carinho que chegavam em forma de pães, bolos, caipirinhas, chimarrão, livros, sorrisos, silêncios; ao Auri pelo elevado conceito da amizade; a Julio, Zafira e Agatha pelos acolhimentos; ao Ademir pela revisão de alguns de meus textos e pelo oferecimento da sua amizade.

A minha cidade de Holguín por permitir-me a surpresa de encontrar em qualquer dos seus recantos e nas suas praças com pessoas com quem partilhar um longo abraço, um café, uma conversa, um livro, um sorriso, uma conversa; experiência que só é possível nos seus espaços, dos quais senti saudades em todos os lugares que já visitei até hoje.

À CAPES pela oportunidade, pelo financiamento e o tempo que fizeram possível concretar esta tese, pelos aprendizados no Brasil.

RESUMO

A tese é um convite a refletir sobre a pobreza como fenômeno social em Cuba, no intuito de se juntar a outras vozes que, desde a academia, fraturam os silêncios e silenciamentos sobre o tema. No marco do estudo me proponho a dialogar com vozes da economia e da geografia feminista, assim como dos estudos de gênero, para trazer as categorias gênero e espaço e analisá-las dentre as múltiplas dimensões que configuram a pobreza, fraturando assim as concepções economicistas que têm dominado as abordagens da temática. A intencionalidade de contribuir a preencher o vazio nos estudos sobre pobreza rural, ainda mais aprofundado no leste do país, em que existem os mais baixos índices de desenvolvimento humano, argumenta a pertinência da pesquisa que busca compreender, a partir de uma perspectiva de gênero e de espaço, a configuração da pobreza. Para alcançar este propósito foram desenvolvidas entrevistas narrativas com pessoas do leste rural cubano. A pesquisa constata a autopercepção da pobreza nas pessoas, argumentada a partir das experiências sobre os significados atribuídos ao gênero e ao espaço rural. As análises dos vínculos de gênero e espaço apontam para a compreensão de suas interseções como agravante na estruturação do fenômeno. O predomínio de uma cultura que reproduz traços patriarcais em relação ao lugar das mulheres e dos homens no espaço projeta-se em experiências plurais a partir da confluência de marcadores sociais como a idade, o nível econômico e o status civil, fundamentalmente, que dão conteúdo a essas experiências. O trabalho feito pelas mulheres abarca várias perspectivas para as análises, e dado que as atividades reprodutivas são subestimadas e se naturaliza sua associação ao cotidiano das mulheres, essa dinâmica toda vira invisível e leva à percepção do “não trabalho” das mulheres, e em um apagamento das suas subjetividades focadas em reproduzir outras vidas. Os vínculos das pessoas com o espaço definem experiências negativas que o tornam no “não espaço” de vida. Na mistura dessas condições as mulheres, fundamentalmente, percebem que suas vidas acontecem de forma indesejável, e incitam a seus familiares mais jovens a sair dali para fazer suas vidas, o seja, para escapar da “não vida”. Algumas das ideias que a tese traz convidam a pensar a pobreza em Cuba como um fenômeno estrutural e situado, que requer a gestão do Estado para revertê-lo. Essa problematização contribui para tirar do lugar individual em que o fenômeno é colocado, e desvenda uma estruturação deste a partir das reiteradas e superpostas privações que definem o cotidiano das pessoas e que continua a concentrar, nas mulheres, os maiores impactos negativos e desvantagens. O estudo constata como as pessoas são afetadas diversamente pelo contexto, enquanto as diferenças espaciais/territoriais colocam marcas nos papéis e nas relações de gênero, nos usos diferentes dos espaços e nas experiências individuais. O valor analítico da categoria gênero permitiu (re)pensar o espaço como um marcador das desigualdades, conduzindo a enxergar, a partir dele, outros eixos sociais, além do gênero, povoados de desigualdade como a idade, o nível educacional, o status econômico, não apenas para torná-los visíveis e sim para colocá-los perpassando suas análises. O reconhecimento da pobreza impõe questões que fraturam as utopias que se gestam desde a mudança política e social, as utopias sobre a igualdade, a justiça social, a Cuba Socialista. O discurso sobre a pobreza projeta, em muitos aspectos, um discurso desobediente que, até hoje, não foi incorporado aos discursos políticos e midiáticos oficiais.

Palavras-chave: Pobreza; Gênero; Espaço Rural; Leste Cubano; Experiência.

ABSTRACT

This thesis invites us to reflect on poverty in Cuba as a social phenomenon and to bring together other voices from academia to break the silence and give voice to the silenced about this issue. In the framework of this study, I propose to dialogue with voices from economics and feminist geography, as well as from gender studies, to bring together the categories of gender and space and analyse them within the multiple dimensions that configure poverty, so fracturing the economist conceptions that have predominated in studies on this issue. The intention is that this research contributes to fill the empty space in studies on rural poverty, and in particular in Eastern Cuba, which has the lowest levels of human development, showing the relevance of research that aims to understand the configuration of poverty from a gender and space perspective. To achieve this goal, narrative interviews were conducted with people from rural Eastern Cuba. The research confirms people's self-perceptions of poverty based on their experiences of the meanings attributed to gender and rural areas. The gender-space analysis contributes to the understanding of its intersections as an aggravating factor in the structuring of the phenomenon. The predominance of a culture that reproduces patriarchal traits in relation to the place of women and men in space is projected in plural experiences from the confluence of social indexes such as age, social economic and marital status, fundamentally, giving content to those experiences. The work of women incorporates several perspectives for the analysis, and given that reproductive activities are underestimated and their association with the daily life of women is naturalised, this invisible dynamic drives the perception of women's "non-work", and of the invisibility of these subjectivities that are centred on reproducing the lives of others. The connection of people to space defines negative experiences and becomes a "non space" in life. In the interrelation of these conditions, women fundamentally perceive that their life passes in an undesirable way and they encourage their younger relatives to leave to make a better life and so escape from a "non-life". Some of the ideas raised in the thesis invite us to think about poverty in Cuba as a structural and situated phenomenon that requires state management to reverse it. This problematisation helps to remove the individual place in which the phenomenon is located and reveals its structure based on the repeated and superimposed deprivations that define people's daily lives and that continue to concentrate the greatest negative impacts and disadvantages on women. The study corroborates how people are affected differently by their context given the spatial and territorial differences that mark gender roles and relations, as well as the different uses of spaces and individual experiences. The analytical value of a gender and intersectional perspective allows a (re)thinking of space as a marker of inequalities, allowing us to see, in addition to gender, other social axes that are saturated with inequality such as age, educational level, social economic status, not just to make them visible, but to include them as part of the analysis. The recognition of poverty raises questions that fracture the utopias that have been constructed as part of the social and political change, the utopias about equality and social justice, so that the speech about poverty projects many forms, a disobedient speech that until today has not been incorporated into official political and media discourses.

Key words: Poverty; Gender; Rural Space; Eastern Cuba; Experience.

RESUMEN

La tesis invita a reflexionar sobre la pobreza como fenómeno social en Cuba para unirse a otras voces que, desde la academia, rompen los silencios y silenciamientos sobre el tema. En el marco del estudio, me propongo dialogar con voces de la economía y la geografía feminista, así como de los estudios de género para traer las categorías género y espacio y analizarlas dentro de las múltiples dimensiones que configuran la pobreza, fracturando así las concepciones economicistas que han predominado en los estudios sobre la temática. La intención de contribuir a llenar el vacío en los estudios sobre pobreza rural, aún más profundas en el oriente del país donde se encuentran los niveles más bajos de desarrollo humano, argumenta la relevancia de la investigación que busca comprender, desde una perspectiva de género y espacio, la configuración de la pobreza. Para lograr este propósito, se realizaron entrevistas narrativas con personas del oriente rural cubano. La investigación constata la autopercepción de la pobreza en personas argumentada a partir de sus experiencias sobre los significados atribuidos al género y al espacio rural. El análisis género-espacio contribuye para la comprensión de sus intersecciones como un factor agravante en la estructuración del fenómeno. El predominio de una cultura que reproduce rasgos patriarcales con relación al lugar de mujeres y hombres en el espacio se proyecta en experiencias plurales a partir de la confluencia de marcadores sociales que, como la edad, el nivel económico, el estado civil, fundamentalmente, dan contenido a esas experiencias. El trabajo de las mujeres engloba varias perspectivas para el análisis, dado que se subestiman las actividades reproductivas y se naturaliza su asociación con la vida cotidiana de las mujeres, esta dinámica se vuelve invisible y conduce a la percepción del “no trabajo” de las mujeres y a la invisibilidad de estas subjetividades centradas en reproducir otras vidas. Los vínculos de las personas con el espacio definen experiencias negativas que lo convierten en el “no espacio” de vida. En la interrelación de estas condiciones, las mujeres, fundamentalmente, perciben que su vida transcurre de forma indeseable y animan a sus familiares más jóvenes a salir de allí para hacer su vida, es decir, escapar de la “no vida”. Algunas de las ideas que plantea la tesis nos invitan a pensar en la pobreza en Cuba como un fenómeno estructural y situado que requiere de la gestión estatal para revertirlo. Esta problematización ayuda a remover el lugar individual en el que se ubica el fenómeno y devela su estructuración a partir de las reiteradas y superpuestas privaciones que definen la vida cotidiana de las personas y que continúan concentrando los mayores impactos negativos y desventajas en las mujeres. El estudio corrobora cómo las personas se ven afectadas de manera diferente por el contexto dado que las diferencias espaciales/territoriales marcan los roles y las relaciones de género, así como los diferentes usos de los espacios y las experiencias individuales. El valor analítico de la categoría género y la perspectiva interseccional permitió (re)pensar el espacio como marcador de desigualdades permitiendo ver, desde él, otros ejes sociales, además del género, saturados de desigualdad como la edad, nivel educativo, situación económica, pero no solo para hacerlos visibles, sino para atravesar los análisis. El reconocimiento de la pobreza impone interrogantes que fracturan las utopías que se han ido gestando a partir del cambio político y social, las utopías sobre la igualdad, la justicia social, la Cuba Socialista. El discurso sobre la pobreza proyecta, de muchas formas, un discurso desobediente que, hasta el día de hoy, no ha logrado incorporarse en los discursos políticos y mediáticos oficiales.

Palabras clave: Pobreza; Género; Espacio Rural; Oriente Cubano; Experiencia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Cuba. Província de Holguín.	24
Figura 2 – Mapa da província de HOLGUÍN. Município CACOCUM.....	25
Figura 3 – Cuba nas Américas.....	29
Figura 4 – Mapa de Holguín. Município CACOCUM.....	123
Figura 5 – Mapa dos Consejos Populares de Cacocum. “CUPEY”	136
Figura 6 – Mapa do bairro CAYO ALTO, Cupey.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cuba: estimativas da pobreza, 1988 - 2002	52
Quadro 2 – Perfis da população do bairro Cayo Alto	149
Quadro 3 – Salário médio mensal. CACOCUM	207
Quadro 4 – Produção agrícola por cultivos selecionados no setor estatal.....	209
Quadro 5 – Instituições de saúde e creches	220

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Família camponesa jogada na beira do caminho	39
Fotografia 2 – Família camponesa em condições de miséria.	40
Fotografia 3 – Pobreza na Cuba antes	41
Fotografia 4 – Situação crítica da atenção da saúde	44
Fotografia 5 – Caminho da entrada a CAYO ALTO.....	138
Fotografia 6 – Casa de Daniel Vela, em Maceo.	142
Fotografia 7 – Volanta, meio de transporte	142
Fotografia 8 – Trem passando pelo CACOCUM	144
Fotografia 9 – Entrada ao bairro CAYO ALTO.....	146
Fotografia 10 – Trechos do caminho até Cayo Alto.....	163
Fotografia 11 – Amapola “ajuda” com os animais.....	174
Fotografia 12 – Local destinado para lavar a roupa	177
Fotografia 13 – Fogões de lenha utilizados pelas mulheres do bairro.....	182
Fotografia 14 – Casas do bairro. Espaços interiores e exteriores.....	203

LISTA DE SIGLAS

ACPA – Associação Cubana de Produção Animal
AECI – Agência Espanhola para a Colaboração Internacional
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CAME – Conselho de Ajuda Mútua Econômica
CCS – Cooperativa de Créditos e Serviços
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CFV – Centro Félix Varela
CP – Conselho Popular
CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
CUM – Centro Universitário Municipal
EUA – Estados Unidos das Américas
EUSKADI-CUBA – Associação de amizade e solidariedade com Cuba, do País Basco, na Espanha
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (siglas em inglês)
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI – Fundo Monetário Internacional
GEM – Índice de Empoderamento das Mulheres (siglas em inglês)
HEGOA – Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento e Coperação Internacional do País Basco, na Espanha
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPF – Instituto de Planejamento Físico
IPG – Índice de Potenciação de Gênero
LP – Linha de pobreza
MIMP – Método Integral de Medição da Pobreza
MINAZ – Ministério do Açúcar
NAF – Núcleo de Agricultura Familiar
NBI – Necessidades Básicas não satisfeitas
OAR – Oscar Arnulfo Romero
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONEI – Oficina Nacional de Estatísticas e Informação

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDA – República Democrática Alemã

REA – Real Academia Espanhola

UBPC – Unidades Básicas de Produção Cooperativa

UHo – Universidade de Holguín

UJC – União de Jovens Comunistas

URSS – União de Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
AS MINHAS (DES)(RE)(CO)LOCAÇÕES	21
CAPÍTULO 1 – POBREZA EM CUBA: ENTRE SILÊNCIOS E EUFEMISMOS	33
1.1 – EXPLORANDO O RURAL EM CUBA	34
1.2 – PRINCIPAIS CONCEITOS	58
CAPÍTULO 2 – POBREZA E SUAS IMPLICAÇÕES COM O ESPAÇO E O GÊNERO	61
2.1 – A POBREZA E SUA POLIFONIA	61
2.1.1 – A CULTURA NOS ESTUDOS DE POBREZA	75
2.2 – O RURAL COMO ESPAÇO	80
2.2.1 – ESPAÇOS QUE PESAM	83
2.2.2 – A CUBA RURAL NO FOCO	93
2.2.3 – A POBREZA RURAL NA LENTE	99
2.2.4 – ASSUMINDO A GEOGRAFIA FEMINISTA	102
2.3 – GÊNERO E POBREZA	105
2.3.1 – A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: UM CONCEITO CONTROVERSO	110
CAPÍTULO 3 – O PERCURSO METODOLÓGICO	122
3.1 - NO CAMPO DE ESTUDO	140
CAPÍTULO 4 – LEITURAS DO NARRADO	156
4.1 – AS INTERLOCUÇÕES	156
4.2 – A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE O ESPAÇO COMO NOÇÃO ESTRUTURANTE DA POBREZA	157
4.2.1 – O ESPAÇO/O CAMINHO	162
4.2.2 – DENTRO E FORA DO LAR	167
4.3 – A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE A DIMENSÃO TEMPORAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO	179
4.4 – A PRODUÇÃO DAS NARRATIVAS SOBRE A EMIGRAÇÃO	184
4.5 – A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE A NOÇÃO DE PRIVAÇÕES MÚLTIPLAS	192
4.5.1 – ESCOLARIDADE	193
4.5.2 – A SAÚDE	197
4.5.3 – PARTICIPAÇÃO	203
4.5.4 – RENDA, SEGURANÇA, ALIMENTAÇÃO E VIOLÊNCIAS	207

4.6 – A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE SER MULHERES NO ESPAÇO RURAL	212
IDEIAS (IN)CONCLUSAS.....	225
ANEXOS	258

INTRODUÇÃO

INVENTARIO DE CARENCIAS

Ronel González Sánchez (CACOCUM, abril y 1971)

Yo no tuve ángel de guarda...

Juan Clemente Zenea: "Fidelia".

I

*Yo no tuve una ciudad
con caballos de madera
ni un hada que me dijera
qué hacer con la soledad.
Tuve sólo una ansiedad
incólume, por la escasa
luz, una triste mordaza
de tablas de palma, un grillo
ronco en el pecho y un trillo
para escapar de la casa.*

II

*Yo no tuve a Peter Pan
y Wendy en la cabecera.
Huck Finn en mis sueños era
una casa sin desván,
sin ouija ni talismán
ni amigos diciendo adiós.
No tuve un lobo feroz
ni abuela ni caperuza.
Tuve una infancia inconclusa
sin el auxilio de Dios.*

III

*Yo tuve un barco y la ausencia
de mi madre en el jardín,
un perro, un trompo, un violín
con dos cuerdas y la urgencia
de devolver la impaciencia*

*prestada. No tuve potros
ni hermanos ni libros de otros:
(Gulliver, Pillastre). Yo
no vi a Robinson Crusoe.
¡Qué pobres fuimos nosotros!*

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos
não é senão uma gota de água no mar.
Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.
(MADRE TERESA DE CALCUTÁ)

AS MINHAS (DES)(RE)(CO)LOCAÇÕES

Os estudos focados na temática da pobreza me encontraram, aos poucos, na minha trajetória como pesquisadora. Neste trabalho, tento expor como meus diálogos com os espaços rurais e as pessoas que os habitam começaram a (des)(re)construir, aos poucos, a arquitetura das minhas posições teóricas e empíricas, e trouxeram para o presente as minhas outras vozes (des)(re)configuradas daqueles ecos que também chegarão, tímidos ou intensos, no futuro em outras vozes ou no silêncio delas.

Essa caminhada possibilitou apropriar-me de categorias, conceitos e perspectivas que foram, a meu ver, gerando as condições para esta pesquisa, na qual me proponho como objetivo compreender como a pobreza é configurada nas experiências narradas por pessoas que vivem em um assentamento rural do leste de Cuba, a partir de uma perspectiva de gênero e de espaço. Para tanto, minhas próprias reflexões serão conformadas a partir das experiências (in)tensas de vozes outras e espaços diversos que continua(ra)m habitando-me.

Nas últimas duas décadas venho me interessando pelas realidades de grupos e pessoas em diversas situações de desvantagem. O que alimenta esse interesse? Alimenta-se em mim a crença de que são os temas que escolhem quem os investigará e não o contrário, como comumente se acredita.

As minhas primeiras vivências foram em pesquisas feitas em bairros e focos classificados pelo Instituto de Planificación Física¹ (IPF) de Cuba como insalubres². Na

¹ O nome das instituições cubanas aparecerá sempre em espanhol.

² Complexo habitacional que reúne mais de 50 casas (se é menor é denominado como foco), que surgiu geralmente da informalidade, sem levar em conta qualquer tipo de regulação urbana e arquitetônica. Caracteriza-se por ter uma qualidade ambiental marcadamente inferior ao contexto urbano mais próximo, ao qual pertencem

época, ano de 2003, eu atuava como funcionária no Departamento de Estudios Ambientales de uma empresa cubana em Holguín. Inicialmente, o foco dos estudos foi a variável da saúde, não como ausência de doenças, mas como um conceito que envolve outras dimensões. Enquanto o projeto avançava foi surgindo a necessidade de incorporar outras variáveis como habitação e educação, o que me permitiu aprofundar naqueles espaços a partir de uma perspectiva mais integral.

Para atingir os objetivos foram utilizadas entrevistas com informantes chave dos bairros, entre eles o/a médico/a da família, professores/as e outros funcionários, tanto das escolas quanto das associações comunitárias e instituições dos governos municipais. Também se realizaram observações nos bairros e entrevistas individuais com os moradores. A fotografia apoiava as narrativas sobre as problemáticas desvendadas e chegaram a conformar um arquivo discursivo de valor ímpar.

Entre as problemáticas mais frequentes se destacavam as precárias condições de vida da população, marcadas por problemas estruturais das rodovias de acesso, limitações do transporte, instável provimento de vários recursos, irregularidades nos serviços públicos, entre outras. Nosso foco não envolvia questões vinculadas com acessos a oportunidades econômicas, sociais e políticas, mas eram indicadores que emergiam nas entrevistas com as pessoas. Com frequência sentia que o tempo tinha parado para esses espaços, pois as realidades que transpareciam se associavam com o que para mim representava um “antes”, um “passado”. Percebia a existência de outra temporalidade no cotidiano rural, paralela, quando comparado com a realidade urbana.

As condições descritas não eram percebidas pelas pessoas como situação de precariedade, uma vez que atribuíam ao governo a responsabilidade pela sua solução. Igualmente, mostravam esperanças na implementação de transformações econômicas³ que vinham sendo anunciadas pelas autoridades cubanas. Observou-se, também, um marcado interesse de algumas pessoas nas políticas assistencialistas. Participei dessa pesquisa ao longo de quatro anos, tempo que me permitiu conhecer as diversas realidades de cada um dos municípios da província de Holguín. Essas imersões em espaços praticamente desconhecidos para mim, que se tornaram foco do meu interesse até hoje, me permitiram perceber as condições de desvantagem quando comparadas com os espaços urbanos com os quais eu

ou estão ligados. Não apresentam definições prévias de ruas e ordenamento das construções, faltam a totalidade ou parte de urbanizações (infraestrutura técnica, da energia elétrica, água, saneamento e níveis necessários de serviços sociais básicos, consultório médico, escola primária e loja de produtos básicos) (Dicionário CENITER, do IPF).

³ O estudo termina no ano de 2006, e ainda não tinham sido implementadas opções de trabalho privado e outras reformas que anos depois efetivaram-se no contexto da economia cubana.

estava familiarizada. As realidades daqueles espaços rurais anunciavam o vácuo de pesquisas sociológicas que permitissem abordagens integrais, tanto acadêmicas quanto políticas, voltadas à satisfação de necessidades da população.

Constatei nessa caminhada que, quanto mais profunda a ruralidade, menor o acesso às oportunidades. Desta forma, o espaço tornou-se uma categoria interessante para ser estudada. Na época não havia tido contato com as teorias de gênero, então eu não tinha como nomear aquilo que me incomodava, não tinha entendido ainda o espaço como um marcador social em que diferentes sentidos e significados, físicos e simbólicos, são depositados.

Percebi também a polissemia das palavras e os seus eufemismos. O conceito de insalubre, que era o foco inicial, por exemplo, tinha sido colocado pela instituição, mas aqueles espaços eram chamados também de marginais, precários ou periféricos, carregando as conotações dessas categorias. Outro ponto de aprendizado foi a discussão que incorporei sobre as classificações. Foi interessante compreender quem nomeava e como, o que além de um jogo de palavras, envolve a questão sociológica dos relacionamentos humanos. O lugar de onde foi nomeado o fenômeno resultou determinante, embora não fosse alvo da pesquisa. As questões das percepções sociais me inquietavam muito e não conseguia escapar das tentativas de interpretá-las.

Diante da dimensão da precariedade, percebia uma realidade desconhecida para mim, pelo menos em tamanha magnitude. Foi a partir das conversas com a Dra. María de los Angeles Arias Guevara⁴, que percebi que aquela realidade não cabia nos meus referenciais teóricos (nem pessoais, o que corroborei depois), uma realidade que me extravasava, e que me permitiu incorporar a categoria pobreza, uma pobreza com singularidades. Essas questões começaram a orientar minhas pesquisas, e seguem até hoje.

Eu considero esses anos (2003-2006) como marcantes na minha vida profissional e pessoal. Pela primeira vez, questionei-me sobre o desenvolvimento rural e sobre a maneira de serem implementadas as políticas sociais e econômicas, muito centralizadas em Cuba, cujas formas de gestão determinam a impossibilidade de um retorno visível para as localidades no país⁵.

⁴ A Dra. Maria Arias coordenava o Grupo de desenvolvimento local na Universidade de Holguín e era reconhecida no país pela sua perspectiva feminista, que aparecia perpassando as temáticas abordadas nos vários livros e artigos publicados em Cuba e no âmbito internacional.

⁵ Holguín, a província onde eu moro, tinha indústrias importantes dentro do país (açucareira, mineira, de ferramentas agrícolas, turística), além de um desenvolvimento social e cultural de destaque; e consitui a segunda província que mais contribui para a economia nacional, o que contrasta com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que apresenta – abaixo da média do país. A maioria de seus municípios é caracterizada como vulnerável ou muito vulnerável devido às suas condições de vida, incluindo o município de Cacocum, objeto desta pesquisa.

A partir de minha experiência de pesquisa vivenciei mudanças na concepção do mundo, na compreensão do socialismo (tal como estava-se construindo nas nossas condições singulares), e na visão do meu país. Eu tinha vivenciado desde muito cedo a situação de pobreza da minha família, que, imaginava, deveria ficar resolvida com o desenvolvimento do país (desde o nível macro) e ao me formar como psicóloga (nível micro, a partir do esforço e sucesso individual, uma ingênua noção de meritocracia). Mas todo projeto imaginado foi interrompido pela crise dos anos de 1990, e resultou muito difícil para mim atribuir novos significados e sentidos a uma realidade social muito própria, familiar e pessoal. Penso nesse ano como o responsável pelas minhas escolhas profissionais e pessoais.

Interessavam-me as questões sociais e políticas, em particular as de minha província como localidade; pensava que o aporte ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional de Holguín não constituía um retorno compensatório para o território. Essas preocupações foram de certa forma resolvidas quanto tive a oportunidade de trabalhar no Departamento de Desarrollo Local adscrito à Universidad de Holguín. Nessa época, no ano de 2009, já tinha decidido desenvolver minhas pesquisas sobre pobreza rural com foco nas relações de gênero, uma perspectiva na qual encontrei argumentos para antigas (pre)ocupações e (in)certezas.

Figura 1 – Mapa de Cuba. Província de Holguín.



Fonte: Google Maps

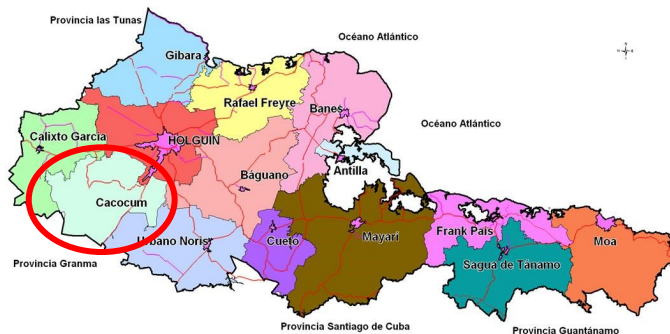
Os meus primeiros contatos com espaços rurais a partir da nova posição profissional foram no povoado de Maceo⁶, centro urbano de Cacocum⁷, município da Província de Holguín⁸, atuando de forma integral na Universidad de Holguín (UHo).

⁶ O Consejo Popular (CP) “Maceo” toma o nome do engenho açucareiro Antonio Maceo (general das lutas pela independência). CP é uma nomeação que responde a um órgão local do Poder Popular e inclui uma certa demarcação territorial. Apoiar a Asamblea Municipal del Poder Popular no exercício de seus poderes e facilitar um melhor conhecimento e atenção às necessidades e interesses dos habitantes de sua área de atuação. O CP “Antonio Maceo” pertence ao município Cacocum, localizado ao sul da província de Holguín.

⁷ Município do sul da província de Holguín.

⁸ Província do leste cubano.

Figura 2 – Mapa da província de HOLGUÍN. Município CACOCUM



Fonte: Google Maps

O objetivo era concretizar atividades de sensibilização e treinamento sobre questões de gênero no âmbito de um projeto internacional com o Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional (HEGOA), do País Basco na Espanha. A minha participação se concentraria na realização de um Diagnóstico Participativo de Gênero na localidade, que desvendou desigualdades de gênero nas comunidades pesquisadas sobre a base das desequilibradas relações de poder que são projetadas pela cultura patriarcal (PUPO VEGA; GONZÁLEZ; MATA, 2011).

Meu conhecimento sobre o processo de reconversão da indústria açucareira⁹, no qual ficavam imersos aqueles espaços, limitava-se às notícias oficiais e à consternação de uma amiga¹⁰ que pesquisa o patrimônio arquitetônico das comunidades nascidas nas redondezas das usinas açucareiras. As visitas frequentes às comunidades me sensibilizaram muito na compreensão do impacto que, sobre as subjetividades, teve o encerramento das usinas.

⁹ Transformações na indústria açucareira que incluíram o fechamento de 70 das 156 usinas de açúcar no país. Entre suas causas Forteza, Vilariño e Perón (2008) referem “la desaparición del campo socialista y el recrudescimiento del embargo de los Estados Unidos a inicios de los 90 puso en crisis el funcionamiento de las relaciones económicas y comerciales de Cuba, en particular, por la brusca e inesperada reducción de su capacidad de comercio exterior. El sector azucarero, al igual que el resto de los sectores del país, se vio sometido a extraordinarias limitaciones financieras y dificultades comerciales. Por primera vez en su historia, Cuba se ve en la necesidad de comercializar el total de sus exportaciones de azúcar, fuera de todo acuerdo preferencial. Necesidad de adecuación a las nuevas fuentes de suministros contracción de los precios en el mercado internacional lo cual genera una reducción en la capacidad de compra así como la disminución de los recursos disponible. La reducción de la disponibilidad de recursos para atender los requerimientos del sector, tuvo una marcada incidencia negativa, especialmente por la forma abrupta en que se produjo esta disminución. La disminución de la inversión afectó las reparaciones de los ingenios, las industrias de apoyo y el sistema de transporte ferroviario azucarero. Proceso de descapitalización de todas las actividades que integran el sistema del Ministerio del Azúcar (MINAZ). Reducciones sucesivas experimentadas por la producción azucarera no sólo determinaron la disminución de los volúmenes de ingresos por concepto de exportación de azúcar, sino que ello significó la pérdida de una parte importante de los flujos de financiamiento”. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/oidles/04/rcd.htm>

¹⁰ Refiro-me à Profa. Dra. Diana María Cruz Hernández, que estuda há mais de 30 anos a arquitetura das comunidades açucareiras na região leste do país.

Além dos objetivos do diagnóstico, eu percebia uma problemática maior que envolvia a vida toda das pessoas e estava interessada em conhecê-la através das vozes autênticas de quem vive nessas localidades. Fiquei atenta a tudo o que tinham para me contar¹¹. Para esse fim, usei técnicas para recolher os dados focada nos trechos das memórias pessoais, mergulhei nas emoções, experiências do momento em que viviam e viveram, da história construída a partir de “suas histórias.”¹²

As vozes¹³ das pessoas envolvidas nesses processos trouxeram a categoria pobreza. Foi muito interessante constatar que essas vozes eram fundamentalmente das crianças, que afirmavam o fato de se sentirem pobres. Mas por que as crianças enunciaram essa categoria? No meu entendimento, elas possuíam uma experiência não contaminada pelos cristalizados discursos da igualdade. A autopercepção de pobreza começava a configurar-se e a expressar-se.

Um resultado da vasta informação obtida durante os meses de pesquisas envolveu um olhar para as transformações percebidas nas masculinidades daqueles espaços, onde se tentava diversificar um setor masculinizado vinculado à produção agrícola (MARTÍNEZ; PUPO VEGA; PÉREZ, 2013). É importante sublinhar também a influência dos projetos internacionais desenvolvidos com forte ênfase na redução das brechas de gênero existentes, entre os que se destaca a associação basca EUSKADI-CUBA¹⁴, que trouxeram a proposta de uma concepção de desenvolvimento rural sob uma perspectiva de equidade social e de gênero e que permitiram aprofundar no conhecimento dos contextos.

¹¹ Segundo Benjamin (1994), cada momento vivido transforma-se em um compromisso na agenda, isto é, que a vida “vivida” se torna uma passagem da história e de interesse para a pesquisa.

¹² Inspirada pelas vivências das pessoas sobre o fechamento do engenho e o impacto na identidade das comunidades vinculadas à produção de açúcar, escrevi o artigo intitulado “Cambio, luego ¿existió?”, que faz parte do livro intitulado “Trabajo y sociedad en comunidades azucareras”, em vias de publicação pela Editorial Nuevo Milenio, em Cuba, 2021.

¹³ A partir do reconhecimento da influência das ideias de Bakhtin (2013), Deysi García (2019) coloca uma definição da categoria “vozes” com a qual eu concordo. A autora compreende as vozes como “ideias, concepções do mundo, que se expressam em relações dialógicas, que têm a liberdade de se movimentar, de agir nos tempos e espaços, de participar ativa e responsavelmente no devir, com independência, coexistindo com outras vozes, gerando sentidos diversos numa relação de responsabilidades. As vozes contêm em si mesmas outras vozes, que dialogam com os tempos. Essas vozes podem-se expressar de diversas maneiras, umas são escutadas com maior força, outras ainda não se ouvem com clareza, permanecem latentes, não pronunciadas, como barulhos que visam ao futuro, que esperam os tempos e os espaços sociais, culturais, históricos, propícios para (re)nascem” (GARCÍA, 2019, p. 35). Essa definição abrange o caráter dinâmico que as vozes carregam e as inclusões de outras vozes que as (re)configuram no realinhamento de significados múltiplos. O conceito que a autora propõe está perpassado por tempos e espaços, categorias de interesse para minha pesquisa, que contribuem para a possibilidade de leituras diversas dessas vozes a partir dos tempos e espaços onde (re)surgem.

¹⁴ Associação basca de amizade e solidariedade com Cuba, que coordenou projetos com a Universidade de Holguín dos quais participei como parte do Núcleo de estudos de gênero desta instituição. Atualmente mantenho vínculos com a Associação desde o voluntariado.

Entre os anos de 2011 e 2012, a estadia na Universidade de Bilbao, na Espanha, através da Agência Espanhola para a Colaboração Internacional (AECI) com a assessoria do Dr. Luis Guridi¹⁵, marcou uma virada importante nas minhas concepções sobre o desenvolvimento, os feminismos e a perspectiva de gênero atravessando essas visões. Os intercâmbios com o corpo docente de alto nível acadêmico e especialização no tema da pobreza, como o Dr. Alfonso Dubois¹⁶, me permitiram aprofundar a temática e aguçar meus olhares sobre a configuração da pobreza e as desigualdades, entre outros fenômenos sociais, e suas singularidades na sociedade cubana. Por meio de análises perpassadas pela perspectiva de gênero, as consequências diferenciadas para homens e mulheres das desvantagens sociais foram ganhando clareza para mim.

Ao retornar para Cuba, desenvolvi pesquisas a partir de estudos de casos em comunidades rurais (PUPO VEGA, 2011, 2013a, 2015, 2017) e periféricas (PUPO VEGA; RODRÍGUEZ, 2012; PUPO VEGA; ALMAGUER, 2013b) em Holguín, já com foco na pobreza. O espaço continuava a ser uma categoria importante para as análises, e em alguns casos marca os limites do que é considerado como rural ou periférico. Assim, aqueles espaços localizados fora do definido como urbano mostravam menores oportunidades e acessos aos serviços de saúde, educação, esporte e cultura, e também possuíam evidentes desvantagens econômicas pelas limitadas fontes de emprego e outras atividades que envolvem a gestão pública em geral. Essas realidades me permitiram leituras desde uma perspectiva de gênero que resultaram interessantes para futuras abordagens mais amplas e aprofundadas.

Nas imersões na periferia urbana, as pesquisas desvendaram a presença de pobreza a partir da confluência de múltiplas necessidades básicas insatisfeitas, entre as quais se destacam: sérios problemas com o estado da construção da moradia, um grande número de domicílios com chão de terra, altas taxas de superlotação, déficit de água para o consumo humano e as dinâmicas domésticas, baixo nível de escolaridade em pessoas adultas, déficit e deterioração acentuada da mobília e equipamentos de eletrodomésticos, entre outros (PUPO VEGA; ALMAGUER, 2013b).

Os resultados obtidos faziam transparecer a pobreza como um fenômeno que precisava ser analisado não apenas pelas abordagens economicistas, mas por perspectivas multidimensionais que abarquem a privação de capacidades humanas, de direitos e de gênero,

¹⁵ No período, o Dr. Guridi era o Presidente do Instituto HEGOA e Diretor do Mestre Desenvolvimento e Cooperação Internacional da Universidade do País Basco. Pesquisava, fundamentalmente, questões do Desenvolvimento Humano e Economia.

¹⁶ Especialista em desenvolvimento, economista e professor universitario; reconhecido na Espanha e no âmbito internacional pelos inúmeros artigos e livros sobre temas que envolvem a pobreza, o desenvolvimento humano local e cooperação ao desenvolvimento, entre outros.

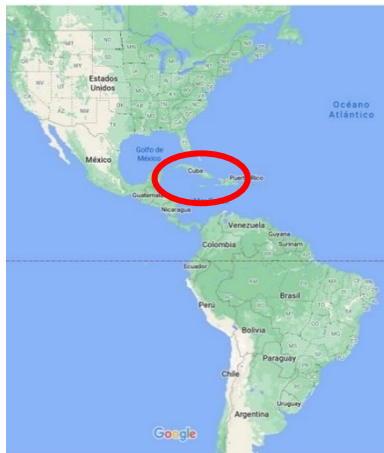
sem abandonar as questões econômicas, materiais e simbólicas. A apropriação dessas perspectivas permite abordagens baseadas em indicadores que configuram um novo olhar sobre o fenômeno, e contribui para tornar visíveis as desigualdades existentes, entre as quais se destacam as de gênero, no desenho de ações e programas para mitigá-las ou erradicá-las.

As indagações nas áreas rurais revelaram as representações das pessoas sobre a pobreza, produzindo resultados importantes. A maior parte das pessoas colocaram a dimensão econômica como ponto central para pensar o fenômeno. Resultou importante constatar que muitas delas não tinham estratégias para afrontar essa situação, sendo que o presente marcava suas dinâmicas cotidianas, portanto, as projeções para o futuro eram muito limitadas ou inexistentes. Esses elementos poderiam ser de valor ímpar para o desenho de políticas locais voltadas à mitigação ou à erradicação da pobreza.

Esses olhares para a pobreza rural permitiram-me fazer recomendações em termos de políticas, e inspiraram futuras pesquisas baseadas em metodologias qualitativas que explorassem as dimensões subjetivas da pobreza. Entendo que essas abordagens facilitam uma proximidade mais fiel às subjetividades, nas suas complexidades e diversidades, muitas vezes perdidas em análises macro e estatísticas. Por outro lado, permitem colocar ênfases no bem-estar das pessoas como autêntico propósito dos processos de desenvolvimento, não apenas no crescimento econômico; e esse bem-estar precisa ser experimentado nas dinâmicas e referentes individuais.

Os deslocamentos até os espaços rurais provocaram mudanças importantes nos meus interesses acadêmicos. Eu conseguia olhar para as desigualdades que prevaleciam entre o urbano e o rural, questionava os rígidos limites colocados neste binômio, tanto desde o discurso acadêmico e político, quanto desde os imaginários sociais. Percebia como a recepção dos resultados de minhas pesquisas tornou-se complexa e muito questionável em espaços dentro e fora da academia cubana. Mas meu deslocamento foi além disso. Minha vinda para o Brasil vem produzindo um outro olhar que, atravessado pelas distâncias físicas e simbólicas, continua em direção ao meu país.

Figura 3 – Cuba nas Américas



Fonte: Google Maps

O Brasil apresenta uma realidade muito diferente da cubana, e uma pobreza (estudada em textos e olhada na mídia e nas ruas) também muito dessemelhante, o que faz refletir sobre nossas pobrezas e as suas relatividades. Porém, no Brasil, meus discursos sobre a pobreza em Cuba são também questionados¹⁷, sobretudo pelo referente de sociedade socialista. Algumas das argumentações nesse sentido encontram-se bem colocadas no texto seguinte de Izadora Clemente, apresentado pela colunista Maria Fernanda Arruda¹⁸(2016):

Às vezes me perguntam sobre o que vi de pobreza em Cuba. E eu acho que essa é uma pergunta curiosa porque me fez pensar sobre o que é pobreza. Ora, no nosso contexto brasileiro, riqueza é uma associação de bens materiais a uma situação de segurança e bem-estar. Pobreza envolve muito mais do que a falta de bens. Pobreza envolve morar num local arriscado, conviver com deslizamento de morros, tiroteios, com o medo de ser desalojado. Envolve estar mais vulnerável a estupros, à violência, à exploração sexual. Envolve perder horas apertado em um transporte público caro e de má qualidade. Muitas vezes envolve passar fome, envolve se desesperar por não ter acesso a medicamentos e cuidados médicos. Envolve não ter lugar adequado para deixar seu filho.

E principalmente, pobreza na sociedade de consumo está associada à baixa autoestima. Os ricos dizem que são ricos porque eles ou os pais deles trabalharam, fizeram esforço, logo se você é pobre é porque não trabalhou, não é inteligente, não é esforçado. Uma ideia tristemente enraizada.

E eu me lembro dessa foto numa comunidade rural de Havana, as crianças dormindo na creche. Crianças com mais de um ano, porque lá a licença materna ou paterna é de um ano. Crianças que poderão praticar esportes, dançar ballet, independentemente de os pais terem dinheiro para pagar escolinha. Lembro dos

¹⁷ Eu já fui questionada em eventos no Brasil por pessoas que visitaram Cuba e os pontos de vista são sempre colocados como referente da comparação, a realidade da pobreza no Brasil.

¹⁸ Colunista do Cafezinho. Texto de Izadora Clemente, estudante de Medicina e ex-aluna da Escola Parque de Recife e que nos ajuda a compreender o luto por Fidel. Para Fidel Castro, o que seria a pobreza? Acesso em: <https://www.ocafezinho.com/2016/11/29/para-fidel-castro-o-que-seria-pobreza/17/05/2020>.

idosos nas casas de abuelos compartilhando tantas lembranças. Lembro da tranquilidade com que a gente andava à noite na estrada. Então quando me perguntam se em Cuba tem muita pobreza eu respondo que na verdade o que Cuba tem é outro tipo de riqueza. (ARRUDA, 2016).

É esse precisamente uns dos pontos a refletir, conhecendo mais do que diferenças, as expressões singulares da “nossa” pobreza, que não envolve os níveis de fome e exclusão social existentes na região latino-americana, mas que tem uma expressão inaceitável para o país de justiça social no qual continuamos a apostar. Definir a pobreza é minha maneira de torná-la visível. É meu compromisso com a equidade social com a qual o país sonha e com as utopias¹⁹ que me habitam. Acredito no valor da palavra e das luzes que elas aportam. Para ilustrar um pouco esta ideia, me remeto ao pensamento do Bakhtin (1995 [1929]), quando assevera que “[o] idealismo e o psicologismo esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico” (p. 33).

Interessada na dimensão qualitativa e subjetiva dos estudos da pobreza, pretendo compreender a configuração da pobreza a partir das experiências narradas por pessoas que vivem em um assentamento rural, perpassando essas análises sob a perspectiva do gênero e do espaço.

Os fatos aqui descritos permitem formular o problema desta pesquisa nos seguintes termos: como é configurada a pobreza nas experiências narradas por pessoas que vivem no assentamento rural Cayo Alto, no leste de Cuba?

Para tanto penso como objetivo geral: compreender como a pobreza é configurada nas experiências narradas por pessoas que vivem no assentamento rural Cayo Alto, no leste de Cuba, a partir de uma perspectiva de gênero e de espaço.

Para atingir o objetivo geral, me proponho como objetivos específicos:

1. Sistematizar os referenciais teóricos conceituais que, da Sociologia, dos feminismos e dos estudos de gênero, permitam uma leitura do objeto.
2. Identificar referências à pobreza nas experiências narradas pelas pessoas.
3. Descrever como é configurada a pobreza em base nas narrativas.

Para chegar aos propósitos deste estudo, as análises basearam-se nas relações dialéticas da Sociologia, a Economia e a Geografia Feministas e os Estudos de Gênero, com a

¹⁹ Influenciada pela discussão de Rancière (2005) sobre as reconfigurações do sensível comum, me debato nas contradições que a utopia carrega: “A utopia é o não-lugar, o ponto extremo de uma reconfiguração polêmica do sensível, que rompe com as categorias da evidência. Mas também é a configuração de um bom lugar, de uma partilha não polêmica do universo sensível, onde o que se faz, se vê e se diz se ajustam exatamente” (p. 61). Gostaria de apostar, com uma frequência maior, na segunda das significações.

intenção de realizar leituras mais integrais do fenômeno da pobreza, que me conduzam à sua compreensão.

A perspectiva feminista é apresentada como um referencial essencial para abordar os objetivos propostos. Envolve, no entanto, além dos estudos de gênero, um corpo teórico epistêmico que permite fazer visível as desigualdades de gênero, os grupos que exibem maiores desvantagens, entre os quais encontram-se as mulheres e outros que, na medida que se afastam da hegemonia heteronormativa, são colocados em espaços mais fragilizados. Os feminismos atingem como corpo de análises para quebrar as assimetrias naturalizadas na reprodução social.

A perspectiva espacial a partir da perspectiva feminista da Geografia oferece um vasto referencial teórico e metodológico que permite desvendar as desiguais condições dos acessos de homens e mulheres ao espaço e as conseqüentes afetações diferenciadas que são produzidas.

Em relação à estrutura, a tese é introduzida a partir das abordagens ao objeto de estudo com a intenção de apresentar os percursos que me permitiram incorporar os referenciais teóricos e metodológicos para abordar as questões que moldaram as análises: pobreza, espaço e gênero.

No capítulo 1, refiro-me a algumas das causas que levaram ao silêncio na categoria da pobreza em Cuba. A intenção é analisar como um discurso de igualdade social e erradicação da pobreza se cristalizou tanto nos discursos de Fidel Castro, antes e depois da mudança social e política, quanto nos discursos midiáticos e acadêmicos. Analisam-se os silêncios que a categoria pobreza, enquanto fenômeno social, enfrentou no interior da academia para (re)aparecer, passando por vários termos que qualifico de eufemistas, sem conseguir superar os espaços oficiais da política e da mídia.

No capítulo 2, abordarei teoricamente as categorias analíticas centrais da pesquisa: pobreza, espaço e gênero. A princípio, para me referir à categoria pobreza, faço uma revisão das principais abordagens teórico-metodológicas com as quais o fenômeno é tratado na academia. O objetivo é apresentar como a multiplicidade de olhares sobre o assunto aponta para a sua complexidade, bem como fazer referência ao distanciamento de conceitos e medidas puramente econômicas para caminhar para abordagens multidimensionais. A colocação do espaço como categoria visa analisar as definições de outros conceitos, como lugar e território. O rural é colocado para aprofundar as visões que apontam para sua multifuncionalidade. As desigualdades de gênero nas relações com o espaço baseiam-se nos referentes da geografia feminista. Por fim, ao encerrar o capítulo com a categoria gênero,

pretendo enfocar a centralidade de seu poder analítico. As polêmicas em torno do termo feminização da pobreza são referidas para revelar a importância de tornar visível uma maior representação das mulheres nos grupos empobrecidos.

O capítulo 3 aborda o caminho metodológico que privilegia a pesquisa feminista a partir de uma perspectiva qualitativa e com recorte etnográfico. Neste capítulo, declaro minha posição sobre o conhecimento situado e me coloco como uma mulher cubana, branca, acadêmica, urbana, cis-gênero que transita pelos caminhos dos feminismos e dos antirracismos.

No capítulo 4, analiso as informações coletadas em meu campo empírico, enfatizando a experiência das mulheres em suas relações com o espaço rural, embora outras vozes não tenham sido desconsideradas. Nesse ponto do texto, foram desenvolvidas leituras dos depoimentos de pessoas que narram suas experiências, privilegiando as narrativas das mulheres que constituíram os campos do problema: o espaço como estruturante da pobreza, dimensionalidade passado-presente-futuro, a emigração, as múltiplas privações (educação, saúde, segurança, alimentação, participação e violência) e o fato de ser mulher no meio rural. O objetivo foi compreender os significados que as mulheres, fundamentalmente, atribuem ao espaço, e analisar como vai se configurando a percepção e a autopercepção da pobreza, a partir desses relacionamentos com o espaço.

CAPÍTULO 1 – POBREZA EM CUBA: ENTRE SILÊNCIOS E EUFEMISMOS

QUIENES quisieran codificar los significados de las palabras
 librarían una batalla perdida,
 porque las palabras,
 como las ideas y las cosas que están destinadas a significar,
 tienen historia
 (JOAN SCOTT, 1999)

[...] é necessário
 prestar atenção às ausências e aos silêncios
 porque eles protegem a força
 e o poder do discurso hegemônico.
 (MICHEL FOUCAULT, 1988)

A produção sociológica em Cuba começa em meados do século XIX, na opinião de Mayra Espina (2010), que aponta também para as obras de importantes intelectuais²⁰ que colocam o tema da desigualdade e da diversidade sociocultural como parte da preocupação pela formação da nação cubana.

Em um estudo sobre a pobreza e o bem-estar público em Cuba (1899-1930), Reinier Moreno (2015) coloca entre as questões que nortearam suas análises: como a pobreza se tornou uma questão social em Cuba? Historicamente, quais têm sido as estratégias de controle desse fenômeno? Quais são os critérios que regem o funcionamento das instituições de saúde? Como foi construída a responsabilidade do Estado e dos poderes públicos em torno dessa questão? Entretanto, o mesmo autor admite “*estar lejos de responderlas en profundidad*”²¹ (Ibidem, p. 54).

Moreno (Ibidem) analisa a transição em Cuba das estratégias de atenção e controle da pobreza nos últimos anos do século XIX e início do XX. No período, segundo o autor, desenvolve-se e, posteriormente, prevalece uma racionalidade que exige maior atenção do poder público sobre a pobreza, fenômeno que marca a transição do conceito tradicional de

²⁰ Entre eles a autora destaca as obras de José de la Luz y Caballero, Félix Varela, José Antonio Saco, Andrés Poey e José Agustín Caballero.

²¹ As vozes em espanhol aparecerão sempre em itálico.

caridade para o conceito moderno de bem-estar público, associado às mudanças nas concepções sobre a pobreza decorrentes das transformações na vida econômica e social do país.

Se referindo ao início do século XX em Cuba, Moreno (2015) aponta:

Para muchos cubanos, la transición al siglo XX se produjo en la más absoluta miseria. La guerra recién librada agravó el estado socioeconómico de un país que en las últimas décadas del XIX mostraba un aumento de la pobreza tanto en indicadores cuantitativos como en sus manifestaciones sociales. (MORENO, 2015, p. 55).

Moreno (2015) foca em alguns pontos principais da articulação e funcionamento da caridade nas primeiras décadas do século XX, tomando como referente, para a colocação da questão social, a Constituição de 1901, declarada no contexto da formação da República como Estado Independente que “*estableció en su Artículo 11 la igualdad de todos los cubanos antela Ley*” (p.58). Segundo o autor:

[...] a principios del siglo XX, la pobreza en Cuba y la acción sobre ella se erigen sobre nuevos fundamentos jurídicos y políticos. Desde entonces, los pobres se transformaron en asunto de ‘interés oficial’. La nueva relación entre pobreza y ciudadanía fue manejada tanto por las élites políticas en sus programas electorales, como por las capas populares, que armaron con esa fórmula sus discursos de lucha y enfrentamiento al sistema. De ahí que en estos años se desarrolle un discurso que sitúa al Estado como actor principal en la solución de los problemas asociados con la pobreza [...] la beneficencia moderna no solo emanaba de la virtud cívica del ciudadano y el Estado, sino de la responsabilidad de ambos en la seguridad colectiva. (Ibidem, p. 58).

A respeito da pobreza rural, alvo da presente pesquisa, Moreno (Ibidem) observa que esta não foi menos dramática do que a vivida na cidade, e refere que isso trouxe a emigração como consequência. O período foi marcado, segundo o autor, pela pobreza endêmica, que apresentava entre seus traços mais evidentes a fragilidade de uma economia dependente, a proeminente desigualdade na distribuição da riqueza e a frequente corrupção.

1.1 – EXPLORANDO O RURAL EM CUBA

As raízes dos estudos sobre estrutura social em Cuba encontram-se na academia norte-americana. Num ensaio recente sobre os estudos rurais em Cuba, Guevara e Leyva (2017), referem-se a três estudos que revelam as estruturas classistas nos espaços rurais do país no período pré-revolucionário. Se referindo às análises desenvolvidas, os autores reconhecem

que “*Para ello no es posible desatender los límites y lógicas insuficientes que dejan a su paso*” (Ibidem, p. 245).

Guevara e Leyva (Ibidem) colocam que a situação existente na agricultura e na sociedade rural cubana é apresentada num informe sobre “*Problemas en la Nueva Cuba*”, que tinha feito uma pesquisa multidisciplinar que atingia outras esferas da vida social e econômica no país. O informe foi desenvolvido pela Comisión de Asuntos Cubanos em 1935, organizada pela Foreign Policy Association, dos Estados Unidos. Os autores referem-se ao intelectual cubano, Carlos Rafael Rodríguez (1941), que publica um estudo sobre a formação e estruturação interna das classes sociais na sociedade cubana no qual reflete os efeitos na estrutura agrária da penetração norte-americana na agricultura, a partir da indústria da cana de açúcar. O panorama existente apresentava uma classe camponesa rica conformada pelos grandes colonos, cafeicultores e produtores de tabaco; os médios e pequenos camponeses e os camponeses pobres (semiproletários).

Em 1951 foi publicada a obra “*Cuba rural*”²² pelo sociólogo estadunidense, Lowry Nelson. O texto consistia numa abordagem da questão da pobreza rural no país. Segundo Espina (2006a) o material é muito interessante, surpreendentemente pouco considerado e quase nunca citado em nossa literatura sociológica. A autora considera que o texto é uma das poucas análises sócio-estrutural da sociedade cubana da época, feita a partir da perspectiva da teoria da estratificação social.

Segundo Guevara e Leyva (op. cit.), para além das limitações do estudo, ele contribui à consolidação dos referentes teóricos e metodológicos das abordagens no campo das estruturas sociais. Os autores definem como limites da pesquisa os seguintes:

[...] presenta una estructura de clases construida a partir de la ocupación, o agregados ocupacionales, que constituyen un modelo dicotómico (clase alta vs. clase baja), donde ligado a la categoría de empleo aparece el prestigio profesional y la tradición familiar. La esquemática separación de las clases está anclada en la bifurcación del trabajo intelectual y manual, opuestos por naturaleza. El autor no considera la existencia de clases medias en Cuba, pues sus elementos están presuntamente subsumidos en los estratos de la clase alta, por lo que su cuadro socioestructural acusa una simplificación extrema. (Ibidem, p. 246-247).

Nesse mesmo ano (1951), embora a partir da perspectiva marxista, Blas Roca publica o livro “*Los fundamentos del socialismo en Cuba*”. As suas contribuições para os estudos das estruturas classistas radicam, segundo Guevara e Leyva (2017), no reconhecimento da

²² NELSON, 1950. O livro foi escrito no âmbito de um estudo sobre a vida rural no Caribe que discute os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo autor em Cuba durante sua permanência no período de 1945 e 1946.

estratificação do campesinato a partir de ricos e pobres. A dificuldade foi colocar uma classe trabalhadora muito homogênea, reflexo da herança do marxismo ortodoxo. O pensamento crítico dos autores revela que:

Esta posición impide diferenciar dentro de esta clase la situación del numeroso sector constituido por los obreros agrícolas, reconocido como la población mayoritaria del campo cubano prerrevolucionario. Denota el uso de referentes teóricos que tendían a adelantarse a la propia realidad, si se toma en cuenta que la variante del marxismo predominante en el antiguo campo socialista en el momento en que el autor desarrolla su estudio era precisamente la dogmática y apologética, pretendiente a imponer a la sociedad un grado tal de homogeneidad que solo existía en el discurso académico. (Ibidem, p. 246).

O terceiro referente colocado no ensaio é a “Encuesta de la Agrupación Católica Universitaria”²³ publicada em 1957, desenvolvida para aprofundar a análise da situação social dos trabalhadores agrícolas e estabelecer comparações com os grupos envolvidos com o poder econômico e político da sociedade cubana nos finais dessa década.

Os dados coletados nesta pesquisa e no “Censo de Población, viviendas y electoral”²⁴ de 1953 constataram que 62% da população rural vivia em *bohíos*²⁵, 52,8% das casas não tinham sanitários, 87,9% não possuíam água encanada e 84,1% careciam de luz elétrica.

Outro documento panorâmico da situação que o país vivia com ênfase nos espaços rurais é, sem dúvida, o discurso “La Historia me absolverá”²⁶(CASTRO, 2007 [1953]). A apresentação de dados empíricos detalhados mostra a existência do fenômeno em sua magnitude e profundidade. Essa fotografia do país foi captada, em minha opinião, a partir de estudos desenvolvidos pela Academia Norte-Americana.

Depois da mudança social e política de 1959²⁷, a visão de desenvolvimento em Cuba foi a de homogeneizar²⁸ os padrões de vida da população. A homogeneidade era entendida como uma qualidade essencial da nova estrutura e as diferenças como obstáculos a serem superados (ESPINA, 2006a). Posteriormente, na Academia Cubana, os interesses em destacar

²³ Veja: “Agrupación Católica Universitaria. Encuesta de los trabajadores rurales”, 1956-1957, p. 191.

²⁴ Veja: Cuba. Oficina Nacional de los Censos. Censo de población, vivienda y electoral, 1953. p. 212. 1955.

²⁵ Moradia típica dos espaços rurais cubanos, cujas paredes são construídas com madeira rústica de palmeira e teto de fibra.

²⁶ A autodefesa do Fidel Castro no juízo por causa de sua liderança nos assaltos aos quartéis Moncada e Carlos Manuel de Céspedes, virou um texto que contém aprofundadas análises da situação do país nos aspectos tanto econômicos, como políticos e sociais.

²⁷ Os assaltos ao quartel Moncada, em Santiago de Cuba e Carlos Manuel de Céspedes, em Bayamo foram ações militares realizadas em 26 de julho de 1953 lideradas por Fidel Castro, na época militante do Partido Ortodoxo, com o objetivo de derrubar a ditadura implantada no país após o golpe de estado ocorrido em 10 de março de 1952, que colocou Fulgencio Batista no poder.

²⁸ Segundo Anagret Mederos (2012), o processo homogeneizador da sociedade cubana foi alvo de muitas críticas durante as décadas de oitenta e noventa, considerando-o inoperante.

as transformações no país foram centrais. A partir do paradigma marxista (ortodoxo), o foco era orientado para as classes trabalhadoras e os camponeses, assim como as vantagens e oportunidades que o contexto lhes proporcionava.

Referindo-se ao início deste projeto social cubano, na década de 1960, Espina (2006a) ressalta que “*el foco en lo social e su ruptura con el a abordaje económico del desarrollo fue la característica más sustantiva del modelo*” (p. 2). A autora alude ao conjunto de características particulares²⁹ das políticas sociais inspiradas nesse modelo, entre as que destaca a promoção de processos de (des)estratificação e homogeneização social.

Tanto o discurso político quanto os estudos sociológicos até o final dos anos oitenta foram influenciados pela cópia das ciências sociais soviéticas, onde prevalecia a visão do dever da sociedade e não da sociedade concreta e real como ela era. Essa busca pela homogeneidade pode ter influenciado os silêncios e omissões sobre a pobreza, de modo que ela sempre foi colocada como uma referência ao passado.

Neste contexto, as referências sobre a pobreza se tornaram repetidamente comparativas entre o presente revolucionário e o passado pré-revolucionário na realidade social cubana. No discurso oficial, as desigualdades sociais e raciais, bem como a prostituição, pareciam ter sido definitivamente fenômenos erradicados do panorama social do país, e se tornaram um repertório exclusivo do capitalismo.

Nos discursos de Fidel Castro, o tema da pobreza é colocado dentro do panorama característico do país antes do salto político e social de 1959. Em sessão plenária

²⁹ Espina (2006a) coloca entre as características que promoveram a (des)estratificação e homogeneização social as seguintes: *Eliminación de la propiedad privada sobre los medios fundamentales de producción y de las condiciones de generación de relaciones de explotación; propiedad social estatal como base del hegemonismo de los sectores populares y de la preponderancia de su agenda social; centralidad de la igualdad y la justicia social en la formulación de las políticas; necesidad de una articulación adecuada entre la economía y las dimensiones sociales del desarrollo; protagonismo del estado en el diseño y puesta en práctica de las políticas sociales y de la planificación como mecanismo para su ordenamiento; política social única y centralizada que garantice los niveles más extendidos posibles de servicios sociales básicos universales; concepción del ser humano y de sus necesidades como sujeto donde se presuponen y se refuerzan mutuamente las necesidades de orden material y espiritual y donde estas últimas tienen un rol esencial en el desarrollo individual y social; centralidad de la distribución como instrumento de la justicia social; combinación del consumo individual y social, con un alto peso de este último en la justicia distributiva; presencia de mecanismos de participación popular en las acciones transformativas; desconcentración y homogenización progresiva de los ingresos; acceso masivo al empleo; la racionalidad del consumo y de las necesidades como modelo de vida social general, no solo como medida para resolver la pobreza; masificación del acceso a los bienes culturales; concepción de la atención a la pobreza como gestión de políticas de desarrollo; orientación hacia la satisfacción de necesidades básicas y racionales, sistemáticamente ampliadas, otorgando protagonismo a la esfera educacional y espiritual-cultural; creación de espacios de igualdad como instrumento de distribución homogénea y de integración social; debilitamiento progresivo del papel de los ingresos personales y familiares en el consumo y la satisfacción de las necesidades mediante el fortalecimiento de espacios de igualdad; mantenimiento de estos principios y de la responsabilidad inalienable e indelegable el Estado como centros rectores de la política social, cualquiera sea la disponibilidad de recursos económicos. y la cuantía de los bienes a distribuir.*

desenvolvida pelo Comitê Conjunto de instituições cívicas cubanas em março do 1959, Castro apontou:

Que hay clase media, ¿por qué si aquí todo el mundo debiera ser clase media? ¿Por qué si en nuestra patria no debiera existir un solo pobre? ¿Por qué si esta es una de las islas más ricas y fértiles del mundo?

[...]

Si ustedes analizan el cuadro actual de Cuba, es realmente un cuadro desolador [...] pero analizan a Cuba en todos los órdenes, en el orden educacional, en el orden económico, en el orden industrial, en el orden agrario, en el orden de la salubridad, en los seguros sociales, y se encuentran que todo es un verdadero desastre.

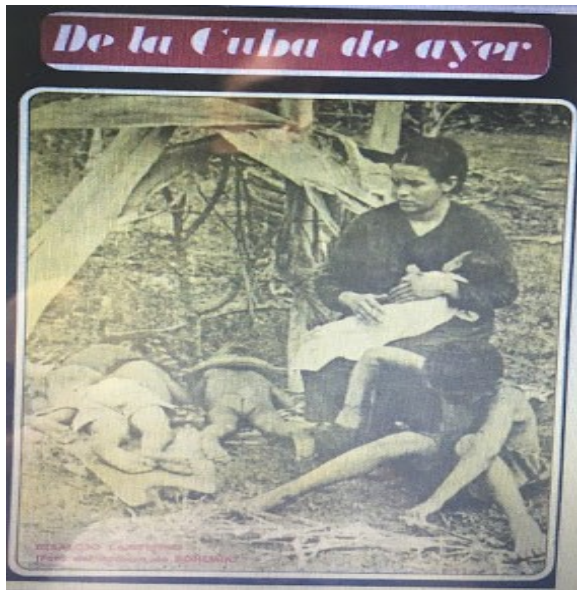
[...]

[P]orque el pueblo en general, los hombres que hoy llaman clase media, que no existirá en el futuro, porque habremos reducido a los grandes ricos al nivel de la clase media y habremos elevado a los pobres al nivel de lo que hoy se llama la clase media (CASTRO, 1959, s/p).

No discurso pronunciado por Fidel em junho de 1960 (CASTRO, 1960a), com motivo do encerramento da plenária da cana de açúcar, desenvolvida na Artemisa, Pinar do Rio, ele aponta:

*¡Quién les iba a decir a las familias que vivían hacinadas en los barracones o a las orillas de las guardarrayas, que esas tierras, sí, esas tierras donde habían estado trabajando toda la vida —trabajando para enriquecer a otros, trabajando para enriquecer a propietarios extranjeros, incluso, en muchos casos—; que esas tierras que recogieron tantas lágrimas de nuestros campesinos, que recogieron tanto sudor de nuestros trabajadores, que fueron testigos de tanta **miseria** y de tanta tristeza; esas tierras donde el campesino se sentía como un extraño, como un extranjero; esas tierras que un yanki cualquiera poseía como amo todopoderoso —un señor extranjero que ni siquiera conocía nuestro idioma, que ni siquiera sabía decir a derechas buenos días, era el que mandaba en ellas, el que recogía los frutos del esfuerzo de los trabajadores cubanos—; esas tierras defendidas por la Guardia Rural, iban a ser un día sus tierras! (CASTRO, 1960a, s/p, grifo da autora).*

Fotografia 1 – Família camponesa jogada na beira do caminho



Fonte: Revista BOHEMIA, publicada em maio 23 de 1975

*No conocían, en medio de los mares de caña, más que algunos meses de trabajo en medio de la mayor **pobreza**. [...] ya no seré como un extraño en esta tierra, ya nadie me impedirá trabajarla, ya nadie me impedirá sembrar los alimentos que necesite para mí y, sobre todo, para mi esposa y mis hijos, ya nadie me obligará a vivir en una guardarraya, ya nadie me obligará a pasar hambre [...].*

[...]

*[...] durante 50 años los amos extranjeros estuvieron mandando a nuestros guajiros a vivir en las guardarrayas. Y mientras los soportamos no había problemas, mientras nuestros campesinos se resignaron a pasar hambre y a vivir en las guardarrayas, mientras nuestros campesinos se resignaron a ver morir a sus hijos de **miseria**, mientras nuestros campesinos se resignaron a vivir en los bohíos, mientras el americano vivía en confortables residencias [...] ; mientras nuestros campesinos se resignaron a ver cómo el hijo de cualquiera de ellos moría en unas horas, víctima de las epidemias, sin tener una peseta para comprar medicinas o para solicitar los auxilios de un médico; mientras nuestros campesinos se resignaron a un campo sin escuelas y sin caminos; mientras nuestros campesinos se resignaron al oprobio y a la humillación de la Guardia Rural; mientras nuestros campesinos soportaron en silencio todas aquellas injusticias, aquella situación en su propia tierra no había problemas. Y así, durante 50 años, los amos extranjeros estuvieron mandando a nuestros guajiros a vivir en las guardarrayas. (CASTRO, 1960a, s/p. Grifo da autora).*

Fotografia 2 – Família camponesa em condições de miséria.



Fonte: Revista BOHEMIA, publicada em abril 11 de 1975

Em discurso pronunciado na Magna Assembleia Popular, em 2 de setembro de 1960 (CASTRO, 1960b), Fidel apresenta um panorama de Cuba no momento da sua chegada ao poder:

Cuando la Revolución llega al poder el 1º de enero de 1959, hace poco más de año y medio, ¿qué había en nuestra patria?; ¿qué había en nuestra patria como no fuesen lágrimas, sangre, miseria y sudor?; ¿qué había para nuestros campesinos en nuestra patria?; ¿qué había para los niños en nuestra patria?; ¿qué había para los trabajadores en nuestra patria?; ¿qué había para las familias humildes en nuestra patria?; ¿qué había imperado hasta ese día en nuestra patria? Había imperado la explotación más inhumana; había imperado el abuso, había imperado la injusticia; había imperado el saqueo sistemático de los fondos públicos por los políticos rapaces; había imperado el saqueo sistemático de las riquezas nacionales por monopolios extranjeros; había imperado la desigualdad y la discriminación; había imperado la mentira y el engaño; había imperado el sometimiento a los designios extranjeros; había imperado la pobreza (CASTRO, 1960b, s/p).

[...]

Cientos y cientos de miles de familias vivían sin esperanzas en sus humildes bohíos; cientos y cientos de miles de niños no tenían escuelas; más de medio millón de cubanos no tenían trabajo, y los cubanos negros tenían menos oportunidad que nadie de encontrar trabajo; los guajiros³⁰ vivían en las guardarrayas³¹; los obreros cañeros

³⁰ Segundo a Real Academia Espanhola (RAE, 2020) guajiro, em Cuba, refere-se à “Persona que vive y trabaja en el campo o que procede de una zona rural; persona con modales rústicos; persona tímida.”. Observe-se as conotações negativas associadas às pessoas rurais. Foi interessante constatar em pesquisas desenvolvidas por Fátima Cruz (2006) a autora procura, nesta fonte na sua edição de 1994 (21ª edição), a definição das palavras “rural” e “camponês”, e coloca “nos encontramos con que rural significa ‘pertenciente o relativo al campo y a las labores de él’, y en un sentido figurativo significa ‘inculto, tosco, apegado a las cosas lugareñas’. Por ‘campesino/a’ se entiende, según dicho diccionario, ‘la persona que vive y trabaja de ordinario en el campo’, pero también ‘silvestre, espontáneo e inculto’” (p. 18). Na última atualização da RAE (2020), aparece uma reduzida definição de rural como “Pertenciente o relativo a la vida del campo y a sus labores”. Enxerga-se que foram apagadas as conotações negativas, embora sejam conservadas na definição de camponês/a.

trabajaban solo unos meses al año, y pasaban hambre, ellos y sus hijos, el resto del tiempo. El vicio, el juego, y todos sus análogos, imperaban en nuestro país; era explotado el agricultor; era explotado el pescador; era explotado el trabajador; era explotado el pueblo en su inmensa mayoría. (CASTRO, 1960b, s/p).

Fotografía 3 – Pobreza na Cuba antes



Fonte: Revista BOHEMIA publicada em janeiro 3 de 1975.

Em discurso pronunciado em setembro do mesmo ano, perante as Nações Unidas, Castro aprofunda o olhar para a realidade do país, apontando que ao chegar o governo revolucionário ao poder:

Encontró en primer lugar que 600.000 cubanos con actitud hacia el trabajo, no tenían trabajo [...]. Tres millones de personas de una población total de más de 6 millones, no disfrutaban de electricidad ni de ninguno de los beneficios y comodidades de electricidad; 3 500 000 personas [...] vivían en chozas, barracas y tugurios, sin las más mínimas condiciones de vida. En las ciudades, los alquileres absorbían hasta un tercio de los ingresos familiares. Tanto el servicio eléctrico como el alquiler eran de los más caros del mundo. El treinta y siete y medio por ciento de nuestra población era analfabeta [...]; el 70% de nuestra población infantil rural no tenía maestros; el 2% de nuestra población padecía tuberculosis [...]; el 95% de nuestra población infantil rural se vio afectada por el parasitismo [...], el 85% de los pequeños agricultores pagaban una renta por la posesión de sus tierras, que equivalía hasta el 30% de sus ingresos netos [...]. Por supuesto, las

³¹ Segundo a REA (2020), guardarraya é um “Camino estrecho entre dos espacios cultivados, especialmente en un cañaveral, que permite el paso de personas, animales y vehículos y que sirve de línea divisoria en campos de cultivo”. A família camponesa era expulsada dos seus lares para esse caminho

comparaciones del número de camas de hospital por el número de habitantes del país eran ridículas. (CASTRO, 1960c, s/p).

Nas comemorações dos 31 anos do assalto ao Quartel Moncada em 26 de julho de 1984, Castro defende em seu discurso que:

En nuestra concepción socialista, a diferencia de la capitalista, se le presta especial atención al hombre y al desarrollo social, puesto que la economía existe y se desarrolla no para enriquecer empresas privadas, sino para beneficio del pueblo y de todos los trabajadores del país.

[...]

Tenemos cosas muy sagradas que defender, tenemos una obra, la que hemos hecho; tenemos un porvenir, tenemos una vida superior a la vida de otros pueblos de este hemisferio que viven en nuestro pasado, que es su presente. (CASTRO, 1984, s/p).

Como pode ser observado, o paradigma da igualdade foi colocado como um dos eixos principais do projeto social cubano posterior a 1959. As classes e a pobreza estavam destinadas a desaparecer definitivamente do panorama social do país, tornando-se um repertório exclusivo das dinâmicas sociais do capitalismo. Sob a influência das diversas e radicais mudanças políticas, econômicas e sociais que aconteceriam no país durante as primeiras décadas da Revolução, foi-se reforçando a ideia da erradicação da pobreza, mesmo que externamente Cuba fosse percebida como um país pobre e subdesenvolvido. Porém, tomando a América Latina como referência, Cuba constituía-se solidamente como um indicativo de justiça social.

Constatamos nos trechos desses discursos a colocação da ênfase na pobreza rural que marcou o país. Já em “La historia me absolverá”, Fidel Castro (2007 [1953]) tinha apresentado dados empíricos detalhados que colocavam a existência da pobreza em sua magnitude e profundidade. No documento, Castro refere-se ao conceito de povo:

Nosotros llamamos pueblo si de lucha se trata [...], a los quinientos mil obreros del campo que habitan en los bohíos miserables, que trabajan cuatro meses al año y pasan hambre el resto compartiendo con sus hijos la miseria, que no tienen una pulgada de tierra para sembrar y cuya existencia debiera mover más a compasión sino hubiera tantos corazones de piedra; a los cien mil agricultores pequeños, que viven y mueren trabajando una tierra que no es suya, contemplándola siempre tristemente como Moisés a la tierra prometida, para morir sin llegar a poseerla, que tienen que pagar por sus parcelas como siervos feudales una parte de sus productos, que no pueden amarla, ni mejorarla, ni embellecerla, planta un cedro o un naranjo porque ignoran el día que vendrá un alguacil con la guardia rural a decirles que tienen que irse [...]. (CASTRO, 2007 [1953], s/p).

Em outro momento do texto, Castro expõe:

Hay en Cuba doscientos mil bohíos y chozas; cuatrocientas mil familias del campo y de la ciudad viven hacinadas en barracones, cuarterías y solares sin las más elementales condiciones de higiene y salud; [...] y dos millones ochocientas mil de nuestra población rural y suburbana carecen de luz eléctrica.

[...]

El ochenta y cinco por ciento de los pequeños agricultores cubanos está pagando renta y vive bajo la perenne amenaza del desalojo de sus parcelas. Más de la mitad de las mejores tierras de producción cultivadas está en manos extranjeras. [...] Hay doscientas mil familias campesinas que no tienen una vara de tierra donde sembrar unas viandas para sus hambrientos hijos y, en cambio, permanecen sin cultivar, en manos de poderosos intereses, cerca de trescientas mil caballerías de tierras productivas. (CASTRO, 2007 [1953], s/p).

Se referindo ao sistema de educação, acrescenta:

¿Es un campo donde el guajiro no es dueño de la tierra para qué se quieren escuelas agrícolas? A las escuelitas públicas del campo asisten descalzos, semidesnudos y desnutridos, menos de la mitad de los niños en edad escolar y muchas veces el maestro quien tiene que adquirir con su propio sueldo el material necesario [...]. El noventa por ciento de los niños del campo está devorado por parásitos que se les filtran desde la tierra por las uñas de los pies descalzos. (CASTRO, 2007 [1953], s/p).

A respeito da saúde e funcionamento dos hospitais, refere:

[...] el acceso a los hospitales del Estado, siempre repletos, sólo es posible mediante la recomendación de un magnate político que le exigirá al desdichado su voto y el de toda su familia para que Cuba siga siempre igual o peor.

[...]

Si Cuba es un país eminentemente agrícola, si su población es en gran parte campesina, si la ciudad depende del campo, si el campo hizo la independencia, si la grandeza y prosperidad de nuestra nación depende de un campesinado saludable y vigoroso que ame y sepa cultivar la tierra, de un Estado que lo proteja y lo oriente, ¿cómo es posible que continúe este estado de cosas? (CASTRO, 2007 [1953], s/p).

Fotografia 4 – Situação crítica da atenção da saúde



Fonte: Revista BOHEMIA publicada em janeiro 31 de 1975.

Percebe-se no texto citado a ênfase colocada nas populações que moravam no campo e viviam nas piores condições sociais. Castro não cita as fontes para apresentar um conjunto de dados estatísticos que demonstravam a situação do país. Uma referência importante, anterior a sua alegação, é a obra “Cuba rural” em que Lowry Nelson faz uma interessante abordagem da questão da pobreza rural no país (NELSON, 1950).

Para Espina (2006a), o valor do texto radica na detalhada análise sócio-estrutural que é feita da sociedade cubana da época, a partir da perspectiva da teoria da estratificação social. O uso de censos e pesquisas oficiais conferem-lhe um considerável material estatístico secundário que permite estender caracterizações quantitativas empíricas de padrões de vida, escolaridade, padrões de assentamento rural, mobilidade social, articulação da cor da pele, renda e grupos ocupacionais, entre outras dimensões da desigualdade.

No ano de 1987 é publicado um livro intitulado “Erradicación de la pobreza en Cuba” (RODRIGUEZ; CARRIAZO, 1990 [1987])³², que se tornou uma proclamação radical da desaparecimento do fenômeno. Isso motivou o desinteresse dos discursos acadêmicos e políticos

³² José Luis Rodríguez e George Carriazo pertenciam no momento da escrita do livro, ao Centro de Pesquisa da Economia Mundial (CIEM). No texto eles oferecem uma avaliação do processo de erradicação da pobreza em Cuba, apresentam uma comparação com a situação antes da mudança social e política de 1959 e avaliam as projeções do país em cada esfera de concreto.

sobre o tema “erradicado”, diante do brilho de novas oportunidades e projeções na criação do “homem novo³³”, definição que marcou a sociedade futura.

No texto, Rodriguez e Carriazo (Ibidem) construíram uma fotografia dos principais problemas encontrados no país ante a mudança política e social. Segundo os autores, até 1958 os americanos dominavam o setor açucareiro no país, dado que possuíam 36 usinas açucareiras produtoras de 42% do açúcar, e exerciam o controle de 47,2% da área total destinada à indústria de açúcar no país. A indústria açucareira dispunha de baixos salários para seus trabalhadores e mantinha-se um alto nível de desemprego na economia cubana, evitando, inclusive, a diversificação industrial, que pudesse gerar concorrência no mercado de trabalho dentro das consequências dessa realidade. Rodriguez e Carriazo falam dos altos níveis de desemprego, dos baixos salários insuficientes para cobrir as necessidades básicas dos trabalhadores e de suas famílias.

O baixo nível educacional e cultural da população cubana no período é referenciado por Rodriguez e Carriazo (Ibidem), apontando que existiam aproximadamente 600 mil crianças em idade escolar fora das escolas. Estatisticamente os autores asseveram que mais de 20% da população era analfabeta, principalmente nas áreas rurais, onde o indicador alcançava 41,7%.

Os argumentos mais sólidos expostos por Rodriguez e Carriazo (Ibidem) para apresentar a tese da erradicação da pobreza em Cuba em períodos iniciais da mudança social apontam para o conjunto de bens e serviços estatais postos à disposição da população para a garantir a satisfação das necessidades. Segundo os autores:

En Cuba existen toda una serie de servicios que corren a cuenta del Estado y que se financian centralmente por la vía de los fondos sociales de consumo y los que constituyen aproximadamente la cuarta parte de los ingresos per cápita de la población cubana. Los fondos sociales de consumo constituyen una vía de distribución de los ingresos y servicios a la población, independientemente de la calidad y cantidad de trabajo, y cumplen la función de satisfacer las necesidades sociales básicas. (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1990, p. 73).

Os autores colocaram dados referentes à construção de casas, assim como a regulação igualitária para os acessos a vestimentas, alimentação etc. A respeito da educação e da saúde, dois dos mais sensíveis aspectos a ser transformados, Rodriguez e Carriazo (Ibidem) referem-se às mudanças que envolveram uma profunda ampliação do sistema educativo, com inclusão das pessoas adultas e de aquelas com necessidades especiais. O foco foi colocado também na

³³ A construção da pessoa perfeita para se “encaixar” na sociedade do futuro que seria, inevitavelmente, socialista.

educação técnica e profissional, a educação superior e a formação de docentes. Os autores apontam que no sistema de saúde, após da criação do Ministerio de Salud Pública³⁴ em 1961, os serviços médicos começaram a ser gratuitos e universais. Atingiam-se assim os fenômenos sociais mais críticos padecidos pela população do país.

As avaliações de Rodriguez e Carriazo (Ibidem) vão além da demarcação de linhas de pobreza e do valor monetário que envolvem os salários dentro da sociedade, passando a defender uma tese que envolve diversas dimensões na superação da pobreza. Para se referir à importância dessas conquistas sociais, relacionadas com uma distribuição equitativa, Espina (2003) fala a respeito dos “espaços de igualdade”, definidos como:

[...] un mecanismo de distribución que se caracteriza por la universalidad, masividad, gratuidad o facilidad para el acceso, condición de derecho legalmente refrendado, estatalidad y carácter público, centralidad y estatalidad de su diseño y de la garantía para acceder a él, participación social, preponderancia de las soluciones colectivas sobre las individuales, homogeneidad, calidad creciente, opción de integración social en igualdad de condiciones para todos los sectores sociales, independientemente de sus ingresos. (ESPINA, 2003, p. 2).

A partir de “La Historia me absolverá”, discurso publicado em várias edições (CASTRO, 1964, 1967, 1975, 1983, 2005, 2007) em formato de livro, os discursos de Fidel no marco de eventos nacionais e internacionais assistidos por multidões, mais frequentes e extensos durante os primeiros anos da mudança política e social, a publicação do livro “Erradicación de la pobreza en Cuba” (RODRIGUEZ; CARRIAZO, op. cit.), a Revista Bohemia e os meios de comunicação em geral foram, segundo minha opinião, as principais causas da cristalização de um discurso de igualdade na sociedade cubana e da erradicação, não apenas da pobreza, mas de todos os “males de la República”, ou seja, os fenômenos do capitalismo.

As condições do país nos primeiros trinta anos de mudança incidiram também na consolidação do paradigma de igualdade. Rodríguez (1989) refere algumas delas: a criação de um expressivo potencial de recursos materiais e humanos e a existência de uma população politizada, com um arraigado conceito de liberdade e soberania nacional. No econômico, o autor assinala que nesse período (1959 – 1990), o PIB tinha crescido a uma taxa anual de 4,4%, seguido por um desenvolvimento da infraestrutura básica que assegurava a evolução positiva da produção e dos serviços acoplado à melhora significativa de indicadores sociais

³⁴ O Ministério de Saúde Pública foi criado em 1961 pela Lei 959 desse ano, garantindo serviços de saúde gratuitos e o acesso universal da população cubana. Apenas oito anos depois, foram completamente eliminados os serviços médicos particulares no país.

como: a elevação do nível de escolaridade da população para 6,4 anos, um nível de saúde pública comparável ao dos países mais desenvolvidos, o desaparecimento do desemprego crônico, uma distribuição de renda altamente equitativa e uma melhora geral da qualidade de vida da população. Em suma “*Hasta 1989, la política social en Cuba logró avances muy notables en educación, salud, seguridad social, empleo y distribución*” (MESA-LAGO, 2005, p. 1).

Isto provocou que, tanto os processos históricos quanto os emergentes que conduziam às pessoas para o empobrecimento, fossem se naturalizando e o foco de explicação para a pobreza fosse colocado no âmbito do individual. Entendia-se que aquela pessoa “não tinha aproveitado” as vantagens que a nova ordem social proporcionava. Erradicada a pobreza no discurso oficial, o fenômeno desaparece como tema nas agendas acadêmicas e políticas do país, para (re)aparecer como objeto de estudo nos espaços acadêmicos na década de noventa, no contexto da profunda crise³⁵ econômica desatada pela extinção não apenas da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que constituía o principal parceiro comercial da ilha³⁶, mas do bloco socialista todo da Europa do Leste. Outros elementos que se adicionam ao agravamento do panorama foi o recrudescimento do embargo dos EUA, a partir da aprovação da Emenda Torricelli em outubro de 1992, que seria seguida pela lei Helms-Burton, de 1996, e o programa da “Comissão para ajudar uma Cuba Livre”, de 2004 (RODRIGUEZ, 2011), as dificuldades do país para reorganizar seu comércio internacional e fatores internos que falavam de uma crise estrutural, entre outros.

Referindo-se aos efeitos sobre as condições de vida da população cubana nos anos noventa, Aurelio Alonso (2011) aponta:

³⁵ Guevara (2009) a respeito da categoria crise assinala: “*Desde el punto de vista filosófico puede valorarse la crisis como un momento decisivo en la vida de un fenómeno, en que se desenvuelven contradicciones que o bien pueden desencadenar su muerte o impulsar su desarrollo sobre una base cualitativamente nueva*” (p. 18).

³⁶ Na década de 1990, Cuba recebeu um forte impacto da ordem política, social, econômica e internacional. Além da URSS, desapareceu o bloco socialista da Europa do Leste, que juntos forneciam 85% das importações cubanas, 80% dos investimentos e recebiam ao redor de 80% das exportações do país (RODRÍGUEZ, 1999; ÁLVAREZ, 2000). Segundo os dados colocados por Rodríguez (1999, 2011), o PIB caiu quase 35% entre 1989 e 1993, as importações a preços correntes caíram 75% nesses quatro anos; a qualidade de vida da população se agravou densamente, houve queda de mais de 30% na aquisição de calorias e proteínas e surgiram doenças decorrentes de carências nutricionais, como a neurite óptica e a neuropatia epidêmica em 1993. A isto se soma o desaparecimento do Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME) que favoreceu a implementação de importantes transformações econômicas, sociais e tecnológicas no período entre 1959–1989, e mais de 80% de seu intercâmbio comercial. As fontes de financiamento e os benefícios nos preços e subsídios fornecidos pelo referido bloco estavam esgotados. As fontes de suprimento de petróleo cessaram. Segundo Rodríguez (2011), a situação piorou muito em 1991, quando o PIB caiu 10,7%, os inventários começaram a se esgotar e, finalmente, a União Soviética desapareceu no dia 25 de dezembro, emergindo uma Comunidade de Estados Independentes em seu lugar, que interrompeu, quase de imediato, as relações com Cuba. Alguns setores econômicos ficaram paralisados, a produção econômica em todos os setores declinou, a mobilidade urbana é paralisada e o padrão de vida diminuiu. Esse cenário marca o início de uma crise profunda, conhecida no país como o “*periodo especial en tiempos de paz*” (mais um eufemismo).

[O] consumo de quilocalorias diminuiu de 3 mil para 1,9 mil, e o de proteínas, de 80 para 50 gramas. Essa contração chegou a criar, nas regiões mais deprimidas do país, uma situação de desnutrição que, aliás, foi a base de transtornos de saúde.

[...]

[O]s cortes prolongados de energia foram frequentes, o transporte público e outros serviços se reduziram ao mínimo, a construção de moradias sofreu uma interrupção quase total – com o fundo habitacional precisando urgentemente de reparos – e aumentou a precariedade das condições de moradia; a infraestrutura hospitalar sofreu uma deterioração da qual não conseguiu se recuperar vinte anos depois. Isso para citar só os indicadores de deterioração das condições de vida que consideramos mais significativos.

Mas a caracterização dos efeitos sociais ficaria incompleta se não disséssemos que essa crise também teve uma dimensão espiritual para a sociedade cubana: uma crise de paradigma, de incerteza, de poder ou não poder prever o futuro (nem no plano existencial, nem no político), de não saber com certeza se continuaríamos a viver numa sociedade capaz de colocar metas e de se orientar com elas, capaz de cumpri-las ou de não cumpri-las, e de corrigir rumos. (ALONSO, 2011, p. 14).

Esse cenário se tornou um divisor de águas na perspectiva temporal para olhar a sociedade cubana. Assim como 1959 constituiu um primeiro ponto de referência importante na abordagem do tema da pobreza em Cuba, a década de 1990 permitiria avaliar até onde tinha avançado o projeto social e as ameaças para esses avanços, trazendo consigo um giro no discurso sobre o tema.

Nos anos anteriores à crise descrita, embora pudessem ser reconhecidas algumas pessoas em condições econômicas precárias, estas eram classificadas como “casos sociais”³⁷, e nelas focavam-se políticas específicas de assistência social. Nesse grupo encontravam-se pessoas idosas que moravam sozinhas, pessoas ou famílias com incapacidade mental e/ou físicas, famílias disfuncionais ou com níveis econômicos muito precários, entre outras. A questão da pobreza era discursiva enquanto não eram consideradas pessoas ou famílias “pobres”, pois a pobreza era um fenômeno do passado capitalista, em que classes sociais existiam e marcavam esta distinção, um passado, já “passado”.

A crise marcou um ponto de mudança importante que aprofundou as desigualdades e a pobreza³⁸ já existentes desde gênese históricas, mas apontando para um forte envolvimento

³⁷ Pode ser ilustrativo o caso da minha família, que foi incluída nessa classificação. A minha mãe, viúva, recebia uma precária pensão pelo trabalho de meu pai, que esteve empregado estatalmente apenas dez anos (antes foi dono de uma padaria dissolvida em 1967, como parte do processo de erradicação das empresas particulares, e com esse fato a minha família começou um processo de descapitalização agravado com a morte de meu pai em 1977 e a posterior crise, iniciada no ano de 1990). No marco da assistência social, a minha mãe recebia remédios de graça, e o meu irmão e eu ganhamos empréstimos em dinheiro para desenvolver estudos universitários. O processo de erradicação das companhias privadas foi denominado *Ofensiva de 68*, e tem sido considerado um dos mais graves erros do governo revolucionário, por impactar negativamente a dinâmica das relações monetárias comerciais, tendo sido demonstrado que essas pequenas e médias companhias não foram incompatíveis com o projeto político.

³⁸ Mesa-Lago (2005), avaliando a evolução econômica e especialmente a evolução social de Cuba em 1989-2004 com base em estatísticas e publicações cubanas, bem como documentos da CEPAL e de outros organismos

nas estruturas sociais e de classes; embora os estudos sobre essas temáticas conseguissem retomar força na década de oitenta, segundo Espina (2010). A configuração dessa estrutura continua a ser impactada pelas medidas implementadas para a inserção de Cuba no cenário internacional. A utopia da igualdade continua a ser desafiada.

Se referindo ao panorama em estudo, Rosa María Voghon (2016a) aponta:

Las medidas tomadas a partir de esta coyuntura, aunque no alcanzaron el signo Privatizador de las reformas neoliberales que acontecieron en toda la región, supusieron un reforzamiento de las desigualdades, que comenzaron a impactar el Imaginario “homogeneizante” de décadas precedentes. (p. 7).

A autora assinala o período da década dos anos noventa como o momento da fratura do modelo de homogeneização social e que marca a (re)colocação da pobreza e da desigualdade no imaginário social do país. Depois destes anos, a pobreza como fenômeno social mudou qualitativa e numericamente. Dependendo da perspectiva para mensurar o seu alcance, as cifras podem variar dramaticamente. A pobreza saiu desses espaços pontuais para atingir um leque mais diversificado de pessoas. Espalhou-se, carregando outros significados. O emprego perde sua capacidade de fonte econômica para a satisfação das necessidades básicas, os serviços tornam-se precários e o acesso a eles não atende às demandas. As desigualdades sociais tornam-se nítidas. As causas eram depositadas naquela razão macrossocial, e confiava-se na transitoriedade do evento.

A partir de 1990 e até a atualidade, segundo Espina (2010), nas ciências cubanas começa uma emergência epistemológica que permitiria a abordagem dos impactos das principais transformações sociais, e da heterogeneidade que estava se configurando na sociedade. Respondendo a essa emergência epistemológica, foram desenvolvidos estudos que transitaram por várias categorias para definir a pobreza, e estiveram fundamentalmente coordenados desde a capital cubana. Dentre elas encontram-se as seguintes:

- crianças em situação de risco ou socialmente desfavorecidas devido a condições socioeconômicas e familiares adversas (DIAZ; GUASCH et al. 1990);
- grupos vulneráveis: categoria que identifica núcleos com baixa renda que estavam em desvantagem em termos de segurança alimentar (TORRES, 1993);

internacionais, assevera que “Los indicadores sociales mejoraron después de 1994, pero en 2003 varios de ellos no recuperaban aún el nivel de 1989 y la pobreza y la desigualdad habían aumentado” (p. 183).

- população em risco de pobreza³⁹, que se refere à parte da população em risco de não satisfazer suas necessidades básicas devido à falta de renda e que, apesar de gozar de proteção social e seus benefícios, deve ser monitorada pela política social (FERRIOL; CARRIAZO, 1997);
- estudos sobre desigualdades espaciais (IÑIGUEZ; RAVENET, 1997);
- estudos sobre a estrutura socioeconômica cubana, pobreza e desigualdades sociais, papel do Estado na experiência cubana (ESPINA, 1997, 2001, 2003, 2006a, 2006b, 2008, 2010, 2014, 2015a), os quais revelam o fortalecimento da diferenciação socioeconômica e da desigualdade social, expressa no surgimento de “grupos vulneráveis”;
- pesquisa sob pobreza em condição de reforma econômica e estratégias para redução da pobreza (FERRIOL, 1998, 2002);
- estudos da relação entre família e pobreza, pobreza urbana e exclusão social (ZABALA, 1999, 2008, 2009, 2010, 2014);
- “pobreza sem abrigo” para descrever a situação de deficiência em que algumas famílias se encontram, e como parte desta se coloca em diálogo a pobreza e o desamparo (ALONSO, 2002, 2007);
- a reprodução familiar da pobreza a partir de uma perspectiva geracional (VOGHON, 2016b).

Como pode ser observado, nas novas perspectivas e estudos a categoria pobreza começa a ganhar centralidade. No ano de 2000, um estudo da pobreza urbana foi realizado através de métodos de linha de pobreza e necessidades básicas, mas não chegou a abordar as áreas rurais. Nesse sentido, Espina (2015b) esclarece que ela usa a cifra de 20% da população urbana que vive na pobreza (dados de 2000) diante da ausência de estudos mais atualizados. Outras pesquisas apontaram que, em Cuba, a pobreza tem uma qualidade diferente (ZABALA, 2010), apontando que a pobreza extrema dificilmente existe, pois trata-se de uma pobreza protegida pelo acesso a benefícios universais como saúde e educação.

Carmelo Mesa-Lago (2005) desenvolve uma avaliação sobre a evolução econômica e especialmente a evolução social de Cuba no período 1989-2004, com base tanto em estatísticas e publicações cubanas, quanto em documentos da CEPAL e do Programa das

³⁹ Na pesquisa, a preferência no uso da categoria “população de risco” em vez de “população pobre” é esclarecida, levantando o argumento seguinte: “*lo que distingue a un pobre de una persona en riesgo, en materia de alimentación, es que el primero no tiene ninguna garantía de alimentarse, mientras que del segundo se conoce que puede no satisfacer todas sus necesidades, pero tiene garantizada la satisfacción de una parte dada de las de alimentación*” (FERRIOL; CARRIAZO et al., 1997, p. 20). Desta forma, uma definição de pobreza está sendo colocada ainda para alguns autores, como Dilla (2008) – o termo constitui um “*artefacto discursivo que significa por debajo de la línea de la pobreza*” (p. 61).

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para o autor, os principais problemas da etapa, a que considera como a pior fase da crise e sua posterior melhora (embora nem sempre recuperação total) são pobreza, desigualdade, desemprego, alimentação, educação, saúde, segurança e assistência social, e habitação. No tópico dedicado à pobreza, desenvolve as análises seguintes:

Cuba no ha publicado estadísticas oficiales de incidencia de la pobreza. En 1997 introdujo el concepto de “población en riesgo” de pobreza, definida como aquella con ingresos insuficientes para adquirir una canasta básica de bienes alimenticios y no alimenticios (equivalente a la línea de pobreza). La metodología calcula el costo y aporte nutricional de los alimentos distribuidos a precios subsidiados y supone que el resto de la canasta básica se completa en el mercado libre, a los precios de éste; además, incorpora en el ingreso de la población el valor de los servicios sociales gratuitos (Informe de Cuba, 1997; Ferriol, 2004a, p. 78; Ferriol y otros, 1998). Por su parte, una economista cubana (Togores, 1999) ha estimado el “índice de severidad de la pobreza”, de Amartya Sen, para la población total (no solo urbana) de Cuba en 1995, así como la incidencia de la pobreza, sin tener en cuenta los servicios sociales gratuitos y los subsidios de precios. Por último, en 2002 se tomó una encuesta sobre percepción personal de pobreza en la capital, en la que se pidió a los entrevistados que se clasificaran en una de tres categorías: pobres, casi pobres y no pobres. El cuadro 2 resume todas estas estimaciones gruesas: la población urbana en riesgo se triplicó entre 1988 y 1999, de 6,3% a 20%, y se estancó en 2001; en la capital aumentó de 4,3% a 20% entre 1988 y 1995 pero descendió en un año a 11,6%.⁸ Las cifras de otras estimaciones son mucho mayores: el índice de severidad de la pobreza fue de 0,39-0,42, la incidencia de la pobreza en la población total fue de 61%-67% en 1995, y la percepción de pobreza en la capital fue de 31% en 2002. Aunque las técnicas de medición son muy diversas, estas cifras indican un incremento de la pobreza durante todo el período. Ferriol (2004a, p. 81) comparó la población urbana en riesgo cubana en 1999 con la incidencia de la pobreza en cuatro países latinoamericanos en 2001- 2002, ordenando a Cuba después de Uruguay con la menor “pobreza urbana”. Pero excluyó de la comparación a Costa Rica, que tenía una incidencia de pobreza menor que la población en riesgo de Cuba, y a Chile, que tenía una incidencia similar, y escogió a Colombia y Ecuador, países con elevada incidencia de la pobreza. (CEPAL, 2001; MESA- LAGO, 2005, p. 188 - 189).

O quadro referido por Mesa-Lago (2005) é o seguinte:

Quadro 1 – Cuba: estimativas da pobreza, 1988 - 2002

	1988	1995	1996	1999	2002
<i>Estimaciones de Ferriol</i>					
Población en riesgo urbana total (% de la población)	6,3		14,7	20,0	^a
Población en riesgo en Ciudad de La Habana (% de la población)	4,3	20,1	11,5		
Percepción de pobreza en ingreso en Ciudad de La Habana (% de la población)					31,0 ^b
<i>Estimaciones de Togores</i>					
Índice de Sen (severidad de la pobreza) ^c		0,39 - 0,42 ^d			
Incidencia de la pobreza (% de la población total)		61 - 67 ^d			

Fuente: Ferriol (2004a; 2003) y Togores (1999).

^a Según Ferriol (2003), los cálculos preliminares para el año 2001 confirman una resistencia al descenso en el porcentaje de la población en riesgo, lo cual indicaría que dicho porcentaje se mantendría en torno al 20%.

^b Además, 23% "casi pobre".

^c Para una población grande, el índice de severidad de la pobreza de Amartya Sen (P) tiene la siguiente expresión: $P = H [I + (1-I) G_p]$, donde H es la incidencia de la pobreza (población bajo la línea de la pobreza, dividida por la población total); I es la brecha de ingreso, entendida como la diferencia entre la línea de pobreza y el ingreso medio de la población pobre, en relación a la línea de pobreza; y G_p es el coeficiente de Gini para la distribución del ingreso de los pobres. P varía entre 0 y 1, y adquiere un valor 0, si toda la población tiene un ingreso mayor que el de la línea de pobreza, y un valor 1, si el ingreso de toda la población es nulo.

^d Variantes obtenidas al utilizar diferentes distribuciones del ingreso.

Fonte: MESA-LAGO, 2005, p. 188.

É importante notar que, embora a crise da década de 1990 tenha colocado novamente a questão da pobreza como objeto de estudo na academia cubana, as pesquisas sobre o fenômeno eram escassas, continuava-se procurando uma categoria substituta para o termo pobreza, continuam sendo estudos com foco nos espaços urbanos da região oeste do país, principalmente na capital, e com o privilégio para estudos empíricos carentes das abordagens desde uma perspectiva interseccional de gênero, classe, raça, espaço e outros marcadores sociais.

Nesses silêncios/silenciamentos sobre a categoria pobreza, emergem alguns questionamentos a respeito de quais questões são fragilizadas a partir da sua colocação no contexto da transição socialista em Cuba. Quais elementos são desvendados a partir da sua existência que impedem, até hoje, a sua inclusão nos discursos políticos e midiáticos oficiais?

Resulta importante apontar que as abordagens desenvolvidas têm uma importância inestimável na visibilidade do fenômeno, e embora não sejam suficientes para dar uma visão em escala nacional, permitiram declarar o vácuo dessas investigações no leste do país, fundamentalmente nos espaços rurais.

Pela importância dos efeitos diferenciados territorialmente da crise dos anos 1990 e da reforma econômica consequente, sobre o estado de desigualdades na sociedade cubana, identificamos quatro estudos desenvolvidos na segunda metade desta década, que apontam a

concentração dos impactos negativos sobre a parte oriental do país, pelas marcadas desvantagens historicamente acumuladas naquela região (ESPINA, 2001).

Os desequilíbrios territoriais existentes mostram um desenvolvimento no leste do país e dentro de cada uma das suas províncias⁴⁰ (de menores índices de desenvolvimento humano) que foram acentuados pela crise, desigualdades herdadas e acumuladas histórica e contextualmente devido aos problemas climáticos e de vulnerabilidade do seu ecossistema. Além disso, os processos de mudança que resultaram da reforma econômica e de reestruturação da indústria açucareira causaram impactos que abarcaram dimensões múltiplas, e são ainda insuficientemente estudados.

Edel Fresneda e Angela Peña (2013), por sua parte, argumentam o fato a partir das reflexões seguintes:

Las distancias que se reforzaron con la selectividad territorial del desarrollo, acentuaron las diferencias socioeconómicas para las poblaciones, por limitaciones o estímulo a la formación y diversificación del empleo, y acceso a diferenciados niveles de consumo material y cultural. En este nuevo escenario, la población en general se enfrenta a mecanismos inestables de movilidad social y espacial, lo cual trae como resultado grupos sociales en desventaja [...]. (p. 91).

Esses autores referem-se às desvantagens desses grupos que ficam com menores oportunidades a partir da seletividade dos territórios. Embora eles estejam estabelecidos nos espaços urbanos, a reflexão é válida para pensar em outros territórios favorecidos pelas características que permitem inversões nas atividades econômicas priorizadas no país, como é a atividade turística. As colocações dos autores revelam como a mobilidade social e espacial, fica muito limitada a partir desse planejamento e visão do desenvolvimento, com foco voltado mais para as questões econômicas do que para as questões sociais.

Refletindo sobre a revalorização dos territórios Haroldo Dilla (2008) considera que:

Sin lugar a dudas el caso más relevante de revalorización es la franja de costa norte que corre desde La Habana hasta Varadero. En el escalón inferior se encuentran las cinco provincias orientales (Holguín, Santiago, Granma, Las Tunas y Guantánamo), hábitat de cerca de cuatro millones de personas, y donde no es posible encontrar polos económicos dinámicos a excepción de los enclaves niquelíferos en Holguín y de alguna actividad turística en Santiago. Es un caso típico de una región devaluada, afectada por el desmantelamiento de la industria azucarera, con un 'complejo de recursos humanos' deficiente y una situación ambiental muy deteriorada que coloca a la mayor parte de la población en condiciones de alta vulnerabilidad. Según un estudio realizado por el Programa

⁴⁰ A Dra María de los Angeles Arias Guevara, em suas falas e palestras, refere-se a existência de um norte e um sul na província holguinera, um norte favorável para o desenvolvimento do turismo (atividade priorizada) e um sul com índices inferiores de desenvolvimento e menores oportunidades de responder às transformações econômicas como acontece com Cacocum, município foco da pesquisa.

Mundial de Alimentos y el Instituto de Planificación Física (PMA/IPF, 2001), de 53 municipios ubicados en las cinco provincias orientales, el 81 por ciento se ubicaba en un estrato de vulnerabilidad o alta vulnerabilidad, lo que significaba que la situación de la producción de alimentos era muy precaria y la capacidad de respuesta de las instituciones era muy débil, por lo que la mayor parte de la población (unos 2,4 millones de personas) estaba expuesta al desastre. Esta franja de municipios vulnerables coincide casi puntualmente con el registro que hizo el IPF de unos 36 municipios deprimidos, ubicados en la región oriental, y donde habitaba el 19 por ciento de la población nacional. (ESPINA, 2003; DILLA, 2008, p. 61).

O autor destaca a não existência de dados quantitativos sobre a pobreza nas províncias do Leste, com exceção das informações fornecidas pelo Instituto Nacional de Investigaciones Económicas (INIE). Dilla (2008) coloca a referência de Ferriol (1988), cuja pesquisa constatou que 15% da população se enquadrava em risco de pobreza no país, superior nas províncias do leste, onde o fenômeno atingia 22% do total da sua população.

Outros estudos desenvolvidos fora da capital cubana foram:

- Na Universidade de Oriente, em Santiago de Cuba, as pesquisas desenvolvidas por Margarita Moncada (2013) sobre pobreza, saúde e inclusão social.
- Em Holguín se destacam as pesquisas realizadas por Guevara (2008, 2009, 2013, 2015, 2020), nas quais se abordam as visões do desenvolvimento local com ênfase nos espaços rurais, a perspectiva de gênero, a agroecologia, violência de gênero contra as mulheres, bem como aspectos metodológicos relevantes para enfrentar o problema e sistematizar os estudos na província.
- Pesquisa sobre estratégias de reprodução social em famílias da periferia urbana desenvolvida, desde a Universidade de Holguin, por Elsie Alejandrina Pérez Serrano e Ilena Betancourt Chacón (2013).
- Estudos sobre violência de gênero, feminismos e representação desenvolvidos em municípios de Holguín por Yuliuba Hernández (2011, 2014), que com Alisa Delgado (2014, 2016, 2019), desenvolvem estudos sobre pobreza, exclusão e espaços geográficos e seus vínculos com a violência de gênero.
- Outras abordagens da pobreza a partir de uma perspectiva de gênero têm sido contempladas em pesquisas realizadas tanto em áreas rurais (PUPO VEGA; MARTINEZ; MATA, 2011; MARTÍNEZ; PUPO VEGA; PÉREZ, 2013; PUPO VEGA, 2013, 2015, 2017; PUPO VEGA; MARTÍNEZ, 2018) quanto em áreas periféricas (PUPO VEGA; ALMAGUER, 2013; PUPO VEGA; RODRIGUEZ, 2012) da província de Holguín.

- Um interessante estudo em espaços de reconversão da indústria açucareira no leste do país foi desenvolvido por Aymé Plasencia no município de Jobabo na província Las Tunas. A autora retoma o termo reconversão da vida das narrativas das pessoas da localidade diante do fechamento do engenho, identificando-a como crise das necessidades focadas nos acessos diretos à vida cotidiana, as representações sociais do desenvolvimento associado às dinâmicas da indústria, a ausência de alternativas e os impactos nas subjetividades projetados, em um nível afetivo, em nostalgias evocadas pelas lembranças (PLASENCIA, 2015).

Alguns dos elementos que singularizam a pobreza no contexto cubano são aqueles associados ao acesso universal e gratuito aos serviços de saúde e educação, segurança pública, a criação de espaços de igualdade e da equidade, e que marcaram uma diferença notável para a expressão da pobreza no contexto latino-americano, dentre outros.

María del Carmen Zabala (2014) aponta que, quando se leva em consideração a disponibilidade limitada de informações sobre esses tópicos e a resistência ao reconhecimento destes fenômenos e seu estudo, os resultados alcançados⁴¹ são muito louváveis, porém identifica um conjunto de restrições em que declara a pobreza rural como área pouco estudada.

Fazendo referência à atualidade cubana Valdés Paz⁴² (2014), no prólogo do livro “Algunas claves para pensar la pobreza en Cuba”, assevera que:

Si recorremos con nuestra mirada la geografía de la sociedad cubana actual, veremos numerosas manifestaciones de pobreza, particularmente en las zonas suburbanas y rurales. Pero como revelan numerosos estudios, la realidad menos visible es una pobreza estructurada que abarca casi la cuarta parte de la población cubana. De hecho, la pobreza en la sociedad cubana siempre estuvo, y en las últimas décadas ha visto ampliarse su franja de pobreza y de miseria. (p. 6).

A sistematização dos estudos sobre o tema indica a presença de um forte condicionamento histórico e cultural, a persistência geracional de ativos insuficientes e padrões de comportamento relativos à fraqueza da capacidade de fazer escolhas para integração social e/ou para implementar estratégias de sobrevivência eficientes. Eles também

⁴¹ A autora refere-se aos resultados da coletânea “*Algunas claves para pensar la pobreza en Cuba desde la mirada de jóvenes investigadores*”, livro publicado no país pela Editorial Acuario, Centro Félix Varela, no ano de 2014 e que aborda o tema da pobreza (PAZ, 2014).

⁴² Juan Valdés Paz. Sociólogo, cientista político, historiador e filósofo cubano. Professor Associado da Universidade da Havana e do Instituto Superior de Relações Internacionais. Pesquisador em temas como Filosofia, Marxismo, Sociologia Rural, Relações Internacionais, América Latina e América Central e diferentes aspectos da Revolução Cubana. A partir do 2000, ele se aposenta, mas continua seu trabalho como pesquisador independente. Refere-se ao “Prólogo” em: *Algunas claves para pensar la pobreza en Cuba desde la mirada de jóvenes investigadores* (op. cit).

contribuíram para a identificação da reprodução de desvantagens de gênero e raça no acesso ao bem-estar. Os estudos rurais, a partir de uma perspectiva de gênero, também demonstram a desvantagem das mulheres como detentoras de bens, entre os quais se destacam a terra, os meios de produção, os meios de deslocamento, inclusive a posse de animais e contas bancárias.

Segundo Espina (2006a), algumas das suas deficiências é que eles são estudos micro sociais, cujo alvo é perdido de vista nas conclusões que se projetam para níveis macro; a ênfase no micro permitiria o desenho de políticas locais que particularizassem os impactos sobre o fenômeno da pobreza, que também é situada, contextualizada. Por outro lado, é importante notar que os resultados do estudo não são generalizáveis para o resto do país, as desigualdades territoriais de oportunidades e de acesso tem comportamentos diferentes nos espaços e diferentes realidades, de modo que as abordagens requerem uma conexão com os contextos.

As pesquisas transpassadas pelas abordagens de gênero são apenas enquadradas ao final dos anos 1980, apesar da feminização da pobreza, e foram relacionadas com a consolidação de espaços de pesquisa e discussão promovidos por intercâmbios acadêmicos tais como um projeto entre a Universidade de Holguín (UHo) e a Universidade Federal de Paraná (UFPR), a institucionalização de uma Plataforma Programática para a avaliação e monitoramento dos compromissos assumidos em Beijing, a criação de Centros de Estudo e Cátedras de Mulheres nas universidades e as Casas de Atendimento para as Mulheres e as Famílias. É importante destacar as contribuições feitas pela Cooperação Internacional na introdução do tema na formação da pós-graduação em várias universidades, e a coordenação de projetos. Foi importante o desenvolvimento de eventos como o “Taller Internacional Mujeres del siglo XXI”, coordenado desde a *Catedra de la Mujer* da Universidade da Havana, realizado a cada dois anos a partir do ano de 1994; o “Primer Coloquio Internacional de Estudios de Género”, no ano de 2005, coordenado pelo grupo Equidad da Universidade de Oriente em Santiago de Cuba, e o “Congreso Iberoamericano de Pensamiento”, realizado em Holguín no ano de 2004, e que introduz o pensamento feminista como um tópico em 2009, apresentando-o nas mesas de abertura ou encerramento e em um colóquio de gênero proposto desde o Nucleo de Género da Universidade de Holguín, entre outros.

O gênero tem sido colocado em algumas disciplinas⁴³, embora apenas em carreiras de humanidades, e constitui um eixo fundamental no trabalho de ONGs cubanas como Oscar Arnulfo Romero (OAR) e o Centro Felix Varela (CFV), entre outras.

A introdução de estudos de gênero produziu um forte impacto, inicialmente em espaços limitados, o que começa a permear os discursos mais do que as práticas, nos diferentes cenários. Se as mulheres viveram uma revolução dentro da própria revolução⁴⁴ que o país vivenciou através do acesso às oportunidades das quais elas foram excluídas, agora elas invadem os espaços públicos; as políticas continuaram a reproduzir estereótipos que tiveram maior influência sobre as mulheres para que elas saíssem para os espaços públicos (às vezes em seus papéis tradicionais), do que os homens para sua incorporação nos espaços domésticos, aprofundando desta forma uma lacuna de desigualdade, cuja superação continua a ser um desafio.

Até hoje, as análises estatísticas com uma abordagem de gênero mostram que, por um lado, as mulheres continuam a assumir a maior carga do trabalho doméstico, mais pesado e complexo nos contextos de pobreza e, por outro lado, ainda existe uma sub-representação nos espaços de poder.

A perspectiva das análises do espaço geográfico na compreensão sociológica dos fenômenos sociais tem sido abordada em Cuba, entre outros/as cientistas, por Íñiguez e Ravenet (1997); Íñiguez (2010, 2015); Guevara (2008); Hernández (2014) e Dilla (2008), desvendando os desequilíbrios territoriais e os vácuos de pesquisas nos subespaços geográficos rurais nas províncias do leste do país.

Outro eixo de análise tem sido as questões que relacionam as visões de desenvolvimento e gênero e, particularmente, a pobreza, a partir de um olhar multidimensional, destinado a destacar a singularidade dos fenômenos vividos por homens e mulheres em comunidades rurais. O problema, desde as ciências sociais, pode ser considerado emergentes no país. As leituras do fenômeno da pobreza rural, que oferecerão as análises que esta pesquisa propõe a partir da perspectiva de gênero e espaço, contribuirão com recomendações para as entidades que tomam decisões sobre políticas de desenvolvimento, além de que propiciarão elementos essenciais para impactar as condições de pobreza que

⁴³ Na Universidade de Holguin, conjuntamente com a Dra Maria de los Angeles Arias Guevara, foi proposta a disciplina Economia Feminista para estudantes de Economia, embora, sem consulta prévia, o nome tenha sido substituído por Gênero e desenvolvimento, o que não interfie no conteúdo que tínamos planejado e transmitimos.

⁴⁴ “La mujer es una revolución dentro de la revolución”. Palavras pronunciadas por Fidel Castro, Comandante-em-Chefe da Revolução Cubana, no ato de constituição da Federação das Mulheres Cubanas em 23 de agosto de 1960.

marcam o cotidiano dessas comunidades e desvendam as necessidades de políticas locais pela singularidade nas expressões do fenômeno.

Além dos silêncios e das classificações da pobreza, o conceito é (re)colocado no imaginário social e nas linguagens da população. Se bem os termos acadêmicos e oficiais não alcançaram as conotações negativas que envolve a palavra pobreza, também não escaparam dos limites destes espaços formais. Quando irrompe o conceito no senso comum, (re)aparece a palavra pobreza com toda a força do sentido de carência, falta, privação a partir sempre de um outro diferente. E é esse o meu interesse, compreender como a pobreza é configurada nas narrativas das pessoas, com foco nas mulheres que vivem em espaços rurais e a incidência nessa construção dos relacionamentos com “o outro” (avaliando as relações de gênero).

A identificação da problemática na qual coloco o alvo da minha pesquisa envolve minha apropriação da epistemologia feminista a partir dos usos do gênero como categoria de análise (SCOTT, 1999, 2001) e dos saberes situados (HARAWAY, 1995), ao mesmo tempo em que declaro a origem das vozes que me habitam e suas intersecções de mulher cubana, acadêmica e urbana e que entrelaça as suas posições/noções feministas e antirracistas por uma questão de justiça social.

1.2 – PRINCIPAIS CONCEITOS

- Pobreza: A partir da introdução do enfoque de capacidades, de Amartya Sen (1992, 1993, 1996, 2000, 2010), a pobreza é entendida como um fenômeno de dimensões múltiplas. Nessa abordagem, a ênfase é colocada não tanto no resultado, que tem um forte nuance econômico (ser pobre no sentido de não ter renda ou ativos suficientes), mas em ser pobre como a impossibilidade de alcançar um mínimo de cumprimento vital por causa da privação de capacidades, possibilidades, oportunidades e direitos básicos para fazê-lo desde a participação. A inclusão da perspectiva dos direitos envolve a questão relacional, da mesma forma que uma pessoa tem direitos, outra tem deveres (neste caso o Estado, o qual pretendo analisar desde os acessos às políticas públicas com caráter universal em Cuba: saúde, educação). Embora Sen não trabalhe a pobreza como fenômeno estrutural, e coloque as causas no individual, a partir das suas contribuições a dimensão subjetiva nas indagações sobre o fenômeno é incluída.
- Gênero: Construção social, cultural e histórica que implica comportamentos, características, atitudes e papéis, que são atribuídos às pessoas de acordo com seu sexo, que responde também a uma construção social (BUTLER, 2003 [1990]). Isso marca

diferentes expectativas de comportamento social e até mesmo direitos e deveres diferentes para mulheres e homens. O gênero, social e culturalmente construído, é modificável e diferente de acordo com a época histórica e a cultura.

Segundo Scott (1999), as relações de gênero são as relações sociais que se dão entre homens e mulheres, homens e homens e ainda entre mulheres e mulheres, as quais não são construídas em função de suas características biológicas, mas são compreendidas como um produto social que legitima relações de poder.

Mais recentemente, Marília Moschkovich (2013) define o gênero como “o sistema simbólico que regula, em nossa sociedade, uma série de normas de comportamento e práticas sociais, na grande maioria das vezes relativas ao corpo e à sexualidade. Esse sistema, porém, permeia muitos outros pedaços da vida em sociedade, organizando-a ao se articular com outros sistemas simbólicos como as classes sociais, ou a raça” (p. 109).

- Ordem patriarcal: constitui um sistema semiótico de dominação masculina atual na maioria das sociedades, que contém um conjunto de sinais que foram historicamente transmitidos de uma geração para outra. Esses sinais foram transferidos ao longo do tempo a través de informações sobre as condições feminina e masculina para conformar e regular o funcionamento social, essas que transmitiram códigos de superioridade e domínio masculino, como o uso da violência, em suas diferentes variantes, como uma prática sistemática para orientar o comportamento e controlar a anomia que pode produzir transgressão desses códigos por qualquer dos atores sociais: indivíduos ou coletividades. Em cada área geográfica, este sistema de sinais está em conformidade com as características geográficas, históricas, políticas e sociais do referido espaço; isso atualiza e recria, incorporando as mudanças operadas na sociedade em geral e em instituições como a família e o casal, construindo novos sinais que podem orientar e controlar o comportamento, conservando os objetivos sóciohistóricos a que responde. Segundo Marta Fontela (2008), os estudos feministas sobre o patriarcado e a constatação de que essa forma de dominação é uma construção histórica e social apontam as possibilidades de transformá-lo para um modelo social justo e igualitário.

Existem questionamentos sobre a existência contemporânea do patriarcado, particularmente no caso cubano. Para argumentar o critério inverso, é importante pensar na contextualização dos fenômenos sociais. Nos espaços estudados por Hernández (2014) a presença do sistema patriarcal é muito nítida, assim como nos espaços nos quais desenvolvo as minhas pesquisas. Existem algumas propostas de substituir a categoria patriarcado por sistema sexo-gênero, mas optei pela primeira a partir de constatar relações

de poder muito marcantes que tem sua expressão na subordinação feminina em diversos âmbitos familiares, comunitários e sociais em geral.

- Espaço geográfico: constitui um cenário para a construção de culturas e subjetividades mediadas pelas relações de poder e pelo ambiente físico-natural, com caráter histórico, que contém elementos de opacidade ou luminosidade e realiza uma incidência específica nas relações de gênero (HERNÁNDEZ, 2014, p. 58). O uso da perspectiva espacial foi inspirado nos argumentos de Massey (1994), Santos (1996, 2008) e Silva (2007).
- Subespaços geográficos: *“subdivisiones internas del espacio geográfico general, consideradas así por su tamaño físico-territorial, con características socioestructurales y culturales específicas”* (HERNÁNDEZ, 2014, p. 59).
- Experiência: Os argumentos de Joan Scott (2001) envolvem uma importância essencial para as análises pretendidas. A autora parte de que os sujeitos são constituídos por meio da experiência, entendida como aquilo que procuramos explicar e sobre o qual o conhecimento é produzido. Para a autora, as identidades são produzidas historicamente pela experiência dos sujeitos. Esse posicionamento transmite um certo determinismo e uma unilateralidade que torna difícil pensar também naquilo que é feito a partir dessa experiência contextualizada. O que fazemos com o que nos é dado? O termo identidade pode tender à confusão se for entendido como algo inamovível e estático.

As definições de Lauretis (1989) resultaram um forte complemento, uma vez que define a experiência como o processo pelo qual a subjetividade é construída; um complexo de efeitos de significação, hábitos, disposições, associações e percepções que são resultado da interação do eu e do mundo externo. A autora faz ênfases nas mudanças que acontecem na experiência (efeitos de significado), que é reformada continuamente pelos sujeitos.

CAPÍTULO 2 – POBREZA E SUAS IMPLICAÇÕES COM O ESPAÇO E O GÊNERO

2.1 – A POBREZA E SUA POLIFONIA

Introduzir, no debate atual sobre a pobreza, a preocupação sobre a existência da relação entre os discursos (acadêmicos, políticos) e as práticas é um campo legítimo. Esses relacionamentos revelam a ocorrência ou ruptura do diálogo entre os cientistas que abordam as realidades e propõem como transformá-las, e quem decide sua implementação, facilitando-a ou dificultando-a. Neste sentido, as ideias de Chantal Mouffe (2015) constituem-se em um importante referente para refletir sobre esses vínculos em contextos democráticos. Concordo com a autora em considerar que:

[...] a tarefa dos teóricos e políticos democráticos deve ser imaginar a criação de uma vibrante esfera pública “agonística” de contestação, na qual diferentes projetos políticos hegemônicos possam se confrontar. Essa é, do meu ponto de vista, a condição *sine qua non* de um efetivo exercício da democracia. (MOUFFE, 2015, p. 3).

A conceituação da pobreza não pode escapar de uma intenção política⁴⁵, tanto dos cientistas sociais, quanto das organizações que abordam sua mitigação ou erradicação, e esses processos vão além do âmbito “puramente” teórico. Os fenômenos sociais são atravessados pela política e, a partir desta dimensão, são velados ou revelados, falados ou silenciados, expostos ou camuflados. Essas atitudes se relacionam, de maneira estreita e decisiva, com as análises que descrevem as múltiplas causas e as diferentes formas de mensurar os fenômenos a partir de suas conceituações, o qual envolve, indubitavelmente, um forte matiz político projetado na pluralidade de vozes sobre a temática.

A pobreza, enquanto problema social, tem sido essencialmente entendida como um estado de carência, privação, falta, ausência, independentemente da ciência ou teoria a partir da qual seja analisada e da prioridade atribuída a determinados elementos contidos na sua definição. A sua abordagem científica deu-se a partir de diferentes perspectivas teóricas que proporcionaram múltiplos enfoques. Isto conduziu a diferentes definições e propostas teórico-metodológicas para mensurá-la, nas quais existe “certo consenso” (ARRIAGADA, 2003),

⁴⁵ Assumindo a influência da Chantal Mouffe e a diferenciação que a autora estabelece entre “política e o político”, esclarecendo: “[...] entendo por ‘o político’ a dimensão de antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto entendo por ‘política’ o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político” (2015, p. 8).

demonstrando a complexidade do assunto e a necessidade de uma abordagem integrativa para sua compreensão. Para expandir esse argumento Irma Arriagada destaca que:

Se ha llegado a cierto consenso que considera a la pobreza como la privación de activos y oportunidades esenciales a los que tienen derecho todos los seres humanos. La pobreza está relacionada con el acceso desigual y limitado a los recursos productivos y con la escasa participación en las instituciones sociales y políticas. La pobreza deriva de un acceso restrictivo a la propiedad, de un ingreso y consumo bajo, de limitadas oportunidades sociales, políticas y laborales, de bajos logros en materia educativa, en salud, en nutrición y del acceso, del uso y control sobre los recursos naturales y en otras áreas del desarrollo. (ARRIAGADA, 2003, p. 1).

Existem alguns pontos de contato nas visões plurais do fenômeno, como a consideração de sua dinâmica determinada por elementos estruturais próprios de tempos e espaços específicos. Outro elemento que ganha força é o fato de que indicadores puramente econômicos não suportam as análises, dado que não é apenas a dimensão monetária que define a pobreza das pessoas, por isso são adicionados a esses indicadores componentes subjetivos, simbólicos, políticos, normativos.

A pobreza é um processo⁴⁶ relacionado a fenômenos de espectro mais amplo que se entrelaçam com as visões de desenvolvimento e as estratégias que delas emergem. Essas estratégias definem as políticas que impactam níveis macrossociais, determinam o acesso das pessoas a recursos produtivos, empregos, renda, participação, propriedade, educação, saúde, oportunidades sociais, políticas e trabalhistas. Portanto, a privação de determinados bens e oportunidades é também considerada pobreza.

Paulette Dieterlen (2003) afirma que já em meados do século XVI, na Inglaterra, foram propostas leis para combater a pobreza tanto por circunstâncias econômicas e devido à pressão da população quanto por mudanças na concepção do que os governos poderiam e deveriam fazer em favor dos pobres e, finalmente, pela ambição política de controlar aqueles que as elites consideravam súditos inferiores. Isso reforça que a pobreza, como fenômeno social, tem uma historicidade no tempo, e nesse sentido Arriagada (2003) levanta que:

⁴⁶ Alfonso Dubois, especialista em pobreza, faz referência ao conceito de processos de empobrecimento e coloca a Organização Internacional do Trabalho (OIT) como pioneira no uso da concepção de pobreza partir do enfoque dinâmico do fenômeno. O autor retoma o argumento seguinte: “*Para esta organización, la pobreza no se entiende como un fenómeno secundario o incidental, sino que se halla estructuralmente relacionada con el modo de funcionamiento de la economía y de la sociedad*” (RODGERS, 1995, p.1. apud DUBOIS, 1999, p. 124).

El concepto de pobreza en términos históricos no es nuevo. Lo relativamente nuevo es la idea de que el Estado (así como los organismos internacionales y los organismos no gubernamentales) deben intervenir de manera continuada y sistemática para mejorar la situación de la población que vive en la pobreza y en la extrema pobreza. Más nueva aún es la constatación de que las causas y la situación de pobreza misma son diferentes para mujeres y hombres y que por tanto requieren políticas y programas específicos por género. (p. 9).

A autora destaca a importância de entender a pobreza em duas dimensões temporais: (i) abordar aqueles casos em que ela se sustenta no tempo (pobreza estrutural, pobreza dura); (ii) como uma situação variável a partir de determinadas condições que incidem na permanência da pobreza e requerem políticas diferenciadas. A pobreza apresentada desde múltiplas dimensões dos tempos e dos espaços, tanto sociais quanto culturais.

A pobreza foi um dos principais problemas do século XX e continua a sê-lo no século XXI, porém não existe, segundo Francisco Verdura (2007), uma teoria econômica da pobreza, nem mesmo teorias parciais, apesar da importância do tema. Neste sentido, o autor defende que alguma coisa deve estar errada no trabalho dos cientistas sociais relacionado às abordagens ou perspectivas da pobreza, porque estas são apresentadas a partir de dicotomias, quando se precisa de teorias ou explicações sobre suas causas.

O termo “pobreza” tem significados diferentes nas ciências sociais. Em um trabalho realizado por Paul Spicker (2009), ele identifica doze formas possíveis de interpretar essa palavra, a respeito comenta:

En ciencias sociales, la pobreza es entendida en al menos doce sentidos específicos. Los sentidos se superponen unos sobre otros; dos o tres definiciones distintas del mismo término pueden encontrarse simultáneamente en una misma posición en el debate sobre la pobreza. Los sentidos propuestos son específicos, ya que son lógicamente distinguibles, de modo que las características asociadas a un sentido no lo están necesariamente a otros. (p. 292).

Spicker (2009) coloca aspectos similares para os diferentes significados envolvidos na palavra pobreza. O grupo das condições materiais contempla: necessidades, padrão de vida, recursos insuficientes; o grupo das condições econômicas faz referência a: nível de vida, desigualdade e posição econômica; o grupo das condições sociais: classe social, dependência, falta de segurança básica, exclusão e ausência de titularidades. A variedade de significados e acepções da palavra pobreza revela a complexidade do fenômeno em suas expressões sociais e configurações plurais.

É nas Ciências Sociais, no campo da Economia Política, que se situam as primeiras preocupações com a pobreza: Malthus, em 1798 entendia o fenômeno como consequência de

um crescimento aritmético dos alimentos e de um crescimento geométrico da população; entanto Karl Marx⁴⁷ coloca sua causa na propriedade dos meios de produção e na inadequada distribuição da riqueza.

Por pobreza entende-se, essencialmente, um estado de carência, privação, independentemente da teoria a partir da qual seja analisada. A pobreza, como fenômeno social, tem sido estudada a partir de múltiplas abordagens, o que tem levado a diferentes definições e propostas para medi-la, demonstrando a complexidade do tema e a necessidade de olhares integradores que facilitem sua compreensão.

Alfonso Dubois (1999) considera que a preocupação dos países ricos, tanto com o desenvolvimento quanto com a pobreza, se dá a partir da segunda metade do século passado. O autor propõe uma periodização das atitudes assumidas em relação à pobreza e situa um primeiro momento a partir dos anos cinquenta e sessenta, em que considera que existe um certo desinteresse perante a pobreza, consequência do deslumbramento ante o crescimento econômico e as expectativas de um futuro de ilimitadas possibilidades. Dubois (1999) mostra que esse desinteresse se manifesta até no meio acadêmico, onde o fenômeno quase desaparece da pauta dos cientistas sociais, com algumas exceções entre as quais menciona Myrdal, Townsend e Sen, como as mais prominentes.

O segundo momento corresponde à década de 1970, na opinião de Dubois (1999), em que se reconhece que, apesar do crescimento econômico, a pobreza existe e também ocorre nos países desenvolvidos⁴⁸. A década de 1980 marcou um terceiro momento com o abandono da preocupação com a pobreza, dadas as novas prioridades criadas pelos equilíbrios macroeconômicos e os ajustes estruturais. O autor destaca que, no contexto de crise, a CEPAL coloca seu foco de interesse na ocupação e na pobreza e posteriormente, diante do aumento do fenômeno, esta volta ao centro de atenção.

A periodização descrita por Dubois (1999) sintetiza os giros em relação ao modo como o interesse pela pobreza foi tomado e retomado, é assumido ou mascarado por indicadores e números, mas sempre volta para alertar que os modelos de desenvolvimento continuam falhando até hoje, entrando na terceira década do século XXI.

⁴⁷ Algumas das obras de Marx em que coloca suas ideias sobre a pobreza e a desigualdade são: *Manifesto del Partido Comunista* (1848), *Trabajo Asalariado y Capital* (1849) e *Manuscritos Económicos y Filosóficos de 1844* (1932).

⁴⁸ Basta lembrar a luta contra a pobreza ou os estudos feitos no Reino Unido no final dos anos sessenta. Enquanto no nível global – como o então presidente do Banco Mundial, Robert Mac Namara, proclamou em seu famoso discurso de Nairóbi de 1973, “O ataque à pobreza” – foi considerado uma ameaça à estabilidade mundial. Ver: DUBOIS, 2006.

Sen (1993) observa que nos olhares iniciais para a abordagem do fenômeno se destacam a dimensão econômica em sua conceituação, visto que partem das ciências econômicas. Um estudo pioneiro, do início do século XX, foi desenvolvido por Seebohm Rowntree (1901) sobre a pobreza em York, no Reino Unido. Com base nas suas conclusões, o autor classifica a pobreza em primária e secundária, ao estabelecer uma linha de pobreza. Segundo Sen (1992), na proposta deste autor estariam as bases para o conceito moderno de pobreza absoluta. Considerou também que, se nesses trabalhos iniciais a pobreza absoluta é concebida a partir de certos parâmetros de subsistência, não é surpreendente que considerações biológicas, relacionadas às exigências de sobrevivência ou à eficiência do trabalho tenham sido frequentemente usadas para definir a linha de pobreza, sendo que a fome é claramente o aspecto mais notório que a constitui.

Tradicionalmente e até hoje, a forma de mensurar a pobreza responde à classificação de métodos objetivos e subjetivos. A pobreza objetiva é descrita a partir de avaliações normativas que a constituem e analisam as estratégias para eliminá-la. A pobreza tem sido entendida como um fenômeno universal que envolve carências materiais, essencialmente. Os critérios de mensuração são baseados, fundamentalmente, na renda e no consumo (RAVALLION, 1992, 1998; GLEWWE; VAN der GAAG, 1990; ATKINSON, 1991; DEATON e GROSH, 1999, entre outros), dando lugar a métodos monetários e não monetários.

O enfoque objetivo monetário, amplamente utilizado nas pesquisas de pobreza, é sustentado na concepção do nível de renda para garantir um padrão de vida mínimo. Para avaliar a pobreza absoluta é utilizada uma linha de pobreza⁴⁹ (LP), calculada a partir de uma cesta básica⁵⁰ (alimentos, vestuários, transporte), cujo valor permite determinar as pessoas situadas abaixo dela. O uso do lar como unidade de análise baseada na determinação de linhas de pobreza continua a ser alvo das críticas feitas pelas economistas feministas.

Diego Andrés Guevara e Julián David Gómez (2011), embora apontem a renda como uma variável importante nos estudos do bem-estar, analisam que sua principal limitação é que

⁴⁹ As críticas mais frequentes a essa abordagem residem na preponderância dos elementos materiais e monetários para as abordagens da pobreza, deixando de lado outras dimensões menos tangíveis, como elementos simbólicos e culturais; também levar o lar como unidade de análise tem sido alvo de múltiplas questões, principalmente a partir do pensamento feminista, ao ignorar as relações de poder que se estabelecem e legitimam dentro dos domicílios e que marcam de maneira importante dinâmicas de relações assimétricas e de subordinação, com uma distribuição desigual de renda e de consumo dentro destes com desvantagens visíveis para as mulheres. Considerar uma linha de pobreza pode resultar um elemento enganador e instável quando considerado a partir do valor de bens e serviços considerados aceitáveis, independentemente das necessidades particulares dos membros do agregado familiar e que variam contextualmente e temporariamente.

⁵⁰ Produtos alimentares e de higiene pessoal racionalizados que são vendidos mensalmente às famílias a preços subsidiados e controlados em livro de abastecimento, insuficientes para cobrir as necessidades do mês.

“no determina el grado de dificultad al que se enfrentan los sujetos pobres ni otras variables que intervienen en su reproducción” (GUEVARA; GOMEZ, 2011, p. 166).

A conceituação de pobreza baseada na renda é contrastada com outra que enfatiza o consumo efetivo de bens e serviços para estabelecer a satisfação de um conjunto de necessidades essenciais. A pobreza é então entendida em termos de necessidades a serem satisfeitas, constituindo a base do método das Necessidades Básicas não Satisfeitas (NBI) ou método direto, introduzido pela CEPAL no início dos anos 1980.

Assim, o conceito de pobreza implícito no método NBI é limitado, na prática, a algumas necessidades específicas, deixando de lado vários outros elementos relevantes de bem-estar. A medição da pobreza por este método tem um enfoque estrutural, dado fundamentalmente, segundo Berta Lerner (1996), por se referir a elementos domiciliares que permanecem bastante estáveis. Juan Carlos Feres e Xavier Mancero (2001) sugerem a utilização de seus resultados como complemento na visão do fenômeno proporcionada por outros métodos com maior consistência conceitual e estadística, como o método da linha de pobreza.

A partir dos anos 1980 e início dos anos 1990 do século XX, os discursos em torno da pobreza são enriquecidos e pluralizados, tanto na academia como nos organismos internacionais. Surge a necessidade de encontrar um método integrado que inclua tanto os elementos quantitativos quanto as qualidades, com a complementação do Método das necessidades básicas e o das Linhas de Pobreza, dando origem ao Método Integral de Medição da Pobreza (MIMP).

Essas formas de definir a pobreza têm como principal ponto de convergência a compreensão econômica e monetária do fenômeno e convergem na chamada abordagem monetária da análise da pobreza. O enfoque monetário é descritivo e enfatiza em uma definição operacional do fenômeno e em sua mensuração monetária a partir de quantificar as pessoas ou famílias cuja renda está abaixo de uma linha de renda que definem como referência. Como supervalorizam a dimensão econômica a partir da análise das variações ou comportamento do consumo ou da renda, essas abordagens impedem um olhar mais inclusivo sobre as várias arestas que delimitam o fenômeno como um fato social e cultural.

Martine Dirven (2007), embora reconheça a pluralidade de métodos e enfoques para mensurar a pobreza, aponta para as vantagens da sua medição monetária a partir da disponibilidade de dados que existem. Além dessas análises, adverte:

Aunque la medición monetaria de los ingresos podría parecer a primera vista objetiva y precisa, no está exenta de juicios y elementos subjetivos como, por ejemplo, en cuanto a lo que se considera o no como ingreso del hogar (trabajo doméstico no remunerado, producción de alimentos y otros bienes para el autoconsumo), o la definición del grupo objetivo para determinar la canasta básica, su contenido en calorías y su costo. (DIRVEN, 2007, s/p).

Os números não nos permitem avaliar as nuances de quão pobre uma pessoa pode ser em relação às outras, a renda também pode ser distorcida e introduzir vieses porque sua distribuição dentro das famílias é atravessada pela perspectiva de gênero, desvendando a existência de desigualdades que permanecem naturalizadas a partir das dinâmicas culturais e sociais.

As análises a partir de indicadores monetários podem ocultar uma realidade complexa e multifacetada, que não pode ser coberta apenas por um dos seus lados. São de grande importância, no entanto, nos debates contemporâneos sobre o assunto, as perspectivas qualitativas que incluem dimensões não-materiais e simbólicas. Estas perspectivas vêm ganhando espaços, tanto para seu uso exclusivo quanto para estudos que combinam ambos os paradigmas.

Flavio Comim e Izete Bagolin (2002) apontam que o pensamento em relação à medição monetária da pobreza é mantido porque faltam estatísticas sociais, além disso a mensuração e agregação de outras dimensões não monetárias aos indicadores monetários do fenômeno acaba sendo muito complexa. Referindo-se ao enfoque, Irma Arriagada (2006) argumenta: “[...] pese a la amplia difusión de este enfoque, quedan fuera una serie de elementos relativos a la pobreza y que son fundamentales para entender este fenómeno, como componentes psicosociales y culturales, y las dimensiones normativas, institucionales y cognitivas de los afectados” (p. 3).

O fato de tomar a renda como indicador monetário para definir uma linha de pobreza tem sido alvo de muitas críticas. A respeito disso, Arriagada considera que “*adolece de subregistros sistemáticos y presenta proporciones significativas de no respuesta*” (p.3). Este critério é aprofundado por outros argumentos como o seguinte:

Este olhar se demonstra insuficiente para dar conta das experiências de pobreza que envolvem privações sob mais variados aspectos relacionados à saúde, à educação, a políticas de geração de emprego e renda, ao esporte e ao lazer. Igualmente, a identificação da pobreza somente amparada pela falta de dinheiro é portadora de elementos ideológicos, políticos e psicológicos específicos e limitados (MOURA; CIDADE; XIMENES; SARRIERA, 2014, p. 342).

A partir da Cúpula de Copenhague, em março de 1995, os temas da pobreza e do desenvolvimento adquiriram grande relevância nas agendas das principais agências internacionais de desenvolvimento: Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tomando como referência a abordagem das capacidades. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) fixaram pobreza extrema como renda familiar per capita inferior a US\$1 por dia em 1990, uma medida de pobreza absoluta que denota a centralidade dessa moeda, apesar de entendê-la como uma faixa compreensível para comparações entre países, embora resulte ambígua nas análises de regiões e países específicos onde faz sentido determinar quais seriam os métodos e medidas que tornariam o fenômeno visível nesses contextos.

As visões de combate à desigualdade e à pobreza se mantiveram até a década de 1990, após frustradas estratégias de desenvolvimento, superadas depois da assimilação de que o fenômeno não era consequência apenas da insuficiência de renda, mas também da falta de oportunidades não só econômicas. Nesse contexto, as visões em torno ao fenômeno são reformuladas sob o prisma do desenvolvimento humano. Em 1997, foi introduzido o conceito de Pobreza Humana, ao qual foram acrescentados conceitos como Empobrecimento Ambiental (PNUD, 1997) e Empobrecimento Cultural (PNUD, 2000) como proposta do relatório de Cuba de 1999.

Das críticas à abordagem monetária emergem outras propostas alternativas, entre as quais se destacam o capital social, o enfoque das capacidades, a exclusão social e a participação, um amplo leque com ênfase em outras dimensões sociais, individuais, culturais e políticas, que permitem uma compreensão do fenômeno a partir da sua multidimensionalidade. Em seguida apresentamos algumas ideias resumidas desses enfoques.

O **capital social**, como enfoque para estudar a pobreza, é entendido em termos de recursos sociais que apoiam as pessoas a perseguir suas estratégias de vida (MIRANDA, 2003) e que influenciam significativamente a condição de pobreza. Esses recursos se afastam dos indicadores econômicos devido a sua natureza subjetiva. Na abordagem a partir desse enfoque coexistem, além dos aspectos econômicos, fatores pessoais, sociais e políticos que permitem análises mais integrativas na compreensão da pobreza. Uma ideia esclarecedora da autora a esse respeito aponta que o estudo da pobreza a partir da avaliação do capital social envolve uma perspectiva que fratura o enfoque individualista e propõe o fortalecimento dos laços comunitários e de grupos no estabelecimento de estratégias para afrontar as condições de empobrecimento.

O enfoque **das capacidades** é desenvolvido a partir dos aportes de Sen⁵¹ (1992, 1993, 1996, 2000, 2010) e enriquecido a partir das contribuições de Nussbaum⁵² principalmente na perspectiva de gênero (SEN; NUSSBAUM, 1998). A abordagem constitui uma alternativa que rompe com a já consolidada abordagem monetária como única forma de medir o bem-estar. Para Sen (1992) a pobreza não é falta de riqueza ou renda, mas de capacidades básicas.

No centro de sua abordagem, Sen (2000) coloca funcionamentos e capacidades como:

- estar nutrido de forma satisfatória,
- estar saudável sem a eminência de doenças ou de morte precoce,
- ser feliz, ter respeito por si mesmo e conviver livremente na dinâmica comunitária, os quais considera imprescindíveis para a sobrevivência.

O autor propõe os funcionamentos e as capacidades para avaliar o bem-estar das pessoas. Esses elementos aludem a dimensões além do puramente econômico, que tinha sido central nas análises hegemônicas para conceituar e mensurar o fenômeno da pobreza e das desigualdades.

O enfoque das capacidades admite a ideia de levar em conta as preferências individuais na vida que as pessoas valorizam, provocando um giro, que permite olhar para a dimensão individual, subjetiva dos fenômenos sociais. O conceito de capacidades declara seu marcado interesse no ser e no fazer das pessoas, bem como a inclusão do termo liberdade⁵³, que denotam atravessamentos culturais. Referindo-se criticamente ao livro “Desenvolvimento como liberdade”, no qual Sen (2010) defende seus postulados, Mara Lago, Rosana Freitas e Elizabeth Silva (2014) apontam:

Subjacente no conteúdo do texto existe uma ontologia da pobreza, novamente, naturalizada e que ela pode ser combatida preenchendo lacunas das gentes do planeta, principalmente, as mulheres. Para Sen, a pobreza tem como base a “privação de capacidades” e, ainda, “de acordo com ele, o investimento no capital humano, através do exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e

⁵¹ Segundo Sen (2000), a noção de capacidade baseia-se, em Aristóteles, na centralidade da liberdade como uma questão substantiva; em Adam Smith, no foco das condições de vida específicas para as necessidades humanas; e em Marx na autonomia em relação à atividade.

⁵² Embora Nussbaum (2003) considere o enfoque útil para desenvolver uma teoria de justiça de gênero e aplicá-la às mulheres em seu contexto cultural e social, a autora critica Sen por não ser suficientemente específico na definição de capacidades, nem apenas naquelas que podem ser consideradas básicas. Isso o levou à elaboração de uma lista de dez “capacidades humanas básicas” para “viver uma vida com dignidade”, definida como objetivos gerais que podem ser concretizados para cada sociedade específica. A lista inclui objetivos como “ser capaz de viver uma vida de longevidade normal, isto é, sem morrer prematuramente ou sem a pessoa ser reduzida a um estado que não merece viver” ou “ser capaz de formar uma ideia do que é bom e refletir sobre planejando nossas próprias vidas”. Para aprofundar veja: NUSSBAUM, 2003.

⁵³ A colocação do termo liberdade tem sido alvo de fortes críticas à teoria das capacidades de Sen. Para aprofundar veja: DUBOIS, A. (s/f.). *El Desarrollo Humano como paradigma emancipador de las desigualdades, especialmente de la de género: una visión crítica de las bases teóricas de Sen*. (Inédito).

educação, propiciaria o combate à pobreza, com a quebra do ciclo intergeracional de pobreza”. (LAGO; FREITAS; SILVA, 2014, p.472)

É importante assinalar o fato de que o enfoque propõe outro foco além da renda e outras categorias econômicas, que levavam, por muito tempo, a exclusividade nas visões sobre o desenvolvimento, entendido a partir do crescimento da economia.

Embora o enfoque das capacidades de Sen (2000) tem sido centro de muitas críticas, é reconhecida como “*la base teórica del paradigma del Desarrollo Humano*” (DUBOIS, 2001, p. 36). Entre seus críticos destacam-se Dubois (2008); Martha Nussbaum (2003); Ingrid Robeyns (2004), se referindo, fundamentalmente, ao marcado caráter individualista do enfoque, uma vez que “*no se encuentra entre sus prioridades la evaluación de los contenidos colectivos o grupales*” (DUBOIS, 2008, p. 39). Em outra linha de análises Lago, Freitas e Silva (2014) dirigem suas críticas asseverando que “em Sen, as causas estruturais da pobreza não são relevantes, o importante é o ‘investimento’ nos indivíduos” (p. 472), o que impede uma explicação de porque a pobreza continua a aumentar exponencialmente e desvia o foco para o mérito das pessoas.

A abordagem da **exclusão social**, proposta pelo Instituto Internacional de Estudos do Trabalho da OIT, é outro prisma a partir do qual se analisa a pobreza. O enfoque adquiriu grande importância nos últimos anos, por se considerar a pobreza como falta de recursos necessários para a participação na vida social e o gozo de um padrão de vida socialmente aceito. As análises enfatizam a desigualdade de acesso aos serviços essenciais e a falta ou precariedade do acesso dos pobres a esses serviços, direcionando o olhar para a dimensão política do fenômeno. Considera que o acesso a um nível de vida aceito pela maioria, e um melhor acesso aos serviços básicos, terão impacto sobre uma maior coesão social, pelo que propõe que as políticas de redução da pobreza se concentrem na garantia de serviços básicos como saúde e educação, que ampliarão o capital humano, físico e social.

Este enfoque aborda o fato de que as pessoas podem ser pobres apesar de terem renda adequada ou meios para sobreviver, como alimentação adequada e proteção. Ressalta que as pessoas podem viver em condição de pobreza embora sejam basicamente capazes de produzir certos níveis de funcionamento, se forem excluídos das principais atividades econômicas, políticas, cívicas e culturais que definem a noção de bem-estar. O conceito vai além dos argumentos econômicos ou de capacidade de bem-estar.

Else Oyen (1997) enfatiza a alta carga política que envolve o tema da exclusão social e as dificuldades em encontrar uma definição específica. Para Hilary Silver (1994, 2007), esse estado de imprecisão tem servido como uma oportunidade para propor interpretações

fundamentadas teoricamente. A autora teorizou sobre três paradigmas diferentes de exclusão social: solidariedade, especialização e monopólio.

O debate em torno da exclusão enfatiza a sua dimensão relacional. Para alguns autores trata-se de uma desqualificação social, vista como um processo que envolve a assistência social (PAUGAM, 1999) e que “cumprе realçar que o conceito de desqualificação social valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza, e o status social dos pobres socorridos pela assistência” (p. 68); enquanto para outros, abrange um processo de desfiliação, definido, sinteticamente, por Castel (1997) como a “conjunção perda de trabalho-isolamento relacional” (p. 32). Em ambas as visões a exclusão social denuncia a convergência de processos que conduzem ao enfraquecimento dos vínculos de pertencimento a uma sociedade.

O ponto de vista de Altamirano et all. (2003) envolve um olhar para diferentes níveis sociais, pois defendem que o conceito de exclusão social fornece uma estrutura para lidar não apenas com as estratégias de subsistência desenvolvidas pelas pessoas pobres a nível micro, mas também com as oportunidades e limites apresentados a nível macro. Os autores entendem a pobreza não como um estado, mas como um processo⁵⁴ ativo de exclusão orquestrado por outros. Neste sentido, Figueroa, Altamirano e Sulmont (1996), abordaram a realidade do Perú e concluíram que as dimensões econômicas, políticas e culturais⁵⁵ constituem as principais formas de exclusão social, a partir das suas aprofundadas análises sobre pobreza no país. Os autores apontam que essas três dimensões se encontram estreitamente inter-relacionadas e são processos que reforçam e perpetuam o fenômeno da pobreza.

Outro argumento em defesa dessa abordagem é o seguinte:

La conveniencia de este enfoque es que permite centrarse en elementos como la edad, discapacidad o categorías raciales y étnicas; y con ello, poder incorporar una agenda política diferente a las de los enfoques individualistas. Considera también la multidimensionalidad y amplitud de la pobreza, donde los mecanismos de exclusión son de distinta índole y las personas o grupos pueden verse privados en más de una dimensión (BAEZA; BAEZA; IBACETA, 2014, p. 90).

⁵⁴ Olhar a pobreza de uma perspectiva processual é interessante para a compreensão do fenômeno, pois permite uma análise das causas e condições em que ela surge e se perpetua. Nas palavras de Kabeer (1980), “a pobreza como processo vai além de uma fotografia instantânea” (ARRIAGADA, 2006, p. 15).

⁵⁵ Altamirano et all (2003) colocam as definições seguintes: a exclusão econômica refere-se à marginalização do sistema produtivo, que se manifesta no desemprego, subemprego ou emprego precário, falta de bens e crédito, vulnerabilidade e outros. A exclusão política origina-se do acesso desigual aos direitos, tanto coletivos quanto individuais dentro da sociedade civil, cidadania limitada, subordinação social e outros. A exclusão cultural compreende a falta de reconhecimento e segregação dos valores culturais e práticas de grupos subordinados pela sociedade dominante, o que leva à discriminação, racismo, entre outras.

A perspectiva multidimensional da abordagem da exclusão social admite superar olhares unilaterais para a pobreza, enquanto esta compreende dimensões subjetivas que vão além do enfoque de subsistência material (CEPAL. Unidad Mujer y Desarrollo, 2003).

A colocação da dimensão subjetiva como foco nas pesquisas de pobreza dá lugar ao enfoque **subjetivo**, entendido a partir das percepções das pessoas que vivem em condições de pobreza e das análises que elas fazem de sua própria realidade. Os estudos das percepções e representações da pobreza concentraram-se em três direções fundamentais: as representações que as pessoas pobres têm das condições em que vivem, as representações das demais pessoas (não pobres, ricos, a mídia) e as representações de quem decide e implementa políticas (tanto da pobreza como fenômeno quanto das pessoas que vivem os processos de empobrecimento).

Na perspectiva da pobreza subjetiva – também chamada de pobreza como insatisfação – aqueles que não estão satisfeitos com sua situação são considerados pobres, considerando-se excluídos do que consideram ser um modo de vida normal, independentemente de suas possibilidades econômicas, ou seja, a partir da percepção subjetiva do indivíduo ou da família, eles se vêem como pobres ou não.

A percepção da pobreza pode ser não tanto um conceito absoluto, mas relativo à sociedade em que o indivíduo se encontra (THORBECKE, 2005). As percepções subjetivas estão condicionadas aos contextos cotidianos das pessoas, às suas histórias de vida, às suas culturas e, neste sentido, são um elemento importante a tomar em consideração na concepção e implementação das políticas sociais, bem como ao seu impacto.

Pobreza subjetiva ou por insatisfação define como pobre aquele que não está satisfeito com sua situação, considerando-se excluído do que considera ser o modo de vida normal, independentemente de suas possibilidades econômicas. Ou seja, é uma percepção do indivíduo ou da família onde ele se vê como pobre. Neste caso, são os sentimentos e sensações das próprias pessoas que determinam se são pobres ou não; ao contrário do que acontecia na pobreza objetiva, em que era o próprio pesquisador quem fixava esse padrão mínimo de vida. Para essas análises, o importante para sair da pobreza é o empoderamento das pessoas pobres (RUGGERI; SAITH; STEWART, 2003; ARRIAGADA, 2003, 2005).

O principal objetivo da inclusão de questões subjetivas nas pesquisas consiste na procura de indicadores consistentes e reproduzíveis que capturem as experiências das pessoas quanto à gestão do orçamento familiar, satisfação ou insatisfação em relação à renda atual, situação financeira ou econômica em geral, saúde, emprego ou condição de classe social (RAVALLION, 1998).

Nas análises de Luis Fernando Aguado e Ana María Osorio (2006), a percepção subjetiva das pessoas resulta um enfoque complementar às tradicionais pesquisas sobre pobreza para entender a persistência do fenômeno além da renda; colocam ênfase no entorno e nas múltiplas dimensões que envolvem o bem-estar individual partindo de que “*auscultar sobre el sentir de las personas puede resultar un buen indicador de su bienestar*” (p. 39). O caráter complementar é defendido também por Victoria Giarrizzo (2006), para quem “além de identificar e quantificar os lares pobres, deve procurar captar como esses lares percebem sua situação” (p. 7). Para a autora as expectativas das pessoas e o bem-estar percebido por elas refletem o tipo de país que está sendo construído.

A concepção da pobreza a partir de perspectivas qualitativas permite a avaliação das pessoas não apenas de seu consumo, mas da sua posição dentro da sociedade, e assim reconhecem tanto a dimensão relativa quanto absoluta de sua situação, apontam Álvaro Monge e Diego Winkelried (2001). Os autores defendem que são os agentes privados os que melhor conhecem suas necessidades.

O fato de trazer a voz das pessoas é considerado uma vantagem e uma desvantagem, dependendo do prisma da análise. Para Feres e Mancero (2001), as percepções subjetivas estão livres da arbitrariedade inerente aos indicadores “objetivos”, pois é a população que define a pobreza e não o estatístico ou o pesquisador. Por sua vez, Monge e Winkelried (2001) consideram as percepções subjetivas como uma técnica capaz de superar a arbitrariedade dos métodos objetivos e reconhecer o caráter relativo da pobreza. No entanto, esse mesmo elemento pode ter leituras opostas pelos defensores das medidas objetivas de pobreza, para quem, segundo Renata Desallien (1998), nem sempre os indivíduos são os melhores juízes do que é melhor para eles, portanto, o consumo pode ser supervalorizado ou subestimado de alguns ativos, levando a avaliações conflitantes de quem é pobre. Outro risco desvendado consiste no enviesamento devido ao estigma que envolve a natureza da pobreza (MONGE; WINKELRIED, 2001).

Poucos estudos abordam a percepção dos pobres. Um dos mais conhecidos é “A voz dos pobres: há alguém para nos ouvir?”⁵⁶, conduzido pelo Banco Mundial (BM)⁵⁷ em 1999, a

⁵⁶ O estudo coleta as vozes de 60.000 pessoas pobres de 60 países. A América Latina é representada pela Argentina, Bolívia, Equador e Peru.

⁵⁷ É importante destacar que a abordagem participativa do Banco Mundial na qual este estudo é desenvolvido transitou por uma noção de empoderamento que, além de contribuir para o crescimento econômico, apoiou reformas voltadas para o mercado o qual reforça sua perspectiva neoliberal. O BM tem se concentrado no crescimento econômico, enquanto a luta contra a pobreza e as desigualdades foram temas marginalizados deste objetivo central. Em relação à pobreza, o foco principal é colocado na pobreza absoluta, entendida como aquela em que as pessoas não têm condições mínimas de sobrevivência.

partir do qual os pobres oferecem suas percepções do que é uma vida boa e uma vida ruim, seus problemas e prioridades mais angustiantes, a qualidade de suas interações com o público principal, o mercado e as instituições sociais civis e mudanças nas relações de gênero e sociais.

No Brasil, no ano 2013 foi publicado o estudo intitulado “Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania” desenvolvido por Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani. A pesquisa estendeu-se durante cinco anos, nas regiões mais pobres e mais negligenciadas pelos governos, com alvo nas apreensões dos sentidos das mudanças morais e políticas nas mulheres pobres, resultantes do recebimento da Bolsa Família.

Os autores apontam:

As vozes e os sentimentos destas mulheres devem ser ouvidos atentamente. Esse modo de captar seus sentimentos e opiniões não é tangível em pesquisas quantitativas. Razão maior da escolha da entrevista aberta para apreendermos melhor alguns elementos das subjetividades das entrevistadas e, assim, tentar avaliar a magnitude das mudanças ocorridas em suas vidas [...]. Outro critério eleito diz respeito à escolha dos espaços de pesquisa. No caso, significou, fundamentalmente, ouvir as pessoas que vivem em algumas das situações de vida mais desfavoráveis e mais precárias. (REGO; PINZANI, 2013, p. 21).

Conhecer o que as pessoas pensam sobre suas condições e causas da pobreza é uma contribuição valiosa para o desenho de políticas de sua mitigação, o valor de suas experiências e as estratégias de enfrentamento desenhadas em suas casas tornam-se uma referência indispensável para sua implementação. As pessoas que vivenciam uma situação e entendem que ela pode ser melhorada sempre tem uma visão de como fazê-lo, ainda quando a solução ultrapassa seus recursos individuais.

Nesse contexto, não basta descrever as condições de vida dos setores mais desfavorecidos e mensurar suas deficiências, é necessário compreender as formas particulares de problematização dessas condições, o que remete às dimensões culturais do problema. Essas dimensões estão relacionadas aos diversos significados que pessoas e grupos constroem para interpretar suas experiências de vida ou criar fronteiras simbólicas entre categorias de pessoas ou coisas, por meio das quais identidades são atribuídas a “outros” e a si mesmas.

Para Ruggeri, Saith e Stewart (2003), a abordagem monetária, a abordagem das capacidades, a abordagem da exclusão social e a abordagem subjetiva são as mais importantes para definir o fenômeno da pobreza. Embora não sejam elas as únicas identificadas pela vasta bibliografia científica que aborda o assunto, fato que nos aproxima de uma compreensão de sua complexidade.

A necessária pluralidade epistemológica nas ciências sociais em geral e particularmente nas pesquisas de pobreza a partir da Sociologia é óbvia (MATEO, 2002). O autor apoia o argumento de outros pensadores, reforçando que a barreira entre os métodos qualitativos e os quantitativos é frágil ou pelo menos discutível, e enfatiza que essa discussão se torna estéril nas pesquisas sobre pobreza, em que os objetivos e a natureza da informação que se precisa recolher definirão a escolha da estratégia e as triangulações dos métodos.

As controvérsias projetadas em relação a como definir e avaliar a pobreza decorrem das abordagens mantidas tanto por prestigiosas organizações internacionais quanto por instituições políticas e acadêmicas. O alvo principal é a construção de indicadores e metodologias plausíveis para diferentes contextos, em busca de informações comparativas que permitam desenvolver análises sociais e definir desenhos e estratégias de mitigação ou erradicação do fenômeno.

A virtude dessas visões é revelar as pobrezaas existentes e denunciar os riscos de reproduzi-las a partir das ações erráticas nos modelos de desenvolvimento que orientam a eficácia de instituições e organizações. A estreita relação entre sua definição e mensuração adquire uma dimensão que vai além do estritamente metodológico, mas tem uma dimensão ética profunda, pois em suas definições se traça a concepção do ser humano. Neste sentido, Sergio Boisier (2002) nos alerta que os referentes de partida têm uma incidência direta nas estratégias, programas e políticas de desenvolvimento, nas diferentes dimensões analíticas e de implementação, ou seja, afeta a vida das pessoas traduzidas em estratégias de enfrentamento.

2.1.1 – A CULTURA NOS ESTUDOS DE POBREZA

Embora exista hoje uma tendência em compreender a pobreza como um fenômeno multidimensional e dinâmico, em que se cruzam os múltiplos fatores que a condicionam e determinam e que se diferenciam a partir de um determinado período de tempo e espaço, o que se entende por pobreza não fica nas margens de uma cultura e momento específico, aspecto que determina o próprio caráter histórico do conceito e a partir daí a sua relatividade.

As dimensões incluem além da econômica, a educacional, a política, a social, a patrimonial, e a cultural, esta última é menos citada, talvez por ser entendida como implícita nas expressões anteriores ou por não avaliarem de forma justa suas intersecções e repercussões na dinâmica do fenômeno, tanto no plano subjetivo quanto no social.

Em 2010 a Universidade de Oxford, em conjunto com o PNUD, apresentou a proposta de medição “multidimensional” da pobreza, buscando uma visão mais integradora e considerando privações específicas como necessidades básicas não satisfeitas, acesso a serviços públicos, desenvolvimento cultural, educacional e social, a saúde em um sentido amplo que inclui o bem-estar físico, emocional e social. O enfoque apresenta os aspectos culturais sem abandonar, definitivamente, os econômicos. Embora a definição de Desenvolvimento Humano tenha recebido críticas consideráveis (BOISIER, 2002), é necessário reconhecer a introdução de indicadores importantes para medir o desenvolvimento por meio dos conteúdos do Índice de Desenvolvimento Humano.

A superação da perspectiva econômica da pobreza como fenômeno social e da abordagem multidimensional cada vez mais aceita tem se desdobrado em diversas dimensões (política, subjetiva, educacional, saúde, capacidades), mas não aparece com clareza. Quanto à dimensão cultural, podemos assumir três posições diante desse fato: é considerada implícita em todos esses elementos, é desvalorizada ou ignorada. A primeira revela uma visão fraturada do cultural, razão pela qual se impõe uma virada profunda nas análises, abrindo o leque para contemplar o econômico, o subjetivo e outros.

María Cristina Bayón (2015) aponta para o predomínio de uma visão parsoniana da cultura nos estudos sobre a pobreza; a cultura entendida como um conjunto unitário e coerente de normas e valores ou padrões de comportamento atribuíveis a um determinado grupo social e, portanto, passível de ignorar as diferenças no interior dos grupos. Essa visão, argumenta a autora, inspirou o conceito de “cultura da pobreza” cunhado por Oscar Lewis (1970), que reforçou estereótipos e preconceitos sobre “os pobres” e “sua” cultura.

Já outros, como Sergio Ricardo Rodríguez (2017), a partir de considerar uma forte dimensão ética e política nos trabalhos de Lewis, propõe revisitá-lo para inspirar uma antropologia urbana que tome a pobreza como um fenômeno multidimensional, não redutível a seus aspectos econômicos. O autor defende que “Lewis abriu caminhos ainda transitáveis e que devem ser explorados” (p. 13) e recomenda “retomar a fértil conexão entre os temas da ‘cultura’ e da ‘pobreza’ desde uma perspectiva antropológica” (p. 30), embora reconheça que:

Seu essencialismo culturalista acabou por comprometer a noção de “cultura de pobreza”. Hoje, mais de meio século depois, estamos conscientes de que falar em “cultura” no substantivo e sem relacioná-la às condições históricas de sua produção e reprodução é um equívoco, caminho para essencialismos e reducionismos de todo tipo (RODRIGUEZ, 2017, p. 30).

As obras de Lewis foram assimiladas ao imaginário social até os dias de hoje, sendo amplamente aceitas não só no meio acadêmico, mas também como referência para o desenho e implementação de ações políticas e programas de combate à pobreza⁵⁸. Ainda hoje encontramos alguns convites para revisitá-lo e ressignificar suas leituras.

A partir de estudos empíricos⁵⁹ desenvolvidos no leste cubano e guiados por perspectivas feministas (Economia Feminista, Geografia Feminista, Estudos de Gênero), é colocado um peso importante na dimensão cultural da pobreza e outros fenômenos sociais e seus vínculos com os espaços geográficos e outras variáveis envolvidas.

Os pressupostos teóricos de Jeffrey Alexander (2000) consistem em estudar a cultura, a partir da Sociología cultural⁶⁰, como uma variável independente com determinada autonomia. Essa compreensão da cultura como uma metanarrativa capaz de dar sentido à realidade empírica e à ação, tem sido alvo tanto de críticas quanto de assimilações. Para este autor a realidade é uma narrativa saturada de sentido; a cultura entendida como um texto permeado por símbolos e signos inter-relacionados (ALEXANDER; SMITH, 2002).

Em um detalhado ensaio sobre a autonomia da cultura no pensamento de Jeffrey Alexander e Bourdieu, Arthur Coelho Bezerra (2011) assinala que “a proposta de um ‘programa forte’ para a sociologia cultural traduz a tentativa de Alexander de tratar a cultura em seus próprios termos, emancipando-a da estrutura social” (p. 142). Para uma análise crítica da colocação da cultura como variável independente e para analisar a sua inclusão nos estudos de pobreza, eu me apoio nos julgamentos de Hernández (2014).

A respeito do parecer de Alexander sobre a relação entre cultura/estrutura social, Hernández (2014) defende a impossibilidade de entender a cultura como uma variável independente que atua na conformação das ações e instituições (definida como autonomia cultural pela Sociologia Cultural, segundo Alexander, 2001), por outro lado nem como algo a

⁵⁸ Rodríguez (2017) argumenta que em 1962 o sociólogo Michael Harrington publicou *The other America*, uma obra na qual afirmava que no final da década de 50 vinte e dois por cento dos americanos, quase quarenta milhões de pessoas, vivem abaixo da linha da pobreza. O autor considera que a obra influenciou o debate sobre o tema, assim como o presidente democrata John F. Kennedy, que decidiu empreender políticas anti-pobreza, enquanto denunciava a pobreza e a desigualdade nos EUA, influenciando os movimentos sociais a partir da academia. Para o autor, Lyndon Johnson, após a morte de Kennedy, foi o real arquiteto do Programa intitulado Guerra contra a Pobreza que aglomerava vários programas.

⁵⁹ Refiro-me a pesquisas realizadas com foco na pobreza (PUPO, 2017), masculinidades (MARTÍNEZ, PUPO VEGA, PÉREZ, 2013) e violência de gênero contra a mulher (HERNANDEZ, 2014; PUPO VEGA; MARTÍNEZ, 2015), entre outros.

⁶⁰ Segundo Arthur Coelho (BEZERRA, 2011), [...] “Nas últimas décadas, Alexander vem empreendendo esforços para desconstruir o que ele denomina ‘programas fracos’ da Sociologia da cultura, que, entre outras coisas, submetem as práticas culturais a relações de disputa de poder. A própria diferença que o autor estabelece entre “sociologia cultural” e “sociologia da cultura” é emblemática: enquanto esta é entendida como uma variável dependente, confinada a participar da reprodução das relações sociais, a “sociologia cultural” – caminho escolhido por Alexander – seria aquela que enseja o caráter independente da cultura, reconhecendo sua autonomia” (p. 142). Ver: BEZERRA, 2011.

ser explicado separadamente do domínio do significado, tal como entendido pela Sociologia da Cultura (ALEXANDER; SMITH, 2002).

Concordo com a autora que cultura e estrutura social se expressam numa relação dialética, “*en tanto el funcionamiento de la sociedad no ocurre en dos momentos distintos: uno cultural ‘puro’ y otro social ‘puro’*”. (HERNANDEZ, 2014, p. 25), o qual seria, segundo a autora, uma construção extremamente abstrata da sociedade.

Esta análise é apropriada para a abordagem da pobreza entendida como fenômeno estrutural com fortes raízes culturais, ou seja, entendida a partir da inter-relação dialética que se dá como construção cultural (fato cultural) e como fato da estrutura social. Nesta linha, Hernández (2014) esclarece que “*El salto cualitativo del problema se sitúa en poder comprender los fenómenos sociales [...] en sus dos dimensiones, dialéctica e históricamente convergentes, sin ponderar la supremacía de uno sobre otro, al menos como postura teórica de partida*” (p. 25).

A cultura é uma variável que tem sido retomada nas pesquisas sobre a pobreza desenvolvidas a partir da Sociologia, da Demografia e a Economia. Alguns estudos colocaram o foco em fatores culturais para explicar o comportamento de pessoas pobres, assim como as representações e os estigmas que sobre elas existem (BAYON, 2015a). Esse interesse renovado é possível, em parte, pelo ressurgimento do interesse pela cultura pelas ciências sociais em geral (SMALL; HARDING; LAMONT, 2011).

No critério de Bayón (2015a), várias investigações sociológicas contribuíram para um ressurgimento das dimensões culturais nas abordagens da pobreza, provendo uma imagem aguda, heterogênea e complexa das expressões dos fatores culturais enquanto a como moldam e são moldados pela pobreza e desigualdade. A autora cita estudos desenvolvidos por: Harding (2007); Lamont e Small (2008); Reutter, Stewart, Veenstra, Love, Raphael, Makwarimba (2009); Small, Harding, Lamont (2010); Young (2010). As pessoas vivem em determinados espaços, pois produzem e reproduzem símbolos culturais que são pessoalmente significativos para suas vidas.

A revisão desses estudos confirma que, apesar de alertar sobre a necessidade de abordar as dimensões culturais da pobreza, eles começam por considerar as pessoas de baixa renda como pobres, ou seja, recorrem à dimensão econômica para definir o fenômeno pelo que considero que as dimensões culturais poderiam complementar essas análises a partir de posições mais integradoras.

Além de facilitar a compreensão dos significados que a pobreza adquire em várias dimensões e espaços, o esforço de articulação entre o micro (relações entre significados,

experiências, vivências e tomadas de decisão entre os pobres) e o macro (pressupostos culturais das políticas e instituições), permite investigar em que medida e de que forma esses significados contribuem para a sua reprodução.

Ao fazer uma avaliação das contribuições da introdução das dimensões culturais da pobreza, compartilho os argumentos oferecidos por Bayón (2013), para quem os aspectos culturais levam à inclusão de questões políticas, à medida que revela as relações assimétricas que se estabelecem entre diferentes grupos, hierarquias e marginalidades; oferece um olhar que fratura a ideia do fenômeno homogêneo, na medida em que sua produção e reprodução é vivida e naturalizada, nos mostra como os pobres lidam com essa condição e contribui para uma explicação complexa das causas, consequências e mecanismos que levam à perpetuação do fenômeno. Neste sentido, tomar em consideração as dimensões culturais, também nos permite conceber um panorama de ações orientadas à mitigação da pobreza.

É necessário refletir profundamente a partir da Sociologia sobre a pobreza e suas dimensões culturais e subjetivas, em que se incluem as relações de gênero. As análises da pobreza não admitem visões estreitas que contemplem apenas as dimensões materiais. As análises seriam truncadas se as dimensões simbólicas e culturais a partir das quais o fenômeno é criado e reproduzido fossem excluídas. E esse é um desafio para os discursos tanto acadêmicos quanto políticos, que não vêem o fenômeno como multicausal e multidimensional, ou continuam a colocá-lo em responsabilidades individuais com uma marcada nuance incriminadora e moralizante.

Uma das dificuldades encontradas no estudo da pobreza para teorizar sobre o fenômeno reside fundamentalmente na ambiguidade das perspectivas teóricas para sua abordagem. Na ampla bibliografia consultada sobre o assunto, prevalecem diversas abordagens e metodologias. A própria definição de pobreza resulta difícil devido à polissemia da palavra empregada em discursos que extrapolam a academia e envolvem campos da arte, literatura, ciência política e outras áreas do conhecimento.

Os limites entre as ciências sociais são apagados desde a própria economia, ciência que exhibe uma produção exuberante de trabalhos sobre a pobreza, mas, mesmo assim, o fenômeno não é estudado apenas a partir de indicadores puramente econômicos.

Apesar das análises mostrarem uma forte essência ou tendência a colocar foco na dimensão econômica, entendo que a dimensão cultural permeia todas as abordagens. Aspectos como distribuição de renda, consumo e necessidades são relativas às pessoas e, portanto, subjetivas, simbólicas e culturais.

A pobreza, até hoje, continua sendo um conceito complexo para definir a partir da academia, governos, organizações internacionais e outras instituições. A metodologia para eliminá-la ou mitigá-la depende da sua definição, e essa coerência essencial é fragmentada pela complexidade de um fenômeno multicausal, mas também histórico, social, político, subjetivo e cultural, cujas expressões estão vinculadas a contextos e subjetividades plurais.

A partir da influência das referências teóricas colocadas, entendo a pobreza como uma condição social conformada por determinantes estruturais que impactam dimensões múltiplas no social, no político, no econômico, no subjetivo e no simbólico.

2.2 – O RURAL COMO ESPAÇO

*El espacio en el que vivimos,
que nos saca de nosotros mismos,
en el que ocurre la erosión de nuestras vidas,
nuestro tiempo y nuestra historia,
el espacio que nos araña y roe,
es también, en sí mismo, un espacio heterogéneo.*
(MICHEL FOUCAULT, 1986 [1967])

[...] o espaço
como acúmulo desigual de tempos.
(MILTON SANTOS, 2002 [1996]).

A minha preocupação pelos espaços rurais é já de longa data. Os meus diálogos com espaços rurais e as pessoas que os habitam, começaram a (des)(re)construir, aos poucos, a arquitetura das minhas práticas e posições teóricas e políticas foram sempre marcadas por uma forte vocação ruralista.

Nas experiências de pesquisa em Cuba, observei repetidamente algumas questões que chamaram a minha atenção, dentre elas: a negação, principalmente das pessoas mais jovens, de sua origem camponesa ou da origem das suas famílias; as nítidas resistências de morar em espaços rurais, no “campo”; a existência de preconceitos das pessoas que habitam esses espaços, considerando-as subdesenvolvidas, atrasadas, guajiras⁶¹ (termo que, com frequência,

⁶¹ Segundo Díaz Perera “En Cuba muchas veces la palabra ‘guajiro’ adopta un giro casi peyorativo”. <https://www.ecured.cu>. Guajiro, Rosana Rivero Ricardo, no artigo *Guajiro al Natural* argumenta: [...] *las tropas*

envolve uma forte carga pejorativa associada a estereótipos de pessoas pouco inteligentes, conservadoras, teimosas, rígidas); o incremento da emigração para a cidade como indicador de sucesso, ligando o possível retorno, ao fracasso, entre outras.

Essas realidades me levam a refletir sobre questões relacionadas com o meio rural a partir da perspectiva do espaço. Começaram a se configurar minhas inquietações sobre as características desses espaços, que se constituem em vivências pessoais marcantes e sobre as maneiras em que as pessoas (se) percebem (n)as condições de ruralidade, o que geralmente se institue através de relações de poder e hierarquias no desenvolvimento de políticas, prioridades, em que o rural é colocado em posições desfavorecidas.

As percepções que as pessoas têm sobre os espaços rurais que habitam são interessantes, do mesmo modo que a compreensão do que acontece ao decidirem sair de “seus espaços”, mas é também inquietante conhecer as representações que as pessoas “urbanas” vão construindo sobre aqueles “outros” que chegaram invadindo espaços que consideravam próprios.

Aprofundar no debate atual sobre a ruralidade é também um assunto complexo, a partir da própria compreensão das concepções do rural. O rural é uma noção que é perpassada pela dimensão política, o que é considerado rural tende a ser relacional e excludente. Ao ser considerando um espaço como urbano, o que resta é rural. Mesmo nesses elementos que podem ser considerados iniciais para sua compreensão, há uma certa subestimação do rural, ao considerar sua existência em uma relação de dependência, a partir da existência de outro (ou para o outro).

Colocar o foco no espaço, como categoria, é fundamental porque é nessa condição espacial onde acontecem os processos e as relações, seja tanto para facilitar ou obstaculizar, quanto para torná-los mais complexos ou simplificá-los, mas eles sempre fornecem matizes diversos para as análises. Os fenômenos sociais ocorrem em relações espaço-temporais, e assim, mudam nas suas dinâmicas a partir de seu caráter histórico, social e cultural.

norteamericanas llamaban a los veteranos de la guerra de independencia war hero. Las palabras significan héroe de la guerra, pero para el oído del cubano sonaba guajiro. Y como los veteranos se replegaron los campos después del 98, se les empezó a llamar así a los campesinos. In: *Guajiro al Natural*. Periódico ¡ahora!. www.ahora.cu. “Persona que desarrolla actividades agrícolas o vive en zonas rurales”, segundo *O Gran Diccionario de la Lengua Española* (2016). <https://es.thefreedictionary.com/guajiro/> Dario Espina Pérez em seu *Diccionario de cubanismos* refere-se ao termo “[...] aplicase al cubano que no es de La Habana.” <https://www.ecured.cu/Guajiro/> Uma análise mais aprofundada aparece no artigo intitulado *Origen y evolución del término “guajito”* de Juan Carlos Rodríguez Cruz; Luiz Bezerra Neto; Carlos Antonio Córdova Martínez. Disponível em: *Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 7, N° 1, p. 427-440, Set/Dez 2017.* <http://ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/362>

Sob essas condições pretendo tecer as inter-relações entre espaço rural e gênero, os eixos sobre os que pretendo elaborar minhas colocações, tais categorias compreendidas como construções sociais, e que continuam se constituindo a partir das minhas relações com os espaços que habito e me habitam: estrangeiros, urbanos, rurais, acadêmicos, feministas, femininos; tentando tecê-los cuidadosamente para não ficar presa neles.

No pensamento econômico e social, os fios que nos conduzem ao estudo do espaço, lugar, território e paisagem estão aos poucos ganhando destaques e objetivações. Na medida em que suas conceitualizações teóricas vão se aprofundando, se estabelecem determinadas diferenças entre eles, facilitando seu estudo e compreensão. Segundo Ovidio Delgado (2003), o conceito de espaço foi reconstituído e redefinido permanentemente de acordo com o interesse que a produção de conhecimento tem em determinado momento. A existência de várias abordagens do conceito, umas coincidentes, outras com alguns elementos comuns ou abertamente contraditórias, foram mostrando dois aspectos fundamentais: um deles delimita o espaço como um dos temas mais importantes das discussões, tanto na geografia quanto nas ciências sociais contemporâneas, e um outro marca o espaço como um dos assuntos mais confusos e contraditórios para as pesquisas.

Thiago De Queiroz (2014) refere-se aos elementos colocados por Milton Santos para esclarecer as diferenças entre os conceitos paisagem, espaço e configuração territorial, argumentando que a paisagem é apenas a parte da configuração territorial que se pode ver, um sistema material e relativamente imutável, enquanto o espaço carrega o sistema de valores e está permanentemente transformado.

Para Edward Soja (1993), o espaço pode ser primariamente dado, entretanto, sua organização e seu significado são produtos da experiência social. Nesta linha de análise, Francisco Albuquerque (1995) destaca o conceito de “espaço”, como um suporte geográfico no qual ocorrem as atividades socioeconômicas.

As referências ao espaço como construção social são esclarecedoras. Contribuindo ao conceito de território, Wanderley (2000) aponta que, sociologicamente, levar em conta a densidade social e cultural é o que confere aos espaços locais os atributos de um território. Entretanto, segundo a autora, “do ponto de vista econômico, a ênfase recai, naturalmente, sobre as atividades que constituem fonte de renda e de emprego da população” (p.116). Para Wanderley: “O território é também percebido como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida. Trata-se, neste caso, de perceber o território como a inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte” (2000, p.117).

A autora esclarece que são territórios rurais, “aqueles cujas paisagens, vida social e formas de integração compõem uma “trama espacial” rural (p. 117).

Em Cuba, Espina (2001) defende que o resgate ou reforço da territorialidade nos estudos sociais e no desenho de políticas está baseado na relevância dos níveis meso e micro de reprodução das relações sociais. Enquanto Luisa Iñiguez (2002), também cubana, usa a definição “espaços-territórios”, considerando-os um produto social, um suporte para a vida em sociedade e, ao mesmo tempo, um condicionante para os projetos humanos. A autora coloca também o espaço como referencial simbólico, afetivo e político.

Importantes contribuições para as concepções de espaço se devem ao pensamento feminista, a partir do qual se propõe um olhar além de sua materialidade e se destaca a dimensão cultural e subjetiva, introduzindo os elementos público e privado e a categoria poder. Nesse referencial, Teresita De Barbieri (1993) assume o sistema de gênero como um sistema de poder que se refere às formas como esse poder é estruturado e exercido em diferentes espaços. A partir deste referente, é interessante pensar que pessoas e grupos se incluem ou excluem de tais espaços, assim como o lugar que ocupam em determinadas estruturas de poder, societárias/sociais, familiares e comunitárias.

A partir dessas alusões e com as contribuições dos estudos de gênero, consolidam-se análises relacionais (e intersetoriais) de elementos físicos e geográficos considerados construções sociais, permitindo inserir as dimensões simbólicas envolvidas, assim como as subjetividades constituídas (e constituintes) neles. O argumento de Doreen Massey (1994) reforça esta ideia de que espaço e gênero estão envolvidos em sua construção mútua, com interseções profundas e influências recíprocas.

2.2.1 – ESPAÇOS QUE PESAM

Os estudos relacionados com o rural, desde a teoria sociológica clássica e mesmo na Sociologia do Desenvolvimento, permaneceram como um tópico marginal e cunhando conceitos como “sociedade arcaica”⁶², que criam a falsa noção que o rural tem que “evoluir” para o urbano, ou, pelo contrário, a noção de população rural passiva⁶³, expondo a ideia de homogeneidade social.

São muitas as perspectivas que aportaram na construção de visões do rural. A tentativa de abarcar cada uma delas no marco do presente estudo é impossível por questões óbvias de

⁶² Para aprofundamentos vide: STAVENHAGEN, 1965.

⁶³ Essas ideias são desenvolvidas por Pitirim Sorokin, Carlos Zimmerman e Charles Galpin (1999).

tempo, espaço e objetividade, por isso apresentarei apenas alguns dos enfoques que considero mais representativos sobre as visões do rural (polêmicos ou não). Esse é o propósito desta seção.

Segundo Wanderley (2000), “o ‘rural’ não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma” (p. 88). A partir de seu aprofundado conhecimento do rural, a autora, referindo-se ao contexto brasileiro, entende o espaço rural em uma dupla face:

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (p. 32).

A autora coloca o rural como lugar de vida, onde se vê e se vive o mundo, reforçando as maneiras em que esse espaço se constitui para as pessoas que o habitam, ao mesmo tempo que elas se constituem a partir das particularidades dele. Na linha de entender o rural a partir de uma perspectiva espacial, Ricardo Abramovay (2000) argumenta:

[...] em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessária uma definição espacial. Portanto, a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele (p. 6).

O autor remarca a importância da perspectiva espacial em que as pessoas vivem e desenvolvem atividades econômicas que definem as dinâmicas desses espaços. Ele refere a existência de um consenso notável na literatura internacional sobre três aspectos básicos no meio rural: “a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano” (ABROMAVAY, 2000, p. 6).

Posteriormente, e seguindo essa linha da abordagem do rural a partir da espacialidade, Abramovay (2005) destaca as virtudes da noção de território. O autor assinala como esta noção favorece o progresso nos estudos dos contextos rurais, colocando quatro dimensões básicas:

a) Em primeiro lugar, ela convida a que se abandone um horizonte estritamente setorial, que considera a agricultura como o único setor e os agricultores como os únicos atores - junto com os demais integrantes das cadeias agroindustriais – que importam nas regiões rurais. Esta ampliação de horizontes traz duas consequências decisivas.

- Sob o ângulo operacional, ela exige o refinamento dos instrumentos estatísticos que delimitam a ruralidade.

- A segunda consequência desta ampliação de horizontes é de natureza teórica: territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social.

b) A segunda virtude importante da noção de território é que ela impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento.

c) [...] o estudo empírico dos atores e de suas organizações torna-se absolutamente crucial para compreender situações localizadas. [...] A abordagem territorial do desenvolvimento estimula o estudo dos mecanismos de governança pública subjacentes à composição e à atuação dos conselhos de desenvolvimento, em torno da pergunta: são capazes de oferecer oportunidades de inovação organizacional que estimule o empreendedorismo privado, público e associativo em suas regiões respectivas (...)?

d) [...] o território coloca ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva [...] Territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apoia sua reprodução, o que abre um interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais no conhecimento desta relação. (ABROMAVAY, 2005, p.1-2).

O autor coloca como ponto de partida o fato de fraturar, a partir da noção de território, a concepção setorial do rural em que este é visto apenas como agente agrário, abrindo a compreensão das funções múltiplas dos espaços rurais. Nesta linha, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2013) apoia a perspectiva da multifuncionalidade, a partir de entender que não existe apenas um meio agrícola, e sim diferentes realidades do ponto de vista produtivo e social, conformando espaços que vão além do trabalho e da sobrevivência, porque se configuram como espaços de vida, cultura e interação.

Apesar da atualidade dessas visões, persiste a tendência de estabelecer um binômio rígido entre o rural e o urbano. As categorias urbano-rural constituem mais um binômio na visão ocidental da história humana, marcadas por pares/binômios cuja construção, além de evidenciar seus vínculos, expõe assimetrias: urbano-rural; cultura-natureza; masculino-feminino; razão-emoção; moderno-tradicional; desenvolvimento-subdesenvolvimento, entre tantos outros, que invadiram e nortearam os discursos acadêmicos e políticos, contaminando o bom senso, até hoje.

Um argumento que reforça essas abordagens é colocado por Sandra Bustillos (2004) quando aponta:

El análisis del espacio y de los procesos sociales que en él ocurren ha girado en torno a esa afición tan occidental de pensamiento en binomios, a partir de opuestos. Pensar el espacio en términos de campo-ciudad responde a esta lógica reduccionista cartesiana, típica de la modernidad, anclada en la idea del progreso

económico como equivalente a la industrialización [...]. En este tipo de pensamiento lo urbano se ha consolidado como el modelo de "llegar a ser" y para lo cual las sociedades humanas deberían encaminar una buena parte de sus empeños. (p. 11 - 12).

A colocação dos binômios apresenta limites geralmente tão rígidos que a existência de porosidades e hibridizações é difícil. Classificar tornou-se uma obsessão de quem detém mais poder. Sobre o assunto, Zygmunt Bauman (1999) refere:

Clasificar consiste en actos de inclusión y exclusión. Cada acto de designación divide el mundo en dos: entidades que corresponden al nombre y el resto que no. Determinadas entidades pueden ser incluidas en una clase -hechas una clase - sólo en la misma proporción en que otras entidades son excluidas, apartadas. Invariablemente, semejante operación de inclusión/exclusión es un acto de violencia perpetrado al mundo y requiere el soporte de una cierta coerción. (p. 75).

A partir dessa reflexão entende-se como foram marginalizadas ou excluídas das análises categorias que envolvem a natureza, a emoção, o feminino, o rural, o tradicional, diante de seus robustos “opostos”: sociedade, razão, masculino, urbano, moderno. E na prática é comum encontrar essa forte presença hegemônica do sujeito-masculino-urbano-racional-moderno entre outros marcadores (branco, jovem, profissional, heterossexual), e classificadores cada vez mais exclusivos, não só de pessoas, mas também de espaços (em suas várias escalas) que seriam classificados como rurais, atrasados, marginais, periféricos, com as conotações negativas que envolvem. A realidade vai além dos quadros estreitos de pares dicotômicos, de colocações extremas que não nos permitem analisá-la em toda a riqueza de seus fenômenos, processos e sujeitos plurais.

No Dicionário de Desenvolvimento, Iván Illich (1996) coloca as concepções de desenvolvimento de uma perspectiva crítica, referindo-se a:

[...] el desarrollo puede ser imaginado como un golpe de viento que empuja a la gente fuera de su sitio, fuera de su espacio familiar y la ubica en una plataforma artificial, en una nueva estructura de vida. A fin de sobrevivir en esta base expuesta y elevada, la gente es compelida a alcanzar nuevos niveles mínimos de consumo [...]. (p.167).

A partir desse conceito, podem ser analisadas as visões de desenvolvimento rural manifestadas na linguagem urbana, ou seja, o rural visto a partir de sua “incapacidade” de nomear-se, e para explicar-se utiliza a linguagem do outro “oposto” (o urbano) para se tornar visível e existir.

Das análises sobre as relações entre o meio rural e o urbano, Wanderley (2009) destaca que a compreensão de as ver “num espaço comum como relações de complementaridade e interdependência” (p. 61) debilita o fato de olhar para elas como relações de opostos ou antagônicos. A autora entende “as relações campo-cidade como uma via de mão dupla, na qual, do ponto de vista teórico, as assimetrias e descontinuidades não significam necessariamente desequilíbrios” (p. 72-73).

As visões tradicionais e reducionistas do desenvolvimento rural defendiam a abordagem produtivista que estabelecia vínculos entre o rural e as potencialidades do setor agrícola, o que impossibilitava a valorização desses espaços como potencialidades de funções plurais em dinâmicas territoriais. Francisco Vergara (2011) defende que os modelos de desenvolvimento rural se caracterizavam pela busca do crescimento econômico como forma de superar a pobreza e o atraso, mas sua visão se restringia à produtividade agrícola, ignorando a multifuncionalidade e a complexidade dos modos de vida rural. O autor considera que a visão economicista, típica dos modelos de desenvolvimento, é alienante quando tenta subordinar as dimensões da vida humana às diferentes formas de capital. Isso se expressa em sua prática discursiva em conceitos como capital humano, capital natural ou capital social.

Uma das consequências dessas visões de desenvolvimento tem sido a desruralização⁶⁴, ou seja, a perda dos modos e estilos de vida “típicos” desses espaços⁶⁵. Outra das consequências é a territorialização⁶⁶ das desigualdades, na medida em que algumas são priorizadas/privilegiadas em relação a outras.

⁶⁴ Immanuel Wallerstein (2006) coloca a desruralização como uma das principais pressões estruturais sobre a economia/o mundo capitalista, e assinala que esse processo está avançando aceleradamente a partir de 1945; refere que a proporção da população mundial residente nas cidades passou do 30 ao 60% entre 1950 e 2000. Em outro texto, Wallerstein (2013) reflete sobre o pouco envolvimento das áreas rurais na economia – mundo, e a desaparecimento delas nos últimos 500 anos, o que pode ser medido de maneira simples na desruralização das populações mundiais. O autor traz o fato de que essas áreas rurais foram reduzidas a uma minoria da superfície do mundo e considera provável que em 2050 sejam uma minoria muito pequena.

⁶⁵ Bustillos (2004) destaca como, apesar das mudanças ocorridas no mundo rural dos países latino-americanos nos últimos cinquenta anos, existe uma coexistência entre o tradicional e o moderno, com forte presença de modos de produção camponeses e indígenas; nessa perspectiva, pretende-se superar a visão das populações rurais como consumidoras passivas dos estilos urbanos, reconhecendo a coexistência de diferentes modos de vida.

⁶⁶ Espina (2001) refere-se às circunstâncias que, em Cuba, determinam a crescente importância do local-territorial nas transformações socioeconômicas: no país as tendências de seletividade e diferenciação espacial estão se tornando evidentes, como consequência da crise dos anos 90 que impossibilitou a continuidade da política de equalização das diferentes regiões do país, em termos de oportunidades de acesso ao bem-estar material e espiritual, e a reforma posta em prática implica vínculos com a economia globalizada que inclui necessariamente atividades e espaços competitivos e captação de capitais, entre outros estão excluídos dessa possibilidade a reforma implica graus mais elevados de negócios e descentralização territorial; não há uma concepção elaborada de desenvolvimento territorial realmente centrada nas potencialidades de seus atores e na horizontalidade participativa.

Há referências à desruralização como consequência das visões de desenvolvimento, isto é, a perda dos modos e estilos de vida “típicos” desses espaços. Para se referir à coexistência do tradicional e do moderno no mundo rural, colocando um contraponto ao processo de desruralização, Bustillos (2011) exemplifica com a presença de uma empresa com alta complexidade tecnológica perto de unidades camponesas tradicionais e formas de produção mantidas por séculos pelos grupos indígenas. A autora anota:

Tanto los unos como los otros intentando adaptarse a las nuevas reglas de juego establecidas por la globalización, pero también intentando resistir y organizarse para elaborar estrategias que les permitan ubicar espacios de oportunidad en la nueva geografía del capitalismo mundializado. (BUSTILLOS, 2011, p. 2).

A partir dessa perspectiva, pretende-se superar a ruptura do binômio urbano-rural e transcender a visão das populações rurais como consumidoras passivas dos estilos urbanos, reconhecendo a coexistência de diferentes modos de vida. María Teresa Matijasevic e Alexander Ruiz (2013) relatam que as mudanças trazidas pela modernização conduzida a partir dos anos de 50 e 60, a globalização e as migrações têm-se centrado em interações rural-urbanas ao invés de encontrar critérios adequados pela demarcação desses espaços e modos de vida.

Atualmente, há uma reflexão sobre essa integração, o deslocamento das atividades produtivas e até mesmo o local de residência, a mudança nos padrões de estilo de vida e consumo, o surgimento de atividades agroindustriais e financeiras, o surgimento de maiores conectividades com os mercados e com o resto da sociedade, a revolução nas comunicações e a incursão da ciência e da tecnologia na produção e na vida rural.

A partir dessas condições e das consequentes transformações nos modos e estilos de vida⁶⁷ das populações rurais, questiono se esses espaços poderiam ser considerados elegíveis⁶⁸ como uma projeção da liberdade no sentido mencionado por Sen (2000).

⁶⁷ Para Giddens (2002): “Estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade” (p.79.); e acrescenta “Os estilos de vida são práticas rotinizadas, as rotinas incorporadas em hábitos de vestir, de comer, de modos de agir e lugares preferidos, de encontrar os outros, mas as rotinas seguidas estão reflexivamente abertas à mudança à luz da natureza móvel da auto-identidade” (p. 80). O autor, em sua teoria da estruturação social, coloca: “A rotina (tudo que é feito habitualmente) constitui um elemento básico da atividade social cotidiana [...]. A natureza repetitiva de atividades empreendidas de maneira idêntica dia após dia é a base material do que eu chamo de ‘caráter recursivo’ da vida social. [...]” (GIDDENS, 1984, p. XXV).

⁶⁸ É importante não cair na armadilha da vitimização pela realidade que prevalece e, ao contrário, dignificar o ser humano. Este é um desafio não apenas para todas as instituições e estruturas onde as decisões políticas são tomadas, mas também para as ciências, a literatura e as artes.

Vergara (2011) considera que os modelos de desenvolvimento rural foram condicionados, quando não impostos, pelos países desenvolvidos e suas organizações multilaterais que vendiam suas visões, mas também pelos problemas e soluções que pouco ou nada contribuíam para o entendimento das especificidades do desenvolvimento do mundo rural. A principal decorrência destes modelos de desenvolvimento, de acordo com o autor, foram os processos de urbanização acelerada induzidos pela estratégia de modernização que os caracterizou. Ainda observa que, mesmo a universalização da educação promoveu valores urbanos que geraram um fluxo irreversível da população rural para os grandes centros populacionais.

Outro ponto de vista sobre o assunto o traz Pierre Barrère (1988), que afirma que há uma maior interação do que a reconhecida, considerando que a globalização contribui para a homogeneização cultural, de modo que os comportamentos urbanos se expandiram em direção aos espaços rurais, provocando a reavaliação dos valores e modos de vida rurais. Por sua vez, Armando Sánchez (2011) observa que na sociedade globalizada o campesinato teve de se reinventar e se redefinir, não como um remanescente da sociedade agrária pré-moderna, ou como excedente da sociedade industrial, mas como um ator indispensável no processo de desenvolvimento da sociedade.

Nota-se nessas análises que tempo e espaço são categorias de interesse para a análise contextual, sendo que os espaços têm diferentes ritmos e dinâmicas, bem como determinadas atividades relacionadas com os ciclos da vida, seja humana, vegetal ou animal. Assim, é reconhecido por todos os autores mencionados que os espaços rurais foram forçados a modificar seus padrões, o que afeta o bem-estar subjetivo e as trajetórias individuais e sociais da população. Os processos de desenvolvimento não tiveram um progresso constante e linear. Foram marcados por oscilações e períodos de estagnação, mas os números dos pobres continuaram a aumentar. No entanto, as visões de desenvolvimento também causaram ações emergentes no desenvolvimento rural.

Para Espina (2001), a criação de prioridades nos processos de planejamento e implementação de desenvolvimento produzem o que a autora nomeia de “territorialização das desigualdades”. Existem alguns equívocos que estão na base dessas desigualdades, um deles é a marcada ênfase dos modelos econômicos em desenvolvimento, mas também a prioridade dos espaços urbanos em detrimento dos contextos rurais, sendo que o rural é visto apenas como entidade agrária que assumiu, às vezes, a suplantação de suas tradições e conhecimentos com o uso de tecnologias hostis à saúde humana e ambiental.

Existem outras concepções de desenvolvimento que não têm como alvo refletir sobre os processos que acontecem no meio rural, o que conduz à sua marginalização, de modo que as suas consequências mostraram a necessidade de repensar algumas das categorias e perspectivas teórico-metodológicas que tradicionalmente abordavam seu estudo. Nas análises apoiadas nas dicotomias: urbanas-rurais, industriais-agrícolas, modernas-tradicionais ou atrasadas, o rural é avaliado desde uma perspectiva que pondera uma forte conotação negativa.

Por outro lado, as diversas políticas de desenvolvimento colocaram foco em um modelo tecnológico de racionalidade instrumental, no desenvolvimento da indústria moderna e de uma agricultura, a ela, subordinada. As consequências do modelo são conhecidas e podem ser sintetizadas da maneira seguinte:

- Tendência ao esvaziamento dos espaços rurais, aumento dos fluxos migratórios e a concentração da população migrante nas periferias urbanas.
- Diminuição da importância econômica e social das áreas rurais e das práticas associadas a elas.
- O rural deixa de ser pensado como um espaço para o desenvolvimento social e é projetado a partir das necessidades urbanas e para elas. Os padrões da “Revolução Verde” foram muito valorizados, com indiferença das consequências ambientais que isso pode provocar.

O IICA vincula a concepção do meio rural com:

a) El aumento de la producción, la productividad y la seguridad alimentaria; b) La lucha contra la pobreza para buscar equidad; c) La preservación del territorio y el rescate de los valores culturales para fortalecer la identidad nacional; d) El desarrollo de una nueva cultura agrícola y rural que permita la preservación de la biodiversidad y los recursos naturales; e) El aumento de los niveles de participación para fortalecer el desarrollo democrático y la ciudadanía rural; f) El desarrollo de acciones afirmativas para apoyar la participación de las mujeres, habitantes de los pueblos indígenas y jóvenes, en el desarrollo nacional desde lo rural. (IICA 1999, p. 7).

Nessa concepção é apreciado um amplo panorama que considera o meio rural em suas múltiplas funções e atributos culturais e políticos. Reforça-se o surgimento de ações voltadas para a participação de mulheres, indígenas e jovens, frequentemente colocados à margem dos espaços em que se decide o desenvolvimento de seus países e cuja permanência é decisiva para pensar não só no futuro, mas também o presente.

Para retratar o panorama das desvantagens que os contextos rurais e a emigração têm acumulado historicamente, como uma das suas consequências, coloco esta

abordagem/provocação, feita em meados dos anos 1990 (em termos de alarme) e que mantém uma lamentável validade: *“En el medio rural sólo vive hoy la mitad de los que nacieron en él en los años sesenta. Se le ha dado insuficiente atención a esta realidad, que se traduce, entre otras cosas, en problemas de poca preparación y dificultades de adaptación de los que migran”* (DIRVEN, 1995, p.123).

Martine Dirven⁶⁹ (1995, 2003, 2016) faz referências ao envelhecimento da população nas áreas de expulsão e suas consequências; destaca o abandono dos jovens com aspirações de permanência nas zonas rurais; alerta para a necessidade de valorização das potencialidades que representam e da necessária inserção dos jovens na formulação de políticas e espaços de participação na vida política e comunitária; refere-se à necessidade de melhorar o mercado do setor rural para otimizar a produção das unidades agrícolas; analisa como as condições de vida no setor agrícola pouco avançaram e a autoestima do produtor agrícola se deteriorou, fatores que levam os jovens a abandoná-la na expectativa de encontrar um futuro melhor fora da atividade agrícola.

A abordagem produtivista ligada à visão tradicional do desenvolvimento não permitiu enxergar a potência dos espaços rurais na pluralidade de suas funções dentro das dinâmicas dos territórios. As transformações sofridas pelo mundo rural exigiram também transformações nas maneiras de se pensar as abordagens e metodologias a partir das quais é estudado. Os discursos que são produzidos nas diferentes ciências sociais, como a Sociologia, Antropologia, Agronomia, Economia e Geografia, contribuíram para compreensão da perspectiva da chamada “nova ruralidade”⁷⁰, olhando para o rural não apenas como espaço agrícola, mas também, geográfico, econômico e social, onde sua população desempenha múltiplas funções, que vão além das relacionadas ao trabalho com a terra ou com o gado.

Uma das perspectivas propostas para resolver a tradicional dicotomia campo-cidade é, até hoje, o fim do rural a partir de sua urbanização. Fazendo análises extremas, segundo Wanderley (2000):

⁶⁹ Martine Dirven foi Chefe da Unidade de Desenvolvimento Agrícola da CEPAL e, posteriormente, Consultora Independente. No texto, ela reflete sobre os eixos dos trabalhos apresentados no Seminário de Especialistas em Juventude Rural, Modernidade e Democracia, onde se repetem as expectativas que a juventude rural tem – quase sem exceções – de encontrar um futuro melhor fora da atividade agrícola. A autora ressalta que, nos seminários sobre desenvolvimento agrícola, o crescimento do setor, a produtividade, a inovação e a modernização, foram temas de interesse, sem atender muito aos anseios da população.

⁷⁰ No início da década de 1990, em alguns círculos acadêmicos latino-americanos, a noção de uma nova ruralidade foi proposta desde diferentes arestas: como um conceito guarda-chuva, capaz de identificar os “novos” fenômenos e processos; como uma nova abordagem para descrever e interpretar os “velhos” processos de mudança no mundo rural; como um novo paradigma que tornaria a categoria rural obsoleta nas Ciências Sociais. Uma das principais críticas que foi formulada contra a abordagem da nova ruralidade é o seu escasso desenvolvimento teórico.

[...] esta vertente das teorias da urbanização do campo e do continuum rural-urbano apontaria para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, pelo fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.

Esta visão de uma urbanização homogeneizadora beneficia-se largamente da ideologia então dominante, que vê a cidade como fonte de civilização e de difusão desta para o conjunto da sociedade e mesmo como o único “espaço em progresso”, o que se reforça com as políticas adotadas a partir de então, “de fechamento e concentração espacial dos serviços. (p. 127).

Em contraposição, Wanderley (2000) propõe uma solução “não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade” (p. 90). Essa compreensão provocou um giro importante, que demanda maneiras diferentes de relacionamento com o rural e a sua conceituação. A autora compreende o rural como uma categoria de pensamento do mundo social, uma categoria política – ideológica e transacional.

Por ela, é possível “compreender a sociedade”, “classificar e distinguir as pessoas e as coisas” e “construir uma representação do mundo social em torno do espaço e do tempo”. Representação social que, sem dúvida, gera fatos sociais, faz emergir identidades sociais, mobiliza e organiza socialmente pessoas e grupos sociais em torno de reivindicações específicas e resinificam a história das sociedades (WANDERLEY, 2000, p. 130).

Nessa linha de análise, a autora acrescenta:

Nas sociedades modernas, a categoria “rural” se enriquece na medida em que se torna o “suporte de um imaginário e de práticas de realocização”, presente, inclusive, nas cidades. Com efeito, o caráter plural dos espaços rurais gera, de uma certa forma, uma crescente “deslocalização”, cujas conseqüências se fazem sentir, especialmente, na concorrência que se estabelece entre espaços locais, que, assim, se tornam “atores de uma série de jogos sociopolíticos” [...] Nestas circunstâncias, o espaço rural se constitui como “o pólo do passado, da herança, dos valores profundos, da sociabilidade convival”, que termina por ressignificá-lo como um lócus de “resistência aos efeitos dos processos de deslocalização”[...] Por outro lado, nas sociedades modernas, “o meio ambiente é a linguagem potencial de uma reconceitualização sociopolítica do rural”. Assim, a associação – e mesmo, para alguns, a assimilação – do meio rural com o meio ambiente estabelece o diálogo com as cidades em um novo patamar, devido à importância que assume a natureza, em particular para os habitantes dos centros urbanos. Neste sentido, o meio rural pode passar a ser visto como “valor indispensável” ao futuro da sociedade, que assim se dispõe a lhe consagrar os recursos necessários, ao mesmo tempo em que os atores rurais podem passar a assumir novas funções sociais, precisamente como “mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais”. (p. 131).

2.2.2 – A CUBA RURAL NO FOCO

Em Cuba, investigar as particularidades da população rural é um tema emergente, em especial o vazio de pesquisas voltadas para fenômenos sociais como a pobreza, as desigualdades, as relações de gênero, as políticas contextualizadas, a população jovem desses contextos. Entre as cientistas que estudam as áreas rurais de Cuba a partir de uma perspectiva feminista, destaca-se Niurka Pérez em pesquisas desenvolvidas com Mariana Ravenet e Marta Toledo (1989), e com Miriam García (2002), Guevara (2000), Hernández (2014) e Adriana Elías (2017).

Para a abordagem do rural, os referentes, considerados na sua definição, constituem-se em um forçado ponto de partida. A respeito da sua classificação Wanderley (2000) aponta:

O reconhecimento e a delimitação do espaço rural variam de país para país, em função das formas efetivas de ocupação territorial, da evolução histórica e das concepções predominantes em cada um deles. Assim, em certos casos, o meio rural se caracteriza pelo habitat concentrado em um núcleo, que aglutina não somente as residências dos habitantes do campo, mas também as instituições públicas e privadas ligadas à vida local (igreja, postos bancários e de cooperativas, escolas, postos de saúde etc.). (p. 90).

A autora acrescenta que “Este pequeno aglomerado, unidade social de base do meio rural, ganha nitidez social e importância política quando é reconhecido politicamente, isto é, quando se constitui como um município” (p.90), o qual, entendo, é reproduzido também em Cuba a partir da divisão política-administrativa e a importância dos municípios nesta estrutura.

Abramavay (2000) coloca as três formas dominantes de delimitação do rural:

- a) A delimitação administrativa é usada no Brasil e, na América Latina, também no Equador, na Guatemala, em El Salvador e na República Dominicana [ver Dirven (1997, p. 79)]. As principais restrições que se pode fazer a esta abordagem [...] podem ser assim resumidas:
- o rural é definido, ao menos em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, em que as consequências fiscais da definição acabam sendo mais importantes que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais;
 - desde que haja extensão de serviços públicos a um certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano: é assim que, no Brasil, as sedes de distrito com algumas centenas ou dezenas de casas são definidas como “urbanas”; e
 - o rural tenderá a ser definido, em princípio, pela carência, o que não pode ser considerado um critério adequado sob qualquer ponto de vista.
- b) Há países em que o peso econômico na ocupação de mão-de-obra da agricultura é o principal critério para a definição de ruralidade. A aplicação deste critério aboliria o espaço rural dos países desenvolvidos e faria com que seu peso fosse fortemente declinante nas nações em desenvolvimento.
- c) Muitos países consideram rurais as localidades abaixo de um certo patamar populacional [...]. Vários países latino-americanos (Argentina, Bolívia, México,

Venezuela, Honduras, Nicarágua, Panamá) adotam igualmente um limite populacional que varia entre mil e 2.500 habitantes na definição de população rural. [ver Dirven (1997, p. 79)] (ABROMAVAY, 2000, p. 4-5).

Em Cuba, Adriana Elías (2017) apresenta um debate sobre a prática reiterada de tomar o urbano e sua dinâmica como referência. Esse viés colocado pela autora é nítido na própria definição do rural pela *Oficina Nacional de Estadísticas e Información de Cuba* (ONEI). A ONEI (2020), coloca uma definição do rural a partir da definição do urbano, (re)produzindo a visão do que o rural não pode se nomear por si mesmo, precisando do urbano. Neste sentido, a definição colocada no documento, é a seguinte:

De acuerdo con la definición utilizada en el censo de población y vivienda de 2002, se considera población residente en un área urbana aquella que reside en asentamientos humanos con las siguientes características:

- a) Todos los asentamientos humanos declarados como tales en el censo de 1981.*
- b) Todos los asentamientos que cumplen una función política y administrativa (capitales / cabeceras municipales).*

Asentamientos de población con 2000 o más residentes permanentes, siempre que cumplan con las siguientes características, las que identifiquen las condiciones de vida urbana:

- 1. Calles designadas y ordenamiento de edificios*
- 2. Presencia de espacios públicos*
- 3. Alumbrado público*
- 4. Servicio de acueductos*
- 5. Sistema de tratamiento de desechos*
- 6. Servicio de asistencia médica*
- 7. Servicio de educación*
- 8. Servicios de gastronomía y comercio*
- 9. Servicio de telefonía pública, correos, así como señales de radio y televisión.*

*Y se considera población residente en zona rural la que reside dentro del perímetro de asentamientos humanos rurales, así como la población residente en viviendas consideradas dispersas o remotas. **Se define como asentamiento humano rural a todo aquel que no cumpla con las condiciones señaladas para asentamientos urbanos.** (ONEI, 2020, p. 16, grifos da autora).*

O rural definido para Cuba pela ONEI contempla a visão administrativa e o patamar de uma população de 2000 ou mais habitantes. Este último critério, segundo Abromavay (2000), resulta mais adequado que os anteriores, porque evita que o rural seja assimilado forçosamente, como o isolado, mas no contexto cubano é contemplada a condição de rural para a população residente de forma permanente em vilas consideradas dispersas ou afastadas.

Na definição da ONEI, observa-se a marcada conotação do rural como algo residual que existe apenas a partir do urbano, aquilo que sobra, que resta. A própria definição revela uma posição de dependência, de subalternidade do rural que impacta não apenas suas múltiplas dinâmicas, mas também nas percepções e distorções que esses espaços carregam.

Wanderley (2000) reflete sobre o acesso aos bens e serviços básicos para argumentar as diferenças entre as áreas rurais e urbanas. A autora coloca sua preocupação respeito à tendência das instituições de planejamento e gestão, de reagrupá-los em aglomerações maiores e mais densas, configurando polos urbanos⁷¹ regionais por conta da pequena dimensão das aglomerações rurais.

Para retomar o tema da preocupação pela população jovem rural e com ênfase na ausência de pesquisas sobre este grupo no país, Elías (2017) aponta:

[...] de los análisis que tienen como objeto de estudio a la población residente en zonas rurales, son muy escasos los que se centran en los jóvenes, lo que denota la falta de interés por conocer y reconocer sus preocupaciones, expectativas, necesidades, niveles de participación y rasgos identitarios, entre otros. (p. 112).

A autora abre uma ampla gama de tópicos que estiveram fora do foco da pesquisa acadêmica no país, questão que revela a marginalização da juventude rural na agenda acadêmica. Elías (2017) coloca um conjunto de aspectos que podem influenciar de forma decisiva o desenho de políticas, dando-lhes conteúdo; neste sentido destaca-se a participação de especial interesse para a gestão pública das localidades onde cada vez mais existem pessoas jovens que abandonam esses espaços em busca de realizar um projeto de vida em contextos urbanos.

As tendências que refletem o comportamento dos dados impactam as migrações para a cidade, fenômeno que tem chamado repetidamente a atenção. Nesse sentido, destaca-se o estudo de Guevara (1993), referindo-se às emigrações, com ênfase para a região leste, como consequência do modelo tecnológico-organizacional baseado na grande propriedade estatal e nos padrões da Revolução Verde em Cuba.

Sobre o tema das emigrações, Elías (2017) argumenta:

Las zonas rurales continúan caracterizándose por fuertes flujos migratorios, población con los menores niveles de educación y calificación, y con los más bajos niveles de acceso a los servicios de electrificación, agua potable y transportación, entre otras desventajas sociales. Como consecuencia, con mayor o menor fuerza de expresión, según la diversidad de territorios, la población más joven, capacitada y con mayores expectativas de progreso se ha seguido desplazando hacia zonas urbanas con otras posibilidades de desarrollo. (p. 101).

Pesquisas na Espanha constataam a prevalência no imaginário da cidade como destino para a realização de projetos de vida, pobremente elaborados, às vezes entendida como “*en la*

⁷¹ Em Cuba são chamados de centros urbanos, geralmente conformados pela capital do município.

ciudad se vive mucho mejor”, “esto aquí no es vida”, “la juventud no tiene nada que hacer aquí, no hay para dónde ir, aquí no hay nada”. O urbano é percebido como a “tierra de las posibilidades” (CRUZ, 2006, p. 213).

No entanto, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, 2017) adverte, a partir de estudos projetivos sobre a agricultura e a alimentação que, possivelmente, as pessoas das áreas rurais que se mudam para as cidades correrão um maior risco de unir-se à população urbana pobre, ao invés de encontrar um caminho para sair da pobreza, enquanto outras procurarão emprego em outros lugares, gerando migração sazonal ou permanente. A organização reconhece nas áreas rurais um grande potencial de crescimento econômico vinculado à produção alimentar e aos setores relacionados.

Essas potencialidades, bem como os aspectos positivos das dinâmicas rurais, são pouco projetadas na mídia que, ao contrário, influi na construção de marcas negativas a respeito da população rural. Refletindo sobre Cuba, Elías (2017), refere que a mídia contribui para a disseminação de modelos de referência urbanos baseados em preconceitos e estereótipos de personagens rurais apresentados como menos instruídos e inteligentes, entre outros. A autora defende que:

Lo rural aún es percibido como lo aislado, lo atrasado, lo despoblado, en definitiva “lo ilegítimo para vivir”; y la vida en la ciudad es lo deseable para la mayoría de la población, pues se asocia a la idea de progreso. Así, en las producciones televisivas se suele representar a los residentes oriundos de las zonas urbanas, contrastándolos con la población marginada compuesta por residentes de zonas rurales o urbanas periféricas. El primer grupo se asocia con valoraciones de bueno, mejor, superior y normal; mientras que el segundo se asocia con lo malo, peor, inferior y anormal. (p.108-109).

Essas caricaturas que persistem nos programas de televisão, na rádio e na mídia de uma forma geral, favorecem a configuração da dicotomia rural-urbana, tão restrita para as análises que a realidade impõe. Desta construção negativa sobre o rural e da precariedade que o caracteriza, os elementos que poderiam estar associados a avaliações positivas como o contato com a natureza, uma vida mais tranquila, o afastamento das dinâmicas urbanas, o estresse, têm sido colocações em pesquisas sobre o assunto em outros contextos rurais, mesmo sem deixar de reconhecer os aspectos negativos. Nesse caso, as pesquisas realizadas por Cruz (2006) e Pereira e Cruz (2020) são ilustrativas:

Se observa mucha diferencia entre las significaciones de lo rural vinculado a la naturaleza, de las representaciones construidas a partir de lo agrario. En el primer caso, las representaciones están vinculadas al placer y al disfrute de la vida en el medio rural, en el segundo, las vinculaciones con lo agrario evocan básicamente las

relaciones de producción, identificadas con el “sacrificio” y el “trabajo duro”. (CRUZ, 2006, p. 211).

[...] A diluição das fronteiras campo/cidade vem desconstruindo antigas visões de espaços opostos, algo que também começa a ser questionado quando a preferência pela vida no campo é percebida pela juventude rural como “qualidade de vida”, “vida saudável”, longe da violência e do individualismo das sociedades urbanoindustriais. Mas é também um lugar de dificuldades de todo tipo. (PEREIRA; CRUZ, 2020, p. 17).

A colocação de segmentos que aludem às dificuldades que rodeiam a ruralidade não é inocente, mesmo para quem consegue avaliar positivamente alguns dos seus componentes, associando-o ao prazer, à vida, à sua qualidade e à saúde, elementos muito apreciados, o fato de colocar, “mas é também” um lugar de dificuldades “de todo tipo” soa como uma advertência. Isso nos leva a pensar que somente diante de uma forte vivência (e existência) de precariedade, os espaços rurais podem deixar de ser lidos a partir de seus atributos associados à natureza e ao bem-estar.

Outro fenômeno apreciável e consequente dos processos migratórios é a tendência à masculinização das áreas rurais. Em Cuba existe um padrão de comportamento em todas as províncias do país, que apresentam maior Índice de Masculinidade nas áreas rurais, em comparação com as urbanas. Em 2017, dados da ONEI mostram a existência de 1.155 homens para cada 1.000 mulheres nas áreas rurais do país (ONEI, 2019). Somente quatro das províncias orientais, com exceção de Las Tunas, Artemisa e Pinar del Río, não ultrapassam este Índice. A emigração de jovens, principalmente mulheres, traz como consequência não só o envelhecimento da população, mas também a masculinização, o que prejudica o reposicionamento da população nesses espaços de forma dramática.

O Censo de 2012 (último censo desenvolvido no país) mostrou que a população cubana entre 15 e 29 anos nas áreas rurais representava 21,5% da população rural como um todo, 26% da juventude cubana em geral e 4,8% da população total. Em 2019, esses números diminuíram. A juventude rural representou 19,4% da população rural, 23,5% da juventude cubana e apenas 4,4% da população total do país (ONEI, 2020).

É preocupante que os números da população jovem rural continuem diminuindo se considerarmos a substituição da força de trabalho para o desempenho das atividades agrícolas e pelas múltiplas funções que favorecem a dinâmica desses espaços e seus impactos no país. É importante destacar que as pessoas jovens das províncias do Leste representam mais da metade da juventude do país (51,56%) e da juventude rural (51,25%) em particular, de acordo com ONEI (2020).

É evidente que mais da metade da população jovem do país e da juventude rural estão concentradas no leste de Cuba. Esta região continua refletindo índices de desenvolvimento mais baixos, com graves desvantagens nas áreas rurais. No contexto descrito, reforça-se a hipótese sobre a tendência de continuar a emigrar para as cidades e o conseqüente envelhecimento dos espaços abandonados pelos mais jovens. Em um sentido proativo, poderíamos considerar a emergência de focar, para essas províncias, políticas e programas que procurem a permanência desses grupos.

Elías (2017) declara seu interesse em mostrar a problemática da população jovem rural fundamentalmente nos aspectos relacionados à participação sociopolítica, emprego, identidade de gênero e desigualdade, a partir da projeção de pesquisas futuras, tomando como referência alguns estudos⁷² desenvolvidos na país nesse setor populacional. Partindo do questionamento do papel dos jovens na inserção social e política, a autora enfatiza a necessidade de participação efetiva dos jovens na gestão das atividades no meio rural, para torná-los visíveis e sua presença nos espaços de poder.

Na opinião de Elías (2017):

[...] es necesario que se genere una dinámica de crecimiento económico con inclusión social. Los miembros de cada localidad deben tener objetivos comunes, en especial los jóvenes deben tener oportunidades para realizar sus proyectos de vida y de participar activamente en su contexto social. (p. 105).

Em seu texto sobre a dinâmica demográfica em Cuba, Grisell Rodríguez e Juan Carlos Albizu-Campos (2015) concluem que o processo é significativamente marcado pelo

⁷² Dentre os principais resultados que mostram algumas das limitações para a conquista de um maior protagonismo da juventude rural, ele coloca: pouco comprometimento e ampla rejeição da juventude rural, dada a possível assunção de responsabilidades nas organizações políticas e sociais para com o quem pertence (ORTREGA, 2013); a necessidade da *Unión de Jóvenes Comunistas* (UJC) de consolidar seu trabalho político-ideológico com os jovens que trabalham em cooperativas (ALONSO, 1988); sobre o reconhecimento da importância de uma reativação das organizações políticas e de massa que reúnem os jovens nas esferas do trabalho e da comunidade (ÁVALOS, 2006); compara os jovens pertencentes a uma *Cooperativa de Crédito y Servicios* (CCS) e a uma *Cooperativa de Producción Agropecuaria* (CPA), conclui que nesta última a participação é muito mais pobre, têm mais necessidades insatisfeitas, não conhecem os pequenos produtores, obtêm menos rendimentos e, por isso, sentem-se menos comprometidos com a comunidade (PÉREZ; MARTÍNEZ; CABRERA, 1992); nas empresas estatais, a participação é mais pobre e formalizada, e há um certo grau de indiferença e apatia decorrente da excessiva verticalidade, combinada com uma exagerada centralização de recursos e uma abordagem administrativa burocrática do planejamento (PÉREZ ROJAS; GARCÍA AGUIAR. TORRES VILA, 1994); a necessidade de proporcionar espaços para que os jovens possam contribuir com as decisões do grupo (ZARAGOZA; ECHEVARRÍA, 1994 - 1995); em estudos de caso realizados em *Unidades Básicas de Producción Cooperativa* (UBPC), constataram que os jovens praticamente não ocupavam cargos nem na esfera administrativa, nem em organizações políticas e de massa. Isso significa que os líderes, nas diferentes esferas, estão em muitos casos distantes, pelo menos do ponto de vista geracional, de interesses e experiências comuns aos jovens (ÁVALOS; PÉREZ, 2008); os métodos e estilos de trabalho das instâncias de governo local influenciam a sua percepção como “mecanismos de orientação e mobilização, ao invés de serem ouvidos e levados em consideração” (Martín, Hernández, González, Rodríguez, Quiñones, Berriet, 2010).

componente migratório, com a singularidade de ser impulsionado pela emigração, elemento que continua a contrair a capacidade de crescimento de sua população.

Os espaços contêm o cruzamento de múltiplas dimensões sociais, históricas, culturais, políticas e subjetivas. Eles são construídos a partir desses vínculos. Essas construções passam pelas representações, tanto físicas quanto simbólicas, que se configuram nos espaços e que tributam informações valiosas para (re)pensar e projetar políticas de bem-estar de suas comunidades.

Os espaços não abraçam, em si próprios, “pesos” e “levezas”, elas são condições que vão se construindo nas múltiplas relações de seus desenvolvimentos sociais, históricos e culturais. Essas construções perpassam e configuram as representações físicas e simbólicas que se tem sobre os espaços.

2.2.3 – A POBREZA RURAL NA LENTE

Para a abordagem do tema da pobreza rural, Alfonso Dubois (2014) considera um estudo desenvolvido pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA⁷³), no ano de 1993, como uma referência fundamental. O autor destaca a importância do estudo não apenas pela valiosa informação contida sobre o estado da pobreza, mas também por causa da abordagem metodológica adotada. No documento, a concepção de pobreza é explícita, entendendo-a não como um estado das pessoas, mas o efeito de processos dinâmicos; a pobreza vista como uma condição social, não um fenômeno pessoal. Essa visão fragmenta as perspectivas que colocam o fenômeno nas pessoas, liberando aos Estados e instituições das responsabilidades ante o fenômeno social.

Dubois (2014) assinala que o FIDA especifica outros fatores como: crescimento populacional, baixos níveis de educação, isolamento geográfico e falta de acesso a comunicações, gestão de recursos e gestão ambiental, discriminação de gênero contra mulheres, fatores culturais e étnicos, mecanismos de mediação exploradores, fragmentação política interna e conflitos civis e fatores internacionais.

⁷³ A criação do FIDA em 1977, como a décima terceira agência especializada das Nações Unidas, foi uma das principais consequências da Conferência Mundial de Alimentos realizada em Roma, em novembro de 1974. O FIDA foi criado com o mandato único de lutar contra fome e pobreza rural em áreas de baixa renda e déficits de alimentação para melhorar os meios de subsistência dos pobres rurais de uma forma sustentável. Originalmente, o FIDA foi concebido como uma instituição financeira. No entanto, com o passo ao longo dos anos, assumiu gradualmente a responsabilidade pelo desenho da maioria de seus projetos e atualmente goza da reputação de ser líder no desenvolvimento de projetos para o avanço econômico da população pobre.

Outra das visões questionam a renda agrícola como responsável pelos processos de empobrecimento⁷⁴ no campo. Neste sentido, Abramovay (2006) aponta que a indiscutível maioria dos pobres rurais têm sua renda composta de várias atividades, entre as quais a agricultura geralmente representa a menor parte. Baseado neste argumento, o autor defende a compreensão da pobreza como fenômeno multidimensional, superando a visão de interpretá-la a partir da insuficiência na renda agrícola. O autor adverte que compreender a pobreza, requer estudar as diferentes atividades dos membros das famílias rurais, os processos migratórios, as remessas, a contribuição das transferências públicas e as formas de assegurar a reprodução através de finanças informais (ABROMAVAY, 2004).

Para Dantas Henrique Neder (2008) o cálculo da pobreza rural seria superficial, desconsiderando a qualidade de vida das famílias no meio rural. Concordantemente e em contraposição com olhares monodimensionais (enfoque monetário), o IICA (2011) propõe sintetizar a noção da pobreza rural como um componente das privações de bem-estar agravadas pelo contexto.

Entre as questões analisadas como pouco exploradas nos estudos de pobreza a partir de análises multidimensionais, Rodolfo Ferreira e Genivalda Cordeiro (2016) referem-se aos limitados esforços “em avaliar as inter-relações entre tais dimensões de forma conjunta” (p. 538) e, uma segunda questão considerada pelos autores como inexplorada no Brasil, remete à:

[...] avaliação da relação destes indicadores multidimensionais de pobreza em diferentes espaços de forma que se possa inferir sobre o modo como a situação de pobreza reage à implementação de políticas, admitindo que os agentes tratados encontram-se em espaços heterogêneos, como, por exemplo, nas zonas rurais e urbanas (FERREIRA; CORDEIRO, 2016, p. 358).

Essa heterogeneidade dos espaços nos leva à ideia de que os processos de empobrecimento dos setores, tanto rurais quanto urbanos, apresentam características particulares. Para os habitantes em situação de pobreza nas áreas urbanas, a acessibilidade aos serviços e oportunidades é maior e não estão disponíveis para as pessoas que vivem em áreas rurais. Sobre o assunto Alfonso Dubois (2006) reflete:

Las carencias que sufren las personas para alcanzar una vida digna, bien sean de salud, educación o cualesquiera otras, son las mismas con independencia del lugar en que se produzcan. Sin embargo, es importante conocer las formas concretas en

⁷⁴ A categoria empobrecimento entendida como condição vivida pelas pessoas, a partir da colocação de Salama e Valier (1997), que estabelecem uma diferenciação com a categoria pobreza, entendendo-a como uma condição social de reprodução do indivíduo.

que se manifiestan a fin de diseñar las políticas adecuadas para superarlas. En las últimas décadas las situaciones de privación que padecen las personas han ido mostrando cada vez más formas diferenciadas según habitan en zonas urbanas o rurales. Ello ha dado pie a la aparición de enfoques metodológicos distintos para el estudio de la pobreza urbana y rural; y, sobre todo, para conocer los procesos de empobrecimiento que hacían surgir esas formas específicas y distintas de pobreza en una y otra área. (2006, s/p).

Na bibliografia consultada são colocados argumentos diversos a respeito da magnitude e agudeza da pobreza nas áreas rurais se comparadas com as expressões do fenômeno em contextos urbanos. Teresa Kleba e Catarina Mailiz (2010) colocam que “[s]egundo dados da ONU, 70% dos pobres do mundo vivem no meio rural e são fundamentalmente pequenos agricultores e agricultoras, integrantes de comunidades indígenas, famílias que vivem da pesca, do pastoreio ou trabalhadores rurais sem propriedade da terra” (p. 872). A FAO (2017) afirma que a maioria das pessoas pobres e que passam fome no mundo, vivem em áreas rurais.

Uma das múltiplas dimensões que impactam a pobreza rural, revelada por Berdegué e Saravia Matusdas⁷⁵ (2017) como mais extensa e aguda que a pobreza urbana, é precisamente a compreensão do espaço. As maneiras diversas na sua concepção marcam vulnerabilidades singulares. Uma delas têm a ver com as diversas expressões de uma cultura que carrega matizes patriarcais, o que tende a qualificar as maneiras de se expressarem as relações (de poder) entre homens e mulheres, deixando às últimas em posições marcadas pelas desvantagens em diversas áreas da vida social.

Em um estudo sobre a pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano, Adriana Stankiewicz (2017) assevera que “[u]ma das questões mais enfatizadas na literatura internacional sobre pobreza diz respeito às disparidades espaciais. A desagregação das medidas por local de domicílio demonstra que a maior parte da população pobre está nas áreas rurais, qualquer que seja a abordagem” (p. 35).

Embora a pobreza tenha impacto tanto nos espaços urbanos quanto nos rurais, suas expressões contextuais são diferentes, elas se originam de processos diferentes, mas interconectados, e as estratégias para erradicar a pobreza devem levar em conta essas diferenças; o acesso aos recursos, os riscos que eles enfrentam e as oportunidades, entre outros, diferenciam os indicadores desse fenômeno em contextos singulares.

⁷⁵ Segundo Julio A. Berdegué e Silvia Saravia Matus, integrantes do Escritório Regional da FAO para América Latina e o Caribe, no Jornal Télam do dezembro do 2017, as estatísticas da CEPAL disponíveis para 16 países da região, em 2015 existiam 54 milhões de habitantes rurais pobres. Isso equivale a 47% da população rural desses países e mostra que a taxa de pobreza rural é 60% maior do que a pobreza urbana. Disponível em: <http://www.telam.com.ar/notas/201712/231036-una-alianza-para-erradicar-la-pobreza-rural.html>

Reforçando a ideia das distinções dos espaços, Ferreira e Cordeiro (2016) argumentam:

Embora sofram com carências semelhantes, a pobreza em espaços rurais e urbanos apresentam algumas peculiaridades. No ambiente rural, fatores como o acesso à terra, água, serviços básicos de saúde e educação, formação da renda, etc, são vistos como responsáveis diretos pelo estado de privação. No cenário urbano, dada a maior oferta de serviços e oportunidade de negócios, tais fatores não seria a questão central. (p. 359).

Os autores acrescentam, com base em estudos desenvolvidos em ambos os contextos no Brasil, que a pobreza no meio rural é mais grave.

Definindo diferenciadamente a pobreza urbana da rural, Dubois (2006) aponta que a análise do fenômeno nas áreas rurais evidencia a persistência de níveis de pobreza absoluta e, principalmente, de indigência. O autor analisa na definição as falhas do modelo de desenvolvimento a partir do fracassado processo de expansão dos benefícios do crescimento econômico aos setores majoritários, e coloca uma advertência do FIDA a respeito de uma resistência específica da pobreza rural ao crescimento.

A persistência da pobreza em magnitudes expressivas e maiores nas áreas rurais, se comparadas com o fenômeno nas cidades, assim como suas singulares expressões, continuam, forçosamente, girando o foco de interesse para as ruralidades. À margem das conceptualizações e formas de medição, a realidade adverte para uma população que não consegue os níveis desejados de bem-estar. As áreas rurais concentram, potencialmente, os recursos que garantam a vida humana, e isso resultaria suficiente para sua avaliação de não existir um mundo tão polarizado e com um expressivo desequilíbrio de poderes. A pluralidade de discursos sobre a pobreza permite ampliar o leque de categorias de análises para as abordagens do fenômeno, tornando seu estudo complexo e desafiante.

2.2.4 – ASSUMINDO A GEOGRAFIA FEMINISTA

A geografia feminista constitui uma perspectiva interessante nos estudos de pobreza a partir das abordagens que apresenta na compreensão dos espaços e das relações diferenciadas de gênero que se estabelecem neles. Para Susana Maria Velda Da Silva (1998), a Geografia de gênero e/ou feminista é um enfoque da Geografia, a partir do qual “é possível iluminar a teoria geográfica com matizes feministas” (p. 105), e “pensar geograficamente o mundo” (p. 106), “aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos e o gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou

seja, uma categoria útil de análise geográfica” (p. 107-108). Lucas Andrés Bustos (2009), argumenta que *“es aquella que incorporalas aportaciones teóricas del feminismo a la explicación e interpretación de los hechos geográficos”* (s/p).

A respeito da Geografia de gênero, Da Silva (1998) esclarece que não é “Geografia das ou de mulheres” porque, segundo explica, pareceria que apenas a metade da humanidade estaria no foco de estudo, e que unicamente as mulheres se dedicaram a seu estudo. Entretanto Bustos (2009) acrescenta: *“Va mucho más allá de la denominada "geografía de las mujeres" en que simplemente se estudian a las mujeres sin tener en cuenta la construcción social del género, puesto que requiere el estudio y la comparación de los roles de género asignados tanto a hombres como a mujeres”* (s/p).

Um olhar crítico sobre a ciência geográfica é colocado por Joseli Maria Silva, Almir Nabozny e Marcio Jose Ornat (2010), quem a partir de aprofundadas análises focadas nas mulheres pobres chefes de família propõem caminhos metodológicos para superar os vazios encontrados apontando:

A invisibilidade feminina do discurso geográfico deve ser questionada, através da promoção de um debate sobre a construção da Geografia. Criar novas perspectivas tem sido trabalho difícil, já que a própria construção da ciência, seus conceitos e métodos fundantes são frutos do processo de colonialidade e racionalidade moderna, oriundos do saber produzido sob a ótica masculina. (SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2010, p. 24)

O saber geográfico foi constituído em similitude ao conhecimento científico geral, a partir de olhares eurocentrados, do apagamento da pluriversalidade e sobre uma suposta neutralidade. Aprofundando no tema, Da Silva (1998) aponta que a Geografia, no sentido geral, “tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo” (p. 108) explicando que a sociedade se compõe por pessoas que se situam nela no que diz respeito ao gênero. Acrescenta a autora que “o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gênero” (p. 108). Bustos (2009) demarca o enfoque de gênero na geografia nas abordagens não positivistas, em que a pesquisa geográfica é vista como um processo não neutro, enquanto destaca o valor da subjetividade e do comprometimento social e político da ciência.

As análises e leituras conformadas a partir do enfoque de gênero nos fatos geográficos e nos processos socioespaciais desvenda a presença de desigualdades de gênero nas maneiras

de estabelecer relações com os lugares e de viver neles. Um olhar sobre as causas dessas diferenças é colocado por Talita Cabral Machado (2018):

Entende-se que as relações das mulheres e dos homens com os lugares são diferenciadas. As diferenças se constroem a partir de um conjunto de ideias específicas e hierarquicamente desiguais estabelecidas às mulheres e aos homens, resultando na opressão das mulheres em diferentes lugares e tempos. (p. 202).

O sentido da opressão das mulheres nos espaços e tempos resulta uma referência importante para pensar os lugares em que as mulheres são colocadas a partir de uma cultura patriarcal que se expressa singularmente em contextos rurais. Azeredo (2010) constata que as identidades das famílias pobres vão se desenhando através de visíveis fronteiras territoriais. Neste sentido, a autora aponta: “As condições de vulnerabilidade se acentuam não só pelo lugar da mulher na família, mas também pela família de determinado lugar. Importa pensar a dimensão geográfica da pobreza e o quanto isso recai sobre as famílias e mais especificamente sobre as mulheres” (p. 583).

O argumento leva-nos a pensar na pluralidade de lugares que as mulheres ocupam, tanto aqueles marcados pela subalternidade a partir de preceitos culturais e históricos, quanto aqueles em que essa subalternidade adquire expressões singulares que podem chegar a agravar sua condição. O contexto rural pode-se constituir em um lugar de adensamento/agravamento para as mulheres, se pensado a partir da reflexão seguinte:

O local de moradia é outro indicador importante para se pensar a autonomia das mulheres. Ao habitarem lugares com difícil acesso a recursos materiais e simbólicos, veem suas condições de pobreza ser produzidas e reproduzidas, num círculo perverso que conforma a falta de melhores oportunidades, confinando-as num lugar muito distante dos padrões minimamente aceitáveis. (AZEREDO, 2010, p. 583).

Os espaços são responsáveis pela configuração das dinâmicas sociais. Neste sentido Silva (2010) insiste na incorporação da perspectiva feminista na geografia ratificando “a importância da incorporação do espaço e do tempo nas análises das experiências da vivência cotidiana e concreta [...]” (p. 42). O estudo que esta tese persegue pretende contribuir neste sentido, colocando as experiências das mulheres rurais que conformam a amostra e as narrativas que elas trazem.

Da Silva (1998), resumindo as áreas em que o enfoque de gênero é fundamental na Geografia, convoca a abordagem de Martínez (1995):

- 1) as relações existentes entre gênero e conceitos chaves na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza;
 - o espaço enquanto construção social e de gênero,
 - o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero,
 - a relação entre gênero e natureza (o meio ambiente em seu sentido amplo);
- 2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero;
- 3) o uso e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) a global (movimentos migratórios transnacionais) (DA SILVA, 1998, p. 108 apud MARTÍNEZ, 1995).

A partir deste olhar, nossa pesquisa transita por essas áreas enquanto traz a categoria espaço como construção social e de gênero, as diferenças territoriais impressas nos papéis e relações de gênero e as experiências diferenciais do espaço a escala local rural.

Refletindo sobre as vantagens aportadas a partir da geografia feminista e *queer*, Silva (2010) destaca que são saberes que devem ser tomados em conta, dado que complementam a compreensão científica. Neste sentido a autora adverte que “[p]ossuem focos de interpretação da realidade socioespacial que, de forma dialógica com os demais subcampos da geografia, podem subverter o monotopismo e produzir pluriversalidades espaciais, enriquecendo nossa ciência como um todo” (p. 54).

Nas análises que me proponho na pesquisa, as leituras sobre as narrativas das mulheres rurais serão enriquecidas além da Geografia Feminista, a partir de abordagens da Economia Feminista e a Sociologia, fundamentalmente.

2.3 – GÊNERO E POBREZA⁷⁶

[...] não se trata de ver que as mulheres são pobres
(ou mais pobres do que os homens),
mas que a pobreza é condicionada pelo gênero.
(MIGUEL ANGEL MATEO, 2000)

“A pobreza tem cara de mulher”, afirmou um relatório do PNUD em 1995, depois de confirmar que de 1,3 bilhão de pessoas que vivem na pobreza, 70% eram mulheres e crianças. Este valor se mantém nos dias de hoje, apesar de se reconhecer o declínio do número de pessoas pobres: a cada dez pessoas pobres, sete são mulheres. Mesmo que a cifra tenha sido

⁷⁶ Algumas ideias colocadas neste momento do texto conformaram o artigo apresentado na disciplina Sociologia da pobreza do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC, e posteriormente foram ampliadas no artigo intitulado “Pobreza feminina: desvendando as suas raízes”, publicado pela Revista TEL, Irati, v. 10, n.2, p. 177-200, jul. /dez. 2019- ISSN 2177-6644.

muito questionada⁷⁷, não se questiona que a pobreza seja mais feminina e, verdade seja dita, num mundo tão positivista esses esmagadores números conseguiram orientar os olhares para o fato de que as mulheres estavam (e ainda estão) engrossando os grupos das pessoas pobres ou mais vulneráveis à pobreza.

Nas palavras de Valentine Moghadam (2005) “Although the claim that the majority of the world’s poor are women cannot be substantiated, the disadvantaged position of women is incontestable” (p. 1).

As estatísticas também nos dizem que as mulheres não são automaticamente beneficiárias dos programas e estratégias de combate à pobreza e, por vezes, mesmo ações que promovam o crescimento podem piorar a situação das mulheres pobres, caso as causas e condições da pobreza feminina não sejam levadas em conta nos desenhos metodológicos aplicados. Muito recentemente, na década dos 70 do século passado, as posições desfavoráveis das mulheres nos contextos mais pobres despertaram interesse em importantes organizações internacionais.

A Plataforma de Ação adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995⁷⁸, incluiu a pobreza das mulheres dentro das esferas que precisam de atenção especial por parte da comunidade internacional, os governos e a sociedade civil. A organização reconhece que alguns aspectos da pobreza estão ligados ao gênero, e assim as políticas para sua erradicação tem que colocar o foco nas necessidades das mulheres, especialmente em áreas rurais. Esse novo olhar amplia a definição de pobreza ao incluir a negação de oportunidades e escolhas para elas.

Desde 1995 o PNUD prevê, em seus relatórios anuais sobre o desenvolvimento humano, um índice que primeiro foi chamado de Índice de Empoderamento das Mulheres⁷⁹

⁷⁷ Segundo Marcoux (1998) esta proporção é improvável, pois ela indicaria um desequilíbrio entre a população masculina e a feminina jamais observado em nenhum país ou região, e assinala que a estrutura de idade dos pobres é similar à da população como um todo. Dez anos depois Tortosa (2009) também considera que o dado é de difícil constatação empírica. Todas as traduções foram feitas pela autora do artigo.

⁷⁸ A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada pelas Nações Unidas em Pequim em setembro de 1995, significou um ponto importante para a igualdade de gênero, um tema que havia sido colocado em reuniões anteriores, como: a Comissão sobre a Situação da Mulher em 1972 onde a ONU propõe a declaração do Ano Internacional da Mulher, conquistado em 1975; a conferência Desenvolvimento, Igualdade e Paz no México, em 1975; a década das mulheres (1976-1985); a agenda internacional contra a discriminação (CEDAW), 1979 foi instalada; a conferência de Nairobi (1985); conferências mundiais sobre direitos humanos em Viena, 1992; Cairo, 1993; *Social Development Summit, Copenhagen*, 1995. Para uma análise das quatro décadas de esforços realizados por pesquisadoras e ativistas feministas sob o paradigma “Mulheres, Gênero e Desenvolvimento”, com foco na visibilidade das mulheres em geral e das mulheres rurais em particular, ver: LEÓN, Magdalena (2011).

⁷⁹ Índice que pretende medir a representação relativa das mulheres em poder econômico e político. Está composto por três indicadores: a proporção de mulheres nos parlamentos nacionais; a porcentagem de mulheres que ocupam posições onde as decisões econômicas são tomadas, administrativo, gerencial, técnico e profissional; e diferenças de renda entre homens e mulheres (BETETA, 2006).

(GEM, siglas em inglês) e, posteriormente, Índice de Potenciação de Género⁸⁰ (IPG). Levando em conta o caráter relacional da categoria gênero, essas análises incluem tanto homens quanto mulheres. Este indicador considera a participação das mulheres na vida econômica e política e é particularmente apropriado para comparar a distribuição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do IPG, no mesmo país e no mesmo ano, visando compreender a dimensão de gênero nos processos de empobrecimento ou desenvolvimento humano, embora seja a natureza quantitativa de seus dados repreensível, dado que abrange elementos no nível do país, o que pode encobrir realidades de outros subespaços e impactar na concepção e implementação de políticas que visam responder às realidades contextuais e situadas. Além disso, o índice não inclui elementos qualitativos e subjetivos que possam enriquecer e aprofundar as análises.

Em 1996, a Comissão sobre a Condição Política e Social da Mulher das Nações Unidas debateu a questão das mulheres e a pobreza e propôs, aos Estados-Membros e à comunidade internacional, adotarem novas medidas. Uma dessas medidas considera que todas as políticas e programas voltados à erradicação da pobreza deveriam incluir a perspectiva de gênero.

Em seu relatório de 1997, o PNUD argumentava que se a dimensão de gênero não é introduzida no desenvolvimento, o próprio desenvolvimento está em perigo. É impossível falar sobre a expansão de oportunidades para as pessoas se as desigualdades existentes não são reconhecidas por causa da construção social do que significa “ser um homem” ou “ser uma mulher”, tanto na esfera econômica quanto na política e/ou na social. Essas afirmações exigem um olhar de gênero para os processos de desenvolvimento e empobrecimento, como tentaremos fazer a partir de agora.

A pobreza é entendida e tratada como um fenômeno complexo de múltiplas dimensões que permanece em ascensão no presente século em todas as latitudes, com a singularidade de ser um fenômeno feminizado⁸¹, enquanto se observa, segundo Clara Murguiday (2006), um predomínio crescente de mulheres entre a população empobrecida. A pobreza na América Latina persiste com quantidades desproporcionais, o que têm chamado a atenção de várias

⁸⁰ O PNUD declara que, o IPG “[...] visa medir a desigualdade de gênero nas principais áreas de participação e tomada de decisões econômicas e políticas” (PNUD, 1997, p. 85).

⁸¹ Na bibliografia é utilizado o termo “feminização da pobreza”, cunhado nos EUA no final dos 70. Se inicialmente era um conceito que tornava visíveis as vulnerabilidades das mulheres à pobreza e à superrepresentação delas em grupos de pessoas pobres, hoje em dia é um conceito muito controverso e sua utilidade para explicar a “realidade” da pobreza feminina é questionada, assim como afirmam Sylvia Chant (2007) e Gita Sen (2010).

organizações internacionais, incluindo a CEPAL, cujo papel se ressalta na concepção e implementação de políticas públicas para superá-la.

No início do século XXI, a dimensão cultural é reconsiderada nos estudos sobre a pobreza a partir dos repertórios culturais e das fronteiras simbólicas, proporcionando uma imagem mais sutil, heterogênea e complexa sobre como fatores culturais moldam e são moldados pela pobreza e pela desigualdade (HARDING, 2007; LAMONT; SMALL, 2008; BATTHYÁNY, 2008, 2013; BAYÓN, 2009, 2013, 2015; YOUNG, 2010). Essas perspectivas teóricas fraturam a ideia de que as pessoas possuem uma cultura imóvel, e a sua permanência em contextos singulares afeta como elas ressignificam as realidades do subjetivo e do simbólico.

O pensamento feminista faz contribuições importantes que são úteis para compreensão da pobreza a partir da perspectiva de gênero, pois revelam elementos que tornam as mulheres vulneráveis em contextos empobrecidos. Nesse sentido, os aportes dão luz à análise sobre variabilidade cultural de significados de gênero (OAKLEY, 1977 [1972]); a subordinação feminina entendida como fenômeno político-social (RUBIN, 1975); à autonomia (CORIA, 1990); às necessidades das mulheres (FRASER, 1991); à contribuição econômica das mulheres (BOSERUP, 1995); às desigualdades de gênero (CAGATAY, ELSON; GROWN, 1995); aos direitos humanos (FACIO, 1997); à participação das mulheres no mundo laboral e à reavaliação do conceito de trabalho (PAULILO, 1987, 2006, 2016) incluindo o trabalho doméstico não remunerado e familiar e seu impacto social (CARRASCO, 1999, 2001, 2011, 2013; DE MELO; CONSIDERA; DI SABATO, 2007; BATTHYÁNY, 2013; PAULILO, 2016; HERRERA, 2019); à análise das condições desiguais, nas que estão inseridas o mercado de trabalho, e o acesso aos recursos, dentre os quais se destaca o uso do tempo (AGUIRRE; ARRIAGADA; BENERÍA, 2006; MILOSAVLJEVIC, 2008); às relações interpessoais que envolvem atividades econômicas, à compreensão das formas e as condições de pagamento dos trabalhos de *care* (ZELIZER, 2000; 2009; 2010); à feminização da pobreza (CHANT, 2006; 2007; SEN, Gita, 2010).

Outras contribuições importantes têm sido a inclusão de novas metodologias e abordagens e a expansão dos debates acadêmicos sobre as causas e implicações da pobreza na vida das mulheres (ARENAS, 2004), bem como a visibilidade das desigualdades no acesso a bens e distribuição de renda, associados à análise das causas e efeitos da desigualdade de oportunidades e de poder em conexão com várias formas de discriminação associadas ao gênero (DEERE; LEÓN, 2000; PAULILO, 2006, 2016).

Os estudos convencionais para estudar a pobreza adotaram uma perspectiva de gênero aparentemente neutra, embora uma análise mais aprofundada de seus componentes mostre que o referente é sempre o homem. Isso é um olhar que dificulta uma análise multidimensional do fenômeno, incorporando uma perspectiva de gênero que torne visíveis as formas particulares pelas quais ele é percebido e vivenciado tanto por homens quanto por mulheres.

Segundo Tortosa (2001, 2002, 2009), não existe neutralidade nas conceptualizações de pobreza, assim como nas metodologias e nos indicadores utilizados para medi-la, das quais dependem as políticas. Esse argumento me permite enfatizar a necessidade de incluir a perspectiva de gênero nas análises sobre a pobreza. Assim como a ciência não é neutra, o mesmo acontece com as visões dos fenômenos sociais, em que prevalecem os discursos dos grupos hegemônicos. Essa ideia tem sido colocada em momentos anteriores no texto a partir da enunciação das diferentes teorias, metodologias e ferramentas projetadas para sua medição.

Entender que a pobreza é percebida, vivida e confrontada diferenciadamente pelas pessoas requer uma análise dessas técnicas e metodologias, uma avaliação de suas vantagens e desvantagens e a geração de novas medidas que as complementem ou substituam.

Um dos métodos mais utilizados têm sido a medição da pobreza a partir da renda familiar, o que é um indicador quantitativo (em termos monetários) inquestionavelmente muito eficaz para diagnosticar situações de pobreza. Outro fator útil para medir a pobreza são as comparações entre países e territórios, porém ficando limitado para avaliar as dimensões de gênero exclusivamente no interior do lar. Para complementar o uso de indicadores de renda desde uma perspectiva mais inclusiva é necessário envolver outras dimensões como saúde e educação, vulnerabilidade e risco, crime, violência e outros fatores ressaltados pelas pessoas pobres como importantes, e que informam sobre as formas desiguais que afetam homens e mulheres.

A perspectiva de gênero nas análises da pobreza pode fazer ênfase à dimensão cultural, em que as relações humanas estão implícitas (incluindo as relações de gênero), cuja construção responde a uma cultura em um espaço que se reproduz em momentos específicos. Tendo em consideração que a pobreza é um fenômeno situado, deve ser fraturado em suas próprias raízes. Nesse sentido Clemente (2016) aponta:

La noción de abordaje situacional es un enfoque orientado a consignar que el diseño de las políticas que esperan transformar situaciones de pobreza persistente y/o prevenirla deberá atender las particularidades del contexto. Según la experiencia acumulada con los programas de transferencia de ingresos, hay que relativizar el impacto de las intervenciones que pretenden tener resultados

totalizadores a partir de una única estrategia. Es justamente en la heterogeneidad que se sustenta la necesidad de enfoques que actúen en las desigualdades y brechas que también se reproducen muy fuertemente a nivel micro social. (p. 22).

A introdução da perspectiva de gênero na análise da pobreza significou uma reviravolta nas conceituações, medições e indicadores referidos antes, enquanto colocou ênfase na complexidade e multidimensionalidade desses processos, assim como em seus efeitos na produção de desigualdades de gênero. Segundo Mateo (2000), não se trata de ver que as mulheres são pobres (ou mais pobres do que os homens), mas que a pobreza é condicionada pelo gênero e esse condicionamento está na base da dinâmica social e familiar que expõe as mulheres a situações de clara desvantagem. Na dinâmica social, as mulheres geralmente ocupam espaços de subordinação e subalternidade, e isso tem um impacto sobre sua participação nas estruturas de emprego e sua remuneração, seu acesso a bens e recursos (entre os quais tempo e poder se destacam), sua presença em espaços de poder, entre outros. Nelas repousa o trabalho doméstico e o cuidado de pessoas dependentes, todo aquele envolvimento na reprodução da vida não é considerado trabalho e, portanto, não é remunerado.

Na análise das principais tendências nos estudos de gênero com implicações para os estudos da pobreza, Chant (2003) sublinha os eixos temáticos ligados ao debate sobre desenvolvimento. O primeiro deles, do final da década de 1970 até meados da década de 1980, teve como principal contribuição documentar a desigualdade das mulheres em termos de renda, a subvalorização do trabalho realizado por elas, e sua invisibilidade nos debates sobre o desenvolvimento.

Segundo Tortosa (2001), não é apenas para ressaltar a natureza multidimensional da pobreza superando sua análise econômica, mas também para dar voz às mulheres envolvidas, cujo silêncio nesse ponto foi doloroso. O silêncio ou captura das vozes femininas é também um dos subprodutos que expressam relações de poder quando as hierarquias de gênero se enraízam na sociedade. As vozes das pessoas envolvidas na pobreza, em especial as vozes das mulheres, são imprescindíveis toda vez que a pobreza não afeta um grupo homogêneo de pessoas e, além disso, confirma a super-representação das mulheres no fenômeno.

2.3.1 – A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: UM CONCEITO CONTROVERSO

Na década de 1980, o impacto das reformas estruturais e ajustes ocorridos na América Latina contribuiu para o adensamento das desigualdades de gênero existentes. Nesse contexto,

as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho com marcantes desvantagens com relação aos homens e as políticas públicas de ajuste transferiram para o espaço privado (tradicionalmente feminino) os serviços, subsídios e o atendimento de pessoas dependentes, que passaram a ser assumidos pelo Estado. O termo feminização da pobreza apareceu nesse cenário.

Outros indicadores sociais relacionados ao gênero, como idade, cor da pele, etnia, escolaridade, espaço geográfico, status econômico, status migratório, que afetam a produção e a reprodução das desigualdades e da exclusão social também se tornam visíveis. As análises interseccionais resultaram do entrelaçamento desses marcadores sociais, razão pela qual constituem uma das contribuições mais importantes dos feminismos decoloniais aos estudos dos processos de empobrecimento, ao penetrarem nas heterogeneidades existentes entre as mulheres e suas implicações na situação de pobreza. Neste sentido, Marcia dos Santos Macedo (2008) sugere uma ruptura com qualquer tendência à adoção de explicações reducionistas e simplificadoras de processos multideterminados e historicamente situados, os quais demandam, portanto, uma leitura que interconecte as desigualdades como as de gênero, classe, raça ou etnia e idade ou geração à questão da relação com o Estado, particularmente no que se refere à oferta de políticas públicas.

O conceito de “feminização da pobreza”⁸² é introduzido em 1978 pela pesquisadora estadunidense Diana Pearce (BUVINIC; GRUPTA, 1994, p. 24 apud FERREIRA, 2004, p. 3). A autora pretende tornar visível a super-representação das mulheres em grupos de pessoas pobres e famílias chefiadas por mulheres⁸³, embora esses fatores não estejam relacionados. Mesmo reconhecendo que há mulheres pobres que vivem em famílias chefiadas por homens pobres, coloca seu foco nas mulheres que são pobres pelo fato de serem mulheres (PEARCE, 1978). A situação de vulnerabilidade das mulheres como consequência das relações de gênero

⁸² O conceito foi discutido no artigo intitulado “Feminização da pobreza” e o subtítulo “Mulher, trabalho e assistência social”, publicado na *Urban and Social Change Review*, mas começou a ser usado no pensamento feminista desde a Conferência de Pequim em 1995 (PEARCE, 1978).

⁸³ Para Pearce (1978) essas famílias são aquelas onde há apenas um adulto do sexo feminino e nenhum adulto do sexo masculino. Posteriormente, em 1994, o conceito foi ampliado pelas Nações Unidas no texto “*Improving concepts and methods for statistics and indicators on the situation of women*”, relacionando três tipos de domicílio chefiado por mulheres: domicílios compostos por somente uma pessoa; domicílios onde há mulheres e crianças, mas não homens adultos; domicílios onde há homens adultos presentes, mas devido à invalidez, desemprego, alcoolismo ou outros fatores, uma mulher é a principal provedora econômica. Acredito que a classificação feita pela ONU desconsidera a possibilidade das mulheres de liderar suas famílias como a presença de um adulto apto física e mentalmente. Ou seja, a ONU concebe que onde há uma presença masculina, as mulheres apenas desempenham papéis marginais e subordinados e não as reconhece como protagonistas. Resulta importante sublinhar que este é um discurso dos anos noventa, feito pela ONU, cuja voz é hegemônica nas visões de desenvolvimento. No entanto, muitas mulheres com chefes de família masculinos em suas casas também sofrem uma maior incidência de pobreza do que outros membros do lar, a chamada pobreza secundária, devido às relações de poder que favorecem os homens (CHANT, 1999; LINNEKER, 2003). Para aprofundar, ver: BRADSHAW; LINNEKER, 2004.

já era uma preocupação para Pearce, que chamou a atenção para as consequências da independência econômica das mulheres, que se reflete em dados quantitativos. Segundo a autora, o preço dessa independência tem sido o empobrecimento (PEARCE, 1978).

Quanto ao conceito de feminização da pobreza concordo com Bradshaw (2002) ao considerar a ênfase na forma como as experiências de pobreza entre as mulheres são diferentes das dos homens, e como entre as próprias mulheres as experiências são diversas. Além disso, a autora adverte que existem diferenças entre o conceito já citado e a mulher como chefe de família. O notável nisso é que se tornou visível a super-representação das mulheres nos grupos de menores vantagens. Seguindo esta linha de pensamento, podemos entender que a experiência da pobreza está estreitamente relacionada com a construção do feminino e do masculino, mas também a pluralidade dos grupos de mulheres pobres, dado que elas não são um grupo homogêneo. Além do gênero, existem outros marcadores sociais que podem imprimir certas oportunidades ou acrescentar vulnerabilidade à pobreza.

Pérez Orozco (2003) aponta duas maneiras de interpretar o termo “feminização da pobreza”. Uma fundamentalmente descritiva, que faz referência à composição maioritariamente feminina da população pobre ou a um maior incremento das mulheres com relação aos homens nessa situação num determinado período. A segunda é analítica e pretende apontar a categoria gênero como uma estrutura sociocultural responsável pelas diferenças nas maneiras de lidar com a pobreza de homens e mulheres. O segundo enfoque pode ser considerado, ainda segundo esta autora, como as análises da pobreza com perspectiva de gênero ou as análises de gênero da pobreza.

Chant (2006) considera que, embora as pessoas usem frequentemente o termo “feminização da pobreza” sem qualquer elaboração, elas usam a renda como referência principal para esta caracterização. A autora refere-se aos três elementos mais utilizados nesse sentido: as mulheres representam uma porcentagem desproporcional da pobreza global; esta tendência está aumentando; e o aumento da proporção feminina de pobreza está relacionado com uma maior incidência de mulheres liderando o lar.

Em relação ao termo, Aguilar fala de um processo da cristalização⁸⁴ do conceito e reflete:

[...] não é claramente "fortuito", considero que é o efeito global dos múltiplos processos em que a instalação da "feminização" da pobreza e suas definições operativas como fato consumado não ocorre no vácuo, mas está configurada em

⁸⁴ A autora expõe esses argumentos em oposição ao termo fortuito usado por Sylvia Chant (2005) para entender a evolução e o uso do conceito de feminização da pobreza

sentidos anteriores sobre os lugares socialmente construídos para mulheres e homens, suas condições de vida e a definição de estratégias de intervenção sobre os problemas sociais hegemônicos em cada momento. (p.128-129).

A autora considera que é evidente uma preocupação pelas formas visíveis do fenômeno a partir do diagnóstico da feminização, expressado no aumento de domicílios chefiados pelas mulheres, mas não pelo conjunto das causas a partir das quais as famílias com essa característica, em particular, têm como necessária correlação a desigualdade ou a vulnerabilidade de seus membros (AGUILAR, 2011).

A partir de uma perspectiva crítica, Tortosa (2006) analisa os índices mais utilizados para fazer visível a maior vulnerabilidade das mulheres para viver em condições de pobreza, e conclui:

Afinal, a “feminização da pobreza” não é para as mulheres em geral, mas para as mulheres em situações específicas de vulnerabilidade adicional, isto é, situações que adicionam vulnerabilidade ao que a discriminação já implica como mulher, tornando-a mais visível em alguns casos (“as de baixo”) do que em outros (“as de cima”) e em alguns países (periféricos) do que em outros (centrais). (TORTOSA, 2006, p. 86).

O autor descreve uma dupla discriminação. A primeira, parte do fato de ser mulher, à qual se pode acrescentar outras especificidades que incrementam a sua vulnerabilidade, como o divórcio, a viuvez, a incapacidade de..., entre outras, e que conforma um panorama que particulariza as situações das mulheres segundo seus contextos e trajetórias de vida a partir da classe, etnia, status migratório, escolar, laboral, econômico, só para citar alguns dos possíveis diferenciadores.

Em apoio a esta ideia, vale a pena destacar alguns argumentos de Mohgadam (2005):

In developed countries, poverty is relative rather than absolute, severe intra-household inequalities do not exist, and women’s educational attainment and participation in paid employment is high. Nevertheless, female-headed households may be more vulnerable to lowered standards of living, because of their higher unemployment rates and their lower incomes, relative to men. In countries where women’s employment is not very extensive, such as in Austria and Italy, data from the Luxembourg Income Study found that the stability of marriage and low divorce rates constituted a factor behind the relative well-being of women and children. The other critical factor in the poverty or well-being of women from low-income households is the nature of the state, including the welfare regime, and the type of social policies available for women, children, and families. (p. 30).

Mas essas desigualdades também têm uma expressão em níveis micropolíticos. Clemente (2016) ressalta a natureza situacional que a pobreza urbana adquire em territórios específicos e aparentemente homogêneos (vilas, assentamentos, conjuntos habitacionais etc.),

a qual explica que uma mesma estratégia de política social pode obter resultados muito diferentes dependendo do contexto final de aplicação.

Para constatar a feminização da pobreza, ainda hoje, reconhece-se a existência de grandes dificuldades nas ferramentas estatísticas utilizadas para avaliar o fenômeno, assim como no desenho dos indicadores que lhe dão conteúdo e na compreensão dos condicionamentos estruturais de gênero que permanecem na sua raiz. É emergente reconhecer que as posições de mulheres e homens frente à pobreza são diferentes, assim como também são muito diversas as experiências de lidar com as carências (termo frequentemente empregado para definir a pobreza).

Segundo Guevara (2013), outro dos problemas metodológicos que encontramos têm sido o uso das pessoas como unidade de análise para se estudar a pobreza, desconsiderando que o fenômeno é vivido no interior das famílias e dos relacionamentos que acontecem nesses espaços. Por isso, resulta importante pesquisar as pessoas, indagar as desigualdades em relação à experiência de pobreza, o uso do tempo e a distribuição de recursos, que nem sempre é equitativa. As mulheres adiam o seu bem-estar desde sua construção do gênero, do feminino, o que implica, em grande parte, que as mulheres são seres para os “outros” (e outras), e isso faz com que suas necessidades sejam colocadas em segundo plano, privilegiando os interesses daquelas pessoas sob seus cuidados.

Para Fraser (1996), seguindo essa linha de pensamento, o gênero resulta de uma coletividade bivalente que engloba não apenas uma dimensão econômica, também estrutura modelos culturais dominantes de interpretação e valoração que privilegiam o androcentrismo. Sen (1992) não considera suficiente analisar as diferenças de renda nem sua distribuição na dinâmica doméstica. O autor propõe que se focalize no grau de satisfação das necessidades e no bem-estar realmente alcançados por homens e mulheres. Aponta ainda que as diferenças entre os gêneros não são uma questão de diferenças de renda e sim de liberdades desiguais. No entanto para Dubet (2010), o paradigma da igualdade de oportunidades é especificamente problemático para as mulheres, porque existem mecanismos de desigualdade que foram instalados na estrutura social. Nesses mecanismos se colocam as causas das condições de desvantagem das mulheres.

Os argumentos expostos dão conta da complexidade dos estudos de pobreza a partir de uma perspectiva de gênero e reconhecem a sua multidimensionalidade, para além de

contemplar só os aspectos econômicos. Uns dos estudos baseado nas capacidades⁸⁵ conclui que, dentre os pobres, as mulheres são as que apresentam maiores restrições em seu conjunto de capacidades, o que deve ser digno de atenção para a construção de políticas públicas (BAGOLIN et al, 2012, p. 406).

Mais recentemente, Francesc Valls e Ángel Belzunegui (2017) apontaram que as estatísticas oficiais não contemplam as questões referidas ao gênero, e destacam entre as carências que elas apresentam: a análise da renda e não do patrimônio a partir do gasto na determinação do nível de vida; o fato de ser baseado nos domicílios privados e eliminar o problema da exclusão residencial; e os problemas de comparação derivados da concepção relativa de pobreza que tornam possível, por exemplo, que o mesmo domicílio seja considerado em risco de pobreza em uma sociedade e não em outra.

Para Valls e Belzunegui (2017), há outras carências que afetam os resultados com relação ao gênero⁸⁶, e eles enumeram sendo as mais relevantes: o mecanismo de considerar a renda do domicílio, para o qual sugerem romper o véu metodológico que supõe abordá-lo como unidade homogênea nas análises em termos de renda; o excessivo enfoque da renda monetária, que exclui das análises as atividades ou condições que não trazem retribuição, para o qual propõem quantificar os custos do trabalho reprodutivo; a ausência de variáveis chave para análises de gênero nos questionários; e, por último, a dificuldade de relacionar uma perspectiva micro (o que acontece no lar, por exemplo) com uma perspectiva macro (o acesso ao poder na sociedade, por exemplo) nas estatísticas oficiais, de forma a identificar as relações de poder assimétricas que acontecem no lar, contemplando também os processos de discriminação pública.

Identifica-se consenso em entender a pobreza como um fenômeno multidimensional e dinâmico, em que múltiplos fatores são cruzados para oferecer uma conotação política que torna visíveis as posições singulares das mulheres tanto dentro das famílias quanto na sociedade.

Nesse sentido, Kabeer esclarece:

⁸⁵ Os autores que colocam as referências teóricas em estudos de pobreza focados nas capacidades são: Sen (1982, 2000), Nussbaum (1999, 2000), Comin (2001), Comin e Bagolin (2002), Chiapero Martinetti (2000), Qizilbash (2002) dentre outros.

⁸⁶ Os autores fazem uma proposta metodológica alternativa para superar o viés metodológico da ausência da perspectiva de gênero nas análises de pobreza. Para esse propósito incorporaram o princípio da autonomia, que determina o risco de pobreza nas pessoas colocando a renda gerada por elas próprias e contemplando-as como um lar unipessoal. A população de 0 até 15 anos é excluída e aquelas que falam que se encontram estudando pelo viés que a sua dependência econômica pode produzir sob os resultados globais.

Poverty has not always been analysed from a gender perspective. Prior to the feminist contributions to poverty analysis, the poor were either seen as composed entirely of men or else women's needs and interests were assumed to be identical to, and hence subsumable under, those of male household heads. Gender research and advocacy has challenged the gender-blindness of conventional poverty measurement, analysis and policy in a number of different ways. (KABEER, 1998, p. 1).

Segundo Kabeer (1992), a transmissão intergeracional da privação e vulnerabilidade é um dos mecanismos causais e circulares que reproduzem e exacerbam a pobreza das mulheres, de modo que as desigualdades de gênero, particularmente aquelas relacionadas ao acesso e à satisfação de necessidades básicas, não podem ser entendidas a partir da abordagem holística da “pobreza”, porque as assimetrias de gênero históricas, presentes e futuras são diluídas.

As pesquisas sobre pobreza tradicionalmente têm colocado o foco nas dimensões econômicas sem atender às necessárias ênfases na relação estrutural entre homens e mulheres, em que se encontra a causa das desigualdades existentes. Retomando os argumentos de Azeredo (2010), a igualdade é construída socialmente e esta, por sua vez, difere em cada sociedade por meio dos valores atribuídos às relações sociais e dos critérios de distribuição dos recursos que estruturam a vida social. Segundo a autora:

[...]Desde un punto de vista económico y social, la desigualdad no puede ser concebida como un concepto en sí mismo, solo tiene sentido si se establecen relaciones históricas e interrelacionadas entre roles y estratificaciones sociales que coloquen a los sujetos en posiciones favorables o desfavorables en términos de lugar social. (p. 577).

Resulta importante pensar que as mulheres têm sido colocadas em posições desfavoráveis, assunto que por muito tempo (e até hoje) foi/é naturalizado.

A divisão sexual do trabalho responde a essas configurações e gera assimetrias entre os gêneros, pois designa atividades específicas a serem desenvolvidas por homens e mulheres (CARRASCO, 1999). As realizadas por mulheres ocorrem dentro do lar, não são remuneradas, não são consideradas trabalho e, portanto, não são valorizadas ou visíveis pela sociedade, entendida como “naturalmente” designada; enquanto os homens são destinados a um mundo público, atraente e desafiador, produtivo no desempenho de atividades entendidas como trabalho, remuneradas e altamente valorizadas. Os espaços estiveram nitidamente definidos pelo gênero tanto na sociedade quanto na família, assim como seus papéis, o privado/doméstico e a subordinação, foram os destinos mais comuns para as mulheres.

Para Azeredo (2010), importa compreender como o sujeito feminino é construído dentro das estruturas de dominação sócioespaciais, o modo como é representado, o lugar na família, bem como suas formas de responsabilização. A autora aponta que é necessário lembrar que o padrão dominante de família instituído nas sociedades industrializadas “*dio a las mujeres el espacio de los cuidados domésticos y afectivos*” (p. 580), e aos homens a esfera pública e o poder.

A construção do feminino é definida por Lagarde em termos de cativoiro⁸⁷. Nesse sentido, a autora assinala:

El poder define genéricamente la condición de las mujeres. Y la condición de las mujeres es opresiva por la dependencia vital, la sujeción, la subalternidad y la servidumbre voluntaria de las mujeres en relación con el mundo (los otros, las instituciones, los imponderables, la sociedad, el Estado, las fuerzas ocultas, esotéricas y tangibles). [...] Esta incapacidad de las mujeres para constituirse en sujeto constituye la impotencia aprendida. He llamado cautiverio a la expresión político – cultural de la condición de la mujer. Las mujeres están cautivas de su condición genérica en el mundo patriarcal. (LAGARDE, 1993, p. 36 – 37).

A vida das mulheres tem sido marcada a partir da construção de gênero pelas privações. Nessa linha das necessidades, Kabeer (1998) propõe olhar para a pobreza como privação em dois sentidos: a privação tanto das necessidades quanto dos meios para satisfazê-las. Refere-se às necessidades de alimentação, moradia, vestuário, educação, saúde e outras formas menos visíveis como isolamento, vulnerabilidade e relações de dependência. O exercício da cidadania e a conquista dos direitos são, segundo a autora, alguns dos meios para satisfazer essas necessidades. Neste sentido a autora entra no contexto dos direitos, os quais são também nitidamente diferenciados a partir dos gêneros.

Mohgadam (2005) chama a atenção sobre a possibilidade de determinar os vínculos entre a pobreza das mulheres e as desigualdades sociais existentes, ou a emergência de pesquisar a interseção de classe e gênero. Aponta que se a pobreza é definida pela renda e o consumo, ou por falta de direitos e capacidades, é claro que a pobreza ou a vulnerabilidade é atributo de alguns grupos sociais mais do que outros. E acrescenta que “In any given society, women are distributed across different social classes and income/consumption categories, and experience different standards of living and quality of life” (p. 27).

⁸⁷ Lagarde (1993) refere-se ao cativoiro como uma síntese do fato cultural que define o estado das mulheres no mundo patriarcal. A autora considera que o cativoiro define politicamente as mulheres em sua relação com o poder e enfatiza que elas têm sido, historicamente, privadas da possibilidade de escolher e decidir sobre suas próprias vidas e sobre o mundo.

Essas análises nos desvendam a necessidade de reconhecer que a pobreza é perpassada por outros marcadores sociais como a cor da pele, a idade, os espaços, a etnia, e outros. Nesta linha resulta muito importante a seguinte referência de Laila Ortiz:

Si analizamos el fenómeno de la pobreza desde una perspectiva de interseccionalidad y desde la combinación de la desigualdad de género con otros factores de desigualdad como el origen o la edad, vemos cómo esta pobreza femenina aparece en los rostros de las mujeres migradas, las mujeres mayores o las mujeres que sustentan familias monomarentales. (ORTIZ, 2017, p. 6).

Além das relações entre gênero e pobreza, é preciso problematizar o risco da generalização de leituras que reforçam estereótipos de vulnerabilidade e pobreza, homogeneizadores de uma realidade que – sem negar as dificuldades objetivas enfrentadas por esse grupo social – não é monocromática e demanda, portanto, uma análise capaz de reconhecer a existência de uma complexidade que não pode ser contida em modelos estereotipados como “mais pobre entre os pobres” (LAVINAS, 1996; GONZÁLEZ DE LA ROCHA, 1999, apud, MATEO, 2008, p.395).

Para Pérez Orozco (2003) os vieses de gênero no mercado de trabalho implicam uma primeira e crucial discriminação das mulheres no acesso aos recursos monetários. Argumento complementado pela afirmação de Valls e Belzunegui (2014), que apontam que a pobreza das mulheres está diretamente relacionada à posição de subordinação delas no mercado de trabalho, posição que configura trajetórias laborais fragmentadas, dominadas por empregos que garantem recursos escassos. Referindo-se ao trabalho, Ortiz aponta que:

Una concepción del trabajo capitalista y patriarcal que ignora las tareas no mercantilizadas convierte a aquellas personas que han trabajado toda su vida en el cuidado y en hacer posible la vida, en las olvidadas del sistema de seguridad social y de los mecanismos de protección para personas mayores. (ORTIZ, 2017, p. 5).

O trabalho doméstico não remunerado é principalmente realizado por mulheres e constitui um dos focos de análise da perspectiva de gênero. Um ponto de partida importante para valorizá-lo e torná-lo visível é o próprio fato de considerá-lo um trabalho. Outro seria quantificar o tempo dedicado à sua realização (dentro do volume da carga de trabalho) e igualá-lo em termos de dinheiro, levando em conta as atividades de manutenção e reprodução da vida. É importante ver o que isso impacta no PIB de um país. A socióloga Rosario Aguirre

(2006) distingue quatro tipos de trabalho não remunerado⁸⁸: trabalho de subsistência; trabalho doméstico; trabalho de cuidado familiar; e trabalho voluntário ou serviço comunitário.

Carrasco (1999) coloca ênfases no fato de que o trabalho doméstico feminino, além de garantir a reprodução das forças produtivas (trabalho e capital), não é social e economicamente valorizado e, portanto, é implicitamente invisível dentro do mesmo fenômeno de exploração. Toda mulher que tem um emprego remunerado (con)vive com uma mulher dedicada à vida doméstica, em menor ou maior grau, com um valor simbólico maior ou menor, mas sempre nessa dualidade. Nesse sentido, Tortosa (2001) afirma que a vida das mulheres é afetada pela desvalorização cultural do feminino. A oposição trabalho/família expressa, assim, a identificação prioritária das mulheres com a família e, portanto, com o privado, e dos homens, com a esfera trabalhista e pública.

O tempo é uma categoria útil para entender as limitações das mulheres, enquanto a dedicação ao trabalho não remunerado limita seus espaços-tempos para o lazer, o desenvolvimento pessoal e profissional (menos oportunidades de treinamento que impactam nos empregos de menor remuneração e avaliação social), a incorporação na dinâmica de trabalho, social e política (onde as mulheres muitas vezes se autolimitam quando entram em conflito com a vida familiar), num sentido geral, trunca as suas liberdades. Esses elementos nos permitem afirmar que a pobreza do tempo é um dos fatores que afetam o empobrecimento das mulheres.

Segundo Tortosa (2001) a fragilidade da igualdade alcançada é demonstrada através dos tempos dedicados ao trabalho doméstico no ambiente familiar por homens e mulheres. Dito de outra forma, não se trata de ver que as mulheres são pobres, mas que a pobreza é condicionada pelo gênero (JACKSON, 1998; CAGATAY, 1998, apud. MATEO, 2000).

Estudos sobre o uso do tempo são relativamente recentes em países da América Latina, dentre deles destacam as pesquisas aplicadas em Cuba⁸⁹ (2001), México (2002), Chile (2007), Venezuela (2009) e Uruguai (2003, 2007), entre outros (MILOSAVLJEVIC, 2008). Estas pesquisas demonstraram as desigualdades entre mulheres e homens com relação ao uso do tempo como recurso. Mohgadam (2005) assevera que elas trabalham mais horas do que os homens nas atividades produtivas e reprodutivas, e ainda ganham menos que os homens. Sobre o assunto, Paulilo aponta:

⁸⁸ Atualmente existem propostas para medir e atribuir valores monetários ao trabalho doméstico para fazer avaliações sobre sua contribuição para o PIB.

⁸⁹ Para consultar os resultados: Pesquisa sobre o Uso do Tempo (CUBA, 2001). Disponível em: <http://www.one.cu/publicaciones/enfoquegenero/tiempo/cut.pdf>. Em Cuba a experiência se repete no ano 2015.

Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminino nas cidades: as profissões consideradas femininas têm remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos tem remunerações distintas. (PAULILO, 2016, p. 110).

O tema da participação das mulheres vai além dos contextos de trabalho e familiares, pois mulheres são também excluídas da participação política, o que reduz suas possibilidades de fazer audíveis suas vozes para dar a conhecer suas necessidades singulares. A categoria poder resulta central nas análises de gênero, dado que qualquer questão sobre a posição das mulheres nas estruturas sociais, assim, leva implícito um olhar para as relações de poder, o que permite aprofundar nas análises e propor ações que não reproduzam as situações de desvantagem, invisibilidade e ausências dos grupos menos favorecidos, em que as mulheres são geralmente presentes. Isto é, propostas voltadas para o seu empoderamento⁹⁰.

Segundo Saffioti (1994), até o presente as mulheres têm sido mantidas afastadas das políticas dos direitos humanos. A ausência de mulheres em espaços de poder responde ao critério de serem espaços exclusivos para homens, para os quais elas não são treinadas. Biroli (2012) argumenta o critério de que as mulheres não estão, exatamente, no foco de suas preferências e decisões. Além disso, as mulheres construiriam os seus interesses a partir da posição dos homens nessas relações, o que pode sugerir a visão de que as mulheres não são política, moral e eticamente competentes.

Nesse sentido, reforça-se a conformação da dependência e da subordinação das mulheres, elemento que engrossa as causas de estar enclausurada nos processos de empobrecimento dos quais é difícil sair, e também robustece a ideia de que elas não são competentes para se sustentar, econômica e emocionalmente. Este é um dos pontos mais importantes a desmontar no processo de empoderamento das mulheres como uma das alternativas para escapar da pobreza.

Biroli (2012) afirma que as hierarquias de gênero produzem preferências e identidades que reafirmam a posição de subordinação e vulnerabilidade relativa das mulheres. Esta é uma das bases para a crítica das preferências já produzidas como ponto de partida para a análise e formulação de políticas.

As mulheres representam a metade da população mundial e são a maioria entre os grupos mais empobrecidos, levando-se em conta que, respondendo à construção cultural de serem responsáveis pelo cuidado da família (crianças e pessoas dependentes), elas seguem

⁹⁰ Compreendido como uma estratégia feminista que exige colocar o foco em mudar as relações de poder estruturais que produzem desigualdade e opressão (CORNWALL, 2018).

seus destinos. Os estudos de gênero e pobreza revelaram as desigualdades mais invisíveis entre homens e mulheres e as desvantagens marcantes para elas em relação ao acesso a recursos econômicos, ao tempo (também entendido como um recurso) e ao poder.

Mais importante do que concordar (ou não) com o termo “feminização da pobreza”, é preponderante reconhecer que uma tal leitura tem resultado útil para fazer visível, além das cifras das mulheres que vivem em condições de pobreza (as quais são gritantes), as causas estruturais, culturais e históricas que têm influência sobre a configuração e vivência do fenômeno da pobreza em condições de extrema desvantagem para as mulheres.

Os argumentos de Mohgadam referem-se a três maneiras pelas quais as mulheres, globalmente, são especialmente severas vítimas da pobreza:

Primeiro, as desigualdades de gênero e o baixo desempenho dos direitos e capacidades das mulheres em muitos países colocam às mulheres em desvantagem face aos homens e face a uma série de condições de empobrecimento. Elas também são mais vulneráveis a condições altamente exploradoras. Segundo elas trabalham mais horas do que os homens nas atividades produtivas e reprodutivas, e ainda ganham menos que os homens. Terceiro, sua capacidade de sair da pobreza é circunscrita por restrições culturais, legais e trabalhistas em sua mobilidade social e ocupacional. Essas “précondições” são exacerbadas pelo ambiente político neoliberal e pela distribuição desigual de recursos. Por estas razões, a pobreza pode muito bem ser mais crônica entre as mulheres e mais transitória entre os homens. A realização dos direitos humanos das mulheres e o seu empoderamento é, portanto, um ingrediente chave da luta maior contra a pobreza e pelos direitos humanos. (MOHGADAM, 2005, p.31-32).

CAPÍTULO 3 – O PERCURSO METODOLÓGICO⁹¹

*“Las palabras
deben desnudar la realidad, no maquillarla”*
(PEDRO JUAN GUTIÉRREZ, 2006, p. 116)

“a sociedade é apenas e sempre um texto”
(DENZIN e LINCOLN, 2006)

O momento atual da pesquisa tem, como precedentes, duas etapas anteriores. Essa caminhada toda, ainda em construção, tem sido muito tensionada pela apropriação que eu faço dos feminismos e dos estudos de gênero, perspectivas que perpassam minhas análises e meus olhares da realidade e que resultam alvo, até hoje, de estigmas e preconceitos, não apenas no imaginário social, mas também dentro da academia cubana. Outro ponto dessa tensão tem sido a própria escolha de pesquisar fenômenos sociais atuais, que como a pobreza, as desigualdades, a violência de gênero, as migrações, entre outros, que ainda não são assimiladas fora dos muros da academia.

Ambas as escolhas geram desconfortos e resistências nos espaços dos poderes políticos e acadêmicos, em Cuba. Porém, no Brasil, deparei-me com certas críticas e questionamentos ao falar da presença, na sociedade cubana atual, desses fenômenos. Desta vez, as incredulidades baseavam-se no contexto socialista, afirmando que a pobreza legítima e real é a que existe no Brasil, como consequência do capitalismo. Olhar e vivenciar Cuba, implica o reconhecimento da pluralidade de Cubas que existem e de que lugares se deve olhar e falar sobre elas.

A Cuba que se constituiu como foco de minhas preocupações acadêmicas foi aquela que se enquadra no leste rural do país. Por sua vez a pesquisa daria continuidade aos meus reiterados contatos com o município Cacocum (Figura 4).

⁹¹ Algumas diretrizes e referentes do percurso metodológico, foram trazidas do artigo intitulado “Cuerpos que cuidan. Cuerpos que necesitan de cuidados” (GUEVARA; PUPO VEGA, 2021), atualmente em processo de publicação.

Figura 4 – Mapa de Holguin. Município CACOCUM.



Fonte: Fonte: IPF, Holguín. Elaborado por MsC. Jorge Luis Rodríguez Gómez.

O primeiro dos momentos começou com uma exploração realizada no ano 2009. Embora a entrada no campo de estudo respondesse à realização do *Diagnóstico rural participativo de género*, em que a categoria central das análises era o gênero, afloraram os impactos sociais a partir do encerramento do engenho açucareiro “Antonio Maceo”, principal fonte de trabalho da localidade em estudo. Nesse contexto foram desenvolvidas nas comunidades ações de sensibilização e treinamento sobre questões ligadas ao gênero, num período de dois anos, até o ano 2011. Foi constatado nesse período o esvaziamento de espaços com a conseguinte diminuição da população, que encontrava na migração uma estratégia como resposta à precarização das condições de vida do município. No entrecruzamento de múltiplos fatores, foram-se conformando, aos poucos, os processos de empobrecimento.

Resultou-me interessante, como experiência, que ao adentrar na abordagem de uma categoria como o gênero no campo, me depararia com a questão da pobreza. A partir desse momento me aproximei das abordagens que, no país, tentavam descrever e compreender os impactos das principais transformações sociais e da heterogeneidade que estava se configurando na sociedade cubana. Constatei, nessas indagações, que os estudos sobre pobreza em Cuba transitaram por várias categorias para definir o fenômeno. Eis um dos primórdios do nascimento da questão que hoje apresento.

Num segundo momento, desenvolvido no percurso dos anos 2011 até o 2015, que defino como de aprofundamento, o tema fundamental de pesquisa foi as desigualdades de gênero. A perspectiva de gênero a partir da qual comecei a analisar a pobreza rural me permitiu aprofundar na temática e aguçar meus olhares sobre a sua configuração situada; as consequências diferenciadas das desvantagens sociais para homens e mulheres foram

ganhando clareza para mim na medida em que constatava uma sobrerrepresentação de mulheres em grupos empobrecidos, seu maior envolvimento nos trabalhos domésticos e de cuidados, assim como, sua colocação em espaços de subalternidade e subordinação. A violência de gênero, naturalizada nos contextos analisados, emergiu também no percurso da pesquisa.

Os estudos no país (Cuba) confirmam maior presença de pessoas negras em grupos empobrecidos e em espaços de desvantagens sociais e vulnerabilidades. Esses dados apontavam a categoria raça e suas potencialidades analíticas como preocupações teóricas e empíricas das pesquisas. Embora a raça, bem como o gênero, continuem a ser categorias apagadas ou opacas nos discursos políticos e mediáticos oficiais da ilha.

Outro elemento colocado pela pesquisa foi a questão do espaço, compreendido como categoria de análises e como marcador das desigualdades. Foram constatados espaços masculinizados e envelhecidos, fato que orientou o meu olhar para as migrações.

Finalmente, no terceiro momento, amadurece a ideia da pesquisa. O desenvolvimento do trabalho no contexto analisado, durante os anos de 2015 até 2019, me permitiu aprofundar na relação intrínseca da pobreza e os contextos rurais. Através das vozes de mulheres emergiram as implicações de viver em comunidades rurais, com marcadas desvantagens e menos oportunidades, o que foi introduzindo suas vidas em condições de precariedade e pobreza. Desse modo, as mulheres destacaram-se como foco principal, como uma fonte potente para o desenvolvimento desta tese.

Esta experiência abriu muitas outras possibilidades, que antes não pareciam possíveis. Assim, se confirma, primeiramente, o vazio nos estudos sobre pobreza rural no país. Emerge também a necessidade de realizar as análises a partir das perspectivas de gênero e espaço, que permitem estabelecer ligações com a cultura patriarcal, muito mais conservada e conservadora nas ruralidades e com maior vulnerabilidade das mulheres para se relacionar em condições de pobreza.

O período mostrou ainda o predomínio de discursos ligados a pessoas cujas funções estão associadas à gestão pública, que reforçam a ideia da pobreza como um fenômeno superado, e explicam as condições dessas comunidades baseadas na existência de “necessidades” marcadas. São discursos contrários aos discursos dos homens e mulheres das comunidades, assim como também das crianças, que se (auto)percebem e são percebidos/as, em sua grande maioria, como pessoas pobres.

Outra constatação foi a tendência à feminização das migrações, fato que mudava a cartografia desses processos, historicamente masculinos. Tratava-se de uma migração

predominantemente feminina e de pessoas jovens. Era esse setor da população que encontrava melhores estratégias para se encaixar nas cidades, fundamentalmente nas suas periferias.

Foi a partir das contribuições do Núcleo de Agricultura Familiar (NAF) que o leque das preocupações teóricas foi-se ampliando, colocando foco nas percepções sobre o rural e na não-existência de políticas situadas e com enfoque de gênero nesses contextos. Ampliou-se, dessa forma, o meu interesse nas categorias juventude e geração (STROPASOLAS, 2006), fortaleceram-se meus referentes teóricos para as abordagens das mulheres rurais (PAULILO, 2006, 2016), e os feminismos que as coloca como foco de análises (PAULILO, 2016; HERRERA, 2019; AGUIAR, 2017; KERBER, 2020), assim como, para as marcas que o trabalho, vivenciado como “uma jornada interminável” (HERRERA, 2019) vai deixando nas mulheres.

Dessa forma as categorias gênero, espaço e pobreza ganharam centralidade e se tornaram os grandes assuntos das minhas preocupações teóricas. A experiência foi delineada como categoria analítica para essas abordagens (tópico que aprofundarei em outro momento do texto): a experiência trazida pelas vozes das mulheres, as vozes das vidas vividas, as vozes da pobreza.

Foi assim que essas vozes da pobreza se tornaram pretexto e título da pesquisa que apresento, num intento de trazer aquelas palavras que deveriam despír a realidade, não a maquiagem (GUTIÉRREZ, 2006). Aquelas vozes que se inscrevem numa realidade pouco indagada, e quando enunciada sempre através de um discurso, por vezes, naturalizado e acrítico, que obstaculiza outras narrativas possíveis, outras vozes. Isso justifica a abordagem metodológica escolhida a partir das perspectivas feministas e representa um grande desafio. Trazer à luz a potência transformadora da palavra, a partir de compreender “*el lenguaje no como una herramienta neutra, sino como un instrumento/aparato cargado de significados y con potencia creadora y transformadora, y que está mediado por las relaciones de poder y desigualdade*” (LUXÁN; AZPIAZU, s/d, p. 48).

O fato de inserir as vozes das pessoas que atuam como interlocutoras/es na pesquisa, não tem o propósito de “dar voz” a grupos ou pessoas objetos das pesquisas. Essas pessoas contam com sua própria voz, ideias, sua própria concepção do mundo a partir dos relacionamentos no seu cotidiano⁹². Eu não tenho o dom/poder de dar voz para alguém, apenas ausculto, capto, amplifico e trago para outros lugares/espços as vozes (re)produzidas

⁹² Compreendendo o cotidiano como aquilo que diz respeito à vida vivida no dia a dia; ou como discute Certeau (1996) como o que nos é dado todos os dias.

nas experiências abordadas como objeto de estudo. São esses os reduzidos poderes com os quais os muros da academia me privilegiam.

O posicionamento que envolve a problematização de colocar as vozes, fazê-las audíveis, foi construído desde referências teóricas de Jacques Rancière (2009, 2010), Mijail Bakhtin (1997, 2012, 2013), Deysi García (2018) e desde as perspectivas feministas propostas por Donna Haraway (1995), Marta Luxán e Jokin Azpiazu (s/d), fundamentalmente. Tento, a partir desses referentes, colocar os argumentos de inteligibilidade da discussão construída sobre quem pode tomar parte ou não, dizer ou calar, expor ou ocultar.

Nesta linha, Rancière (2009), problematiza a questão da partilha do sensível e a atuação da política na colocação de certas margens. O autor implica-se numa discussão em que define a partilha do sensível e “fixa, ao mesmo tempo, um comum partilhado e as partes exclusivas” (p. 15), e permite ver quem pode tomar parte no comum a partir das funções daquilo que faz e do tempo e do espaço em que essa atividade se desempenha.

Desde essa referência teórica pode resultar interessante analisar as múltiplas atividades nas quais as mulheres rurais estão envolvidas, atribuídas pela construção do gênero nesse tempo e espaço específicos. Mas também para compreender quanto isto “define o fato de ser visível ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum” (RANCIÈRE, 2009, p. 15), ou seja, “um recorte [...] da palavra e do ruído” (p. 16). O trabalho das mulheres rurais, analisado a partir das perspectivas feministas abordadas em momentos anteriores do texto, carrega agora outros pesos, aqueles que os silenciamentos arrastam.

Minha atuação como pesquisadora desafia as margens que o político coloca enquanto, assim como discute Rancière (2009), “ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades dos espaços e dos possíveis do tempo” (p. 15- 16). O meu propósito é trazer essas vozes outras, dizer o que é visto, escutado, interpretado, dar luz às narrativas, tirá-las dos espaços confinados de uma ruralidade afastada das (in)visibilidades e dos silêncios e silenciamentos que os poderes outorgam. Mas, a minha cota de “poder” é reduzida à academia e precisa dialogar com outros “poderes” e contextos, assumindo o risco dos silêncios, de não se tornar conteúdo de ações provocadoras de mudanças.

A metodologia feminista que guia a pesquisa, defendida por Haraway (1995) procura expressar as possibilidades oferecidas por meio de um olhar posicionado a partir do lugar de enunciação em que cada narrativa nasce e no espaço relacional em que ela acontece, buscando encontrar uma multiplicidade de traduções, tornando-nos, segundo a autora, “responsáveis pelo que aprendemos a ver” (p. 21). As experiências narradas no espaço da pesquisa se

tornam leituras “traduzidas” da vida vivida no cotidiano rural do leste cubano, incorporando análises da pluralidade e particularidade das subjetividades que lá estão contidas.

Neste sentido, o conhecimento construído não apenas a partir das experiências das mulheres, mas também com⁹³ essas experiências, esses tempos, esses espaços que o trabalho de campo (re)significava para mim e que começam a transmitir/conformar outros sentidos. A captura da diversidade que perpassa essas experiências é possível, apenas, a partir de uma ciência feminista interessada em fraturar a ideia de sujeitos homogêneos, apontando para a pluralidade desses sujeitos. Nas palavras de Haraway (1995), “o feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero” (p. 30).

A esse respeito, o argumento a seguir valida a necessidade de colocar as vozes dos sujeitos pouco representados para fortalecer e potencializar as pesquisas:

[L]a epistemología de los conocimientos situados y parciales reconoce la necesidad de aumentar la presencia de mujeres y de otros sujetos minorizados en los espacios de producción de conocimiento, pero no en cuanto que portadoras de un saber menos corrompido, sino como voces necesarias en el debate colectivo en el que debiera sustentarse la producción de saberes. De acuerdo con esta corriente, las investigadoras han de analizar el modo en que su posicionamiento influye en el conocimiento producido y favorecer la difracción para que la parcialidad no se configure como un límite, sino como una potencialidad. (LUXÁN; AZPIAZU, s/d, p. 6).

Na compreensão das vozes, há outro referente interessante de Bakhtin (1997), que constitui a sua discussão sobre o enunciado, compreendido como unidade real da comunicação verbal. A fala só existe, segundo o autor, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo (do sujeito de um discurso-fala). Nas suas argumentações, o autor coloca que “o discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma” (p. 292 - 293), é assim como, tanto um discurso quanto uma oração, podem considerar-se um enunciado; para logo acrescentar que:

[t]odo enunciado – desde a breve réplica (monolexemática) até o romance ou o tratado científico – comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu

⁹³ Na argumentação do fato de construir o conhecimento com esses outros significantes (pessoas, espaços, tempos, contextos) me apoio na colocação de García (2018) quando a autora aponta que “Só andando *com* a cidade, *com* as pessoas, *com* o campo, *com* as experiências dos outros, em dialogias, se (re)criam os conhecimentos, se produzem outros sentidos, se abrem as fendas de outros possíveis, e se provoca, na pesquisa e nas/nos pesquisadoras/es, a inquietação, o estranhamento, a necessidade de auscultar, nos vestígios dos tempos, os ecos das vozes que povoaram cada espaço; a necessidade de desvendar os (in)visíveis que ficaram detrás de um caminho planejado, guiado, dirigido a um determinado objetivo. É nessas relações que surge a potência de se aventurar por rumos inesperados” (p. 49).

início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão) [...] O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro, por algo como um mudo “dixi” percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou. (BAKTHIN, 1997, p. 294).

As outras vozes possíveis são compreendidas também a partir da configuração/inter-relação dos/com os discursos/falas/narrativas das pessoas entrevistadas e contatadas durante a pesquisa. A experiência, definida como categoria analítica da pesquisa, chegava na potência das narrativas e nos múltiplos sentidos que elas carregavam e dos espaços em que se configuravam. Mas, quais experiências? Em quais espaços?

Interessada nas experiências das mulheres rurais sobre as pobreza vividas, como objetivo da pesquisa, decidi analisá-las no marco da pesquisa feminista que contempla as perspectivas de gênero e espaço nos seus referentes teóricos e empíricos.

Mas a minha experiência na pesquisa (assim como na vida) é afetada também pela imbricação entre noções de gênero, raça, nacionalidade e espaço geográfico, profissão, escolhas políticas e éticas, que me declaram como uma mulher branca, cubana, cisgênero, urbana com uma forte vocação ruralista, do norte-leste do país (o que coloca marcas e margens), acadêmica e na caminhada pelos feminismos e antirracismos, guiada pelo entendimento que produzir conhecimento é sempre um ato político, entanto “a ciência é um texto contestável e um campo de poder” (HARAWAY, 1995, p.11).

Constitui-se, então, a investigação feminista como marco que permite captar a forte carga analítica que a categoria experiência envolve, oferecendo, no meu entendimento, a possibilidade de tornar visíveis as assimetrias naturalizadas nas relações de gênero, apagadas nas metodologias tradicionais. Nas palavras de Karolina Herrera (2019):

A investigação feminista é, então, uma maneira especial de conhecer e de produzir conhecimento, caracterizada por seu interesse em que os conhecimentos produzidos possam contribuir para eliminar as desigualdades de gênero que marcam as relações sociais. São teorias que nos permitem pensar em termos de pluralidades e diversidades. (HERRERA, 2019, p. 30).

Luxán e Azpiazu (s/d), acrescentam outras premissas que definem a metodologia feminista:

*- asume e integra las críticas propuestas por la epistemología feminista,
- dota a las teorías feministas de una mirada metodológica,
tiene en cuenta aspectos tales como subvertir la relación entre sujeto y objeto,
romper la dicotomía público/privado, evidenciar la interdependencia entre teoría y*

práctica, - reconocer la existencia de relaciones de poder e intentar transformarlas o apostar por la producción colectiva del conocimiento, entre otras. (p. 9 - 10).

Para as autoras, a experiência e a vivência, entre outras categorias que envolvem as subjetividades, têm sido consideradas como questões pouco objetivas e inalcançáveis, além de ser relacionadas com os âmbitos femininos, por isso defendem a sua recuperação como uma maneira de confrontar os ideais androcentrados das perspectivas científicas tradicionais.

Mas que entender por experiência? Para responder essa pergunta e propor uma definição de experiência, baseio-me nas contribuições teóricas de Scott (2001), De Lauretis (1990, 1992) e Furlin (2012, 2015 apud BACH, 2010).

Neiva Furlin (2012), na resenha do livro “*Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista*” de Ana María Bach (2010), cataloga o texto como uma “análise das contribuições feministas para pensar a experiência como categoria teórica” (p. 968), a partir de seu estudo assevera:

O conceito de experiência tem sido um tema polêmico nos estudos filosóficos desde a Antiguidade e problemático dentro de uma concepção positivista de ciência. Na contemporaneidade, o papel das experiências começa a ser valorizado tanto pelas Ciências Sociais como pela filosofia feminista nos processos de compreensão da produção do conhecimento e da ação social, cujos estudos se contrapõem à ideia de objetividade pura e de sujeito universal. No entanto, é o feminismo como movimento social e intelectual que mais valorizou a centralidade das “experiências das mulheres”. (FURLIN, 2012, p. 967).

A autora cita os argumentos de Bach:

Nesse sentido, o feminismo como teoria permitiu distinguir conhecimentos situados por meio de uma proposta epistemológica alternativa que trouxe para o cenário acadêmico novos sentidos sobre o que se considera conhecimento e um processo de resignificação da objetividade e de outras categorias centrais nas ciências humanas e sociais, como é o caso da categoria de experiência. (BACH, 2010, p. 9 apud FURLIN, 2012).

Nas análises de Bach, segundo Furlin (2012), a experiência sexualizada e situada vai ser apreciada tanto nos processos de formação da subjetividade quanto na produção do conhecimento. A autora enfatiza o fato dessa experiência estar constituída por três dimensões intrinsecamente relacionadas, a psicológica, a política e a cognitiva, no entanto, na proposta de Bach (2010), a dimensão cognitiva carrega a maior ênfase.

Por outro lado, De Lauretis (1990), referência importante das teorias feministas, aponta que a experiência, longe de ser uma categoria óbvia e frequentemente simplificada,

envolve alta complexidade e ambiguidade. A autora compreende a subjetividade a partir da experiência, definida como:

[E]l proceso por el cual la subjetividad es constituida y construida para todos los seres sociales. A través de ese proceso una persona se coloca o es colocada en la realidad social y, así percibe y comprende esas relaciones-materiales, económicas e interpersonales- que son de hecho sociales y, en una perspectiva más amplia, históricas. (1992, p. 253).

Para De Lauretis (1990) as experiências são generizadas e históricas. O gênero, além de se constituir na experiência constitui a experiência a partir das relações plurais construídas entre e intra os gêneros, perpassadas por outros marcadores sociais. Neste sentido, Scott (2001) traz uma ideia interessante que me permite aprofundar a análise enquanto entende que:

Hacer visible la experiencia de un grupo diferente pone al descubierto la existencia de mecanismos represivos, pero no su funcionamiento ni su lógica internos: sabemos que la diferencia existe, pero no entendemos cómo se constituye relacionamente. Para eso necesitamos dirigir nuestra atención a los procesos históricos que, a través del discurso, posicionan a los sujetos y producen sus experiencias. No son los individuos los que tienen la experiencia, sino los sujetos los que son constituidos por medio de la experiencia. En esta definición la experiencia se convierte entonces no en el origen de nuestra explicación, no en la evidencia definitiva (porque ha sido vista o sentida) que fundamenta lo conocido, sino más bien en aquello que buscamos explicar, aquello acerca de lo cual se produce el conocimiento. Pensar de esta manera en la experiencia es darle historicidad, así como dar historicidad a las identidades que produce. Este modo de dar historicidad representa una réplica a muchos historiadores contemporáneos que han argumentado que una “experiencia” no problematizada es lo que fundamenta su práctica, y es una manera de dar historicidad que implica un escrutinio crítico de todas las categorías explicatorias que han sido dadas por hecho, incluyendo la categoría de la “experiencia”. (SCOTT, 2001, p. 49 - 50).

O argumento da autora, reiteradamente citado nos estudos feministas sobre as experiências das mulheres, coloca ênfases no papel da história nessa construção, ou seja, essa experiência é construída em um momento histórico determinado que permite fazer leituras sobre elas, no entanto podem resultar ilegíveis, inexplicáveis, em momentos históricos diferentes e a partir de outras matrizes de ilegibilidade, ou até transgredir normas e regras estabelecidas em épocas específicas. Envolve também o caráter relacional dos sujeitos em múltiplos contextos e situações que singularizam a maneira em que a experiência é configurada, estruturada, constituída.

Na linha de recuperar a experiência como categoria de análises, Maria Izabel Machado (2017) refere-se às contribuições da perspectiva feministas na sua abordagem:

A perspectiva feminista da experiência vem exatamente ao encontro dessas abordagens procurando desvelar processos de invalidação e invisibilização, trazendo à tona posicionalidades e os sujeitos produzidos e produtores de experiências múltiplas e altamente significativas. (p. 30-31).

No argumento dessa linha de análises e com ênfase no valor da experiência, a autora acrescenta:

Pensar a experiência, portanto, é mais que meramente utilizá-la como evidência. Não se trata do exercício de tornar a experiência visível, como um artefato empírico. As noções de evidência e de visibilização desta operam no registro da tomada do campo como apriorístico, quando de fato os sentidos estão todo o tempo sendo construídos e recolocados. Visibilizar a experiência per si poderia conduzir ao equívoco de tomar os significados como transparentes, como verdades ontológicas à espera de serem descobertas e reveladas. Os fatos não falam por si, os significados não são evidentes e as diferenças não podem ser naturalizadas. (Ibidem, 2017, p. 35).

A autora reforça o valor das abordagens a partir da experiência para fazer visível as desigualdades e fraturar processos naturalizados nos espaços de socialização.

Herdeira dessas referências, em minhas análises, a experiência é compreendida como um processo em que a subjetividade se produz e é produzida nos contextos sociais e históricos estruturados por relações materiais e simbólicas. É a vida vivida que produz conhecimento a partir da intersecção do emocional e do cognitivo carregando com as marcas das noções de gênero, idade, raça e espaço, entre outras relações sociais e seus entrecruzamentos.

A partir da perspectiva epistêmica feminista, as narrativas das experiências de pobreza envolvem um posicionamento ético e político de visualização (HARAWAY, 1995). Para a autora o feminismo aposta pela “ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido” (p. 18). Baseada nessa compreensão, a pesquisa não vai à procura da generalização dos conhecimentos construídos. O foco do interesse nesta pesquisa é colocado na contribuição desses conhecimentos, enquanto parciais e situados, na configuração das experiências vividas pelas mulheres rurais. O singular que as experiências trazem envolve o caráter parcial e situado da assimilação dos contextos e processos em que elas são construídas, permitindo análises interseccionais que aprofundam os percursos metodológicos escolhidos.

A apropriação destes percursos envolve uma pesquisa feminista que privilegia o paradigma qualitativo e o enfoque etnográfico e responde aos objetivos estabelecidos pelos estudos de gênero, em que as formas tradicionalmente dominantes de conhecimento científico são subvertidas, bem como o apagamento das desigualdades de gênero. Contudo, as análises das narrativas se entrelaçam com outras análises, aquelas que os números e suas potências

abrangem, permitindo complementar e ilustrar os dados obtidos no processo de pesquisa, oferecendo, assim, outros sentidos.

No âmbito do paradigma qualitativo, a realidade é interrogada e interpretada a partir das narrativas de seus protagonistas, o que minimiza o risco de construção acadêmica daqueles que investigam. Embora se reconheçam os propósitos e vantagens que justificam o uso da metodologia qualitativa (MORSE, 2003; CRESWELL, 2009; DENZIN; LINCOLN, 2005), existe certo consenso em entender que sua utilização responde a uma pluralidade de enfoques e abordagens (DENZIN; LINCOLN, 2005; 2006; FLICK, 2009; 2012), ideias com as que concordo, assim como em entender a pesquisa qualitativa como:

[U]ma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalística, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas e eles conferem (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Os autores defendem que, a partir dessa perspectiva, se estudam fenômenos em seu estado natural⁹⁴, no entanto a pesquisa enfatiza sobre “a natureza socialmente construída da realidade, a relação íntima entre o pesquisador e o que é estudado, e os constrangimentos situacionais que formatam a pesquisa” (p. 10). Essa perspectiva metodológica enfatiza as percepções e discursos das pessoas a partir da experiência do seu cotidiano, segundo Ibáñez (1990) a tarefa fundamental de quem pesquisa é compreender o complexo mundo da experiência a partir do ponto de vista das pessoas que a experimentam, assim como, compreender suas construções sociais e os significados que lhes são atribuídos a essas experiências.

É muito comum na crítica de métodos qualitativos atribuir à subjetividade de quem pesquisa e à das pessoas que participam a falta de validade da sua aplicação. Nesse sentido, Andrés Pérez (2002) aponta que essa subjetividade existe também nos métodos quantitativos, portanto, desqualificar a metodologia qualitativa apoiando-se na subjetividade que nos constitui é desqualificar a pesquisa qualitativa, já que não importa o quanto ela pretenda, ninguém jamais poderá prescindir da subjetividade.

⁹⁴ O termo natural usado no sentido de não modificação da realidade.

Declaro então que os meus posicionamentos estão longe de serem neutros, me envolvo subjetivamente⁹⁵ na pesquisa, com responsabilidade e rigorosidade, nutrindo-me a partir dela. Concordo com Fátima Cruz (2006) ao apontar:

[L]a implicación personal de la investigadora en el contexto investigado puede restar objetividad a las miradas y análisis realizados sobre los datos sociales. Sin embargo, creemos que no puede ser más objetiva la mirada que parte del desconocimiento de la realidad investigada, dada por la lejanía. No queremos entrar en las medidas de la objetividad, porque optamos claramente por estudiar la subjetividad a partir de la implicación social. Creemos que las experiencias personales en el contexto de la investigación posibilitan diferentes acercamientos, diferentes miradas, sobre el objeto de estudio. Sobre todo, desde nuestro punto de vista, esta implicación hace que la investigación sea más consecuente, que surja de la práctica social y vuelva a la práctica social con otra mirada, la científica [...] no tenemos una posición neutral en los temas que estamos investigando, sino que abogamos por la implicación personal en una práctica social transformadora de las situaciones de desigualdad. (p. 135).

Para ser coerente com minhas intenções, retomo os objetivos colocados por Maxwell (1996) de compreender os significados que os atores dão às suas ações, às suas experiências e às situações em que participam; compreender um contexto particular em que os/as participantes atuam e a influência que esse contexto exerce sobre suas ações; identificar fenômenos imprevistos e gerar novas teorias baseadas nos fenômenos de estudo; compreender os processos pelos quais os eventos e ações ocorrem e desenvolver explicações causais válidas, analisando como certos eventos influenciam os outros, compreendendo os processos causais de forma local, contextual e situada.

A perspectiva de gênero situada encontra na etnografia uma forte potência para ser enunciada. Esta abordagem é utilizada para obter conhecimento de primeira mão das múltiplas experiências que se vão constituindo, ao tempo que constituem o tecido de relações contextuais, desvendando as desigualdades e hierarquias que conformam as relações de gênero.

A etnografia pretende “estar dentro e entre”, quer dizer, o conhecimento produzido a partir do enfoque etnográfico coloca ênfases no fato de estar no “lugar” em que os fenômenos estudados acontecem. A definição de etnografia aqui defendida refere-se a um “esforço intelectual” que consiste na interpretação dos fenômenos sociais desde a perspectiva dos atores; o discurso social mediado e interpretado a partir desses atores. A “[e]tnografia é a escrita do visível. A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de

⁹⁵ Foi interessante a colocação de Loraine Code (1993), para quem não é possível falar de objetividade sem subjetividade.

sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo” (MATTOS, 2011, p. 54).

Nesse marco teórico feminista de recorte etnográfico, quais seriam as ferramentas/vias para recolher uma informação que admite desenvolver análises qualitativas?

Na pesquisa, as narrativas foram utilizadas no âmbito da história oral como referência teórica e metodológica, dado que as narrativas trazem essas vozes que chegam até nós, para continuar contando “suas” histórias. Referindo-se à história oral, Paul Thompson (1998), afirma que “ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação [...] traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade” (p. 44 - 45), dado que as narrativas carregam essa potência de perpassar os espaços e os tempos e se (des)configurar neles, transformadas, ampliadas, modificadas. As formas de compreender e lidar com os eventos cotidianos ou conjunturais estão, inevitavelmente, associadas à produção da experiência, a que ocorre em um tempo e lugar específicos.

A história oral robustece a perspectiva feminista da pesquisa, dado que pondera o mundo das subjetividades em que a experiência pode ser colocada e enfatiza em aspectos individuais sem desestimar o peso da memória coletiva. A história oral permite analisar os entrelaçamentos que se estabelecem entre os aspectos mais particulares, como as experiências, com o contexto social e histórico específico. As narrativas, analisadas a partir deste referencial metodológico, ilustram aspectos sociais e pessoais, projetando vínculos do particular com o geral, em que as construções pessoais têm expressões de espaço-tempo altamente singulares. O geral visto como a estrutura socioeconômica, enquanto o particular se refere às maneiras em que essa estrutura e os elementos que a conformam são experienciados e colocados nas narrativas. Essa experiência é marcada por escolhas, opções e caminhos que a enriquecem ou a torna precária.

Thompson (1998) ressalta a importância da história oral quando aponta que “devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao dar-lhes um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas” (p. 337). A projeção temporal, passado-futuro assumida pelo autor, nesse retorno ao passado para narrá-lo a partir dali, oferece a possibilidade de projetá-lo no futuro com base nessa avaliação que tem um significado para o sujeito. O autor reforça o valor das vozes das pessoas, a (re)construção das suas próprias histórias.

A análise das narrativas nesta pesquisa enfoca-se nos aspectos que são significativos e saturados de sentidos para as mulheres nas leituras de suas experiências e na configuração das suas condições de pobreza. No trabalho, a produção das narrativas procurou compreender e

explicar a maneira como, subjetivamente, as mulheres pesquisadas deram sentido à suas experiências e a influência que o subespaço geográfico em que vivem tem, assim como explorar eventos estruturais, familiares, pessoais e contextuais que influenciaram na configuração da experiência de pobreza. Alguns fragmentos dessas narrativas, por apresentarem elementos essenciais com relação à experiência, aparecerão no texto desta tese.

Do ponto de vista metodológico, busco tecer as narrativas e observar através delas, para estabelecer diálogos entre o aparentemente invisível expressado na experiência, com uma estrutura socioeconômica mais ampla e nítida, no fato de “*intentar buscar las condiciones en las que los discursos operan a nivel social*” (LUXÁN; AZPIAZU, s/d, p. 47), desde uma narrativa em primeira pessoa que, segundo Karen Warren (1997), constitui um elemento essencial para o feminismo, pois inclui a sensibilidade de se sentir interconectado e mostra sua relevância argumentativa ao sugerir que o narrado é significativo para nós. Sublinhando a importância que as narrativas imprimem nas pesquisas, Lazcano (2019) aponta:

[A] produção de sentido é um processo de negociação continuada, o que implica, em termos metodológicos, circular através das diversas narrativas com as quais entramos em contato e que se articulam às práticas discursivas. Acessá-las implica, ainda, posicionar-se na rede de relações entre esses atores sociais como esfera da constituição dos saberes, entendendo que os processos que sustentam o conhecimento não são autônomos, eles dependem da relação entre a história dos sujeitos e a cultura em que estes se inserem. (p. 116).

Assumir as entrevistas narrativas como ferramenta da investigação social qualitativa, para abarcar as experiências das mulheres em condições de pobreza, permite compreender como elas percebem sua condição de mulheres rurais e os significados envolvidos nas configurações temporais (passado-presente-futuro) e espaciais (rural-urbano), assim como as leituras das dimensões de gênero e espaço a partir das suas contribuições à estruturação da condição de pobreza (auto)percebida. As narrativas permitem decodificar os diálogos que se estabelecem entre os grandes assuntos das minhas preocupações teóricas na pesquisa: gênero, espaço e pobreza. Enquanto isso, as narrativas podem ser entendidas “como fruto de práticas cotidianas que, por sua vez, podem ser consideradas históricas e denunciar as regras que as governaram e produziram” (CAETANO, 2016, p. 33).

As entrevistas narrativas foram privilegiadas como uma ferramenta que permite compreender as experiências subjetivas e os contextos em que são construídas. Uma característica essencial deste tipo de entrevista, conforme sugerem Sandra Jovtchelovitch e Martin Bauer (2000), é a não interferência de quem pesquisa as pessoas entrevistadas (interlocuções) durante o curso da construção das narrativas.

O procedimento proposto por Gabriele Rosenthal (2014, p. 226) foi uma guia para organizar as entrevistas:

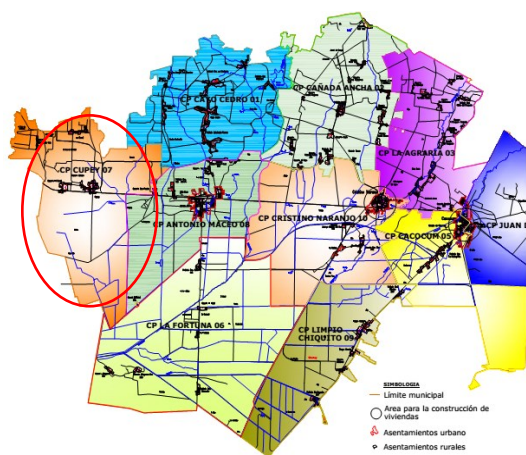
- I. Análise sequencial dos dados biográficos (dados relativos a acontecimentos)
- II. Análise do campo temático e do material textual (autoapresentação /vida narrada)
- III. Reconstrução da história do caso (vida vivenciada)
- IV. Análise detalhada de passagens textuais (pode ser realizada em qualquer momento)
- V. Contraste da história de vida narrada com a história de vida vivenciada.
- VI. Construção tipológica.

A vida narrada que dá conteúdo à entrevista e que remete a dimensão do presente, assim como a vida vivenciada, que vai permitir uma localização no passado, constituíram os principais focos de interesse para a pesquisa, sem desconsiderar os outros roteadores.

Restava colocar outra peça importante, onde pesquisar a configuração dessas experiências?

Dada a colocação da pobreza como fenômeno social presente na localidade de Maceo, me interessava conhecer qual seria a comunidade mais pobre a partir das próprias vozes das pessoas entrevistadas, tanto do centro urbano da localidade quanto da comunidade Cupey (Figura 5), espaço objeto das minhas pesquisas mais recentes no município.

Figura 5 – Mapa dos Consejos Populares de Cacocum. “CUPEY”



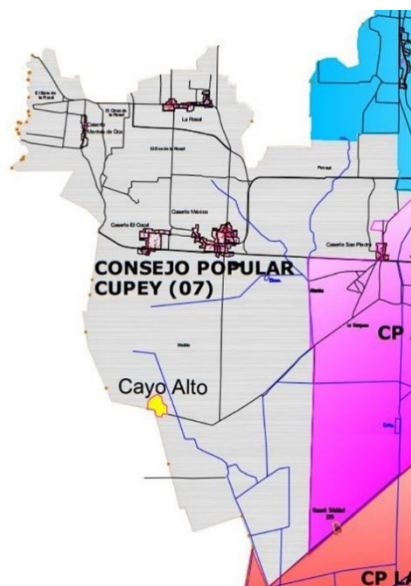
Fonte: IPF, Holguín. Elaborado por MsC. Jorge Luis Rodríguez Gómez.

O critério principal da escolha da comunidade como caso de estudo para desenvolver esta tese foram as narrativas das pessoas de outras comunidades e funcionários do município Cacocum da província de Holguín, já que diante das minhas indagações os bairros que

apresentavam as condições mais precárias estavam na localidade. A palavra pobreza não foi introduzida inicialmente porque não tinha a intencionalidade de gerar preconceitos sobre a pesquisa, dada a resistência do uso da categoria pobreza nos discursos políticos e midiáticos oficiais, tal como foi apresentado no primeiro capítulo do texto.

Mas a palavra pobreza aflorou nas falas das pessoas entrevistadas gerando um consenso em afirmar que “Cayo Alto” era “*el barrio más pobre de todo el municipio*”. Entre as características que argumentavam a escolha, situavam-se: a deterioração da única via de acesso ao bairro, o que contribuía para seu isolamento e para a precarização da vida, limitando não apenas os acessos a bens e serviços educacionais, médicos, comerciais e sociais, mas também os vínculos humanos; era um bairro não eletrificado, fato que impactava fortemente na conservação dos alimentos e na segurança da comunidade e a disponibilidade de água não potável, com elevados níveis de sal e, portanto, não recomendada para o consumo humano nem animal.

Figura 6 – Mapa do bairro CAYO ALTO, Cupey



Fonte: IPF, Holguín. Elaborado por MsC. Jorge Rodríguez Gómez

Argumentava-se, com força, o fato da falta de acessibilidade como a condição que expunha a comunidade a maiores vulnerabilidades. A estrada não asfaltada tinha sido invadida de marabu⁹⁶ assim como o bairro, no entanto, a comunidade urbana de Maceo era

⁹⁶ O **marabu** (*Dichrostachys cinerea*) é uma espécie de um arbusto espinhoso nativo de grande parte da África, Sudeste Asiático e Austrália considerado uma planta invasiva introduzido em Cuba e que abarca grande parte das terras cultiváveis do território nacional. Em março de 2018, um artigo publicado no jornal Granma, órgão oficial do Partido Comunista de Cuba, apontava para as demandas no mercado internacional do carvão vegetal

considerada como aquela com melhores condições, mas ao mesmo tempo podia ser considerada pobre, dependendo do referente.

Fotografia 5 – Caminho da entrada a CAYO ALTO.



Fonte: Ania Pupo Vega, trabalho de campo outubro de 2019.

As dificuldades para entrar e sair do bairro geram uma ideia de lugar fechado, em que os deslocamentos para outros lugares não estão facilitados. Ele é compreendido como um destino em si mesmo; e essa percepção de fechamento impregna marcas nos relacionamentos com o espaço que se projetam na vida nele enquadrada e em limites insuperáveis, inamovíveis, vividos com “resignação e impotência”, segundo suas próprias vozes, a partir desses elementos e de referentes teóricos que exponho a seguir. Essas singularidades do espaço me levaram a conduzir a pesquisa como um estudo de caso (EISENHARDT, 1989), na classificação de caso extremo ou atípico (FORNI, 2008).

O estudo de caso foi a escolha metodológica na pesquisa feminista de corte qualitativo e etnográfico, a partir de compreendê-lo como uma estratégia de pesquisa focada na compreensão da dinâmica que ocorre em contextos únicos (EISENHARDT, 1989). A classificação de caso extremo ou único parte da discussão de Pablo Forni (2008), que argumenta que esses casos “*distan de ser promedio y son reveladores pues brindan mucha*

obtido em Cuba a partir de marabú. Para esse ano o plano previsto era de 5500t, com um precedente do ano anterior, 2017, de 4000t. Isidro Eduardo Méndez (2017) afirma que data de 1911 a primeira publicação científica cubana reconhecida sobre o marabú, de autoria de Tomás Vicente Coronado Interián nos Anales da Academia de Ciências Médicas, Físicas e Naturais de Havana. Segundo o autor, o cientista cubano Manuel Iturralde Vinent em 2007, considera que a invasão das terras por esta planta, faz parte de um dos eventos importantes que ocorreram no Caribe Antilhano ao longo de sua história geológica: a perda da biodiversidade, e a aceleração do processo de extinção natural da biota.

información sobre el fenómeno estudiado al activar más actores, mecanismos y situaciones” (p. 65). O autor enfatiza, citando Ginzburg (2001), que seu valor “*reside en que revela las posibilidades latentes del fenómeno*” (p. 65).

A proposta de Yin (1994) constitui um referente teórico interessante para expor uma tipologia de casos. Distingue quatro grandes grupos: (a) casos descritivos, cujo objetivo é analisar como um fenômeno ocorre em seu contexto real; (b) casos exploratórios, com os quais procura familiarizar-se com uma situação sobre a qual não há um quadro teórico; (c) casos ilustrativos, que destacam as práticas de gestão das empresas mais competitivas; e, finalmente, (d) casos explicativos, que desenvolvem ou refinam teorias, por isso revelam as causas e os processos de um certo fenômeno.

Além disso, em uma segunda classificação, Yin (1994) distingue casos simples de múltiplos: Tipo 1: caso simples, design holístico: o estudo é desenvolvido em um único objeto, processo ou evento e é feito com uma unidade de análise; Tipo 2: caso simples, design embutido: o estudo é desenvolvido em um único objeto, processo ou evento, usando duas ou mais unidades; Tipo 3: casos múltiplos, design holístico: a replicação lógica dos resultados é prosseguida repetindo o mesmo estudo em diferentes casos, a fim de obter mais evidências e melhorar a validade externa da investigação. Eles são realizados com a mesma unidade de análise; Tipo 4: casos múltiplos, design embutido: a replicação lógica dos resultados é prosseguida repetindo o mesmo estudo em diferentes casos, a fim de obter mais evidências e melhorar a validade externa da investigação.

Nesse sentido, seguindo a classificação do autor, e levando em consideração a finalidade desta pesquisa, entendo ela como um estudo de caso explicativo que visa compreender como a pobreza rural é configurada nas narrativas das mulheres rurais a partir do qual podem ser construídas ou depuradas perspectivas teóricas; e um caso simples, design holístico, dado que o estudo é desenvolvido em um único objeto, neste caso, a pobreza como fenômeno social em que as mulheres rurais da comunidade Cayo Alto resultaram as unidades de análises. Para Eisenhardt (1989), no estudo de caso não é selecionada uma amostra representativa de uma população, mas sim uma amostra teórica com o objetivo de escolher casos que provavelmente podem replicar ou ampliar a teoria emergente. Esse número de casos deve ser adicionado até a saturação⁹⁷ das informações recebidas.

⁹⁷ Neste sentido Glaser e Strauss (1967) recomendam que quando os tópicos e áreas de interesse para quem a pesquisa estejam “saturados”, ou seja, que nenhum dado novo seja encontrado nos casos adicionais, seus casos não devem ser adicionados, princípio que tivemos em conta na pesquisa.

3.1 - NO CAMPO DE ESTUDO

O período em que aconteceu o terceiro momento da pesquisa foram os meses de julho a novembro de 2019. No mês de julho, entrei em contato com funcionários do *Consejo Popular* em que o bairro “Cayo Alto” é localizado, com a finalidade de garantir uma entrada oficial ao campo de pesquisa e atualizar informações.

O funcionário já foi entrevistado em outras ocasiões e conhece as principais linhas de pesquisas desenvolvidas por mim na última década em municípios da província de Holguín; em Cacocum (Maceo e Cristino Naranjo fundamentalmente) e em Calixto García.

Uma breve caracterização do bairro a partir das informações fornecidas é exposta a continuação.

“Cayo Alto” es un barrio pobre, solo quedan diez casas allá, la emigración ha sido la estrategia más utilizadas.

Tiene una población de 22 personas, 12 hombres y 10 mujeres, de ellos ocho personas son ancianas, tres hombres y cinco mujeres, dos niños de cinco y dos años y dos jóvenes de 17 y 22 años.

Está conformado por diez viviendas, 7 de las cuales tienen piso de tierra.

Hay dos trabajadores por cuenta propia, el hombre encargado del pan y la mujer que atiende el Centro Agente⁹⁸. Hay tres personas jubiladas, dos de ellas actuaban como maestras y un hombre. Los seis campesinos son hombres y uno de ellos combatiente internacionalista. El barrio no tiene fuentes de empleo.

La principal fuente de ingresos es la comercialización de leche y la venta de otras producciones que tienen lugar de forma individual como ovejas, puercos, viandas (yuca, fongo, plátano) estas son actividades no asociadas a ninguna cooperativa. Hay un trabajador asociado a la Unidad Básica de Producción Cooperativa (UBPC) “Che Guevara”.

Los principales problemas son:

- *El camino*
- *La electricidad (llega al barrio por paneles solares alternativos que solo asimila cinco lámparas, un ventilador y una televisión)*
- *Dificultades con el acceso a agua potable que buscan desde Monte Alto (5 km) o desde Cupey (5 km por un camino muy difícil)*
- *Resistencias a asociarse a la Cooperativa de Créditos y Servicios (CCS)*

Las principales potencialidades son:

- *La producción de plátano*
- *Crianza de ganado.*

El camino desapareció por culpa del marabú dificultando el acceso. Con la reorganización de los servicios de educación y salud, la escuela primaria

⁹⁸ Trátase de una casa que dispõe de serviço de telefonia para responder as demandas da população do bairro.

desapareció en 2012 y los niños tuvieron que trasladarse a la escuela de El Cocal, a ocho kilómetros de distancia, para asistir a clases. Las familias hicieron mucha resistencia por las distancias y las dificultades del camino. Recientemente se creó una nueva escuela en el asentamiento Cupey, a la cual los niños asisten desplazándose a dos kilómetros de la comunidad.

Dentro de cinco años ya no tendremos barrio, todo el mundo se habrá ido, habrá desaparecido sino se atiende.⁹⁹

Um evento marcante no espaço resulta o processo de reconversão da indústria açucareira, que até hoje perpassa, com predomínio de alusões negativas, as lembranças pessoais na localidade. O evento é colocado como ponto de transição entre o passado de uma localidade dinâmica que exibia sucesso econômico até um presente impactado pelo fechamento da usina e a precarização da vida econômica e social das comunidades do município.

Inicialmente eu tinha a intenção de ficar na comunidade durante uma semana, para desenvolver observações participantes, mas fui desaconselhada pelas limitações materiais das pessoas que habitam o bairro. Diante da impossibilidade de permanecer em algumas das casas da comunidade, foram realizadas várias gestões para conseguir hospedagem no Centro urbano da localidade, mas os resultados foram negativos pois não existem na região instalações (nem estatais nem privadas) que prestem este tipo de serviço, o que dificulta a visita à localidade.

A situação só foi resolvida quando um amigo¹⁰⁰, Daniel Vela, cuja amizade também foi construída nas inúmeras viagens às comunidades do município, ofereceu-me, de forma incondicional, sua casa (Fotografia 6), no centro urbano de “Maceo”, por tempo indeterminado, para a realização das minhas atividades. Vela foi responsável também por inúmeros contatos com informantes chave e a designação de uma pessoa responsável pelo meu deslocamento para o bairro em uma volanta¹⁰¹ (Fotografia 7), único meio de transporte que dá acesso à comunidade em dias de chuva.

⁹⁹ Essa caracterização foi feita com base na fala do presidente do conselho popular.

¹⁰⁰ Refiro-me ao Especialista em Desenvolvimento Local Daniel Vela León, que inicialmente liderava o grupo de investigação e desenvolvimento da empresa “Antonio Maceo” e posteriormente assumiu sua direção. Na atualidade atua como consultor do *Centro Nacional de Gestión del Conocimiento del Ministerio de Comercio Interior* (MINCIN), em Cuba.

¹⁰¹ Transporte de tração animal, fundamentalmente cavalos, para a mobilidade em espaços rurais em Cuba. Pode adquirir diferentes denominações em distintos contextos do país como guaranda, entre outros.

Fotografia 6 – Casa de Daniel Vela, em Maceo.



Fonte: Daniel Vela, dezembro de 2020.

Fotografia 7 – Volanta, meio de transporte



Fonte: Daniel Vela, fevereiro de 2021.

O primeiro desafio foi chegar até o bairro. A acessibilidade da estrada constituiu-se o maior obstáculo para estabelecer contato com o espaço de pesquisa. Isso continuou a ser um elemento de dificuldade durante o desenvolvimento do trabalho de campo.

A minha apresentação para a comunidade declarava o fato de me desempenhar como professora da Universidade de Holguín, envolvida nesse momento no projeto de tese doutoral

sobre as condições dos espaços rurais no sul da província. A minha presença como professora facilitaria um diálogo sobre as condições de vida na comunidade.

O fato de permanecer mais de um ano afastada daqueles espaços onde tinha pesquisado na última década me impôs um desafio. Preocupava-me que os anos estudando no Brasil e os vínculos com a universidade estrangeira colocassem uma distância entre mim e as pessoas investigadas, o que atingiria negativamente a pesquisa, mas, quando cheguei em Cayo Alto e constatei que, para as pessoas, eu continuava sendo a professora da universidade, fiquei muito mais tranquila.

Para o mês de setembro, data marcada para realizar as atividades de coleta de informação, o panorama do país tinha mudado bruscamente, atingindo com força as localidades do interior dos municípios. O país atravessava uma forte limitação de combustíveis e estava praticamente paralisado¹⁰², e a situação foi classificada pelos organismos políticos e do Estado como conjuntural.

Os ônibus que diariamente faziam o trajeto até as localidades de Maceo e Las Tunas, assim como os caminhões, carros particulares e o trem, mantidos como principais meios de transporte para garantir meu deslocamento deixaram de funcionar. Além da situação do petróleo, fortes chuvas aconteceram no sul do estado de Holguín, o que piorava o acesso às comunidades rurais mais afastadas, em que se encontra *Cayo Alto*.

Apenas trinta e quatro quilômetros distanciam a cidade de Holguín da localidade de Maceo, mas agora essa distância parecia se multiplicar infinitamente, várias das gestões realizadas para me deslocar resultaram falhas. Só consegui chegar através da colaboração de Miriam Peña Puig, Presidenta da ONG *Asociación Cubana de Producción Animal* (ACPA), com a qual tenho trabalhado na última década como colaboradora voluntária.

A primeira dificuldade encontrada para se deslocar até Cayo Alto foi a dependência da boa vontade de alguém, porque não tem nenhuma alternativa estabelecida com esse fim. Mas, esse alguém, além da boa vontade, tem que ter tempo porque a viagem é demorada, ida e volta leva quase quatro horas e, por fim, ter um transporte de tração animal ou cavalo para o traslado, o que justifica a demora no percurso, unido à inacessibilidade das estradas que afastam o assentamento do centro urbano, por apenas 18 km.

Os cinco quilômetros que faltavam para chegar até Cayo Alto foram vencidos pelo traslado na volanta colocada a minha disposição. José Alberto, a pessoa que dirigia o transporte, usou seu tempo para “*apoyar a la profesora*”. A estrada ao sair do centro urbano

¹⁰² Cuba encontrava-se num momento conjuntural difícil pela subida do valor do petróleo e o recrudescimento do embargo dos Estados Unidos de América, além da brusca interrupção do envio de petróleo da Venezuela à ilha.

de Maceo até Cayo Alto é empoeirada, mas, nesses dias, devido às chuvas, tornou-se menos desconfortável, embora no dia a dia nessa estrada um pó seco se espalhe em forma de nuvens que cobrem e contaminam o ar, afetando o meio ambiente em geral, principalmente as pessoas.

Em outro trecho da estrada, o translado acontece do lado da linha férrea (geralmente sem o trânsito de trem, embora este continue sendo um símbolo do cotidiano no município) e logo começa a aparecer o marabú espalhado em todo canto. Dita estrada, sem asfalto como já disse antes, é geralmente irregular, com trechos muito secos que contrastam com buracos de vários tamanhos e cheios de água. Essas condições contribuíram a que o avanço da pesquisa fosse lento e dificultoso, mas também cansativo.

Fotografia 8 – Trem passando pelo CACOCUM



Fonte: Jornal provincial “Ahora” de 12/10/2010.

No primeiro dia de trabalho de campo, no meio do caminho encontramos um grupo de homens donos de gado. Logo após ser apresentada como a professora da universidade, eles começaram a falar sobre as condições de desvantagens na venda do gado para a província, a demora do processo e as perdas que representam para eles. Observei, nesse momento, que eles deixaram de falar com o meu colega/motorista e iniciaram um diálogo mais direto comigo. No contexto, existe uma tendência de ver no outro alguma possibilidade de ser escutados e encaminhar suas preocupações para espaços de tomada de decisões, o qual, em meu caso, não seria possível (mas eles não sabiam). Isto se deve, também, à centralidade dos poderes que limita as agências e coloca no outro, no externo, a solução possível.

Logo após os objetivos da minha visita a Cayo Alto serem declarados, alguns dos comentários foram:

Pero... ¿para qué ustedes van hasta allá?... allá no hay nada que hacer... eso ahí es el fin del mundo... (Willy, veterinário).

¿Yo no sé hasta cuándo van a tener personas viviendo allá?... eso allí no es vida... (Arturo, pecuarista).

Essas narrativas resultam ilustrativas da percepção que as pessoas têm da comunidade. Essa forma de nomear um lugar como “*allá*”, “*ahí*” ou “*allí*”, implica seu apagamento, seu silenciamento, me reforça a ideia de um lugar inominável ou as resistências de ser nomeado, um “não lugar”. As narrativas mencionadas antes estão perpassadas pela crítica à permanência das pessoas no lugar.

Essas falas, a partir da constatação de meu interesse investigativo na comunidade, alcançam alguns pontos de tensão, nos quais as pessoas migram o olhar da sua individualidade para os outros. Resulta interessante que esses olhares estão permeados de análises mais críticas do que o criticismo que envolvem as análises da sua própria realidade. Tomam um lugar central da crítica, o Governo e o Estado, por causa das insuficientes gestões e o esquecimento em que se encontram as pessoas que “ainda” moram lá. Lazcano (2019) adverte sobre essa troca em que a pessoa protagonista se torna expectadora afetada, e argumenta que “a narrativa, que já vem carregada de afeto, vira um ato interpretativo crítico. Não é mais, apenas, uma história-fato narrado, ressurge na narrativa como um ato analítico e político” (p. 122).

Ao compartilhar com as pessoas de Cayo Alto sobre as percepções de ser considerado o bairro mais pobre, todas concordam e apoiaram o fato com ideias como:

No puede haber nada peor aquí en Maceo. (Violeta)

No tenemos camino, no tenemos vida, porque el camino permite tener posibilidades que para nosotros son bien difíciles. (Clavel)

No tenemos luz, ni agua potable y hace meses cocinamos con leña. (...) no puede haber nada peor. (Amapola)

La mayoría de las personas se han ido, eso quiere decir que esto está malo. (Pedro)

Todas as pessoas do bairro convocadas se dispuseram para colaborar com a pesquisa, e as entrevistas aconteceram num clima acolhedor e as pessoas se mostraram solícitas e dispostas a contribuir. Ao início de cada entrevista, eu apresentava a pesquisa e as minhas pretensões de conhecer as condições de vida naquele contexto rural.

Fotografia 9 – Entrada ao bairro CAYO ALTO



Fonte: Ania Pupo Vega, trabalho de campo, outubro de 2019.

A solicitação de consentimento para as entrevistas serem gravadas no meu telefone, colocar anotações no caderno de campo e para fotografar foram aceitas pelas/pelos participantes da pesquisa. Apenas duas mulheres não permitiram fotografar suas casas alegando: *“porque todo está muy feo, profesora”* e *“no me gustaría que nuestras miserias aparezcan por ahí”*, *“usted nos entiende verdad?”*, perguntaram quase afirmando o meu consentimento.

As entrevistas narrativas perseguiram respostas abertas, amplas para conseguir a colocação de sentidos e significados tanto materiais quanto simbólicos, sobre as experiências das mulheres entrevistadas. As narrativas recolhem não apenas as escolhas, percepções, representações, imaginários das mulheres, mas, também, as razões que, segundo elas, dão conteúdo e argumentam ou justificam suas caminhadas, suas histórias.

Nas entrevistas, as interlocutoras resgatam trechos do passado que ressignificam na elaboração das suas narrativas. As entrevistas foram realizadas com as nove mulheres da comunidade que mostraram vontade de narrar suas experiências. As narrativas colocam as experiências de mulheres envolvidas nas diferentes atividades que desenvolvem e os significados que lhes são atribuídos, a partir de entender a construção do gênero feminino com um forte envolvimento nos trabalhos domésticos e de cuidados, muito mais extensos e intensos em contextos rurais (HERRERA, 2019) e que contribuem, junto com outros fatores, à condição de pobreza das mulheres estudadas.

Foram realizadas outras entrevistas com informantes chave, entendendo-as como “espaço em que se constrói, de maneira conjunta, o conhecimento” (LAZCANO, 2019, p. 118), com o objetivo de obter informações das pessoas com base em percepções, crenças, opiniões, significados e atitudes. Para a pesquisa apresentada, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, individuais e em grupo. As individuais foram realizadas com pessoas consideradas chave na busca de elementos relevantes, validados tanto por seu conhecimento sobre o contexto da pesquisa quanto por sua perícia nos processos de desenvolvimento local. No corpo da tese foram colocados alguns trechos das entrevistas para fins desta pesquisa e de ilustrar e completar uma visão do contexto ou do fenômeno abordado.

Posterior às entrevistas foi realizado um grupo de discussão, ferramenta que permite a coleta de dados qualitativos além de contrastar, como discute Cruz (2006), as opiniões colocadas individualmente, com a integração num contexto grupal, suas dinâmicas de censuras, assim como, de motivações sociais. Segundo a autora, facilita obter informação a partir dos diálogos que se estabelecem sobre o tema objeto da pesquisa entre diferentes pessoas, num momento e contexto determinados e também, no grupo, a situação específica de interação social potencializa, assevera Cruz (2006), tanto a produção de discursos quanto o contraste entre os diferentes discursos da coletividade no marco sócio – histórico contextual.

Do grupo de discussão participaram seis mulheres do bairro, donas de casa e sem renda, que fazem parte das nove mulheres entrevistadas individualmente, mas as outras três tem renda, uma delas trabalha e as outras duas são aposentadas. Para iniciar os diálogos, as pessoas eram convidadas a falarem abertamente sobre o bairro onde moravam e eu tentava alinhar a procura das suas experiências e percepções com relação ao contexto.

A escolha do grupo de discussão responde ao interesse de procurar a configuração das experiências das mulheres pesquisadas a partir de suas próprias vozes. As narrativas usadas como veículos para captar a realidade que se pretende analisar, como refere Cruz (2006). O objetivo é trazer as experiências a partir das fontes primárias, as mulheres, como elas narram as condições das suas existências, olhando para dentro de si, mas também para seus contextos familiares, comunitários, locais. O espaço reforça-se como foco de importância crucial para as análises, se precisa conhecer quais são as experiências, o respeito aos obstáculos ou as oportunidades que o pertencimento a esses espaços tem imprimido em suas vidas.

Após concluídas as entrevistas e realizado o grupo de discussão, já de volta ao Brasil, foram transcritas as gravações e começou o processo interpretativo das produções obtidas, agrupadas em campos de problemas a partir de categorias analíticas. Inicialmente tinha a

intencionalidade de trabalhar com homens e mulheres, mas, na transcrição das entrevistas, me deparei com o fato de que as produções que os homens aportaram eram muito sintéticas.

Os intercâmbios tiveram aproximadamente uma duração de uma hora e uma hora e meia. Em todos os casos, as entrevistas narrativas foram realizadas nas casas das famílias/mulheres, em espaços de privacidade e sem interrupções, em horários agendados por elas a partir das suas dinâmicas cotidianas e disponibilidade. As entrevistas narrativas foram agendadas e desenvolvidas em espaços adequados a sua finalidade. O grupo de discussão e a entrevista grupal foram desenvolvidas num espaço aberto da comunidade e em uma das casas, respectivamente. Por se tratar de grupos pequenos de pessoas, não precisamos de outros espaços.

Concordando com Stéphane Beaud e Florence Weber (2007) em que a transcrição representa um primeiro momento de interpretação, as minhas leituras sobre as escassas contribuições dos homens construíam-se perpassadas pelas perspectivas de gênero e giravam em torno da tendência de se expressarem muito menos do que as mulheres. O fato de ser uma pesquisadora mulher pode ter influenciado no fato de deixar os homens mais desconfortáveis, ao contrário das mulheres que ficaram mais à vontade para falar de assuntos diversos. Outro elemento em consideração, segundo penso, foi a realização das entrevistas nas casas, espaço construído como “feminino”, ou seja, “delas”. Constatei como eles consultavam as mulheres a respeito os assuntos considerados domésticos, no entanto, se projetavam mais independentes ao referirem-se a questões econômicas como renda e suas distribuições, fundamentalmente.

Além destas limitações, a concepção do caráter relacional da categoria gênero me fez não prescindir das vozes dos homens. As suas colocações permitiriam o entrecruzamento das narrativas sobre a configuração das pobreza na localidade e na vida das mulheres, apresentando, segundo considero, um panorama mais completo do fenômeno. Os lugares de enunciação dessas vozes masculinas resultavam interessantes na compreensão da estruturação das relações de gênero e dos impactos delas na experiência que as mulheres têm da pobreza.

Os nomes que aparecem no Quadro 2 e que serão colocados nos diferentes momentos do texto foram criados com a intencionalidade de proteger as identidades das pessoas envolvidas no/com o estudo.

Quadro 2 – Perfis da população do bairro Cayo Alto

Número/ Nomes	Habitantes		Idade	Nível de Escolaridade	Ocupação	Renda ¹⁰³ (CUP) Pesos Cubanos
1. Clavel (esposo Pedro)	Mulher	1	64	Universitária Lic. Educação. Professora.	Aposentada	385,00
	Homem	1	68	Professor (Nível médio)	Aposentado	385,00
					Camponês Venda do leite	1000,00
	Total	2	-	-	-	1 770,00
Observações: Casal						
2. Violeta (esposo José) (Nora e filho da Clavel)	Mulher	1	50	9ª série	Administração da Bodega	325,00
	Homem	1	44	Técnico em Agronomia	Camponês, Venda do leite	1000,00
	Total	2	-	-	-	1325,00
	Observações: Casal, Violeta é a única mulher com emprego assalariado no bairro. Veio desde Chaparra, município da província das Tunas, próxima da localidade.					
3. Juan (filho da Clavel)	Homem	1	42	Técnico em Agronomia	Camponês, Venda do leite	1000,00
	Total	1	-	-	-	1000,00
	Observações: A sua esposa mora com seu filho e sua filha na casa de seu irmão em Maceo, foram para lá assim que fecharam a escola do ensino fundamental. Esposa, 9ª série, dona de casa sem renda. 1 filho, 19 anos estuda Radiografia e a filha, de 13 anos, cursa o nível médio em Maceo.					
4. Lírio e	Mulher	1	22	Técnica em	Dona de	Sem renda

¹⁰³ Para se ter uma ideia do rendimento da renda é importante colocar alguns dados ao respeito do valor no momento da pesquisa, de produtos que conformam a dieta básica da população cubana: 1 kg de carne de porco, 80,00 cup (pesos cubanos); 1 litro de óleo, 55,00 cup; 1 kg de feijão, 30,00 cup; 1 kg de arroz, 15,00 cup (os valores variam dependendo da localidade).

seu filho				serviços gastronômico s	casa ¹⁰⁴	
	Menino	1	2	-	-	-
	Total	2	-	-	-	-
Observações: Mãe solteira. Dependente da mãe. Pai do filho é ausente afetiva e economicamente.						
5. Camélia (esposo Juan)	Mulher	1	60	Professora (Nível médio)	Aposentada	385.00.
	Homem	1	67	6ª série	Camponês independente	700.00
	Total	2	-	-	-	1 085.00
Observações: casal considerado entre as famílias mais pobres do bairro por conta da baixa renda e a precariedade da casa.						
6. Jazmín (esposo Jesús)	Mulher / menina	1	39	6ª série	Dona de casa	Sem renda
		1	11	6ª série	Estudante	
	Homem/ Adolescente	1	47	6ª série	Trabalhador da Cooperativa de Créditos y Servicios (CCS)	600.00
		1	17	6ª série	Ajuda ao pai.	
	Total	4	-	-	-	600.00
Observações: A família é considerada entre as mais pobres do bairro por conta da baixa renda, a presença de filhos e a precariedade da casa.						
7. Amapola (filho Antonio)	Mulher	1	85	2ª série	Dona de casa	Sem renda
	Homem	1	50	9ª série	Trabalhador particular	750.00

¹⁰⁴ O uso do termo “dona de casa” faz referência às mulheres que não tem vínculo empregatício e são responsáveis pelos trabalhos reprodutivos e de cuidados nas dinâmicas familiares. O termo é objeto de críticas pelo pensamento feminista a partir de análises que desnaturalizam os vínculos desses tipos de trabalho, quase de forma exclusiva, com as mulheres. Para aprofundar, veja: ANDRADE, 2015.

	Total	2	-	-	-	750.00
	Observações: A família é considerada entre as mais pobres do bairro por conta da baixa renda e a precariedade da casa.					
8. Narda esposo Luis (nora e filho da Amapola)	Mulher	1	50	6ª série	Dona de casa	Sem renda
	Homens	1	55	9ª série	Camponês com terras	1000.00.
		1	27	12ª série	Camponês ajuda ao seu pai	Sem renda
	Total	3	-	-	-	1000.00
9. Flor (esposo Miguel)	Mulher	1	58	6ª série	Dona de casa	Sem renda
	Homem	1	64	9ª série	CCS	600.00
	Total	2	-	-	-	600.00
	Observações: casal considerado entre as famílias mais pobres do bairro. O homem trabalha para a Cooperativa com renda instável e sem outras fontes de renda.					
10. Laurel (esposo Mateo)	Mulher	1	60	6ª série	Dona de casa	Sem renda
	Homem	1	70	6ª série	CCS	700.00
	Total	2	-	-	-	700.00
	Observações: Ela teve emprego, mas não se aposentou.					
Resumo general	Mulheres	10	-	-	-	1 095.00
	Homens	12	-	-	-	7 735.00
Total		22	-	-	-	8 830.00

Fonte: Informações recopiladas durante a pesquisa e colocadas no caderno de campo.

A partir da informação dos perfis se constata:

- Todas as pessoas se autopercebem como pessoas brancas.
- O predomínio de casas com apenas dois moradores (70%), o que aponta para a não existência de superlotação. A precariedade é entendida a partir dos materiais de construção e pela condição estruturais das paredes, chão e teto,

- Apenas em uma família não há mulheres,
- As mulheres representam 45% da população do bairro e os homens, 55%. Apenas uma mulher tem emprego e duas são aposentadas, o que representa que apenas 12% da renda total é gerada por mulheres. A maioria depende economicamente de outras pessoas.
- A média da idade da população adulta do bairro é de 55,5 anos. Os homens adultos apresentam uma média de 53,4 anos e um jovem de 27 anos. A média da idade das mulheres mostra um discreto aumento se comparadas com os homens resultando de 58,3 anos, uma jovem de 22 anos e uma menina de 11 anos.
- 36% dos habitantes estão acima da idade de aposentadoria. Entre as mulheres a porcentagem é maior, 40%.
- A população infantil representa apenas 4%, infere-se que a população jovem emigra para o Centro urbano de Maceo ou para outras localidades.
- 50% das mulheres têm um nível de ensino fundamental.
- A ocupação principal tem vínculos com a agricultura típica do meio rural, 60% das mulheres são donas de casa, o que também tipifica os espaços rurais em que as estruturas do emprego estão masculinizadas.
- 90% das famílias têm renda, a mínima de 600 pesos e a máxima 1770, apenas uma família não tem renda, conformada por uma mulher jovem e seu filho pequeno que dependem dos familiares.
- A renda média total entre os residentes é de 300¹⁰⁵ pesos (considerando os 22 residentes entre 8.830 pesos totais). A renda média total gerada pelas mulheres é de 110 pesos (considerando os 10 entre os 1.095 gerados por elas). Além de ser um dado que pode ser percebido como significativo e despersonalizado, apresenta a ideia da complexidade da pobreza no contexto cubano.
- Uma das principais fontes de renda é a venda de leite, mas é uma atividade instável porque depende da estação; durante a seca, que abarca vários meses do ano, as vacas dão muito pouco leite, precarizando a renda.

Durante o trabalho de campo, meu foco esteve centrado nas vozes das pessoas da comunidade, fiquei atenta a tudo que elas trouxeram para os nossos diálogos, tudo o que elas precisavam contar e compartilhar neste espaço único da entrevista. Segundo Walter Benjamin (1994), “*cada momento vivido se transforma en una cita en la agenda*”¹⁰⁶(p. 223). Em outras

¹⁰⁵ No momento desta pesquisa 25 pesos cubanos equivaliam a 80 centavos de dólares estadunidenses.

¹⁰⁶ Tradução própria. Citação original: “*cada momento vivido transforma-se numa citation à l'ordre du jour*” (BENJAMIN, 1994, p. 223).

palavras, essa experiência (essa vida vivida) torna-se uma passagem da história que interessa a quem a investiga.

Nesse sentido, as indagações consistiram em escavações dos trechos da memória pessoal, o que as pessoas têm para contar, as vidas construídas a partir do momento que tiveram que viver e que marcaram suas caminhadas e escolhas. Em suas próprias palavras “*lo que nos ha tocado vivir*”, ou seja, a história construída a partir “de suas histórias”. Entre o que tem levado a viver está a crise dos anos 1990 e o processo da “*reconversión de la industria azucarera*” que, apesar de ser proposto como uma oportunidade, foi interpretado e vivido como uma ameaça que contribui para uma mudança radical na vida das comunidades (PUPO VEGA, 2017; GUEVARA, 2020). Esses eventos tornaram-se referências interessantes para o enquadramento de dimensões temporais: passado, presente e futuro, marcando um antes e um depois na vida da localidade.

Assim, a pobreza chegava nessa relação dialógica discutida por Batkhin (1997, 2012) e entendida por García (2018) “como visão do mundo que perpassa de modo interessante as análises de discurso que se fazem a partir dela, o que abre os caminhos a uma filosofia que visa se focar no valor das produções de sentidos, além do diretamente expressado” (p. 45) e a partir de outras vozes que chegavam até mim, mas também aquelas que vinham de mim, formando uma partitura singular que convidava múltiplas leituras. Tomando esta perspectiva, as narrativas foram agrupadas em campos de problemas, utilizando a problematização recursiva (FERNÁNDEZ, 2007 apud. LAZCANO, 2019) que:

[O]pera com um referente teórico para produzir conhecimento e problematizar, no sentido de pensar problemas mais do que aplicar ou comprovar os sistemas teóricos, procurando fazer da “incomodidade” conceito e que o invisível opere visibilidade para que o impensado vire enunciável. Desta forma, a problematização recursiva implica, no âmbito metodológico, a elaboração de campos de problemas. Desde esta perspectiva, pensa-se a noção de problema como categoria e não necessariamente como dificuldade ou incerteza. Assim como o entende a autora, os campos de problemas se compõem de “estratégias discursivas e extra discursivas em um campo ou constelação de sentidos determinada” (FERNANDEZ, 2007, p.29). Supõem uma indagação crítica por fora das antinomias ou binarismos e implicam um duplo movimento conceitual, que abarca o trabalho sobre as especificidades das diferentes dimensões envolvidas e sua articulação com as diversas inscrições que as atravessam. Inscrições localizadas, também, na historicidade dos saberes. (LAZNANO, 2019, p. 117).

A partir das leituras desenvolvidas, as análises giraram em torno a cinco campos de problemas, acoplados com as narrativas produzidas permitindo sua síntese e compreensão.

1. A produção de narrativas sobre o espaço como noção estruturante da pobreza

2. A produção de narrativas sobre a dimensão temporal: passado, presente e futuro.
3. Produção de narrativas sobre a emigração
4. A produção de narrativas sobre a noção de privações múltiplas
5. A produção de narrativas sobre ser mulher nesse espaço

Nas análises das narrativas, escolhi não destacar as pessoas singulares, nem as suas trajetórias pessoais. As mulheres traziam uma concorrência de vozes, num contexto/relação dialógica, perpassadas pelas tensões de serem construídas a partir da feminidade constrictiva que impõe limites a seu viver, mas também pelas marcas culturais que o espaço rural do leste cubano carrega. Diante dessa multidão de vozes (GARCÍA, 2018) determinei atrelar peças das entrevistas, vozes que chegavam dos momentos compartilhados em conversas individuais ou no meio de grupos, convocados ou espontaneamente conformados, dos múltiplos espaços que fluíam entre o privado e o público, entre xícaras de cheirosos cafés degustadas na intimidade dos lares e dos sorrisos provocados nos cantos do bairro, das conversas/entrevistas intencionadas e das surgidas nas dinâmicas da pesquisa, no intercâmbio das minhas perguntas e também das minhas respostas quando era eu a indagada.

No desabrochar dos diálogos para configurar novos possíveis, foi se configurando uma tapeçaria das misturas das falas/entrevistas realizadas com homens e mulheres do bairro, com informantes que considerei chave para completar as informações e visões do estudo. Adicionei também, nessa mistura, trechos que a observação do contexto me permitiu captar durante meus deslocamentos coloquiais e intencionadas, mas também no transcurso dos encontros estabelecidos não apenas com as mulheres da pesquisa, mas também com as pessoas que moravam na comunidade e fora dela, mas enunciavam elementos de interesse para mim.

Nesses momentos todos, meus lugares e atuações trocavam-se continuamente configurando outros possíveis. Por vezes eu atuava como pesquisadora, outras era apenas uma espectadora nesse fazer parte. Por momentos eu os interrogava e outras vezes (muitas) fui interrogada também, porque minha presença era alvo também de curiosidades. Nesta linha, eu concordo com Silva (2010) em que as interações construídas entre as pessoas envolvidas no ato investigativo devem retirar o/a pesquisador/a da proteção da invisibilidade que permeia a pesquisa e que inclui “até o estilo de escrita impessoal muitas vezes exigida no ambiente acadêmico” (p. 50), por isso considero a minha participação/atuação nos processos em que o

conhecimento é construído. Esses vínculos/intercâmbios que vão (re)configurando uma relação preenchida de porosidades¹⁰⁷, na troca de lugares, funções, sentidos e significados.

¹⁰⁷ Segundo Benjamin (1987), a porosidade é a condição das coisas se tornarem outras, novas, sem que se esgotem em nomeações fixas ou definitivas. Desta forma, o olhar pode ir além das dualidades, adentrar no limiar, perceber os entre.

CAPÍTULO 4 – LEITURAS DO NARRADO

*Las expectativas de la población
y el bienestar que perciben
cada uno de los miembros de una sociedad,
son un reflejo
del tipo de país que se está construyendo.*
(VICTORIA GARRIZZO, 2007)

“*Naces y te mueres ... se te va la vida pasando trabajo*”, eis uma frase que vem ressoando em minha mente junto com a lembrança de um olhar tremendamente triste para o vazio, e que se junta com a ideia de Bakhtin (2012 [1924]) dos espaços em que se cria, se conhece, se vive e se morre no existir como evento. Trata-se da Lírio, uma mulher de 22 anos, uma das interlocutoras da pesquisa. Embora eu soubesse que ela naquela frase referia-se à vida de sua mãe e das outras mulheres do bairro, não era difícil deduzir que ela estava projetando sua própria vida futura, envolvida, assim como ela pressentia, em precariedades e anonimato.

Apesar de minha intenção de não privilegiar histórias individuais, optei por colocar esse depoimento, que a meu ver reflete, com nitidez, uma forma de vivenciar o espaço. No encerramento da entrevista a Lírio assinalou, com aquela nuance que coloca a mistura visível de tristeza e raiva, ou quando a raiva é uma projeção dessa tristeza: “*Yo quiero salir de aquí... irme para un lugar donde yo pueda trabajar y mi hijo tenga una escuela cerca ... llevarme a toda mi familia aunque sea para vivir en una alcantarilla*¹⁰⁸”. Mas desta vez vi no seu olhar uma luz diferente; gostaria de pensar que foi um vislumbre de esperança.

4.1 – AS INTERLOCUÇÕES

A pesquisa esteve constituída por nove mulheres, mas outras vozes não foram desconsideradas, tanto dos homens do bairro quanto de pessoas de outros espaços, no intuito de complementar a configuração da pobreza no espaço rural foco do presente estudo. As entrevistas narrativas e o Grupo de discussão aconteceram durante os dias 5 e 20 de outubro de 2019.

¹⁰⁸ Esgoto, em português.

O convite no Grupo de discussão procurava indagar sobre as experiências das mulheres “donas de casa”, e suas marcas a partir dos vínculos com o espaço rural onde suas vidas transcorriam. A intenção de propor três temas para atingir os objetivos da pesquisa foi desestruturada enquanto nas narrativas que fluíram para as abordagens do espaço como primeiro tema as mulheres colocaram, entrelaçadamente, as outras duas questões que me interessavam: o gênero e a pobreza. Esse fato foi entendido por mim a partir das estreitas inter-relações nas que elas compreendem/vivem esses assuntos. Os vínculos existentes entre espaço, gênero e pobreza, como categorias analíticas, só permitem uma separação epistêmica e metodológica, pois suas expressões nas subjetividades concretam-se em relações e influências múltiplas.

As seis mulheres que conformaram o Grupo de discussão são donas de casa sem renda, quatro delas estão nas famílias consideradas como as mais pobres do bairro por conta da baixa renda e as condições da moradia. As informações e dados captados no Grupo de Discussão foram contrastados com as narrativas coletadas durante as entrevistas e as observações desenvolvidas e foram combinadas em um processo de triangulações para fortalecer as análises.

A partir das problematizações colocadas, as análises giram em torno de cinco campos de problemas acoplados com as narrativas e as observações produzidas.

4.2 – A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE O ESPAÇO COMO NOÇÃO ESTRUTURANTE DA POBREZA

O espaço carregava, nas narrativas, múltiplos significados. Foi compreendido como espaço rural referindo-se à sua dimensão geográfica/territorial, no entanto, o lar captava também essa noção de espaço a partir de uma perspectiva dentro – fora que tem sido colocada por Herrera (2019) e Paulilo (2004, 2016) para se referir aos trabalhos produtivos (desenvolvidos fora do lar) e aos reprodutivos (dentro do lar).

O espaço rural, para as/os interlocutoras/es, é assimilado a partir da noção de marcador social enquanto depositam nele a causa das decisões políticas que têm gerado desvantagens e limitado oportunidades na dinâmica da comunidade e, portanto, nas suas vidas individuais.

A “sorte/azar” e seus vínculos com o espaço foi um tema muito recorrente e expressivo nas narrativas, mas com uma marca negativa, o fato da ausência de sorte ou da má sorte/azar. Neste sentido, me propus aprofundar sobre os argumentos esgrimidos nesta afirmação.

Cuando comenzaron a hacer los Consultorios de los Médicos de la Familia, no nos hicieron el consultorio porque no llegábamos a 300 personas... entonces lo hicieron en “El Cocal”¹⁰⁹ y nosotros tenemos que ir hasta allá... está a cinco kilómetros, pero no es solo la distancia, es las condiciones del camino... usted se imagina con una urgencia... una herida... un hueso roto... con necesidad de ser atendido con urgencia... (Laurel)

Cuando las Salas de vídeo pasó lo mismo que con el Consultorio.... No tocamos porque el barrio era pequeño... nosotros haciéndonos ilusiones de tener una sala de vídeo ... para ver algo diferente ... aquí no hay distracción ... por lo menos la novela o el noticiero ... pero nada ... no hay suerte ... (Flor)

Y luego, el colmo de la mala suerte fue cuando nos cerraron la escuela... porque solo teníamos siete niños.... Y el mínimo debía ser diez... entonces maestros y niños tuvimos también que ir para “El Cocal” a dar clases... (Clavel)

... ¿y la electricidad? ... ese es otro gran problema para nosotros... a inicios de este año nos pusieron los paneles solares.... Toda la vida sin electricidad... ¿Quién vive así en Cuba? ... y con la mala suerte que ponen los que no podemos tener refrigerador, solo bombillos y un televisor... (Narda)

... cuando las balas de gas... se pensó que nos dieran... el Delegado estaba luchando por eso... imagine cocinar con gas... pero ya no tenemos esperanzas... la propia Secretaria del Partido nos quitó la esperanza... y eso es lo menos que debían quitarnos... la esperanza... nosotros que ya no teníamos nada... y tampoco esperanzas? ... mala suerte eso sí tenemos y mucha... (Violeta)

Nos quitaron la escuela... el barrio se quedó sin su escuela... no merecemos tener una escuela... no merecemos nada... (Amapola)

Pode ser apreciado como são depositadas no espaço e na sorte/azar as principais causas das privações de direitos e de serviços que apontam para o empobrecimento da população, mas agravadas pelas dificuldades de acesso ao espaço e o tamanho da sua população. Nas colocações transluzem as possibilidades limitadas de participação na gestão pública da comunidade na tomada de decisões, assunto que será aprofundado em outro momento do texto. A impossibilidade de dispor desses serviços é vivida como uma frustração e tem impulsado à emigração do bairro até hoje.

Sobre os processos de realocização Wanderley (2000) tem advertido:

[E]ste tipo de política afeta duplamente a população rural: por um lado, a carência de serviços pode se tornar um grave problema, tendo em vista a proporção de jovens e idosos no meio rural, categorias que precisamente são as que mais demandam certos tipos de serviços, tais como de saúde e de educação; por outro lado, a dificuldade de acesso a estes serviços pode afetar o valor patrimonial dos imóveis rurais e desestimular a atração de novos moradores. (WANDERLEY, 2000, p.115).

¹⁰⁹ Bairro do Consejo Popular Cupey.

No bairro analisado o processo de realocização incide na carência dos serviços, fato que influi nas motivações para emigrar e no agravamento das condições de vida para as pessoas que continuam morando nele.

O bairro foi reduzindo sua população na medida que foi ficando afastado pelas péssimas condições da estrada de acesso. No início do ano 2000 eram 50 casas e atualmente apenas existem dez. Tem ocorrido um esvaziamento significativo do espaço, em que os fatos se entrecruzam em ciclos de causa e efeitos.

No bairro, aquelas condições que se tornaram causa para a tomada de decisões sobre disponibilizar determinado serviço, resultou também uma razão para emigrar, o que reduziu drasticamente a população no espaço. O deterioro gradativo do espaço é vinculado ao processo de reconversão da indústria açucareira, percebido como uma das principais causas da precarização da localidade e conseqüentemente das condições de vida das pessoas. Paralelamente à perda da usina e, de fato, da sua atividade econômica¹¹⁰ essencial, o município perdeu a principal fonte de emprego e o símbolo de sua identidade, sua história e sua cultura.

A localidade sofreu as privações dos benefícios que o Ministério do Açúcar garantia, vinculados a uma infraestrutura de serviços que dinamizava a localidade em relação à manutenção das estradas, o serviço de transporte associado à produção da usina e o abastecimento de vários produtos, entre outros.

A partir das narrativas colocadas pode-se ir configurando um espaço sem serviços de saúde acessíveis que respondam às demandas da população. A população dispõe de um gerador de energia na vivenda cuja utilidade se reduz ao uso de cinco lâmpadas e uma televisão. Não existe a possibilidade de cozinhar com eletricidade, geralmente a cocção dos alimentos é realizada com lenha, em fogões rudimentares (pela volubilidade da venda do petróleo como combustível para os fogões de que dispõem as pessoas), e essa opção para a elaboração dos alimentos coloca fortes marcas de precariedade no cotidiano das mulheres, que são responsáveis por essa atividade. A possibilidade de conservar os alimentos é limitada, também não é possível a iluminação do bairro.

¹¹⁰ Forteza; Vilarinho e Perón (2008) discutem que *“La infraestructura, el transporte (ferrocarril), las vías de comunicación terrestre y fluvial, tuvieron un despegue satisfactorio con esta actividad, al igual que las acciones y estructuras que estos originaban; [...] los bateyes tenían particularidades que los hacían únicos y alcanzaron un auge económico-social muy superior a las demás localidades. El desarrollo azucarero no sólo proporcionó un desarrollo económico, comercial-productivo, sino que influyó en diversos elementos socioculturales que se hicieron presentes en la cubanidad”* (s/p).

[E]sto de cocinar con leña es terrible... quién cocina con leña en la ciudad?... es demasiado... demasiado trabajo a estas alturas ... demasiada miseria.... (Flor)

[A]quí es el día entero frente al fogón... y un fogón de leña... inventando a ver qué cocinas porque tampoco hay muchas cosas y tampoco tienes un refrigerador para guardar la comida... (Amapola)

A população não dispõe de uma escola do nível fundamental, por isso, para receber aulas, as crianças precisam deslocar-se até cinco quilômetros por uma estrada difícil. Uma vez concluído esse nível de escolaridade precisa-se sair de casa para morar com algum familiar ou internar-se em uma escola no Centro Urbano mais próximo, neste caso na localidade de Maceo ou em outros espaços em que exista a instituição e morem familiares que decidam acolhê-los.

A partir das narrativas o bairro objeto de estudo se configura como um bairro sem serviço de saúde acessível, sem eletricidade, sem escolas, sem opções de lazer; um bairro “*sin suerte*”, para usar as próprias palavras de seus/suas habitantes. O espaço/território emerge como um marcador que coloca as mulheres em situações específicas da vulnerabilidade adicional assumida por Tortosa (2009). O espaço rural acrescenta uma noção de vulnerabilidade à vulnerabilidade que implica ser mulher, tornando-a mais visível a partir dessa construção: mulher-rural.

Uma outra colocação que alude às desvantagens de morar no contexto rural aponta para a instabilidade da Cooperativa¹¹¹, em relação ao pagamento dos seus trabalhadores que dependem de resultados, o que pode ter um impacto na economia das famílias e cuja situação pode se estender por vários meses, como refletido por uma das interlocutoras: “*La Cooperativa pasa tres y cuatro meses sin pagar... no tenemos otra entrada... la hemos pasado gris con respuntes negros*¹¹² *En otro tipo de trabajo eso no pasa... pero estamos aquí... en este fin del mundo... (Flor)*”.

O fato de ser um espaço rural, mas também afastado, limita os acessos a outras fontes de emprego, sendo a Cooperativa a única estrutura produtiva de que dispõem. Mais uma vez o espaço é percebido como uma limitante para o desenvolvimento pessoal e familiar e entre as causas que repercutem na condição de pobreza da população. No contexto pesquisado, as particularidades confluem na configuração de um espaço que anula o bem individual e coletivo, assim como expressam as pessoas estudadas. Essa dimensão da pobreza, captada a partir do enfoque subjetivo que a pesquisa privilegia, constata os vínculos do fenômeno com o

¹¹¹ Se refere à *Cooperativa de Créditos y Servicios (CCS)*.

¹¹² Uma fala que alude a situações muito difíceis de serem confrontadas.

espaço em que se vive, observado também nos estudos de Guevara Fletcher e Gómez Castillo (2011) que acrescentaram as abordagens de outras variáveis como educação e sexo/gênero.

Nas contribuições dos estudos de gênero, consolidam-se como análises relacionais (e intersetoriais) de elementos físicos e geográficos considerados construções sociais, permitindo inserir as dimensões simbólicas envolvidas, assim como as subjetividades constituídas (e constituintes) neles. Os argumentos de Massey (1994) reforçam esta ideia quando a assevera que o espaço e o gênero estão envolvidos em sua construção mútua, com interseções profundas e influências recíprocas. Nas palavras de Da Silva (1998) “o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gênero” (p. 108). O espaço como uma construção generificada.

As análises e leituras conformadas a partir do enfoque de gênero nos fatos geográficos e nos processos sócioespaciais desvendam a presença de desigualdades genericamente distintas nas maneiras de estabelecer relações com os espaços e as maneiras de viver neles. Um olhar sobre as causas dessas diferenças é colocado por Machado (2018):

Entende-se que as relações das mulheres e dos homens com os lugares são diferenciadas. As diferenças se constroem a partir de um conjunto de ideias específicas e hierarquicamente desiguais estabelecidas às mulheres e aos homens, resultando na opressão das mulheres em diferentes lugares e tempos. (p. 202).

Aprofundando no tema, Azeredo (2010) alerta sobre como:

As condições de vulnerabilidade se acentuam não só pelo lugar da mulher na família, mas também pela família de determinado lugar. Importa pensar a dimensão geográfica da pobreza e o quanto isso recai sobre as famílias e mais especificamente sobre as mulheres [...]

O local de moradia é outro indicador importante para se pensar a autonomia das mulheres. Ao habitarem lugares com difícil acesso a recursos materiais e simbólicos, veem suas condições de pobreza ser produzidas e reproduzidas, num círculo perverso que conforma a falta de melhores oportunidades, confinando-as num lugar muito distante dos padrões minimamente aceitáveis. (p. 583).

Em nenhuma das narrativas das pessoas entrevistadas são contemplados elementos que se refiram às bondades do contato com a natureza, à tranquilidade e ao fato de estar longe das dinâmicas urbanas geralmente associadas a maneiras de viver que impõem uns ritmos diferentes dos estilos de vida no rural. Pelo contrário, o urbano foi sempre referenciado a partir de percepções positivas e como o destino desejável, tal como corroborado por Cruz

(2006) em pesquisas desenvolvidas na Espanha; Pereira; Cruz (2020) na Espanha e no Brasil; Stropassolas (2006, 2011, 2014); Paulilo (2016) no Brasil.

Mesmo reconhecendo o rural como um espaço que apresenta dificuldades de todo tipo para a vida, muitas pesquisas mencionam também os aspectos positivos sobre uma qualidade de vida superior e relações sociais mais comunitárias e altruístas, dadas as aversões a estilos individualistas e violentos aludidos na cidade, são colocados (CRUZ, 2006). Mas isso não acontece com as pessoas entrevistadas na pesquisa.

O fato de não serem avaliados positivamente alguns dos componentes do rural associados ao prazer, à qualidade da vida e à saúde, nos leva a pensar que somente diante de uma forte vivência (e existência) de mal-estar, infelicidade e precariedade os espaços rurais podem deixar de ser lidos a partir de seus atributos associados à natureza e ao bem-estar. Nas vozes da pesquisa, os elementos positivos não encaixam na inteligibilidade do rural, enquanto não vêem nada positivo, a diferença dos resultados a seguir:

Se observa mucha diferencia entre las significaciones de lo rural vinculado a la naturaleza, de las representaciones construidas a partir de lo agrario. En el primer caso, las representaciones están vinculadas al placer y al disfrute de la vida en el medio rural, en el segundo, las vinculaciones con lo agrario evocan básicamente las relaciones de producción, identificadas con el “sacrificio” y el “trabajo duro” (CRUZ, 2006, p. 211).

4.2.1 – O ESPAÇO/O CAMINHO

O caminho é um tema que vai ser retomado em várias das dimensões analisadas, justamente porque nele são colocadas as principais causas do agravamento das condições do bairro e as privações às quais as pessoas estão expostas. Algumas das experiências narradas resultaram ilustrativas.

Me voy de aquí huyéndole a los charqueros... (Flor)
Voy rípiando fango hasta Trinidad, a poco más de tres kilómetros de aquí, pero los animales han acabado con el camino... (Luis)
Lo peor aquí es el camino... estuve más de un mes sin salir por la lluvia, estaba todo bajo agua y no había camino... tengo mi mujer en Santa Teresa y ella no puede venir porque tiene un hijo esquizofrénico y epiléptico... y yo sin poder ir... cuando voy estoy preocupado porque es difícil ir y volver rápido... (Pedro)

Fotografia 10 – Trechos do caminho até Cayo Alto



Fonte: Ania Pupo Vega, Trabalho de campo outubro de 2019.

A precariedade da estrada de terra limita os deslocamentos até bairros mais próximos ou até o centro urbano de Maceo ou de Holguín, principais destinos na procura de produtos e/ou serviços. A mobilidade das pessoas pode responder a gestões com determinados organismos ou instituições. As pessoas asseveram que o lazer raramente constitui o motivo para se deslocar pois priorizam, na hora de decidir deslocar-se, aqueles assuntos que consideram impostergáveis ou muito necessários, portanto, se deduz que a recreação não é colocada dentro dessas prioridades.

Considero importante destacar que para chegar até Cayo Alto é preciso passar por Cupey. Em pesquisa anterior realizada nesta localidade (PUPO VEGA, 2017) constatou-se também que as precárias condições da estrada é uma das principais problemáticas sentidas pela população como evidência a citação a seguir:

El asentamiento [Cupey] se encuentra a 14 kilómetros del Centro Urbano de Maceo. Dadas las precarias condiciones de la principal vía de acceso que quedó cubierta de marabú, se utiliza como estrategia, para acortar la distancia a ocho kilómetros, caminar junto a la vía férrea exponiéndose a los rigores del clima por un camino deteriorado e irregular difícil para transitar incluso para tractores (p. 237)

As condições do clima, geralmente, caracterizam-se por altas temperaturas acima dos trinta graus célsius, combinados com extensos períodos de seca, provocando nuvens de poeira.

Das pesquisas desenvolvidas em espaços de reconversão da indústria açucareira, Guevara (2020) recupera as vozes de pessoas que moram nesses contextos:

El MINAZ se encargaba de arreglar el camino, nos aseguraba el transporte y resolvía todos los problemas, ahora no... en lo social le aseguro que hemos retrocedido a cuarenta años atrás. Una muestra es que en aquella época nadie se iba de aquí había más trabajadores que los que se necesitaban, la gente le gustaba vivir aquí, había mejor ambiente comunitario [...] (Presidente del Consejo Popular de Limoncito, Cacocum). (s/p).

Na narrativa anterior revela-se o peso depositado pela população nas condições da estrada de terra, enquanto esta representa a ligação com as principais fontes de satisfação das múltiplas necessidades e, também, o estabelecimento de vínculos pessoais. As experiências vividas individualmente respondem também à articulação das pessoas com os tecidos e as dinâmicas sociais para a satisfação de suas expectativas e demandas, os obstáculos para atingir essas articulações geram desconforto e tributa ao empobrecimento. Nessa linha de argumentos, as pessoas falam das difíceis condições de vida a partir das suas experiências, da vida vivida, no intuito de explicar o cúmulo de eventos e condições que continuam configurando sua condição de pobreza. Resulta evidente não apenas a acumulação das desvantagens, mas também a sua superposição, assim como observado por Bayón (2015a): “[N]o es suficiente describir las condiciones de vida de los sectores más desfavorecidos y medir sus carencias; necesitamos comprender los modos particulares en que estas condiciones son problematizadas, lo que nos remite a las dimensiones culturales del problema” (p. 358 - 359).

Além da dimensão material marcante na configuração da pobreza no bairro, é importante abordar a dimensão relacional e a simbólica, perpassadas pela dimensão cultural, a fim de mergulhar naquela tapeçaria que se delimita a partir da concorrência dessas múltiplas dimensões e com foco na observação colocada por Yisel Herrera (2020) sobre que “en ocasiones se perciben perspectivas de análisis en las que el espacio y la sociedad no están en un mismo nivel de análisis: despojo del espacio del sentido humano y desatribución del significado cultural” (p. 290).

A confluência da falta de serviços e recursos no bairro, a emigração constante que provoca seu gradativo esvaziamento, a desconfiança de mudanças radicais, no curto e médio prazo influenciam para uma marcada vivência do presente a partir do qual o passado é supervalorizado e não é possível projetar o futuro. O bairro fica saturado de significados negativos que influem na sua (des)configuração como espaço para a vida desejada.

A partir da concentração das desvantagens expressas reforça-se a noção da territorialidade/espacialidade da pobreza, apontando para sua exacerbação em contextos rurais afastados, como no caso em questão. O contexto vai ser chave na compreensão das condições nas que as pessoas vivem e pensam seu presente e projetam (ou não) seu futuro. O espaço rural, ao ser percebido como obstáculo e uma privação, ganha centralidade na representação da pobreza, confluindo com outros fatores estruturais. Neste sentido, Bayón (2015b) nos alerta que “*lejos de limitarse a una cuestión ‘técnica’, la definición de la pobreza es una construcción social que emerge en contextos socio-históricos y espaciales específicos*” (p. 17) e, a partir de referentes da geografia da pobreza, a autora aponta que a concentração das desvantagens territorializa-se, ou seja, é espacial (BAYON, 2015a).

As percepções sobre a precariedade dos acessos ao bairro em Cayo Alto e os impactos de como essa condição torna vulneráveis as pessoas colocando-as em situações desafiantes são similares a outros contextos pesquisados na localidade, embora mais agudos no bairro estudado por conta das maiores dificuldades para o acesso. Um estudo em Cupey constata que:

Un elemento que repercute negativamente en la percepción del espacio es el difícil acceso, el cual se erige en las argumentaciones de las personas al sentirse inseguras: “tengo que irme de aquí porque mi madre va a cumplir 70 años y se imagina si se enferma de noche cómo salgo con ella” (hombre, 42 años); hemos tenido casos de enfermos terminales que en el traslado han fallecido, yo entiendo que igual iban a morir pero se han muerto sin las condiciones necesarias, no es igual morir en una cama de tu casa o de un hospital, no han tenido una muerte digna, es muy duro para los familiares pasar por esto, además llevar a enterrar a tus muertos en una carreta de bueyes, en un tractor, hasta en el tren hemos trasladado féretros, no creo que alguien merezca pasar por esas cosas... si tuviéramos un camino esto no ocurriera y a eso no nos vamos a acostumbrar (mujer, 38 años, profesional del sector de la Salud). (PUPO VEGA, 2017, p. 240).

Ao referir-se nas suas pesquisas à carência de ativos e sua reprodução inter-geracional, Moncada (2013) considera que no nível micros social, ela constitui “*la explicación por excelencia de la pobreza*”, enquanto no nível macro:

se trata de la incapacidad de los nuevos mecanismos económicos para generar fuentes de trabajo adecuadamente retribuidas y del debilitamiento de los mecanismos estructurales de inclusión social en base al trabajo o la asistencia social. Todo esto, con la aclaración de que no se trata de un proceso de exclusión general ya que aún se conservan, o incluso se amplían instrumentos para proteger a los sectores vulnerables. (MONCADA, 2013, s/p).

No Grupo de discussão as primeiras associações do espaço rural com as experiências das mulheres redundaram nas privações, tanto pelo desabastecimento da única loja que tem no

bairro quanto pelas limitadas possibilidades de deslocamento, sendo aquele um bairro afastado.

Esto es un barrio que usted puede ver... no hay nada... para todo tienes que salir de aquí y eso es lo peor... es horrible tener que salir de aquí... ese camino es lo peor... (Jazmín)

De aquí cómo sales... cuando hay mucha lluvia como en estos últimos días, no te puedes ni mover de aquí... todo es fango y charcos... rogando para que no pase nada y tengamos que salir de aquí... es el fin del mundo... (Flor)

No hay nada aquí que haga a uno sentirse bien... bueno la familia... pero el lugar... de aquí hay que irse para donde haya vida... (Lirio)

A qualidade da água foi declarada pelos funcionários e informantes chave como um dos temas problemáticos no bairro porque não é potável e tem que ser procurada, pelos homens, em Monte Alto ou em Cayo Alto, ambas localidades a uma distância de 5 km do bairro. Esse, porém, não foi um tema referido em nenhuma das entrevistas, o que pode ser associado com a sua naturalização. Mas a importância do tema me motivou a provocar narrativas a respeito constatando que:

El agua es salá... ya uno se ha acostumbrado, pero es mala... si usted la prueba se va a dar cuenta... y hay días en que hay que tomársela... (Narda)

Uno le da esa agua a los animales, pero la verdad, la verdad no es buena ni para ellos... (Amapola)

Nas reflexões de Ferreira e Cordeiro (2016) sobre a gravidade da pobreza rural no Brasil, os autores apontam:

[A]inda sem a possibilidade de estabelecer comparações e longe das generalizações, a gravidade da pobreza no contexto rural estudado é constatada na precariedade dos acessos à terra e água com qualidade, serviços básicos de saúde e educação eficientes, a formação e instabilidade da renda, etc. Esses fatores podem ser compreendidos como responsáveis diretos pelo estado de privação. (p. 359).

Nas narrativas que o Grupo de discussão traz constata-se a essência heterogênea do rural, fraturando a ideia de homogeneidade. As pessoas avaliam as vantagens que os espaços urbanos oferecem em termos de possibilidade de acesso a serviços que contribuem para uma melhor qualidade de vida. Nessas perspectivas comparativas, as pessoas reforçam a percepção sobre os limites das oportunidades e alternativas que o contexto em que vivem lhes impõe.

Un campo como este que no tiene nada es peor... al menos en Maceo usted ve otras cosas... pero aquí... aquí te entierras en vida... (Lirio)

En otro lugar un día no cocinas y te comes una piza o sales y te tomas un helado... aquí todo cae sobre tus hombros... a veces uno tiene deseos de comer algo rico... pero aquí qué vas a hacer... (Amapola)

Resultados similares se constataam a partir das referências da população sobre as vantagens dos centros urbanos do município: “Cacocum”, “Cristino Naranjo” e “Maceo” considerando que neles “*hay de todo*” (PUPO VEGA, 2017) o que remete, fundamentalmente, a uma estrutura de serviços diversificada de saúde, educação, comércio, gastronomia e outros.

Resulta expressivo o fato de associar a vida no espaço com a noção de não-vida referindo “*esto no es vida*”, “*tienen que salir de aquí para hacer sus vida*” ou “*aquí te entierras en vida*”. Essas imagens/metáforas carregam um forte potencial simbólico sobre as conotações negativas que esse espaço rural, povoado de privações, envolve e do qual é preciso sair, mas trata-se de uma saída que fala em fugir ou escapar dali para se “salvar”. No cotidiano do bairro prima a percepção da superposição de múltiplas carências: “não temos escola, médico da família, caminho, eletricidade, água, transporte, comida, dinheiro, esperanças” e em troca temos “muita má sorte”, assim como foi colocado nas entrevistas. Se repete no Grupo a ausência de atributos positivos para referir-se ao espaço rural.

4.2.2 – DENTRO E FORA DO LAR

Definindo o espaço do lar como “*entre paredes*”, Azeredo (2010) instiga que, todavia, ali, as mulheres ocupam espaços desiguais. A perspectiva do espaço de dentro foi projetada nas narrativas a partir do lar, que também carrega as marcas da ruralidade. O trabalho reprodutivo no meio rural tem sido pouco estudado em Cuba, tanto a participação das mulheres quanto dos homens. Um dos referentes importantes resultam os estudos desenvolvidos por Mariana Ravenet, Niurka Pérez e Marta Toledo (1989) sobre a participação da mulher em Cuba a partir de estudos de caso de uma mulher camponesa, uma mulher cooperativista e uma mulher urbana na região central do país.

As assimetrias configuradas entre os gêneros a partir da divisão sexual do trabalho designam não apenas atividades específicas a serem desenvolvidas por homens e mulheres, mas também os espaços em que estas acontecem, ou seja, dentro e fora do lar, marcando as esferas reprodutivas e produtivas para mulheres e homens respectivamente. No entanto, essas divisões ficam longe de serem nítidas para aquelas atividades atribuídas às mulheres, em que os limites aparecem difusos se desenvolvidas no meio rural. Sobre essa singularidade Herrera

(2019) reforça que “em alguns momentos estas esferas estão explicitamente diferenciadas e em outros elas se mesclam, como no caso do meio rural” (p. 60).

A partir de pesquisas na região central de Cuba, Miriam García e Niurka Pérez (2002) apontam:

En estudios de casos (CCS Armando Perera y Ovidio Rivero, municipio de Santo Domingo, provincia Villa Clara) se constató el trabajo de la mujer campesina en la unidad familiar se conforma por la dualidad trabajo productivo-reproductivo. La participación real que en cada uno de estos ámbitos la mujer desempeña evidencia claras diferencias, a pesar de realizarse en condiciones (tanto estructurales como ideológicas) que hacen difusa la delimitación de sus fronteras. (p. 648)

As mulheres assinalam nas narrativas o desempenho simultâneo de várias atividades dentro e fora do lar percebendo o trabalho de modo contínuo entre esses espaços; sobre o assunto Paulilo (2004) observa que “nas propriedades familiares rurais não é nada simples separar o que é trabalho doméstico do que seria trabalho produtivo” (p. 245).

O trabalho produtivo é entendido a partir de seus vínculos com o mercado e a renda, elementos que outorgam-lhe reconhecimento e avaliação positiva dentro da família e a sociedade e tem a qualidade de ser desenvolvido, geralmente em espaços públicos, fora do lar e por homens, entretanto, o trabalho reprodutivo é assumido quase exclusivamente por mulheres no interior dos lares orientado à reprodução da vida (PAULILO, 2004, 2016; CRUZ, 2006; CARRASCO, 1999, 2001, 2013; BATTHYANY, 2008, 2013; PUPO; ALMAGUER, 2013; GUEVARA, 2015, HERRERA, 2019).

Nesta linha de análise, Batthyány (2013), destaca que “*siempre se ha dado por hecho que las mujeres rurales adaptan su participación laboral a sus responsabilidades domésticas reproductivas, dada la ‘continuidad’ en el medio rural de unos roles de género muy tradicionales*” (p. 98). Embora as mulheres da amostra analisada não desenvolvam atividades produtivas remuneradas (de trabalho) – apenas uma delas trabalha na bodega¹¹³ do bairro – elas são responsáveis pela atenção dos animais menores e as aves, assim como de algumas espécies de plantas aromáticas e medicinais que utilizam na elaboração dos alimentos e de chás. Essa participação pode mudar, segundo as interlocutoras, dependendo das necessidades que as atividades desenvolvidas pelos homens demandem, como a produção do leite e cultivos vários. Nesses casos “*nosotras asumimos cualquier tarea... donde hay mujeres no hay fantasmas*” (Clavel).

Os elementos revelados nas experiências das mulheres com relação à sua participação no trabalho reprodutivo argumentam o envolvimento de este com a pobreza feminina

¹¹³ Loja para venda de produtos vários assinados no cartão de abastecimentos e outros liberados.

enquanto absorve a maior parte do seu tempo, energias e dedicação. A atribuição (in)dissociável das mulheres com papéis específicos influi de maneira determinante na sua (in)visibilidade. O trabalho delas as torna invisíveis, assim como ele próprio não é visível. A respeito disso, uma das mulheres observa:

Parece como si todo en la casa se hiciera solo... como si nadie lo notara... las ropas se lavan solas, la comida se hace sola... por mucho que te esmeres porque me gusta que la comida me quede bien... que las cosas estén organizadas.... Pero ya le digo... es como si se hicieran solas porque nadie lo reconoce... (Camelia)

As análises mostram que o acesso das mulheres ao tempo, como recurso, é limitado, fato que se mistura com outras causas como são as características de viver em um espaço isolado desprovido de uma infraestrutura de serviços mínima. Uma outra aresta dos vínculos entre este tipo de trabalho e sua repercussão no fenômeno da pobreza resulta de não representar um retorno financeiro que lhes permitira uma maior autonomia, então a maioria delas acabam dependendo economicamente de seus maridos reforçando o papel de provedor e a hegemonia masculina nestes espaços.

Esse contínuo fluir entre os espaços é considerado por elas como extenuante e cansativo e ponderam que o trabalho que se espalha durante todo o dia é uma característica da rudeza da vida rural argumentando:

Eso solo ocurre en el campo... pasas todo el tiempo saliendo y entrando a la casa y no terminas nunca. (Clavel)

[C]omo estás en la casa piensan que no haces nada y siempre aparece algo nuevo que tienes que hacer, todo te lo piden a ti, hasta el vaso de agua, porque no piensan que estás trabajando... (Narda)

[S]i dices que estás cansada te preguntan por qué, para ellos has pasado todo el tiempo en la casa sin hacer nada... es una ingratitud. (Flor)

Por eso el trabajo aquí es tan pesado, siempre hay algo que hacer... los animales no pueden esperar que te sientas bien para que les des comida... ahí están los pollos piando, los puercos gritando... tienes que hacerlo... y en la casa no acabas, cuando terminas el desayuno ya estás en el almuerzo y luego la comida... es todo el tiempo en jaque... hasta te acuestas pensando qué harás de comida al otro día... (Amapola)

Observe-se a projeção de esgotamento e cansaço percebido pelas mulheres durante a execução simultânea das atividades. A esse respeito Cruz (2006), a partir de um estudo desenvolvido sobre as mulheres da Montanha Palentina, na Espanha, observa que “*al no ser un trabajo remunerado, no hay una valoración cuantificable del cansancio, dedicación,*

esfuerzo y habilidades que conlleva. En el mismo sentido no admite ni bajas, ni despidos, ni tiene vacaciones, etc” (p. 112).

Herrera (2019) constata em sua pesquisa, no rural catarinense, resultados similares. Nas experiências com o trabalho doméstico e de cuidados das agricultoras estudadas pela autora, se “evidenciam a repetição, o excesso de tarefas realizadas simultaneamente, a sensação de falta de tempo, de acúmulo de serviço ainda por fazer” (p. 95). Aprofundando no tema a autora observa:

[O] que sobrecarrega as mulheres, não são as tarefas produtivas ou reprodutivas separadamente, mas sim as tarefas simultâneas, situação também observada por Paulilo, De Grandi e Silva (2003). Os depoimentos atestam a percepção da exaustão causada pelo excesso de trabalho. Apesar de sempre remeterem ao trabalho na agricultura como pesado, as agricultoras comentam que preferem o trabalho “de fora da casa”. Segundo elas, o trabalho da roça dá para ver o resultado, o da casa faz e desfaz, limpa-se tudo e daqui a pouco suja tudo novamente. (HERRERA, 2019, p. 152)

As experiências colocadas no Grupo de discussão mostram as marcas que o espaço rural imprime nas mulheres e evidenciam-se nas funções específicas que elas desenvolvem, as quais resultam rígidas, já que estão ancoradas nas subjetividades na maneira de normas, valores e estereótipos que confinam às mulheres ao lar, reduzindo suas oportunidades de participação em esferas fora das constringidas margens que o espaço impõe. As marcas da ruralidade são visíveis também na centralidade que o trabalho ganha na vida das mulheres rurais, respondendo às normas que a cultura patriarcal dita e (des)colocando outros interesse e motivação para planos não priorizados nos quais, não poucas vezes, está a saúde e a autorrealização delas.

Pasas toda la vida trabajando... esperando que vengan tiempos mejores, pero no mija, para nosotros no hay nada bueno... cada vez estamos peor...esa es la vida de uno, la mujer con su familia...sus hijos, eso es lo que hacemos... trabajar y estar pendientes de todo el mundo. (Amapola)

Todo lo que uno hace es trabajar... en este lugar no hay donde ir, entonces pasas todo el tiempo trabajando... en la casa no paras... es una cosa detrás de la otra y siempre te están pidiendo que hagas algo...es que uno vive para ellos... (Jazmín)

[E]s que la vida no puede ser solo trabajo... no sé... es triste ver que las personas pasan la vida trabajando y pasando trabajo y luego no tienen nada.... (Lirio)

Nas narrativas pode ser apreciada uma (in)definição dos limites entre atividades produtivas e reprodutivas, apontando para que estas sejam percebidas num *continuum* que ocupa a maior parte do tempo das mulheres e cujo resultado não é tangível em termos de

ganhos próprios e/ou autonomia, elas falam de como trabalho ocupa todo seu tempo, e estão se referindo não apenas ao trabalho reprodutivo, juntamente esse trabalho inclui outras atividades com animais menores e plantas, habitualmente, assim como em casos pontuais, alguma atividade agrícola ou pecuária.

Existe uma tendência à homogeneização das narrativas a respeito de perceber o trabalho como algo permanente e indesculpável que absorve a vida das pessoas sem que exista um retorno, como compensação, de uma condição de bem-estar. Se destaca o fato do valor que as mulheres colocam nas suas famílias estruturando a atenção como sentido de vida. As narrativas orientam-se, fundamentalmente, na significação do trabalho e da família.

Uma pesquisa desenvolvida na periferia da cidade de Holguín por Pupo Vega e Almaguer (2013) sobre pobreza, a respeito da participação das mulheres no emprego, as autoras concluem que *“se ve limitada por los sesgos de la cultura patriarcal que destina a estas depender de sus esposos, quienes poseen el control sobre los recursos en sus hogares. Esta situación hace que ellas se vuelvan más vulnerables a sufrir la situación de pobreza en la que se encuentran”* (p. 202).

García e Pérez (2002) verificam em seus estudos que a mulher camponesa em condições de isolamento trabalhava a metade do dia (12h17min) em atividades domésticas, mais do dobro das horas trabalhadas nesses fazeres pela mulher da Cooperativa (5h36min) e quatro vezes mais do que a mulher urbana com trabalho remunerado (3h9min). Ao acrescentar o tempo dedicado a atividades econômicas¹¹⁴, a mulher camponesa completa uma jornada de 14 horas, o que leva às autoras a concluir que *“en la medida en que se acerca a lo urbano, disminuye el tiempo empleado en estas labores. Sin embargo, la campesina individual aporta – sin retribución económica - más horas de su fuerza de trabajo”* (GARCÍA; PÉREZ, 2002, p. 86). Os resultados desvendam as singularidades dessas dinâmicas nos contextos rurais, o que aparece muito nítido com relação ao tempo utilizado.

A mulher cooperativista nos estudos de García e Pérez (2002), além de trabalhar diariamente desenvolvendo múltiplas atividades agrícolas na Cooperativa, é responsável pela reprodução da força de trabalho, desenvolvendo a maioria das atividades no lar (elaboração de alimentos, faxina, compra de produtos para o lar), enquanto a participação do marido na esfera doméstica se limita a cuidar e brincar com as crianças.

¹¹⁴ As autoras constataam que a mulher camponesa, no cultivo de arroz e feijão, participa pouco da jornada de trabalho, *“en la siembra, el secado, almacenamiento del arroz y en el riego del frijol. Participa en el cuidado de la cosecha de ajo antes de levantarla y a veces ayuda en la recogida de cebolla”* (p. 77) “[...] ella se encarga de las ‘70 aves de corral’” (p. 78).

García e Pérez (2002), ao estabelecer comparações do tempo de participação das mulheres e dos homens em atividades domésticas e econômicas, constatam uma maior quantidade de horas delas dedicadas nessas dinâmicas. Mohgadam (2005), olhando para o assunto a partir de uma dimensão de direitos, assevera que elas trabalham mais horas do que os homens nas atividades produtivas e reprodutivas, e ainda ganham menos que eles. No caso das mulheres rurais, o trabalho tanto produtivo quanto reprodutivo realizado por um expressivo número delas, é gratuito.

Nas narrativas de minha pesquisa pode ser percebida também a condição de subordinação das mulheres, o fato delas estarem pendentes das demandas das outras pessoas. Neste sentido, as narrativas analisadas apontam para compreender a construção do sujeito feminino dentro das estruturas de dominação socioespaciais (AZEREDO, 2010) e da família como uma dessas estruturas. Entende-se, nas narrativas, a condição opressiva das mulheres, como apontado por Lagarde (1993), pela subalternidade e a servidão voluntária a respeito do mundo; e acrescenta a autora.

También es opresiva la condición genérica por la definición de las mujeres como seres carentes, capaces de renuncia, cuya actitud básica consiste en ser capaces de todo para consumir su entrega a los otros, e incapaces para autonomizarse de ellos. (p. 37).

Neste sentido é evidente o sistema de gênero como um sistema de poder (BARBIERI, 1993) expressado nas formas em que esse poder é estruturado e exercido em espaços específicos.

O *continuum* que as mulheres estabelecem com atividades de fora e dentro de casa, contribui para a economia familiar, questão pouco valorizada até pelas próprias mulheres por conta da naturalização da condição de ajuda e subalternidade em relação aos homens, como pode ser apreciado na experiência da Amapola: *“es él quien trae el dinero para la casa, imagine, lo más importante es el trabajo que él pueda hacer limpiando las siembras y cualquier cosa que aparezca ... yo hago lo mío en la casa, con los puercos y las gallinas... yo ayudo en lo que puedo”*.

Note-se que “a hierarquização do trabalho, situação na qual o trabalho produtivo agrícola seria mais importante, é, também, uma realidade no campo” (HERRERA, 2019, p. 60-61). Sobre esse assunto García e Pérez (2002) pensam que:

[S]ubyace aún en las estructuras productivas una división sexual del trabajo, que estereotipa al hombre como el de mayores potencialidades productivas (ya sea por

sus potencialidades físicas como socioculturales), mientras que a la mujer dada la ineludible combinación que tiene que realizar de su rol reproductivo-productivo, se le subvalora y subregistra su participación. (GARCÍA; PÉREZ, 2002, p. 650).

O uso que se faz dos espaços e sua visibilidade aponta para o doméstico como um espaço feminino e pouco visível, mesmo as atividades produtivas que nesses espaços desenvolvem-se. A participação masculina se legitima, apenas, ante a ausência de uma mulher que as assuma e passa a ser considerada ajuda. Uma narrativa que ilustra o exposto foi colocada por Amapola: “*mi hijo es quien me cuida... imagina... como no tengo hijas hembras es él quien me ayuda*”. Na entrevista constatei que ela chama de ajuda ao fato da companhia diária e em visitas ao médico e a familiares, mas ela continua, ainda com muita dificuldade pela idade e o estado de saúde, desenvolvendo a maior parte do trabalho reprodutivo no lar.

Nas abordagens da pobreza em espaços periféricos da cidade de Holguín, Pupo Vega e Almaguer (2013) colocam o tema da ajuda e do tempo das mulheres entre os elementos desvendados que influenciam no surgimento, manutenção e agravamento das condições de pobreza das mulheres. Além disso, debatemos sobre as vantagens da perspectiva de gênero nestes estudos.

En algunos casos, las mujeres se refieren a la “ayuda” que reciben de sus maridos en la realización de las tareas domésticas, pero no lo consideran una obligación en la dinámica familiar. La cultura patriarcal ha impregnado concepciones que favorecen al hombre en la medida que lo despojan de las obligaciones domésticas. Por otra parte, se pudo apreciar que estas personas no muestran interés por las actividades de capacitación profesional. Las mujeres plantean no tener mucho tiempo para esta actividad. En ese barrio [Loma de Harlem (Fornet)] las personas no valorizan el trabajo que realizan las mujeres en el interior de los hogares, pues lo consideran como un deber solo de las mujeres. El 67,8 % de la población encuestada respondió negativamente a la pregunta sobre su opinión respecto a la posibilidad de considerar el trabajo doméstico como un trabajo que puede ser remunerado. Ellos visualizan estas labores de suma obligación para ellas. Estas respuestas imponen la necesaria revalorización del papel del trabajo doméstico. Su contabilización en horas de trabajo ayuda a que este pueda ser medido y visualizado con una óptica diferente. (p. 199).

Seguindo esta linha de análises com foco nas desigualdades marcadas pelo gênero, pode enxergar-se que, no caso em que a mulher assume tarefas do âmbito reconhecido como produtivo, ou seja, nas atividades agrícolas e pecuárias, acontece o contrário; nesses casos são as atividades desenvolvidas por elas as que resultam identificadas como periféricas, até por elas mesmas. Nas palavras de Herrera (2019) “No universo feminino, o termo ‘ajuda’ acaba por acompanhar as mulheres por toda a vida” (p. 172).

Yo ayudo con los animales... con los puercos, los pollos, los guanajos... yo los pollos no me los como, pero los cuido... (Amapola)

Cuando él [marido] me necesita yo ayudo... si tengo que ordeñar una vaca lo hago... o inyectarlas... curarlas... pero lo mío son las gallinas y los puercos... eso de ocuparse de la leche es de él... (Clavel)

Fotografia 11 – Amapola “ajuda” com os animais



Fonte: Ania Pupo Vega, Trabalho de campo outubro de 2019.

A respeito do termo ajuda, Ravenet, Pérez e Toledo (1989), trazem a experiência da mulher camponesa que conformou seu caso de estudo em espaços do ocidente e do centro de Cuba:

Rosa tuvo que realizar quehaceres domésticos y ayudar al hermano en el cuidado de los animales desde los siete años. Recuerda su niñez como “tranquila pero no feliz” [...] La adolescencia y parte de la primera juventud fue similar a la niñez: trabajo doméstico y poca distracción con una tendencia al aislamiento social al cual fue sometida como medio de control, primero por sus padres, luego por el novio. Esta situación se repetirá con el matrimonio. (p. 77).

A percepção do trabalho doméstico como ajuda incide na sua subvalorização e invisibilidade, distorcendo a real participação e contribuição econômica das mulheres. Esta consideração de ajuda tem sido constatada em pesquisas desenvolvidas por Ravenet, Pérez e Toledo (1989), García e Pérez (2002) e Pupo (2017), em Cuba; Paulilo (2004), Aguiar (2017) e Herrera (2019), no Brasil; Bettyhány (2013) no Uruguai e Cruz (2006) na Espanha, dentre outras pesquisadoras que abordam as ruralidades a partir de perspectivas feministas.

Cruz (2006) fala sobre as ambiguidades do trabalho doméstico e sua incidência na sua invisibilidade e escassa valorização social. Neste sentido assinala que “*No tiene una duración temporal, sino que se dilata indefinidamente durante todo el día y todos los días del año*” (p.112), aspecto que aparece reiteradamente nas narrativas das mulheres pesquisadas.

A invisibilidade desse tipo de trabalho vai além das subjetividades das pessoas que moram em contextos rurais, perpassa análises estatísticas e desenhos de políticas sociais. Bettyány (2013) alude à existência de consenso a respeito de que:

[...] la gran mayoría de las actividades llamadas “domésticas” afectan bienes y servicios de manera directa, los cuales son susceptibles de ser objeto de un intercambio mercantil en el mercado laboral (cocinar, lavar y planchar la ropa, cuidar de los niños, las tareas domésticas e incluso la producción agraria a pequeña escala). Cuando son llevadas a cabo en el marco de una relación social familiar determinada, por lo general el matrimonio, dichas actividades no son objeto de ningún intercambio mercantil y se caracterizan por su gratuidad, hasta el punto que en los análisis estadísticos ni siquiera se contemplan como perteneciendo a alguna forma del trabajo, sino que se agrupan bajo la denominación de ‘tareas domésticas’. Incluso se clasifica a las mujeres que se dedican exclusivamente a dichas ‘tareas’ (las amas de casa) entre los ‘inactivos’, al igual que los jubilados y los estudiantes. (p. 90).

Diante dessa realidade existem algumas propostas de quantificar os custos do trabalho reprodutivo (VALLS; BELZUNEGUI, 2017).

Além de perceber o trabalho como “pesado, cansativo e ingrato” as mulheres de minha pesquisa projetam algumas avaliações positivas dele a partir do estabelecimento de vínculos interpessoais e a troca de afetos. Algumas das narrativas a seguir corroboram essas observações.

Me gusta cuidar de mi nieto porque los niños, aunque dan mucho trabajo, traen alegría para la familia... (Violeta)

Trabajar en la casa es pesado pero el hombre llega del campo cansado y es bueno poder parar todo lo que estás haciendo para atenderlo... eso he querido enseñárselo a mis nueras porque no tengo hijas... pero es como debe ser... las mujeres somos fuertes, no descansamos nunca... (Amapola)

As percepções sobre os trabalhos domésticos e de cuidados envolvem o entrecruzamento, por vezes contraditório, de aspectos positivos e negativos, o que García e Pérez (2002) chamaram de ambivalência ao ser constatadas situações semelhantes nas suas pesquisas. Uma das colocações das autoras resulta muito expressiva:

Rosa valora en forma ambivalente la dedicación a estas tareas, dice: “la mujer en la casa se embrutece, la que trabaja afuera se desenvuelve mejor en la casa; no me

gustaría que mi hija tuviera mi misma vida... eso era como una esclavitud de la casa". Al mismo tiempo expresa "la mujer debe atender al marido, si llega a la casa servirle el almuerzo, arreglarle el baño. Mi hija debe hacerlo igual". (p. 79).

Ambos os posicionamentos refletem a transmissão intergeracional da privação e vulnerabilidade apontada por Kabeer (1992), que se constitui em um dos mecanismos causais e circulares que reproduzem e exacerbam a pobreza das mulheres. Sendo as mulheres as principais encarregadas dos valores culturais ¹¹⁵, assim como corroboram pesquisas desenvolvidas em Cuba no meio rural. Resulta importante destacar a influência da transmissão de valores que reproduzem e naturalizam as desigualdades entre os gêneros e que contribuem a maiores vulnerabilidades e desvantagens para as mulheres.

Por sua parte, Herrera (2019) observa uma alta aceitação do trabalho como parte indispensável da vida das mulheres e acrescenta que “esta aceitação é acompanhada da valorização permanente de seu papel de mulher, ressaltando a centralidade de suas atuações na vida da família” (p. 153).

Além de existir uma ordem cultural com fortes características patriarcais, mais conservadora, o rural não é homogêneo, “a categoria ‘rural’ carrega em si a diversidade das próprias relações entre os espaços rurais e urbanos – e entre as populações do campo e das cidades – tais como se modificam histórica e socialmente, no tempo e no espaço” (WANDERLEY, 2000, p. 31).

Pode ser observado, a partir das experiências narradas, como a vida que se configura nas narrativas das mulheres gira em torno das dinâmicas domésticas fundamentalmente, tal como colocado por Herrera (2019), na sua observação sobre o trabalho como constituinte na vida das mulheres da sua pesquisa. Se acrescenta a importância outorgada à segurança do bairro, limitada pela escuridão.

No entanto, nas preocupações dos homens, as questões vinculadas ao trabalho, à segurança dos cultivos e à impunidade dos ladrões, ocupam lugares centrais. Um outro elemento interessante foi o depoimento de Pedro sobre o trabalho, projetando o trabalho como estratégia de subsistência e a impossibilidade de investimentos além da necessidade básica de se alimentar. Além dessa evidência, remarca o fato de considerar trabalho apenas o desenvolvido por eles na agricultura ou com o gado, tornando invisível a participação das

¹¹⁵ Niurka Pérez e Elena Díaz (s/d) ao caracterizar a família cubana a partir de pesquisas desenvolvidas no país, apontam que, a respeito dos papéis familiares, aparece a autoridade real exercida pela mãe. As autoras referem a importância do papel materno tanto nas famílias urbanas, como constatou, segundo as autoras, o trabalho da socióloga cubana Ángela Casañas (1986), quanto na área rural, como mostrou a pesquisa da Foreign Policy Association (1935). Na colocação dos referentes mencionados pode ser apreciado que a posição da mulher como mãe na dinâmica familiar envolve uma importante condição de autoridade, além do contexto.

mulheres na economia familiar. O gênero, como construção social e cultural, é responsável pela construção dessas desigualdades. Não apenas as ocupações têm gênero, as preocupações carregam também essa condição.

As mulheres historicamente têm sido as maiores vítimas de um pensamento androcêntrico que gera disparidades, assimetrias, subordinação, desempoderamento, pobreza.

As precárias condições em que as mulheres de minha pesquisa desenvolvem as atividades de reprodução da vida, se constitui no elemento fundamental para assegurar a qualificação de miséria, termo muito contundente, para definir sua condição de vida atual e que foi utilizado por Valdés Paz (2014), distinguindo-a da pobreza observando que “*De hecho, la pobreza en la sociedad cubana siempre estuvo, y en las últimas décadas ha visto ampliarse su franja de pobreza y de miséria*” (p. 6).

As atividades reprodutivas caracterizam-se por serem diárias, constantes e eternas porque não terminam nunca, o que, segundo Torns (2002), imprime a lógica sincrônica que rege o tempo delas o qual resulta “difícil de precisar sem a percepção subjetiva da experiência vivida cotidianamente e com uma descontinuidade, só visível através do ciclo de vida feminino” (p. 138). Esse tipo de trabalho envolve uma notável percepção de cansaço e desgaste, ainda quando desenvolvido com aparelhos eletrodomésticos que aliviam o gasto de energia física e de tempo.

Si voy a lavar me levanto bien temprano y se me va la mañana en el lavado... porque no es solo lavar, tengo que halar el agua para lavar ... y luego estregar a mano, enjuagar, tender ... (Violeta)

Fotografia 12 – Local destinado para lavar a roupa



Além de compreender o rural como “o lugar de onde se vê e se vive o mundo” (WANDERLEY, 2000, p.32) para a autora é uma categoria de pensamento do mundo social, categoria político-ideológica e transacional, a partir da qual “é possível ‘compreender a sociedade’, ‘classificar e distinguir as pessoas e as coisas’ e ‘construir uma representação do mundo social em torno do espaço e do tempo’” (p. 130).

A porosidade que distingue o lar das mulheres estudadas aprecia-se no fato deste ser, por vezes, o espaço legitimado em que a família acolhe-se e cuida-se, outras vezes o espaço da solidão “*me quedo sola con mis pensamientos... pensando... hasta hablo sola y hasta lloro a veces*” (Amapola); outras vezes é o lugar em que as pessoas se recuperam das doenças, ou são curadas; mas também é o espaço dos afetos, da intimidade sexual (assunto do qual não se fala) em que as pessoas amam e são amadas, abraçadas, acariciadas; “o espaço cotidiano também se constitui de emoções e afetos que determinam, em grande parte, as redes de solidariedade e também as ações cotidianas que reforçam os núcleos significativos das ações, crenças e relações” (SILVA, 2007, p. 127); outras vezes é o espaço das violências (um outro assunto não comentado); mas sempre é aquele espaço em que o ir e vir constante apenas é visível, assim como o resultado de essa dinâmica que reproduz a vida pessoal, familiar e social e que as mulheres rurais, as vezes sem apenas percebê-lo, naturalizam sua colocação no centro das suas vidas.

Em indagações ao rural brasileiro, Guevara (2009) mostra alguns elementos que começam a fraturar o padrão tradicional na ocupação dos espaços, embora as mulheres continuem envolvidas durante mais tempo em atividades sem remuneração e assumindo-se como responsáveis exclusivas pelo trabalho doméstico:

Las nuevas estrategias permiten testimoniar una transgresión de espacios. El estudio de casos mostró que las mujeres están invirtiendo mucho más tiempo que antes en actividades que generan ingresos, pero invierten más tiempo que los hombres en aquellas que no lo generan y que por tanto el promedio de horas trabajada por una mujer de las estudiadas supera las 11 horas diarias. El trabajo doméstico sigue siendo considerado, percibido y aceptado como una cuestión personal, privada y específica de las mujeres. (p. 10).

A divisão sexual do trabalho é responsável pelos usos não apenas do espaço interior (do lar), mas também dos espaços exteriores, neste sentido, os argumentos propostos por Sabaté (1984) incluem análise relativas ao gênero, visto como princípio de organização social (CRUZ, 2006).

El individuo percibe el espacio por el que se mueve según su nivel de conocimientos y se desplaza según las necesidades de trabajo, compras, ocio, relaciones sociales, etc. La deducción inmediata es que los hombres y mujeres utilizan de forma distinta ese espacio exterior, según la división sexual del trabajo, lo que condiciona que sea la mujer quien realice la mayor parte de movimientos por compras y servicios (como asistencia a centros sanitarios, llevar a los niños a la escuela...), con lo cual la percepción del espacio será muy distinta para hombres y mujeres, con independencia incluso de que éstas trabajen fuera del hogar o no. (SABATÉ, 1984, p. 43).

Para a autora resulta importante desde uma perspectiva espaço e tempo analisar como a mobilidade envolve elementos espaciais (distância), mas também do tempo requerido para as deslocamento. Os relacionamentos de esses elementos podem-se constatar no contexto de estudo em que a precariedade da estrada de terra, a concentração dos serviços fora da localidade, a ausência do transporte, entre outros, marca o deslocamento de homens e mulheres até outros espaços. Nas palavras de Guevara “*El deterioro de las infraestructuras y los servicios rurales afecta de manera desigual a hombres y a mujeres, dado los roles y medios de que disponen*” (2015, p. 54).

Estas condições determinam que o fato de se deslocar responda às necessidades consideradas emergentes, como o caso de Violeta, em cuja experiência:

[T]res veces en el mes tengo que ir en la volanta hasta Maceo por el medio de ese marabucera para entregar el dinero... es un peligro...yo sé que es peligroso ir por ese camino solitario y lleno de marabú... (Violeta).

Para todo hay que salir de aquí... hasta para comprar un pedazo de carne hay que ir a Maceo o a Monte Alto... (Jazmín)

El equipo está roto... son muy sensibles a las descargas eléctricas y una descarga lo fundió... y eso que yo lo cuidaba como un niño chiquito... cosas de vieja loca... se recargan con el sol... pero ahora no hay piezas ni equipos... hay que llevarlo a Maceo, a la Empresa Eléctrica de allá... (Amapola)

4.3 – A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE A DIMENSÃO TEMPORAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Nas narrativas, o tempo, como categoria¹¹⁶, foi colocado reiteradamente permitindo-me pensar numa perspectiva passado-presente-futuro. Nesses vínculos do sujeito e a temporalidade reflète Hanna Arendt (1984; 1996) e pergunta-se “*¿Dónde estamos cuando pensamos?*”. Para a autora, o ser humano:

¹¹⁶ O tempo foi também colocado como recurso assim como entendido pela economia feminista, que permite aprofundar nas relações desiguais de gênero.

siempre vive en el intervalo entre pasado y futuro, el tiempo no es un continuo, un flujo de sucesión ininterrumpida, porque está partido por la mitad, en el punto donde él se yergue; y su punto de mira no es el presente, tal como habitualmente lo entendemos, sino más bien una brecha en el tiempo al que su lucha constante, su definición de una postura frente al pasado y al futuro otorga existencia. (ARENDR, 1996, p. 17).

Arendt (1984) acrescenta que “*Sólo porque Él piensa, y, por consiguiente, ya no es arrastrado por la continuidad de la vida cotidiana [...] puede tomar conciencia de un ‘no-más’ que lo empuja hacia delante y un ‘no-todavía’ que lo presiona hacia atrás*” (p. 236).

A referência da autora me permite pensar na possibilidade oferecida pelo presente para o sujeito de trazer o passado e o futuro, ou seja, fazê-los presentes. Quando o ser humano pensa, pode-se distanciar tanto do passado quanto do futuro e refletir sobre eles, mas não à margem das emoções que esses processos envolvem e que são responsáveis pelos matizes dos sentidos e significados que se outorgam a essas dimensões da vida. As nostalgias pelo passado e as incertezas sobre o futuro marcam com frequência esse ato de pensar.

Nessa perspectiva da dimensão temporal, cuja continuação é detida no presente, como o momento que a pessoa está vivendo, ela pode então olhar para o passado e se projetar para o futuro. Ao respeito do papel das mulheres na conservação do passado, Federici (2019) argumenta:

Em muitas partes do mundo, as mulheres têm sido vistas historicamente como tecelãs da memória – aquelas que mantêm vivas as vozes do passado e as histórias das comunidades, que as transmitem às futuras gerações e que, ao fazer isso, criam uma identidade coletiva e um profundo senso de coesão¹¹⁷. (p. 12 - 13).

Thompson (1998) se torna uma outra referência teórica importante nas análises da perspectiva temporal. A (re)criação que as pessoas fazem do passado nas suas narrativas permite-lhes pensar e/ou projetar o futuro. O futuro resulta desses significados atribuídos ao passado, os que chegam através das suas vozes com as nuances das subjetividades.

Nesse olhar para o passado, a partir das colocações das pessoas abordadas nesta pesquisa, compreendo que a crise dos anos de 1990 e a posterior reconversão da indústria

¹¹⁷ Federici (2019) acrescenta que “Elas também são aquelas que passam -adiante os conhecimentos adquiridos e os saberes- relativos às curas medicinais, aos problemas amorosos e à compreensão do comportamento humano, a começar pelo comportamento dos homens. Rotular toda essa produção de conhecimento como “fofoca” é parte da degradação das mulheres – é uma continuação da construção, por demonólogos, da mulher estereotipada com tendência à maldade, invejosa da riqueza e do poder de outras pessoas e pronta para escutar o diabo. É dessa forma que as mulheres têm sido silenciadas e até hoje excluídas de muitos lugares onde são tomadas decisões, privadas da possibilidade de determinar a própria experiência e forçadas a encarar os retratos misóginos ou idealizados que os homens fazem delas” (p. 13).

açucareira constituem-se nos eventos marcantes para referir-se ao passado, fundamentalmente a partir de assentar neles as mudanças na vida do bairro e os impactos negativos que elas trouxeram para suas vidas. A superposição de acontecimentos configura a vivência de piora das condições de vida. Acontece uma crise dentro de outra(s), acrescentam-se algumas entendidas como “conjunturais” embora suas marcas permanecem (como a redução de combustível no mês de outubro de 2019).

Na configuração da pobreza, o ponto que marca o começo da percepção de estar vivendo em condições “difíceis”, diferentes de outras nas quais já viveram foi inicialmente a crise dos anos 1990 que trouxe mudanças radicais para a população do país e com expressivas desvantagens para a do leste cubano¹¹⁸ e o posterior fechamento do engenho provocou o agravamento dessas condições, cessaram uma série de garantias associadas aos processos de safra como as condições da estrada de terra e o transporte para o deslocamento a diferentes lugares em busca de serviços e produtos que careciam na localidade.

Indagando sobre os impactos do fechamento do engenho para a localidade, Guevara (2020) observa que o evento “*los dejó desprovistos de una estructura de servicios que históricamente tenía montada el Ministerio del Azúcar, lo que implicó que la mayoría de los asentamientos rurales se retrotrajeran en nivel y calidad de vida*” (s/p).

Ao referir-se ao bairro antes desses acontecimentos as mulheres apontam:

Era un barrio grande todavía en 1999, tenía alrededor de cincuenta casas... ya la emigración había comenzado por el deterioro del camino pero... después, cuando cerraron la escuela en 2011, muchas personas se fueron para Maceo... y así se van las personas... el año pasado se fue una familia para Mayarí... solo quedamos diez casas... (Laurel)

Nací y me crié aquí... luego viví en otros lugares... vivía en Mir cuando empezó el Periodo Especial¹¹⁹ y decidimos venir porque aquí teníamos un pedacito de tierra y eso por lo menos nos ayudaba a comer... bueno, a no morirnos de hambre... pero era un barrio lindo miya... más lindo no lo había... y ahora mira... es una maniguera¹²⁰ ... (Amapola)

Antes podías ir a Maceo... a Holguín, pero ahora no hay cómo salir de aquí... si vas a algún lugar tienes que quedarte y ver cómo viras al otro día... (Narda)

Ahora ya no existimos más... quién se acuerda de nosotros... (Violeta)

¹¹⁸ A crise foi o ponto de partida para posteriores processos de reformas econômicas que continuam até hoje e que tem impactos territorialmente diferenciados segundo pesquisas desenvolvidas no país, entre outros, por González Rego, et al (1998); Guzón; Dávalos (1999); Espina (2003; 2004); Iñiguez; Everleny (2004); Iñiguez (2002, 2004).

¹¹⁹ “Período Especial en tiempos de paz” foi mais um eufemismo utilizado pela liderança do país para se referir à profunda crise que Cuba iniciou na década de 1990.

¹²⁰ Vem da palavra manigua, que significa espaço lotado de mato, inutilizado.

Constata-se, no presente, o paulatino deterioro do bairro o que se projeta como causa da emigração. No caso da crise (e suas fases), como evento que irrompe e desestrutura as dinâmicas cotidianas, se precisa de uma reestruturação, entendida como a possibilidade de agir embora, como apontado por Paulilo (2004), “O direito de tomar decisões sobre a própria vida depende de uma certa retaguarda financeira” (p. 237), condição que no contexto estudado se percebe como limitação e obstáculo enquanto as pessoas consideram que as condições econômicas limitam as escolhas porque o dinheiro apenas dá para garantir uma alimentação básica.

A vida no presente é percebida povoada de dificuldades e precarização assim como mostram as narrativas seguintes:

¿Ahora? ... ahora estamos pasando más trabajo que mis bisabuelas en el siglo XX. Desde agosto no tenemos petróleo y estamos cocinando con leña nada más... es horrible... imagina que yo me operé y ya comencé a cocinar con leña... (Clavel)

Estamos cocinando con leña hace meses... ¿usted quiere peor trabajo que ese?... eso es miseria... miseria... no tiene otro nombre ... es difícil acostumbrarse a la miseria...miseria en el sentido de estar cocinando con leña (Violeta)

Fotografia 13 – Fogões de lenha utilizados pelas mulheres do bairro



Fonte: Ania Pupo Vega, Trabalho de campo outubro 2019.

Outra das colocações relacionada com a falta de combustível aludia à escuridão do bairro e as vulnerabilidades a ela associadas.

Ahora sin petróleo, a oscuras... porque la luz es una bendición... además cocinar con petróleo es otra cosa, te cambia la vida... (Jazmín)

Este barrio de noche mete miedo... feo de verdad... no puedes ni ir a la casa de un vecino porque no ves por donde caminas. (Amapola)

El barrio oscuro es bueno para quién... para los rateros... usted siembra para que ellos vivan... yo digo que sembramos para que coman los ladrones... (Juan)

Aquí se trabaja solo para comer ... (Pedro)

Sobre o futuro do lugar, existe consenso em pensá-lo a partir do seu paulatino esvaziamento e desapareição. As narrativas sobre a temática foram expressivas e carregadas de incertezas, pessimismos e desesperanças.

¿Dentro de diez años? Esto está cerrado de marabú... (Clavel)

Aquí no habrá ningún sobreviviente... nosotros no nos vamos porque tenemos un conuco y con eso vamos sobreviviendo... (Violeta)

Llegará el día en que no quede nadie... (Amapola)

Usted es optimista profesora, en cinco años esto no existe... (Flor)

Os espaços são responsáveis pela configuração das dinâmicas sociais. Para Abromavay (2005), “os territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social” (p. 1). Esses espaços não pensados no futuro falam de como foram atingidas as dinâmicas sociais no interior deles, neste sentido é interessante como não foram colocados aspectos positivos relacionados com a vida no espaço.

Nas experiências que as narrativas trazem constata-se as privações que afetam a qualidade de vida das pessoas agravadas pelas características espaciais. A precarização da vida a partir das privações que morar nesse espaço rural impõe, sem expectativas de mudanças, vai configurando a noção e a autopercepção de pobreza, condições que impactam as subjetividades gerando múltiplos mal-estares, reconhecidos nas vozes que a pesquisa colocou.

O fato da visão pessimista sobre o futuro foi também um fato constatado por Cruz (2006) na sua pesquisa:

Las entrevistas y los grupos de discusión indican que las mujeres que han vivido siempre o más tiempo en pueblos expresan mucho pesimismo en las perspectivas de futuro para los pueblos, en un discurso compartido sobre las carencias en el medio rural. La reiteración de estos aspectos del discurso, relacionados con el espacio vital y las carencias, parece indicar la construcción del marco de justificaciones socialmente aceptables para el abandono de los pueblos, por las mujeres. Parece como si dijeren: "como aquí no hay nada, tengo que – estoy obligada a – marchar a la ciudad para conseguirlo [...] (CRUZ, 2006, p. 202).

As narrativas em análise trazem também a questão da temporalidade marcada pelas características do espaço que limita as alternativas e projetos de vida pensados a médio ou longo prazo. A tendência ao imediatismo é corroborada, elemento verificado nas investigações realizadas em outros contextos rurais da localidade: “*En ocasiones no han definido el futuro, dejándolo a la ocurrencia de eventualidades: veremos qué pasa, peor no podemos estar*” (mulher, 36 anos) (PUPO VEGA, 2017, p. 239).

4.4 – A PRODUÇÃO DAS NARRATIVAS SOBRE A EMIGRAÇÃO

Dadas as sutilezas das marcas culturais nas relações de gênero e a naturalização que sobre os desequilíbrios existentes nelas prevalecem, é preciso uma intencionada perspectiva de gênero para captá-las, mas a questão da emigração resulta nítida nas narrativas, assim como suas consequências gritantes para as análises propostas.

A emigração é projetada como a estratégia de preferência para as pessoas mais jovens. A maioria das pessoas entrevistadas, além de compreender as motivações para sair do bairro das pessoas que já se foram, expressam a sua aspiração de emigrar postergada por razões econômicas, essencialmente.

A dinâmica demográfica cubana é marcada pelo componente emigratório o que continua a contrair a capacidade de crescimento da sua população (RODRIGUEZ; ALBIZU-CAMPOS, 2015), padrão que se reproduz nos contextos estudados com a singularidade de uma tendência a engrossar a emigração interna através de processos de saída dos contextos rurais para as cidades.

A principal motivação para sair da localidade, segundo as narrativas das pessoas abordadas consiste na decisão de não reproduzir a pobreza vivida pelas gerações anteriores.

Mi madre lleva 20 años aquí y lo único que ha hecho con su vida es pasar trabajo... su suegra también... aunque era maestra mira la pobreza en la que viven... no tienen nada, trabajaron toda la vida ¿para qué?... es eso lo que da el campo... pobreza. (Lirio)

Entre as motivações para emigrar apontam:

La vida fuera del campo es otra cosa... tienes un médico cerca o puedes llegar a un Hospital si lo necesitas... (Narda)

El trabajo en el campo no es vida... siembras para mejorar la comida, para poder comer algo... y los ladrones te lo llevan... si no puedes tener ni eso, no tiene sentido pasar tanto trabajo metido aquí... (Miguel)

Aquí no puedes ni ejercer lo que estudiaste... lo único que hay es trabajo, el trabajo no se acaba nunca... ni un cine, ni una fiesta...NADA. (Lirio)

Nas narrativas colocadas pode ser apreciada a percepção que prevalece sobre a vida em um contexto rural marcado por precariedades e privações que levam a perceber as dinâmicas cotidianas como a “não vida” ou a vida “*invivable*” falada por Guevara (2020). Elías (2017) faz colocações nesta linha de análise; para a autora “*Lo rural aún es percibido como lo aislado, lo atrasado, lo despoblado, en definitiva ‘lo ilegítimo para vivir’; y la vida en la ciudad es lo deseable para la mayoría de la población, pues se asocia a la idea de progreso*” (p. 108). Em abordagens sobre as percepções do rural e o urbano, Cruz (2006) conclui que “*Se construye la imagen en torno a lo urbano como ‘la tierra de las posibilidades’*” (p. 213).

Elías (2017) faz referência à pesquisa desenvolvida por Martín et al. (2010), que identificaram os fatores que favoreciam a emigração dos contextos rurais para a cidade e da falta de interesse pelo trabalho na agricultura. Os resultados da pesquisa constataram a forte percepção das pessoas jovens sobre a falta de reconhecimento e valorização do trabalho nesses espaços. O estudo revelava também como essa infra valorização do trabalho agropecuário era projetada pelos principais espaços de socialização como a escola e a família, além da mídia e dos funcionários do governo. A respeito da família, a pesquisa desvenda como ela reproduz, no contexto de estudo, sua incidência no desestímulo para a permanência no meio rural. O fato tem expressões semelhantes em outros contextos estudados como nas pesquisas de Cruz (2006) no rural da Espanha e por Aguiar e Stropasolas (2010) na ruralidade brasileira.

Nas suas análises Cruz (2006) aponta que “*Las madres en el medio rural, descontentas con su propia situación personal, empujan a las hijas a buscar un futuro diferente en las ciudades, con una mayor valorización social*” (p. 23). Questões análogas são desvendadas nas narrativas que trazem, com força, a figura da mãe incitando para o abandono do espaço.

Mi hijo se tiene que ir de aquí... ya la mujer está en Maceo, él tiene que irse también. (Clavel)

Yo quiero que mi hija y mi nieto se vayan lejos de aquí... tengo que sacarlos de aquí... ahorita el niño comienza la escuela y hay que ir hasta El Cocal... eso es una locura. (Violeta)

Yo quiero llevarme mi familia, aunque sea para vivir debajo de una alcantarilla. Estoy aquí por necesidad hace tres años ... no quería volver ... y quiero salir de aquí para cualquier lugar ... para Buenaventura ... no sé ... un lugar donde haya trabajo y mi hijo tenga una escuela cerca ... (Lirio)

Mi hijo está aquí por mí... cuidándome... pero en algún momento tiene que irse...yo quiero que él tenga otra vida... (Amapola)

Essas passagens reforçam a centralidade da figura materna, o que foi assentado em momentos anteriores do texto. Referindo-se à mulher mais jovem do bairro uns dos interlocutores observou “*yo no sé cómo ella ha aguantado tanto aquí... ella tiene que irse... aquí no hay vida y ella es muy joven*” (Antonio).

O foco na emigração como alternativa na projeção do futuro, a curto e longo prazo, nas experiências abordadas, têm pontos em comum com estudos desenvolvidos em Cupey: “*Las proyecciones de su futuro inmediato hablan de abandonar estos espacios, lo cual se verifica en sus discursos: ‘pienso que mi vida tiene sentido en otro lugar’ (mujer, 46 años); ‘lamento que la juventud y los niños no tienen futuro aquí’ (mujer, 68 años)*” (PUPO VEGA, 2017, p. 239.)

As abordagens de contextos brasileiros permitiram a Stropassolas (2014) concluir que “por não visualizar mudanças na sua condição social, parcela expressiva da juventude vem recusando reproduzir a profissão de agricultor(a), sobretudo, as moças trabalhar no campo” (p. 180). Situações análogas são corroboradas nas pesquisas desenvolvidas em espaços rurais holguineros por Guevara (2020):

Las más jóvenes con mayor nivel educativo optaron por abandonar el mundo rural, ellas tienen en sí ventajas comparativas para insertarse en la estructura del empleo y el modo de vida urbano, a veces se compra un espacio en los bolsones de la periferia o se vive en casa de familiares. (s/p).

Para Cruz (2006), “*posiblemente una mayor dificultad para romper con los moldes tradicionales de los papeles sociales atribuidos a las mujeres en el medio rural, donde el control social es más masivo y efectivo, ha hecho que muchas de ellas buscasen una alternativa en la emigración*” (p. 23).

As narrativas apresentam o contexto a partir das limitações para satisfazer as necessidades da sua população, fato que justifica, muitas vezes, a emigração para outros espaços.

Aquí no hay nada... para todo tienes que ir a Maceo... una tienda con lo poco que llega porque ni jabón, ni pasta dental, ni detergente, ningún producto liberado puedes comprar... para comprar carne tienes que ir a Maceo... (Camelia)

[...] y gracias que tenemos esa electricidad... porque por lo menos nos da para cinco bombillos y la televisión... pero no podemos conservar los alimentos... hay

otros paneles más potentes, pero esos fueron los que nos tocaron... ¿dígame si eso no es tener mala suerte? (Narda)

Yo hice esa tienda... soy la única mujer con salario en el barrio... pero si no es así no se hace nada... al menos tenemos esa tienda y algo vendemos... (Violeta)

Das pesquisas desenvolvidas por Guevara (2020) em espaços de reconversão da indústria açucareira, chegam estas vozes:

El Central y la producción de azúcar era la principal fuente de empleo, la gente fue saliendo, vendían lo poco que tenían para irse a Holguín, Freyre o a cualquier otro lugar. Era un sentimiento de malestar (Clara, 53, años, 25 febrero)

Hay comunidades de mi Consejo en las que se ha ido el 50% de su población, te estoy hablando de Alta Gracia, allí quedan 107 viviendas. Sólo en mi CDR¹²¹ entre 2006 y 2008 se han ido unas noventa personas. Las personas se van y siguen comprando sus víveres aquí y pueden pasar años en esa situación, por lo que las estadísticas municipales las siguen considerando, pero nosotros que estamos aquí sabemos quiénes se han ido, cada uno de nosotros tiene familiares que ya no están y que hoy viven en Ciego de Ávila, La Habana, en Holguín e incluso en Cauto Cristo (Presidente del CP de Limoncito, Cacocum).

Fue interesante comprobar que en la periferia de la ciudad de Holguín fueron apareciendo barrios informales en crecimiento descontrolado, donde pudimos comprobar que más del 80% de su población venía de espacios en reconversión, asimismo, constatamos la desaparición de pequeños asentamientos y de algunos en proceso de extinción. Por ejemplo, en Maceo 'La Sucursal', 'Cupey' hoy están en proceso de extinción y asentamientos pequeños han desaparecido. En el municipio Cacocum, comunidades como 'Tauler', 'Quemadito', 'Jobal', 'Santa Inés', 'Colorao', 'Trinidad'. Las personas se han ido para Holguín, Ciego de Ávila, Sancti Spiritus. Las personas vienen a trabajar a Holguín en servicios de salud, en servicios domésticos, como guardias en SEPRO¹²²...y los estudiantes viajan todos los días...es un flujo diario de personas... (Clara, 25 febrero)

Como espacio para la vida Maceo es hoy peor que antes de la reconversión agroazucarera, perdió interés económico y social como espacio de vida. Los mínimos vitales se redujeron, así como las capacidades del espacio local para reproducir y satisfacer las necesidades [...] (V, 28/02/2018) (s/p).

Em minha pesquisa não é possível abordar a juventude como categoria analítica, dado que o grupo etário está representado apenas por duas pessoas, uma mulher jovem de 22 anos e um homem de 27. No caso do homem jovem, ele se reconhece como ajudante do seu pai na atividade agrícola e não declara renda; no entanto a jovem, com estudos técnicos, está desempregada.

Essa linha da pesquisa alerta para o gritante vácuo de estudos da juventude rural falado por Elías (2017):

¹²¹ *Comité de Defensa de la Revolución*, organização de massas criada a nível de bairro.

¹²² Empresa de Segurança e Proteção em Cuba.

[...] de los análisis que tienen como objeto de estudio a la población residente en zonas rurales, son muy escasos los que se centran en los jóvenes, lo que denota la falta de interés por conocer y reconocer sus preocupaciones, expectativas, necesidades, niveles de participación y rasgos identitarios, entre otros (p. 112).

A autora coloca uma interessante observação a respeito do fenômeno migratório:

Las zonas rurales continúan caracterizándose por fuertes flujos migratorios, población con los menores niveles de educación y calificación, y con los más bajos niveles de acceso a los servicios de electrificación, agua potable y transportación, entre otras desventajas sociales. Como consecuencia, con mayor o menor fuerza de expresión, según la diversidad de territorios, la población más joven, capacitada y con mayores expectativas de progreso se ha seguido desplazando hacia zonas urbanas con otras posibilidades de desarrollo. (ELÍAS, 2017, p. 101).

Nas suas reflexões teóricas Wanderley (2009) aponta para as causas das noções sobre o urbano: “Esta visão de uma urbanização homogeneizadora beneficia-se largamente da ideologia então dominante, que vê a cidade como fonte de civilização e de difusão desta para o conjunto da sociedade e mesmo como o único ‘espaço em progresso’” (p. 243). As pesquisas de Stropasolas (2006); Aguiar e Stropassolas (2010) e Herrera (2019) constataam essas visões, assim como expressado na colocação seguinte:

Migrar para a cidade pode significar a libertação de um futuro indesejado no meio rural e a opção pelos estudos pode modificar a condição de inferioridade associada ao status de agricultora. Apesar de as famílias valorizarem os estudos, consideram que se for para permanecer na agricultura não há a necessidade de estudar (HERRERA, 2019, p. 121).

Colocando o foco de preocupação no envelhecimento das populações nas áreas de expulsão e suas consequências, Dirven (1995, 2003, 2016) destaca o abandono dos jovens com aspirações de permanência nas zonas rurais; alerta para a necessidade de valorização das potencialidades que representam e da necessária inserção dos jovens na formulação de políticas e espaços de participação na vida política e comunitária; refere-se à necessidade de melhorar o mercado do setor rural para otimizar a produção das unidades agrícolas; analisa como as condições de vida no setor agrícola pouco avançaram e a autoestima do produtor agrícola se deteriorou, fatores que levam os jovens a abandoná-la na expectativa de encontrar um futuro melhor fora da atividade agrícola.

As experiências das pessoas foram configuradas a partir dos relacionamentos com um espaço que não satisfaz as necessidades mais básicas nem as expectativas de melhoras, assim como as vozes nos falam:

Todo el mundo se va... para cualquier lugar... para Brisas de Yareyal, Maceo, Mayarí... al menos les va bien saliendo de aquí... (Flor)

Nosotros no nos vamos porque tenemos un conuco¹²³ y ahí vamos viviendo... (José)

Mira mi cuñada, se fue para Maceo con los hijos... pienso que ella no regrese... es difícil acostumbrarse a la miseria... (Violeta)

La mayoría de las personas se han ido, eso quiere decir que eso está malo... (homem residente em Maceo)

No Grupo de discussão reforçou-se a associação da emigração a partir de como o espaço é percebido, como um espaço de fuga; o espaço constitui-se como causa da emigração por conta das privações que este impõe às dinâmicas cotidianas traduzidas numa compreensão de pobreza. Neste caso, a emigração resulta de um conjunto de relações estabelecidas entre os espaços vividos em que o rural é percebido como a negação de outros espaços. As elaborações das pessoas apontam para a emigração como alternativa possível para melhorar as condições de vida diante da convicção da não ocorrência de mudanças. Embora a maioria expresse a aspiração de emigrar, uma maior estruturação desse desejo é percebida na mais jovem das mulheres, enquanto as outras, apesar de terem pensado no assunto em algum momento das suas vidas, na atualidade vêm nele uma alternativa fora de seu alcance, delegando-a ao “outro” – então filhos e filhas são incitadas/os a emigrar, aspecto desvendado nas entrevistas narrativas. Algumas colocações que permitiram essas análises foram:

Yo quiero irme, con toda mi familia, mi hijo tiene que estudiar y yo necesito trabajar...para cualquier lugar me iría... en cualquier lugar se vive mejor que aquí... (Lirio)

Nosotros volvimos para acá cuando empezó el Periodo Especial... pero mi hijo tiene que irse... él solo está aquí por mí porque esto no le gusta nada, pasa mucho trabajo para todo... hasta para ir a ver a la mujer... (Amapola)

Aquí todo el mundo es trabajador... no merecemos vivir así... la gente que trabaja en otro lugar ve los resultados, pero aquí nada cambia... (Jazmín)

[...] eso mismo de no tener escuela y los padres llevando a los niños para la casa de los familiares en Maceo o El Cocal... ya eso disgustó mucho a la gente ... muchos se fueron ... ahora queda una niña nada más estudiando ... y otro que está chiquitico... pero eso es muy duro... (Flor)

Nas vozes das pessoas mais idosas do bairro são frequentes os desabafos para referir sua insatisfação de morar no lugar, mas não tem um projeto de vida estruturado que lhes permita emigrar. Trata-se de pessoas que tem algum patrimônio que garanta sua estância no lugar como uma moradia segura, um pedaço de terra, um emprego ou a aposentadoria. Alguns

¹²³ Pedaço de terra destinada para uma pequena produção, de autoconsumo, fundamentalmente.

dos elementos que impedem a concretização dos planos para emigrar envolvem a falta de retaguarda financeira, as dificuldades na implementação de estratégias para se encaixar em outros espaços, os baixos níveis de qualificação e a idade para procurar emprego.

Um outro elemento colocado nas narrativas que reforça as dificuldades da vida rural envolve o trabalho na agricultura, considerado a partir de seus atributos negativos. Nesse sentido as vozes trouxeram:

¿Quién quiere trabajar en la agricultura? Nadie... es más fácil robar lo que otros sembraron... porque tiene la cara fea trabajar en el campo... (Flor)

El trabajo con los animales es duro, te aísla, te embrutece, porque exige fuerza... desde que Dios amanece hasta que oscurece solo con las vacas, ordeñándolas, pendiente de ellas... uno gana su dinerito, pero no compensa tanto trabajo... no descansas nunca. (Pedro)

Pode ser observado que tanto as mulheres quanto os homens tendem a considerar o trabalho no campo como pouco valorizado, embrutecedor e desgastante; estas percepções envolvem também uma desvalorização do rural e uma visão ilusória do urbano. Um outro elemento que destaca resulta do fato de perceber que é um trabalho que exige muito sacrifício e que não retorna, de alguma maneira, essa dedicação. As mulheres percebem o trabalho como esgotador devido à simultaneidade no desenvolvimento de atividades de diferentes conteúdos e à sobrecarga que assumem diante da combinação dessas atividades das que se consideram responsáveis. Elas compreendem também que o trabalho não dá resultados para compensar tanto esforço, além da precarização que a falta de recursos impõe. São reiteradas as expressões tanto de homens quanto de mulheres para se referir aos obstáculos para desenvolver o trabalho, a respeito consideram que:

Es un trabajo no compensado porque se pasa mucho trabajo para lograr algo, usted pasa trabajo para trabajar... y eso es el colmo. (Narda)

Hay mucha escasez de todo lo que se necesita, tienes que estar inventando siempre porque no tienes una soga, o un clavo... no tienes nada. (Alberto)

No referente ao predomínio no imaginário social das associações negativas ao respeito do trabalho na agricultura, foram apresentados por Cruz (2006) resultados similares:

Se puede constatar la imagen de lo agrario asociada al sacrificio, a la dureza del trabajo y la desvalorización de la actividad agraria [...]. Independientemente el grupo al que pertenecen, el discurso sobre las labores y las personas del campo está marcado por las representaciones negativas y de rechazo social, aun siendo ellas

mismas provenientes de familias agricultoras y ganaderas, o por eso mismo. (p. 195).

Um outro elemento referido é a incerteza nos resultados do trabalho na agricultura por causa das variáveis climáticas, epidemias ou outros fatores sobre os quais os agricultores não têm controle.

El trabajo en el campo es permanente, ingrato a veces... porque nunca sabes si lo que se sembró va a rendir o viene un ciclón y se lo lleva... (Camelia)

Igual tienes todo preparado y viene un ciclón y te quedas sin nada... o los periodos de seca... bueno en estos días fueron las lluvias... es que nunca sabes. (Jesús)

Em recente estudo sobre projetos de vida da juventude rural no Brasil e na Espanha, Cruz e Souza (2020) constataram similitudes nas percepções do rural como “*un lugar de dificultades de todo tipo*”. Os autores também desvendaram a presença de um simbolismo de gênero nas entrevistas tendo em conta que as pessoas jovens consideravam que os homens tinham mais condições de desenvolver atividades agrícolas por ser “pesadas”.

Nas narrativas se constata as percepções sobre o trabalho na agricultura e os valores materiais e simbólicos que este envolve. Não apenas é reconhecida a dimensão monetária associada ao trabalho, embora tenha um peso importante, mas se reconhecem outras opções de emprego mais bem avaliados e remunerados do que o trabalho agrícola e o fato da tradição familiar como uma limitante:

En otros lugares encuentras empleos que son mejor pagados que el trabajo en el campo... pero aquí no tenemos opción. (Camelia)

[...] uno ha querido seguir en la finca, pero no vale la pena, hay mucho robo y usted trabaja para los ladrones, te roban los animales, las viandas, a veces aun sin estar listas para comer... no puedes dormir velando a los ladrones y ellos velándote a ti. (Luis)

No bairro objeto de estudo, a maioria das famílias não têm sucessores para o trabalho tanto nas atividades agrícolas quanto nas do gado. Apenas em duas casas, pessoas jovens trabalham na agricultura, reconhecendo-se como ajudantes dos pais que trabalham para a Cooperativa, já seja como camponês proprietário de terras ou sem propriedade. Dois homens se autodeclararam trabalhadores independentes, uns deles como camponês de 67 anos e outro de 50 anos que é contratado irregularmente por outros camponeses. Os homens que integram a CCS têm 47, 64 e 70 anos respectivamente. Na comercialização do leite se empregam três homens, uns deles aposentado de 68 anos e outros dois, técnicos em Agronomia, com 44 e 42

anos respetivamente; o mais velho deles não tem mostrado motivação por emigrar entanto consegue garantir para sua família uma agricultura de subsistência. A esse respeito, argumenta “*Nosotros no nos vamos porque tenemos un conuco y ahí vamos viviendo*”, embora o mais novo esteja sendo incentivado a emigrar para se reunir com sua família em Maceo, que emigrou antes para garantir a continuidade de estudos da filha de 13 anos, que cursa o nível médio, e do filho de 17 anos, que estuda Radiografia.

As análises e dados colocados nos parágrafos anteriores apontam tendenciosamente para duas problemáticas fundamentais: o envelhecimento da população residente e a sucessão das atividades agropecuária, fontes de renda principais. O tema da sucessão rural foi também definido como uma problemática por Stropasolas (2006) e Herrera (2019) nas pesquisas desenvolvidas no Brasil.

A respeito dessas tendências no bairro uma das mulheres entrevistadas advertiu: “*Hay que ver alguna manera de mejorar... tener otra vida... porque todo el mundo no se puede ir para la ciudad...*” (Amapola).

A emigração envolve as avaliações positivas dos contextos escolhidos pelas pessoas que já se foram, o que favorece a percepção de constituir-se na melhor estratégia, tal como evidencia a narrativa a seguir. “*La gente se va para cualquier lugar... y les va mejor... claro que les va mejor... en cualquier lugar se vive mejor que aquí...*” (Vilma).

4.5 – A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE A NOÇÃO DE PRIVAÇÕES MÚLTIPLAS

La cooperativa pasa hasta tres meses sin pagar... y el que no tiene otra entrada, como nosotros, ¿qué se hace? ... arreglárselas como pueda. (Narda)

No tenemos camino, no tenemos vida, porque el camino permite tener posibilidades que para nosotros son bien difíciles... (Amapola)

No tenemos luz, ni camino y hace meses cocinamos con leña... (Camelia)

Para poder estudiar te tienes que ir de aquí... y si luego tienes que regresar... aquí no tienes donde trabajar... tienes que irte de nuevo... pero para siempre... (Lirio)

Aquí no hay ni un sobador¹²⁴ para cualquier cosa tienes que ir a Limoncito... (Violeta)

No puede haber nada peor para vivir que aquello... (homem residente em Maceo)

¹²⁴ Pessoa que mediante massagens ou estímulos em determinados pontos do corpo, resolve ou alivia doenças digestivas.

As narrativas colocadas apresentam uma complexa tapeçaria, mostrando a superposição de dimensões que tornam a vida precária e configuram condições de pobreza. Entre as questões analisadas como pouco exploradas nos estudos de pobreza a partir de análises multidimensionais, Ferreira e Cordeiro (2016) referem-se aos limitados esforços “em avaliar as inter-relações entre tais dimensões de forma conjunta” (p. 538). Os autores argumentam:

Embora sofram com carências semelhantes, a pobreza em espaços rurais e urbanos apresentam algumas peculiaridades. No ambiente rural, fatores como o acesso à terra, água, serviços básicos de saúde e educação, formação da renda, etc, são vistos como responsáveis diretos pelo estado de privação. No cenário urbano, dada a maior oferta de serviços e oportunidade de negócios, tais fatores não seriam a questão central. (p. 359).

A partir das abordagens do contexto, Guevara (2020) assinala que “*el deterioro de los servicios públicos hacía la vida invivible en antiguos espacios azucareros. Se trata del agua, el transporte, los servicios de salud...etc*” (s/p).

4.5.1 – ESCOLARIDADE

No que refere à escolaridade, as análises serão focadas em duas direções: a escolaridade das pessoas que moram no bairro e as possibilidades ou as privações das crianças e pessoas jovens para continuar estudos e conseguir altos níveis de capacitação.

O intencionado foco nas mulheres rurais na pesquisa me conduz a olhares agudos a respeito da situação delas neste âmbito no qual Cuba mostra uma feminização do ensino superior, em concordância com a tendência contemporânea mundial, segundo Mayra Tejuca (2020). A autora analisa que “*el alto nivel de incorporación de las mujeres en el nivel terciario en Cuba puede ser, en parte, resultado de la expansión de las redes de enseñanza y de un cambio cultural y de mentalidad en cuanto a la participación de la mujer en la sociedad*” (p. 9), mas no artigo, não são colocados dados em que os contextos rurais sejam refletidos.

Nesta pesquisa, tento levantar um ponto crítico no que diz respeito à queda da expansão das redes de ensino e sua precária inclusão das populações rurais, especialmente das mulheres que respondem a normas sociais que as restringem à família e ao lar. Os dados obtidos nas entrevistas permitem concluir que 41% da população adulta do bairro mostra um

nível de escolaridade fundamental, discretamente inferior nas mulheres, enquanto a metade delas têm vencida apenas a sexta série.

A partir de dados do PNUD (2016), Tejuca (2020) assinala que “*En Cuba los años promedio de escolaridad para las mujeres alcanzan los 11,5 años, dato ligeramente inferior al promedio nacional, de 11, 8 años*” (p. 9). Se comparados com os dados nacionais, tanto as mulheres quanto os homens do contexto estudado têm uma escolaridade muito inferior à média do país.

Se analisarmos a idade das mulheres da pesquisa pode ser constatado que, a maioria, mostra uma média de 48 anos, ou seja, nasceram na década dos setenta. A maior parte das mulheres adultas abandonaram, prematuramente, os estudos por causa de matrimônios também precoces. Apenas uma mulher tem completa a nona série e duas delas chegaram a graduar-se como Técnicos Médios; uma delas, já aposentada, cursou estudos no nível médio como Professora de ensino fundamental; a outra mulher, com 22 anos, é Técnico Médio em Gastronomia, ainda sem exercer o ofício e sem renda, no momento da pesquisa. Exclusivamente uma mulher é universitária, e exerceu como Professora do nível fundamental e agora, com 64 anos, encontra-se aposentada. Em um período de 40 anos pode-se inferir que nenhuma pessoa do bairro obteve diploma universitário.

Por sua parte, 18 % dos homens exibem a sexta série vencida, o seja, um nível fundamental de escolaridade, incluindo o jovem de 17 anos que interrompeu estudos para ajudar seu pai na agricultura; três homens chegaram até a nona série e apenas um deles alcançou o ensino médio completo, que na atualidade com 27 anos, ajuda seu pai na agricultura. Três homens graduaram-se como Técnicos Médios, dois em Agronomia e um deles como Professor do nível fundamental, esse último já aposentado.

A respeito das escolhas dos perfis estudados pode-se constatar que duas mulheres se decidiram pelo magistério, o que responde ao padrão tradicional da feminização dessa profissão, mas um dos homens estudou e exerceu como professor, quebrando esse padrão. No caso de estudos vinculados com as atividades agrícolas, foram apenas homens que optaram por eles, reforçando o imaginário de ser uma atividade masculina. A mais jovem das mulheres optou por estudos vinculados à Gastronomia em o município *Rafael Freyre*, com preferências pelo setor turístico e projeta sua vida longe da localidade. Ao analisar as pessoas mais jovens do bairro, uma mulher de 22 anos e dois homens de 27 e 17 anos, poderíamos pensar no capital humano perdido. Nestas análises pode ser ilustrativo o caso de um jovem de 19 anos que estava estudando Radiologia no Centro Urbano de Maceo, o que constituiu o motivo do deslocamento de sua família para a casa do tio materno nessa localidade. No longo prazo não

faria sentido retornar ao bairro, segundo a família, já que não haveria lugar para exercer a profissão ou outras fontes de emprego atraentes: “*El niño ya se quedará por Maceo o irá para otro lugar...o para Holguín para seguir estudiando... aquí volver ... ¿para qué?... no tiene sentido*” (Clavel).

A partir das narrativas inferem-se as dificuldades para dar continuidade aos estudos, pelo fato de ser um bairro afastado e sem a infraestrutura básica de instituições de ensino. As estratégias individuais a serem implementadas diante da motivação pelos estudos, tanto médios quanto superiores, requer o respaldo financeiro para permanecer em internatos no centro urbano de Maceo, em Holguín ou em outros contextos com instituições educativas. Uma outra alternativa seria deslocar-se até a casa de familiares que moram nesses espaços, como foi exposto anteriormente.

A desvalorização outorgada à capacitação pela não correspondência desta com os níveis de vida desejados, ou a imposição de emigrar na procura de oportunidades para exercer os estudos desenvolvidos foram elementos referidos pelas pessoas abordadas. Em relação à perda de valor dos estudos universitários na população cubana, nas últimas décadas, Tejuca (2020) observa:

La década de los noventa se acompañó de una aguda crisis económica que afectó todas las esferas de la vida del país, al tiempo que se devaluaba la educación superior como estrategia de movilidad social. Como resultado, se mantuvo una baja cobertura universitaria a lo largo del último decenio del siglo XX. (p. 5).

Para se referir à sua experiência a respeito dos estudos, Lírio narra seus deslocamentos. Para se incorporar no ensino fundamental, ela se mudou para a casa de uma das suas tias que morava no centro urbano de Maceo. Essa primeira experiência de afastar-se da mãe é considerada por ela como muito precoce e lembra o fato com nostalgia. “*Yo hubiera preferido vivir con mi mamá, pero sabía que tenía que estudiar y prepararme... le eché mucho de menos... era una niña todavía*”.

Lírio desenvolveu os estudos do ensino médio em uma Escuela de Secundaria Básica de Escuela al Campo (ESBEC), em “Sabanazo”, uma localidade do município Calixto García contíguo de Cacocum, que requeria estar na modalidade de internato. Sobre o período argumenta: “*Fue criminal*¹²⁵ ... *tres años terribles. ¿lo peor?* [ela repete a minha pergunta, e responde sem demora] *la convivencia... la alimentación... no quiero ni hablar sobre esa etapa*”.

¹²⁵ O termo é usado para definir uma experiência marcadamente negativa, não necessariamente envolve o significado de criminoso.

Ao concluir a nona série, Lírio começou estudar Serviços Gastronômicos para o Turismo, na modalidade de internato, bem comum em Cuba, durante três anos e meio, em Rafael Freyre¹²⁶, município com forte desenvolvimento do setor turístico. Ela desenvolveu suas práticas em Don Lino, uma instalação turística da localidade.

Posteriormente, se casou e foi morar na cidade de Holguín com seu marido. Tempo depois, separada e grávida precisou retornar a Cayo Alto. A esse respeito aponta:

Hace tres años que regresé porque no tuve más remedio... no hubiera querido regresar nunca... no tenía cómo quedarme en Holguín ni cómo pagar un alquiler, porque los precios son altos, al menos para mí... estoy aquí por necesidad porque yo no quería volver... y quiero salir de aquí para cualquier lugar... para Buenaventura¹²⁷ ... no sé... un lugar donde haya trabajo... porque ¿para qué estudié? ... ¿para enterrarme en este lugar?... tengo que irme para donde mi hijo tenga una escuela cerca.

Algumas das vozes trazem suas experiências sobre as consequências do fechamento da escola do bairro.

[N]os pasaron a maestros y alumnos para “El Cocal” ...durante dos cursos fui hasta allá para dar las clases... por potreros porque no hay caminos. (Clavel)

La niña ha ido desde el pre – escolar hasta sexto grado a la escuela que pusieron en “El Cocal” ... imagine que son cinco kilómetros rompiendo fango o matojo no por un camino normal... el padre la lleva. (Jazmín)

A mi hija tengo que sacarla de aquí... ahorita el niño comienza la escuela y hay que ir hasta El Cocal... eso es una locura... (Violeta).

Pesquisas desenvolvidas por Guevara (2020) no mesmo município trazem vozes como a seguinte: “*El pueblo se fue deteriorando, le quitaron todo, hasta el preuniversitario y los estudiantes tienen que viajar por caminos intransitables hasta cabecera municipal; muchos optan por viajar a Holguín...*” (Clara, 53, años, 25 febrero).

Elías (2017) percebe que, frequentemente, as escolas não valorizam suficientemente os contextos rurais, a vida urbana continua a ser colocada como referência (e indicador de sucesso), e incentiva-se o estudo de profissões alheias à dinâmica desses contextos. A cidade continua a representar o espaço das oportunidades de contato com outros acessos¹²⁸ e referências culturais e de serviços, de lazer e de tecnologia.

¹²⁶ A proximidade de um lugar não envolve sua acessibilidade por conta da precariedade dos caminhos e a escassez do transporte.

¹²⁷ A entrevistada refere-se ao município Calixto García, da província Holguín. Antigamente o município era chamado Buenaventura, nome com o qual ainda é nomeado.

¹²⁸Veja: PUPO VEGA, 2014.

Referindo-se ao município de Cacocum, Daniel Vela, entrevistado como especialista, argumenta:

El Centro Universitario Municipal (CUM) graduó demasiados abogados y psicólogos, llegando a tenerse disponible más de 10 por Consejo Popular. Además de estos, económicos, agrónomos e ingenieros industriales y agroindustriales. Muchos emigraron pero no la mayoría como algunas personas afirman. Yo soy del criterio que el perfil de los egresados era adecuado, "al modelo del Maceo deseado" pero la mala gestión pública provocó el fracaso y parte de la migración de profesionales. Si se hubiera logrado el arreglo productivo que incluía el 'polígono productivo' agro-industrial que se gestó con HEGOA, muy pocos sobran, pues la estrategia estaba clara. Los números no los tengo. (outubro de 2019).

Vela é especialista em Desenvolvimento Local, e nas suas colocações enfatiza o fato de que a projeção dos estudos universitários, em Maceo, respondem ao modelo desejado que posteriormente fracassou pela deficiente gestão pública.

De forma geral foi constatado que a população estudada nesta pesquisa exibe níveis de escolaridade por baixo da média do país. Resulta expressiva a prevalência desses níveis de escolaridade no contexto, levando em consideração a gratuidade e universalidade da educação em Cuba, além de ser obrigatória até a nona série, o que motiva aprofundar nas causas da questão. Os dados incitam, também, a pensar em termos de políticas que impactem a precarização da inclusão aos processos educativos de diferentes níveis nos contextos rurais e (re)valorizem a importância da capacitação e a sua tradução em termos de mobilidade social e de qualidade de vida.

4.5.2 – A SAÚDE

A dimensão que alude à saúde foi um ponto que gerou tensões nos vários momentos em que o tema foi levantado, e foi perceptível o mal-estar e as emoções negativas envolvidas nas experiências diante da necessidade de atenção médica, permitindo-me asseverar que resulta um dos elementos mais sensíveis para a população.

De um jeito um pouco anedótico, Lírio narra como diante de uma emergência durante sua gravidez, a Secretaria do Partido¹²⁹, no carro do organismo político trasladou-a para o Hogar Materno¹³⁰ em Holguín. Na narrativa percebe-se a porosidade que atravessa essas relações a partir da troca e desdobramentos de funções e significados. O carro, meio de transporte da instituição política, torna-se por vezes uma ambulância e uma alternativa de

¹²⁹ Cuba tem um único Partido, as pessoas falam do Partido para se referir ao Partido Comunista de Cuba (PCC).

¹³⁰ A Casa Materna é uma instituição pública de saúde que acolhe mulheres que apresentam sintomas ou patologias, durante a gravidez ou após o parto, que coloquem em risco a saúde materna e do recém-nascido.

salvação diante das incertezas, enquanto a Secretaria do Partido conhecida pela sua gestão pública impõe, real e/ou simbolicamente, hierarquias e distanciamentos, e ganha presença na privacidade do lar tornando-se a mão que socorre.

As experiências vinculadas com instituições de saúde estão marcadas por sentimentos de inseguranças e incertezas. Algumas das vozes compartilham as experiências seguintes:

Mientras estás bien de salud no hay problemas, pero cuando te enfermas... ahí sí se pone fea la cosa... ir hasta El Cocal, no solo lo lejos porque si vamos a ver ni es tan lejos pero es mucho el trabajo para llegar allá y puedes que llegues y el médico no esté o lo que le pasó a nuestra vecina, que es diabética y fue en bueyes hasta allá y no la atendió porque se le habían mojado las recetas ... él vive allí en Cupey... después vino a verla, no era una urgencia, menos mal. (Clavel)

Si te mandan un medicamento hay que ir a Maceo a comprarlo... va y te pones de suerte y hasta hay... sino a ver dónde lo encuentras y cómo... (Narda)

Aquí la ambulancia nunca ha entrado... nos hace falta un helicóptero... ahorita no podemos salir por el marabú... (Jazmín)

Atualmente as principais preocupações de Lírio estão associadas à saúde de seu filho e às dificuldades para sair da localidade até a instituição pediátrica da Província. Neste sentido compartilha seus temores:

El niño ya tiene un diagnóstico y tengo que llevarlo al Pediátrico para que lo atiendan... si es una consulta ya uno se planifica y va, mi miedo es que necesite salir con él por algo urgente... te demoras mucho en la volante o a caballo, el camino hace que te demores mucho porque está muy malo...ese es mi mayor miedo... tengo que irme de aquí... (Lírio)

As narrativas desvelam que as mulheres tendem a outorgar prioridade às demandas e necessidades das outras pessoas que estão sobre seus cuidados em detrimento das suas demandas próprias, o que responde a sua construção como seres que cuidam de outros, sendo o trabalho de cuidados central nas suas dinâmicas de vida (HERRERA, 2019). Lagarde (1993) reflete sobre essa priorização que as mulheres outorgam a uma outra pessoa e considera opressiva essa condição de gênero que compreende o sujeito feminino a partir das suas carências e renúncias e da sua capacidade de grandes sacrifícios com o objetivo de consumir sua dedicação às outras pessoas. As abordagens de Miosottis Font (2013) sobre a saúde com foco nas desigualdades de gênero envolvem o assunto.

La mujer socializada como un ser para otros y no para sí descuida su salud, en el sentido de que es capaz de postergar el cuidado de sí misma [...] podría decirse que la mujer [...] posterga su atención a un nivel especializado, pues siempre “los

otros” antes que ella, y si acude a recibir atención es por el hecho de que debe recuperarse para poder atender a los que dependen de ella. (p. 156 - 157).

As vozes seguintes trazem experiências que refletem o anteriormente colocado.

Hace dos años me caí del caballo, además del golpe por poco me ahogo en el hoyo que se hace del fango... si voy al médico me ponen un yeso, pero no fui... era tan difícil... después el médico me vio y ya se quedó el hueso montado... uno se deja con esas cosas de la salud ... pero con el niño si corremos... (Violeta).

Hemos buscado turnos médicos para el niño, pero con nosotros no nos preocupamos tanto... él es lo más importante. (Lírio).

Essa vida vivida que as narrativas trazem projetam a fragilidade a que as pessoas estão expostas. A vulnerabilidade é evidente não só pelo fato da população não possuir posto de saúde no bairro ou nas suas redondezas, mas também pela ausência de outras estratégias que garantam uma atenção médica oportuna em casos de emergências médicas como pode ser a disponibilidade de um meio de transporte que possa auxiliá-los até o posto de saúde mais próximo, mas essas circunstâncias estão perpassadas por uma construção de gênero a partir da qual as mulheres indeferem sua saúde priorizando um/a outro/a e que também faz (in)visíveis ou mínimos seus mal-estares diante das suas famílias.

A percepção de desproteção que tem marcado e continua marcando a vida das pessoas entrevistadas desafia o paradigma de um sistema de saúde que exhibe, dentre de seus legados mais justos, o fato de ser público e gratuito. A inclusão precária ao sistema de saúde emerge como uma das dimensões que agudiza a pobreza no contexto reforçando a percepção de falta, de carência, de privação, que continua a povoar as suas vozes para referir-se ao cotidiano de suas vidas.

En agosto fui al médico y no tenía recetas porque se le habían mojado... fui en una carreta de bueyes y cada vez que cogía un bache el dolor era muy fuerte... llegué a la casa en un charco de sangre... pensé que me moría... al otro día se apareció el médico, parece que se quedó preocupado conmigo... pidió un caballo y vino a verme.... Pero yo sé que esto que tengo es malo... (Amapola).

Nesta linha de análise, as pesquisas desenvolvidas nas periferias mexicanas por Bayón (2015b) resultam um referente importante, pois constatam que “*Las experiencias, imágenes y representaciones del lugar difícilmente pueden ser entendidas fuera de una estructura de oportunidades marcadamente restringida y restrictiva, donde lo relevante no es sólo el acceso, sino la baja calidad de las mismas*” (p. 372).

Essa precarização do sistema de saúde induz o fato de depositar na família os cuidados especializados, os quais escapam das margens das funções a esta atribuída e geralmente recaem sobre as mulheres, recarregando as suas já saturadas dinâmicas no lar, assim como na experiência da Amapola:

Cuando mi marido enfermó y cayó en cama ahí si no había tiempo para nada... había que ayudarlo con todo... tenía más de noventa años, diarreas... no era cólera, quedó muy flojo, con sondas... era un problema malo en la próstata... había buena atención cuando aquello y el médico venía... el de 'El Cocal' o el de 'Cupey'... a caballo o en carretón... pero venían...y tuve que aprender a cambiar las sondas.
(Amapola)

Refletindo sobre as marcas que os cuidados depositam nas vidas femininas, Herrera (2019) faz referência ao fato de ser um trabalho aprendido que envolve um forte matiz de responsabilidade e moralidade. Neste sentido a autora observa:

[as mulheres] são impelidas a cuidarem de pessoas dependentes, pois esta é uma demanda que surge, muitas vezes, como uma necessidade inadiável [...] Elas se sentem moralmente responsáveis por cuidar, tanto de crianças pequenas, [...] ou dos idosos, o que quase sempre ocorre no cuidado com os sogros, de pessoas doentes em situação de dependência e, também, de plantas e de animais. Este é um trabalho que vai sendo aprendido conforme surgem as necessidades das pessoas (p. 156).

O tema foi corroborado em espaços rurais cubanos pesquisados por Ravenet, Pérez e Toledo (1989) quando referindo-se ao caso da mulher camponesa, em condições de vida afastada, apontam que *“Después de casada, Rosa fue a vivir a casa del suegro; allí se hizo cargo de la limpieza de la casa, que era muy grande, del cuidado de los enfermos, y de sus hijos. Dice de esa época: ‘fue una vida de mucha agonía’”* (p. 77)

Um outro aspecto interessante seria perpassar por um olhar de gênero esses cuidados dispensados às pessoas doentes, enquanto determinar quem precisa de cuidados pode ser esclarecedor das maneiras como as desigualdades são estruturadas e naturalizadas. No caso de a pessoa doente ser mulher, o panorama dos cuidados muda e passa a ser infravalorizado, limitando a possibilidade de receber atenção em paridade com os cuidados dedicados aos homens em circunstâncias similares, como o caso do marido da Amapola, para quem ela dispôs de seu tempo e dedicação, multiplicando e complexando sua jornada. Clavel compartilha sua experiência de modo sintético *“me operé en abril y vine para acá en mayo y ya comencé a cocinar con leña... las mujeres somos así... imagina esta casa sin mí, una hace falta aquí.”*. A narrativa tem matizes essencialistas sobre a dedicação das mulheres ao

trabalho doméstico tendo em conta que compreende essa disponibilidade para o trabalho como uma condição natural das mulheres. Similar resultado apresenta Herrera (2019):

A noção de obrigação com os afazeres domésticos está relacionada ao auto sacrifício na realização destas atividades, consideradas por elas como inerentes à condição de esposa, mãe e filha [...]. Através dos relatos conclui-se que elas têm uma visão essencialista do papel das mulheres, pois julgam que realizar as atividades domésticas significa nada mais que estar cumprindo com os seus papéis na família. (p. 154).

Um outro aspecto que destaca na pesquisa é a consideração, por parte das mulheres, de minimizar a importância de dispor de um tempo para serem cuidadas ou auto-cuidadas¹³¹, e ao fato de reconhecer-se como imprescindíveis para sua família, ambos os elementos respondem à construção da feminidade.

O uso de elementos comparativos nas narrativas continua apresentando as vantagens de outros contextos e remarcando a percepção de viver em piores condições. Essa construção dos outros espaços envolve, preferivelmente, os contextos urbanizados, a partir de percebê-los com maiores e melhores acessos e oportunidades para o cuidado da saúde.

Yo cuidé al viejo cuando se enfermó... hasta aprendí a inyectar... para mí fue terrible, me daba miedo que pasara algo y yo no supiera que hacer y se me muriera... en Maceo pasa algo y llegas al Policlínico, pero aquí... aquí se te muere... (Antonio)

Sobre o fato da família assumir os cuidados de pessoas doentes, apenas uma das dimensões dos cuidados, Teresa Lara¹³² (2018) aponta que “*Las actividades de cuidados de salud que se realizan en los hogares se han convertido en una acción adicional necesaria de los servicios de cuidados de salud*” (p. 198).

O panorama apresentado resultou muito similar em uma pesquisa desenvolvida em Cupey (PUPO VEGA, 2017), comunidade distante do Centro Urbano de Maceo por apenas catorze quilômetros. Alguns dos elementos desvendados a respeito da saúde foram:

¹³¹ Para Joan Tronto (2007), o autocuidado é definido como cuidado pessoal e refere-se àquele que a pessoa provê para si mesma. A autora coloca as referências da Kari Waerness (1990) que “faz a distinção entre dois tipos de cuidados: cuidado necessário e serviço pessoal. O cuidado necessário é o cuidado que uma pessoa não pode fornecer a si própria; isto é, requer o cuidado de outra pessoa. O serviço pessoal é o cuidado que alguém pode fornecer a si mesmo, mas escolhe não o fazer. A diferença não é sobre a perícia, mas sobre a capacidade que se tem em satisfazer necessidades específicas de alguém” (p. 291).

¹³² Lara (2018) coloca “*Un ejemplo de la contribución del trabajo no remunerado son las cirugías de mínimo acceso, que disminuyen la estada hospitalaria; sin embargo, los pacientes requieren de reposo en el hogar y apoyo familiar para garantizar su cura definitiva*” (p. 198)

En ocasiones han sido trasladadas al Policlínico de Maceo personas alcohólicas con signos de hipoglicemia, asociada a la subalimentación y en otras ocasiones con lesiones como consecuencia de episodios de violencia [...]. Se han dado casos de emergencias médicas que han requerido traslado hasta el Policlínico en tractores por el camino extremadamente deteriorado, en algunos casos han fallecido, necesiándose una asistencia más oportuna e inmediata. (p. 238).

Las motivaciones declaradas [para emigrar] se asocian a la búsqueda de mejores oportunidades y accesos a servicios económicos, sociales, culturales y con mucha fuerza a servicios de salud de calidad: “si te enfermas de noche no hay cómo salir de aquí, en Holguín a pie llegas a un Hospital” (mujer, 35 años, trabajadora de la salud). (p. 240)

Uma das vozes trazidas por Guevara (2020), a partir dos mergulhos científicos da pesquisadora em contextos rurais do município Cacocum, revela que:

Comenzamos a tener dificultades con el transporte, personas murieron por no poder salir del asentamiento, dependíamos para emergencias del transporte de la dirección del Central o incluso de karatas¹³³; las comunidades dependían del ferrocarril para transportar el agua potable y ahora hay dificultades; se comenzaron a robar ramales de las líneas que llevaban a comunidades distantes; otras obras quedaron sin terminar como el policlínico, parecía que Dios se olvidaba de nosotros. (Oropesa, 28 de febrero, 2018).

Mais uma vez é remarcado o espaço a partir das suas dimensões individuais, sociais, econômicas e políticas. A opacidade (SANTOS, 1994) do espaço incidindo na estruturação da pobreza a partir de como configura a vulnerabilidade das pessoas.

Neste sentido, os estragos à saúde identificados pelas pessoas são as más condições da maioria das moradas que apresentam o chão de terra, o teto de fibra deteriorada, as paredes de madeira e outros materiais envelhecidos, a precariedade e disfuncionalidade das suas estruturas (espaços destinados para cozinhar com lenha, para lavar, as latrinas rurais), os móveis escassos e deteriorados que não garantem uma adequada qualidade de vida (colchões desconfortáveis elaborados, frequentemente, com folhas de bananas) assim como a impossibilidade de usar aparelhos eletrodomésticos. Neste sentido algumas mulheres afirmam que, se tivessem eletricidade adequada, também não poderiam comprar os eletrodomésticos porque “*son muy caros y el dinerito da solo para comer malamente*” (Amapola).

Para melhor ilustrar, deixarei as próprias vozes das imagens falarem por si mesmas.

¹³³ Meio de transporte ferroviário utilizado para a mobilidade das comunidades rurais.

Fotografia 14 – Casas do bairro. Espaços interiores e exteriores.



Fonte: Ania Pupo Vega, Trabalho de campo outubro de 2019.

4.5.3 – PARTICIPAÇÃO

Uma outra dimensão da pobreza, desvelada nas narrativas, alude ao tema da participação. Para Laurent Thevoz (1999 apud GODBOUT, 1983), a participação ocorre em termos de transação, ou seja, como um *“Proceso de intercambio voluntario entre una organización pública que otorga un cierto poder de decisión a personas beneficiarias y las que acepten, en contra parte, un cierto grado de movilización a favor de la organización pública”* (p. 36).

As experiências das pessoas, neste sentido, tendem ao reconhecimento da sua receptividade das decisões tomadas em outros níveis, fato que aponta para a percepção de não ter poder de decisão. Embora existam mecanismos para a participação, como as Reuniões em que o Delegado da Circunscrição é responsável perante a comunidade, estes são percebidos como formais reduzindo-se, geralmente, a oferecer informações sobre as gestões empreendidas na solução (ou não) das demandas ou para dar a conhecer as decisões tomadas. O bairro, comunidade, segundo o Delegado *“tiene problemas que son históricos, como las malas condiciones del camino, la escuela, el consultorio, la electricidad”*.

Nas narrativas que envolvem a falta de sorte/azar, constata-se a comunidade como receptora e não gestora das decisões que a afeta diretamente. O fato de colocar ou não uma

sala de vídeo, um consultório médico ou realocar a escola em outro bairro, são decisões centralizadas em outros espaços de poder e à comunidade resta acatar a sua implementação.

[...] no nos hicieron el consultorio porque no llegábamos a 300 personas... (Laurel)

Cuando las Salas de vídeo pasó lo mismo que con el Consultorio.... No tocamos porque el barrio era pequeño... (Flor)

[...] cuando nos cerraron la escuela... porque sólo teníamos siete niños (Clavel)

[...] ¿y la electricidad? ... a inicios de este año nos pusieron los paneles solares... (Narda)

[...] cuando las balas de gas... se pensó que nos dieran... (Violeta)

Nos quitaron la escuela... (Amapola)

Na experiência das pessoas há um outro que outorga ou retira benefícios, assim são expressões comuns: “nos pusieron”, “nos dieran”, “no nos hicieron”, “no tocamos”, “nos quitaron”, “nos cerraron” cabendo apenas a reclamação ou a resignação das pessoas que ficam e a emigração de quem, muitas vezes pelos mesmos motivos, vai embora para outros contextos. Chama-me a atenção como nessa declarada sensação de perda, o poder que a outra pessoa tem para agir a respeito vai além das dimensões materiais e estruturais, o poder é outorgado também no âmbito do intangível, do afeto, do simbólico, da emoção, como é a esperança: “*la propia Secretaria del Partido nos quitó la esperanza... y eso es lo menos que debían quitarnos... la esperanza... nosotros que ya no teníamos nada... y tampoco esperanzas? [...]*” (Violeta).

A informação sobre as decisões já tomadas constitui no bairro o instrumento utilizado no âmbito da participação. Para Thevoz (1999), a informação entendida como “*Acción de una persona o de una institución de dar a conocer su opinión, su decisión, su propuesta sobre un tema preciso*” (p. 48), resulta o nível primário da participação. Nos termos abordados pelo autor da participação como transação, o ato de ceder poder das instituições, projeta-se na informação, apenas, no fato de oferecer dados ou decisões públicas, reduzindo-se a mobilização social a tomar conhecimento desses dados e decisões e, portanto, a legitimidade da decisão pública é mínima.

Para problematizar os argumentos anteriores refiro-me às referências de Pedro Demo (1996), que considera a participação como o exemplo mais elevado de qualidade democrática e como um processo a ser conquistado.

Participação é o processo histórico de conquista das condições de autodeterminação. Participação não pode ser dada, outorgada, imposta. Também nunca é suficiente, nem é prévia. Participação existe, se e enquanto for conquistada. Porque é processo, não produto acabado. Pela mesma razão é igualmente uma questão de educação de gerações. Não se implanta por decreto, nem é consequência automática de qualquer mudança econômica, porque tem densidade própria, embora nunca desvinculada da esfera da sobrevivência material (p. 97-98).

Em contraste com a participação limitada consegui registrar algumas experiências de resistências a partir de processos de organização da comunidade em reclamações dos direitos, em dois momentos diferentes. O primeiro deles é referido por uns dos interlocutores da pesquisa:

No había corriente ni camino... estaba todo muy abandonado, el barrio se negó a botar... en el 87 nos hicieron el camino, un terraplén que duró hasta el 92 más o menos... es que los tractores acabaron con todo... y ahora la gente criando y pastoreando, acaban con los caminos. (Pedro).

Uma outra experiência de resistência foi colocada na pesquisa desenvolvida em Cupey (PUPO VEGA, 2017) na qual revela-se:

Con la reorganización de los servicios de educación y salud, desaparece la escuela primaria en 2012 tributando el estudiantado a la escuela “El Cocal”, ubicada a ocho kilómetros del asentamiento. Inicialmente las familias se resistieron al cambio y a enviar a sus hijos e hijas a la escuela; en estos momentos se hizo una nueva escuela en Cupey, donde asisten estudiantes de educación primaria provenientes de “Cayo Alto” y “El Cocal”, los más a distantes a dos kilómetros de la escuela. (PUPO VEGA, 2017, p. 238)

Nas experiências percebe-se um nível de organização para responder questões que geram inconformidade na população, fatos que registram as potencialidades para empreender este tipo de gestão. Uma das experiências mais recentes fala sobre a conquista de ter uma loja para a venda de alimentos e outros produtos necessários, a respeito uma das interlocutoras asseverou: “*Yo hice esa tienda... si espero que la hagan no la tuviéramos...*”. Violeta refere-se à sua experiência com orgulho enquanto mostra as possibilidades de empreender ações a partir da tomada de decisões, as agências individuais e a vitalidade do bairro. Nesta linha, volto aos argumentos de Demo (1996), aderindo-me a eles no fato de entender a qualidade da participação no âmbito do ser, e não do ter, assim como na importância das potencialidades próprias, da autodeterminação e da criatividade.

As manifestações de mecanismos formais ou limitados para garantir a participação das pessoas na gestão pública de suas localidades reforça a dimensão política da pobreza, embora entenda que esta perpassa todas as dimensões se pensarmos que “A pobreza não é apenas uma

categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social” (SANTOS, 2009, p. 18).

Nas abordagens da pobreza política, Demo (1996, 2000) constitui-se em um referente importante, definindo-a como:

[A] dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado, para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses. Manifesta-se na dimensão da qualidade, embora seja sempre condicionada pelas carências materiais também. Mas a essas jamais se reduz, apontando para o déficit de cidadania. (DEMO, 2000, p. 20)

Na definição do autor é notável os vínculos que ele estabelece entre a pobreza política e a pobreza socioeconômica e coloca ênfase na noção de subcidadania. A pobreza política envolve a incapacidade de estabelecer vínculos de cidadania (elemento decisivo no combate à pobreza), de ter consciência política e de organizar-se para a defesa dos direitos, a critério de Demo.

Pesquisas desenvolvidas na localidade de Cacocum (PUPO VEGA, 2017) constataram os baixos níveis de participação na tomada de decisões que envolveram o fechamento do engenho. A esse respeito o argumento seguinte resulta ilustrativo.

En la percepción del proceso prevalece la vivencia de ser víctimas de las circunstancias: ‘no pudimos definir nada, solo aceptar lo que otros decidían’ (hombre, 58 años), por lo que se responde desde la pasividad y la resignación. Es menos frecuente sentirse protagonista del proceso y la asunción del mismo como un reto [...]. (PUPO VEGA, 2017, p. 240)

Partindo do lugar de fala, as percepções sobre os processos que ocorreram nesses espaços mudam, assim como constatado por Guevara (2020) durante suas pesquisas de campo na localidade.

Teniendo en cuenta que la narrativa cambia según lugar de enunciación, cuando lo hacen quienes ocupan puestos de decisión buscan la positividad del cambio y las agencias en el sujeto colectivo, otra cosa pasa cuando el sujeto que habla se coloca en la experiencia y agencia situada en un plano personal o familiar. (s/p).

A partir de reconhecer a importância da participação como via de combate à pobreza, Demo (1996) alerta sobre os riscos de prescindir de esta ferramenta, “[...] coibindo-se modos autossustentados de produção e participação, mantemos a velha senzala intacta, que, sendo bem atendida, pode mesmo sentir-se bem e agradecida ao lado da casa grande” (p. 89).

4.5.4 – RENDA, SEGURANÇA, ALIMENTAÇÃO E VIOLÊNCIAS

Um elemento para analisar a **RENDA**, a partir de uma perspectiva quantitativa, é o salário. O Quadro 3 me permite apresentar o salário mensal médio do município no intuito de particularizar no contexto de estudo caracterizado por: uma única mulher com emprego assalariado, três pessoas aposentadas, delas duas mulheres, que recebem 385,00 cup; três jovens sem renda; seis mulheres donas de casa sem renda; três homens na atividade de comercialização do leite com um salário médio mensal de 1000,00 cup; três homens vinculados à CCS cujo pagamento é instável e aponta para uma média mensal de 630,00 cup; dois camponeses independentes com 850,00 cup como média mensal dos ganhos; um homem contratado irregularmente cuja renda ronda os 750,00 cup.

Quadro 3 – Salário médio mensal. CACOCUM

SECCIONES	Pesos					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	425	502	562	615	615	618
Agricultura, Ganadería, Caza y Silvicultura	383	426	420	563	729	763
Industria Azucarera
Industria Manufacturera.(excepto Industria Azucarera)	607	315	320	544	862	909
Comercio, Reparación de Efectos Personales	281	428	420	553	597	583
Transporte, Almacenamiento y Comunicaciones	604	694	668
Administración Pública, Defensa y Seguridad Social	407	407	400	750	494	512
Educación	521	511	515	552	543	542
Salud Pública y Asistencia Social	400	625	630	402	851	891
Otras Actividades Servicios Comunales y Asociaciones	343	351	360	489	480	463

Fonte: ONEI, CACOCUM, 2019

As análises da dimensão econômica, a partir da renda, constataram que o valor percapita é, aproximadamente, 300 pesos (10 dólares estadunidenses), quantidade insuficiente para a satisfação das necessidades primárias da população, as quais se encarecem por causa dos deslocamentos na procura de produtos e serviços inexistentes no espaço.

A renda é colocada como um elemento que define a situação de pobreza conjuntamente com a precariedade da vivenda, segundo estas vozes: *“Hay cuatro familias en el barrio que son las más pobres por el dinero y por las malas condiciones de la vivenda...”* (Violeta).

As famílias referidas têm a particularidade de estar formadas por três casais de pessoas idosas e que moram sem filhos, a maioria dos quais emigraram; a outra família forma-se por

uma mulher idosa, doente no momento da pesquisa, e seu filho. Em todos os casos a agricultura constitui-se como fonte de emprego para os homens. As mulheres agem como donas do lar ocupadas no trabalho reprodutivo, fundamentalmente, pelo qual não recebem renda e não se referem a outros ganhos a partir de atividades informais. Refletindo sobre as inequidades na distribuição dos recursos financeiros geradas no interior do lar, com marcado prejuízo para as mulheres, Lara (2018) adverte:

[E]l trabajo doméstico y de cuidado no remunerado no puede compensar de forma imperecedera la satisfacción de las necesidades básicas vitales. Más temprano que tarde, se intensifica la demanda por mayores salarios monetarios y, a partir de cierto nivel de tensión, la fragmentación social se hace visible porque refuerza la inequidad y encuentra, como en el caso cubano, una de sus manifestaciones en la redistribución de los ingresos a nivel de la microeconomía. (p. 198).

A respeito do fato de colocar como referência a renda percapita, os dados quantitativos, segundo Azeredo (2010), “encobrem evidências qualitativas que, por sua vez, não capturam variáveis importantes do ponto de vista da multidimensionalidade da pobreza e do gênero” (p. 583). O trabalho feminino, por ser invisível (o não trabalho), constitui um fator que não é levado em consideração nas análises quantitativas, o que dificulta e limita análises que abrangem múltiplas dimensões. Essa invisibilidade é naturalizada a partir de uma cultura que privilegia e valoriza como trabalho, apenas, o que é desenvolvido nas atividades agrícolas ou pecuárias pelos homens.

Outro tema colocado reiteradamente nas narrativas nas vozes masculinas, principalmente, embora não esteve ausente nas narrativas das mulheres gira a respeito da questão da **SEGURANÇA** no bairro, neste sentido foi constatada uma noção de fragilidade e desproteção a partir da ocorrência de reiterados roubos.

Aquí todo el mundo es luchador, las tierras son buenas, pero roban mucho... yo tenía una escopeta y la vendí porque cualquiera te desgracia... (Antonio)

No es fácil que estés pasando trabajo con lo tuyo y vengan a robarte... eso es muy duro... (Juan)

Me llevaron los pollos... y los perros jibaros se comen los guanajos y las aves... todo es una desgracia... para estar así es mejor ni estar viva... (Amapola)

O fato dos roubos incide na disposição, nas pessoas do bairro, para sembrar alguns produtos e na cria de animais o que seria interessante para uma melhor alimentação. As narrativas trazem as desmotivações e as angústias que o assunto envolve.

Além da situação apresentada o desabastecimento de produtos alimentares no município incide nas limitações que as pessoas enfrentam para manter a **ALIMENTAÇÃO**. O Quadro 4 colocado a continuação tem o propósito de exibir as restritas produções de cultivos vários no município, com destaque na falta de frutas e hortaliças e como esta situação impacta na alimentação da localidade.

Quadro 4 – Produção agrícola por cultivos selecionados no setor estatal.

CONCEPTO	Tonelada					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Tubérculos y raíces	241,9	37,6	254,3	817,9	...	245,8
de ello:						
boniato	187,3	18,3	205,1	89,6	119,2	117,5
Hortalizas	313,4	264,9	369,4	188,5	..	258,2
de ello: tomate	53,7	17,3	65,7	181,2	152,4	45,1
cebolla	1,3	0,8	..	4,8
pimiento	3,6	1,5	..	2,5	...	1,0
Arroz	10,0
Maiz	20,9	15,4	21,0	73,2	...	32,8
Frijoles	1,2	0,8	8,8	2,0	...	1,9
Plátano	52,2	50,8	147,3	740,8	...	194,3
Fruta	5,5	10,5	..	20,2	63,7	0,1
Vianda	46,7	40,3	147,3	720,6	...	194,2
Cítricos	15,3	20,9	3,2	1,6	...	0,7
de ello: naranja dulce	14,3	19,6	..	1,4
toronja	0,9	0	..	0,2
Otras frutas	45,8	25,6	11,1	20,3
de ello: mango	5,0	5,8	0,4	97,3
guayaba	2,6	3,0	3,1	33,6
fruta bomba	2,5	0,2	..	72,0

Fonte: ONEI, 2019. CACOCUM

As narrativas trazem a temática da alimentação como um tema sensível para a população do bairro com ênfase na limitada variedade e na impossibilidade de conservar os produtos que vencem, como as proteínas animais, entre os mais colocados. Ressalta o fato de perceber que os ganhos alcançam apenas garantir uma alimentação básica e que os produtos disponibilizados pela Cesta básica¹³⁴ não é suficiente para cobrir as necessidades.

Se lucha para comer lo mejor, pero todo se va en comida... comemos arroz, frijoles, alguna vianda.... a veces carne de puerco que la tienes que comprar en Maceo... (Camelia)

Trabajas para comer nada más y no comemos bien... (Juan)

No podemos conservar los alimentos... (Clavel)

La alimentación está mala... se me hace difícil hasta encontrar huevos...me preocupa sobre todo ella que está enferma... (Pedro)

¹³⁴ A cesta básica é comercializada, mensalmente, a preços subsidiados contendo alguns alimentos (arroz, feijão, sal, açúcar, óleo, ovos) e produtos de higiene pessoal (creme dental, sabonete). A venda é regulada através de uma caderneta de abastecimento.

Están garantizando diez libras de arroz por núcleo [familiares]... lo traen de Maceo o tienes que ir a Maceo o a Monte Alto a buscarlo... (Violeta)

No puedes hacer ni un dulce porque en eso se te va la cuota¹³⁵ de azúcar... (Amapola)

Lo que llega a la bodega no alcanza, hay que inventar cuando se acaba el arroz, el café...a veces traen cosas a la tienda y las venden racionadas para que todos alcancemos...pero tampoco es suficiente... (Flor)

[...] tenemos la leche y eso ya es una ventaja... tener desayuno en estos tiempos es un lujo... (Violeta)

Hay que sembrar la comida para alimentar a los puercos... a las gallinas hace meses que no les echo nada... no tengo nada...a veces no tenemos comida ni para nosotros... (Amapola)

A questão fundamental da alimentação aparece relacionada com a limitada disponibilidade de produtos, dificuldades de acesso aos espaços em que estes são disponibilizados, a insuficiência da cesta básica que não cobre as necessidades do mês todo e os roubos das produções agrícolas e animais. As análises mostram que o assunto pode não estar diretamente relacionado com a renda porque, às vezes, ainda contando com dinheiro, as pessoas não conseguem adquirir os produtos pelas causas declaradas.

Outra das dimensões colocadas nas experiências compartilhadas foi o tema da **VIOLÊNCIA**. As pessoas fizeram referência questões acontecidas há muitos anos com relação a um assassinato, que pode ser compreendido no contexto da violência de gênero. O fato de vincular um assassinato com um relacionamento amoroso responde a uma ordem simbólica que estabelece esse ato como um desafio à masculinidade hegemônica¹³⁶ (CONNELL, 1995). O controle e a regulação sobre o corpo, os afetos, a vida da outra pessoa encaixa-se num sistema de gênero que leva a legitimar a morte, como punição, àqueles considerados culpados, seja o homem ou a mulher, envolvidos nesse ato lido como ameaçador da ‘honra masculina’, em termos de Bourdieu (2007). Um sistema de gênero que carrega as marcas da monogamia¹³⁷, (condição exigida quase exclusivamente para a mulher) e a possessão nos relacionamentos amorosos, mas também noutras esferas dos afetos.

Hace 19 años al Presidente de la CPA lo mataron, el que lo mató estuvo dos años preso y luego se ahorcó... (Amapola)

¹³⁵ Pela racionalização cada pessoa adquire 2 kgs de açúcar cada mês.

¹³⁶ Masculinidade hegemônica definida por Connell (1995) “*la configuración de práctica genérica que encarna la respuesta corrientemente aceptada al problema de la legitimidad del patriarcado, la que garantiza (o se toma para garantizar) la posición dominante de los hombres y la subordinación de las mujeres*” (p. 39).

¹³⁷ A monogamia é definida por Brigitti Vasallo (2019) como um “*sistema de pensamiento que organiza las relaciones en grupos identitarios, jerárquicos y confrontados, a través de estructuras binarias con polos recíprocamente excluyentes*” (p. 42 - 43).

Eso pasó por cuestiones de falda... usted sabe... (Antonio)

Refletindo sobre a violência em contextos rurais Guevara (2015) aponta que “*el espacio rural se expresa como espacio en que la estructura social, la cultura, normas sociales e instituciones “masculinas” facilitan el ejercicio y la expresión del poder de los hombres, y en esa base refuerzan y mantienen los privilegios masculinos*” (p. 53).

A violência contra as mulheres é geralmente reduzida aos atos de violência física, o que impede que o abandono das responsabilidades da paternidade, como o caso da Lírio, seja lido como uma violência de gênero em sua dimensão econômica, dado que “*Las relaciones de dominio del hombre sobre la mujer que implican violencia de todo tipo, están incorporadas en la cultura, naturalizadas e invisibilizadas. Por ello se necesita interpretar y decodificarlas hermenéuticamente* (HERNÁNDEZ, 2014, p. 32).

Um aprofundamento no assunto me leva a entender que a restrição das responsabilidades materiais com os filhos e filhas constitui uma expressão de violência econômica assim como exposto por Aida Torralbas (2010).

Mesmo quando o assunto foi investigado nas entrevistas, não foram relatados casos de violência contra a mulher, fato que poderia ser real a partir de que apenas seis mulheres convivem com seus maridos, ou seja, trata-se de uma amostra pequena, ou poderia ser um fenômeno que se (in)visibiliza considerando que:

[...] práctica de la cultura patriarcal, mediada por varias instancias de la realidad, cargada de códigos y narrativas de dominación masculina que informan, regulan y conforman un tipo de relacionamiento entre el hombre y la mujer en la sociedad patriarcal actual, saturado de significados relativos al poder, las jerarquías, las dominaciones, los pactos, y los elementos emotivos presentes en ese texto y la sociedad como conjunto [...]. (HERNÁNDEZ, 2014, p 31).

As expressões múltiplas da(s) violência(s) e sua naturalização incidem em que as dimensões psicológicas, simbólicas e políticas não sejam entendidas na definição do fenômeno e, portanto, permanecem fora do contexto de inteligibilidade em que poderia ser lida a violência em sua integralidade.

Mas pode, também, ser um assunto mascarado em um véu de silêncio por ser considerado um tema “tabu”, muito íntimo ou por conta dos pactos de silêncio, conforme definição de Hernández (2014), enquanto “O silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (ORLANDI, 1993, p. 33).

4.6 – A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE SER MULHERES NO ESPAÇO RURAL

Se no início do capítulo me ocupavam as análises sobre os sentidos e significados que o espaço rural carrega, a partir das percepções das pessoas que o habitam, ou como se percebe o fato de ser mulher nesses contextos específicos, resulta um outro grande tema, apenas separável para estes mergulhos acadêmicos, mas intrinsecamente vinculados nas suas expressões concretas.

O gênero é uma categoria situada. As atribuições outorgadas a homens e mulheres a respeito das maneiras deles serem e fazerem, envolve as marcas de contextos singulares. Para Massey (1994) os espaços são estruturados desde o gênero em maneiras diferentes, que variam cultural e temporalmente e essa estruturação reflete, ao mesmo tempo, as formas pelas quais o gênero é construído e compreendido em diferentes contextos e tem efeitos sobre eles. Os relacionamentos recíprocos entre gênero e espaço concretizam-se na representação dos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres que envolvem um poder simbólico diferenciado.

O fato de ser mulher, no âmbito do trabalho produtivo, tem expressões singulares nos espaços rurais a partir da reprodução da tradicional divisão sexual que restringe a incorporação delas além das limitadas fontes de emprego. Dentre do grupo de mulheres, apenas uma delas tem trabalho remunerado, nenhuma tem sido incorporada nas estruturas produtivas tradicionalmente masculinas como a atividade agropecuária e as duas mulheres que declaram estar aposentadas, desempenharam-se como professoras, setor que mostra uma sobre-representação feminina, segundo dados da ONEI (2020).

A respeito das características dos contextos rurais, Cruz (2006) aponta, a partir das suas pesquisas:

[...] se puede observar los mecanismos de reproducción y los efectos de la limitación y discriminación de las mujeres, marcado por los estereotipos y los papeles tradicionales de género, a partir de los cuales las mujeres están atadas a las responsabilidades y tareas del ámbito doméstico/reproductivo, asignándose a los hombres la participación en la vida pública y productiva. (p. 95).

A não incorporação à CCS é identificada pelo Presidente do Conselho como uma das problemáticas do bairro. Embora as narrativas captaram percepções críticas a respeito do funcionamento da Cooperativa, principalmente, na instabilidade nos pagamentos, tem sido

constatada como uma estrutura fortemente masculinizada, o que obstaculiza uma maior incorporação das mulheres.

A socialização no contexto reforça comportamentos e valores que respondem à cultura patriarcal que a distinguem de outros espaços. Essa cultura configura a divisão sexual do trabalho a partir da qual diferentes papéis e empregos são assumidos para mulheres e homens, com diferentes “pesos”, analisados por Paulilo (1987/2016) a partir de verificar que “o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (p. 115). Essas características são desconstruídas na dinâmica cotidiana em que as mulheres realizam as tarefas agrícolas e domésticas simultaneamente, independentemente do esforço físico e da complexidade que seu desempenho exige.

Há uma construção cultural do papel feminino a ser desempenhado socialmente, através do qual são alimentados determinados padrões de conduta que estruturam e são, ao mesmo tempo estruturados, pelos sentimentos, sexualidade, reprodução e a divisão do trabalho realizado entre homens e mulheres, que resultam em oportunidades menos favoráveis para as mulheres, notadamente, aquelas que se tornam únicas responsáveis pela manutenção da reprodução da família (SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2010, p. 31).

Ravenet, Pérez e Toledo (1989) expõem as mudanças que a mulher cubana experimentou no âmbito laboral e social a partir das transformações revolucionárias e as singularidades da participação por sexos tanto na esfera produtiva e reprodutiva quanto ao tipo de relação com os meios de produção. Nas análises da mulher camponesa, as autoras observam:

*Rosa no participa en el trabajo agrícola de la caña, Pablo piensa que es muy difícil para ella. En ocasiones cuando ellos riegan, les lleva la comida al campo (p. 77)
La toma de decisiones agropecuarias está centralizada en Pablo. Rosa decide cuándo se va a consumir un animal menor. Ella considera natural esta situación y piensa que no podría reemplazar a Pablo en las actividades agropecuarias, aunque se cree capaz de hacerlo en la siembra, la aplicación de abono, pero nunca en el arado (p. 78).
[...] “la mujer siempre ha sido mandada, primero por el padre y luego por el esposo”. Ella tiene el derecho y la obligación natural de administrar la casa; “desde que el mundo es mundo la mujer debe llevar la casa y el hombre lo que es el campo, el trabajo”. (p. 80).*

A partir das análises focadas na mulher cooperativista, as autoras argumentam que:

[...] en la CPA se preocupan mucho porque la mujer se incorpore al trabajo y se sienta bien, se trata de sacar a la mujer del trabajo agrícola por ser muy duro.

Aunque aún existen limitaciones de corte tecnológico, las tradiciones también influyen negativamente (p. 84).

María recoge viandas y hortalizas en la parcela de autoconsumo de la cooperativa, trabajo duro y agotador que ella realiza diariamente. (p. 80).

Nas conclusões do estudo as autoras apontam:

Con independencia de que las transformaciones generales de la sociedad han contribuido a elevar la calidad de vida de la población en general (todos han mejorado su poder adquisitivo, la tenencia de efectos electrodomésticos, gratuidad en los fondos de consumo social como salud y educación), aún se observan diferencias en: la división del trabajo por sexos, la disponibilidad del tiempo libre y la actitud hacia el trabajo de la mujer. (p. 86).

Além do período de mais de trinta anos entre o estudo das autoras e a pesquisa que este texto apresenta, pode observar-se a persistência da divisão do trabalho a partir dos sexos, a disponibilidade assimétrica dos tempos, a exclusão das mulheres dos espaços de poder e de tomada de decisões e a persistência de normas sociais que continuam a associar às mulheres com o âmbito doméstico. Pérez e García (2002) aprofundando no tema desvendam:

[...] existe una nítida división sexual del trabajo que pauta la intervención femenina en la toma de decisiones. Sobre la base de un patrón genérico, las mujeres son consultadas en aquellas decisiones que precisamente son más sensibles al género femenino. En este sentido, la mujer puede decidir con mayor acierto sobre la finalidad de la producción, pues su rol de dueña de casa le permite determinar lo que se necesita en el hogar para el autoconsumo. Se le atribuyen a lo femenino ciertas cualidades para la comercialización, sobre todo si se realiza en el mercado negro, al ser la mujer más discreta y hábil. (p. 648)

Aunque existe una política explícita en Cuba que ha permitido que las mujeres cuenten con los mismos derechos y se garanticen iguales oportunidades de participación para hombres y mujeres, subyace aún en las estructuras productivas una división sexual del trabajo, que estereotipa al hombre como el de mayores potencialidades productivas (ya sea por sus potencialidades físicas como socioculturales), mientras que a la mujer dada la ineludible combinación que tiene que realizar de su rol reproductivo-productivo, se le subvalora y subregistra su participación. (p. 650).

Nas abordagens do âmbito laboral e a participação diferenciada de homens e mulheres nos contextos de estudo, Guevara (2015) conclui:

- La estructura de empleo y actividades productivas tiene mínimo peso específico de mujeres y reproducen roles tradicionales. Aquellas relacionadas con el ganado mayor, transporte y mecanización son asumidas por hombres y excepcionalmente por mujeres.

- La condición de subordinación de las mujeres opera en casi todos los espacios donde la estructura del poder y el discurso dominante es masculino. En la organización campesina, en la misma medida que es más elevado el poder de decisión, menor representatividad tienen las mujeres.

- Los ingresos por concepto de salario de los hombres es superior al recibido por las mujeres (Ello motivado no por factores legales, sino culturales). (p. 54)

Em uma pesquisa desenvolvida em seis municípios cubanos, Dayma Echevarría e Magela Romero (2015) concluem:

En el caso del territorio rural en los empleos formales también se denota una diferenciación por sexo. El sector cooperativo agrícola, seguido del estatal presupuestado son los que reúnen mayor cantidad de hombres. En el caso de las mujeres, solo 5 de ellas declaran encontrarse en el sector presupuestado y 2 en el empresarial estatal; por lo que parecería que las mujeres rurales de la muestra acceden en menor medida a las opciones de empleo existentes. (ECHEVARRIA; ROMERO, 2015, s/p)

Investigando a diversidade de por que as mulheres em Cuba não ingressam no trabalho remunerado Lara (2020) coloca os dados seguintes:

El 36,4% de las mujeres cubanas mayores de 15 años tienen como actividad principal los quehaceres del hogar (ONEI, 2012), cifra similar a las mujeres del resto de América Latina [...] Asimismo, de los 2,3 millones de personas (Fernández Estrada, 2019) en edad laboral que no estudian, no trabajan y no buscan empleo, la mayoría son mujeres. Esto merece un análisis particular sobre por qué si ellas cuentan con niveles educativos y protección social que las respaldan en este sentido, no muestran motivación por el desarrollo de sus capacidades y su aprovechamiento para el progreso económico del país. (s/p).

A autora coloca algumas situações que podem reduzir as oportunidades e capacidades de uma parte das mulheres cubanas em idade produtiva:

Dentro de este grupo poblacional, las mujeres pueden haber renunciado al empleo estatal o no desear emplearse en este sector, por ausencia de servicios de apoyo y cuidados, lejanía de los centros de empleo, insatisfacción con las condiciones de trabajo y desmotivación por los salarios y sueldos.

El reforzamiento de la cultura patriarcal puede estar incidiendo en la permanencia de las mujeres en el ámbito privado del hogar, como la única y mejor opción de vida para ellas. Sin embargo, no parece que la elección de tener más hijos sea una de las motivaciones por las que estas mujeres permanecen en los hogares.

No aceptar el trabajo remunerado como una necesidad imprescindible se presenta como una opción desde la subjetividad, por la realidad del estancamiento económico y el inmovilismo en los ingresos personales, e indirectamente por el disfrute de los derechos garantizados en el país [...]. (s/p).

As colocações de Lara (2018) apontam para uma problemática que atinge a escala de país e deixa explícita a perda de capital humano com uma concentração importante de mulheres em idade laboral ativa.

Para Paulilo (2004) “há um ‘viés urbano’ perpassando as análises sobre trabalho feminino no campo” (p. 230), fato que emerge nas análises do tema. As singularidades que o rural imprime ao trabalho das mulheres é identificada por Herrera (2019) como a “jornada interminável¹³⁸,” concluindo:

O controle da vida cotidiana das agricultoras se dá a partir do ritmo do trabalho, especialmente porque elas sentem que não existe outra alternativa que não a de dispor de seu tempo para as famílias. O tempo que elas dispõem nas tarefas do estabelecimento rural está longe de ser uma escolha voluntária. A subalternidade de seus tempos se deve a suas posições desiguais na estrutura familiar, pois a perpetuação da divisão sexual do trabalho usurpa o tempo das mulheres. Em meio a uma jornada interminável, é manifesto o desejo de mais tempo para si e para o lazer (HERRERA, 2019, p. 202).

Azeredo (2010) considera que os processos que facilitaram a incorporação das mulheres ao trabalho (emprego), desconsideraram a revisão das funções do cuidado familiar depositada nas mulheres, e o que diz sobre a divisão das tarefas domésticas. Sobre o assunto a autora observa:

[...] a desigualdade não pode ser pensada enquanto um conceito em si, só tendo sentido se estabelecidas as relações históricas e interrelacionadas entre os papéis sociais e as estratificações que colocam os sujeitos em posições favoráveis ou desfavoráveis em termos de lugar social (p. 577).

A simultaneidade dos trabalhos produtivos e reprodutivos pode ser uns dos eixos estruturantes da desigualdade, na opinião de Azeredo (2010). Refletindo sobre suas longas e exaustivas jornadas as mulheres pensam que “*el trabajo en la casa no termina nunca, siempre hay algo que hacer*”, “*hasta el día del cumpleaños... el día de las madres... es una misma la que está trabajando y todo el mundo disfrutando*” (Camelia).

Segundo Pérez e Diaz (s/d) os valores transmitidos pela família têm uma incidência direta na reprodução da subordinação da mulher. Na pesquisa das autoras, a maioria das pessoas entrevistadas de ambos os sexos “*afirmaron que los hombres nunca podrán realizar los quehaceres del hogar con la misma destreza que las mujeres*” (p. 164). Nesta linha, as experiências de algumas das mulheres pesquisadas apontam para o reforçamento do trabalho do lar pertencer ao sexo feminino.

¹³⁸ “A jornada interminável”, conceito tomado de Lúcia Ángeles Durán (1986) dá título à pesquisa desenvolvida por Herrera (2019) com foco na experiência do trabalho produtivo no cotidiano das mulheres rurais constatando uma jornada intensa e extensa de trabalho em similitude com resultados obtidos por Ávila (2009) na pesquisa com as empregadas domésticas em que entende a extensividade a partir do grande número de horas trabalhadas e a intensividade pela simultaneidade das tarefas.

Cocino con mil trabajos... y como es con leña es mucho peor... ¿quién va a cocinar? ... Ya no puedo ni lavar los asientos... imagina... no tengo hija hembra y eso es lo peor... esas son cosas de la mujer... (Amapola)

Mi suegra ha pasado mucho trabajo aquí... trabajando en la escuela y atendiendo la familia ella solita, a los dos hijos varones y al marido... se le ha ido la vida aquí... (Violeta)

Na experiência de Lírio, as oportunidades de emprego e de estudos para o filho são os elementos fundamentais nos que deposita sua motivação para emigrar. O pai do menino está ausente, econômica e afetivamente, faz mais de um ano, colocando-a como mãe solteira e desempregada. Recai sobre ela todo o peso da maternidade, enquanto o ex-marido fica à margem da responsabilidade. Embora o Código da família¹³⁹ em Cuba estabelece leis a respeito. O assunto foi constatado nas pesquisas de Pérez e Díaz (s/d):

En el caso de las mujeres divorciadas o separadas la legislación vigente obliga a dar una pensión alimenticia. El Código de Familia establece que debe ser 'proporcional a la capacidad económica de quien los dé y a las necesidades de quien los reciba'. No obstante, algunos hombres tratan de evadir esta situación o consideran que con una pensión pequeña cumplen con la responsabilidad que tienen hacia sus hijos; entonces es la mujer la que tiene que enfrentar la totalidad de las obligaciones familiares (p. 163).

Lírio, no momento da pesquisa, estava se informando sobre os direitos de seu filho para receber uma pensão do pai e procurando advogados para encaminhar o assunto. Ela não tem fonte de emprego próxima, mas se existisse alguma oportunidade, não conta com uma infraestrutura que possibilite o cuidado do menino para se ausentar durante a jornada de trabalho. Em momentos em que tem precisado, a mãe dela ou outras pessoas, mulheres geralmente, cuidam do menino. Na experiência de Lírio, mãe solteira e desempregada, a rede de apoio resulta de uma importância decisiva.

Por suerte mi mamá me ayuda... toda mi familia me ayuda... el papá del niño va a hacer un año que no lo ve... dice que no trabaja y que no le puede pasar dinero al niño... (Lírio)

Todos la ayudamos... yo me quedo con el niño y para mi es una alegría. (Vilma, avó do menino)

A ella todo el mundo la apoya... hasta con el niño si hace falta, la apoyamos... (Clavel, bisavó do menino)

Azeredo (2010) propõe analisar o fator tempo, para compreender sua incidência na vida dessas mulheres, que consumem um valioso tempo no desenvolvimento das dinâmicas

¹³⁹ Lei No. 1289. Código da Família, República de Cuba.

domésticas e que não é nitidamente visível embaixo do véu da naturalização das desigualdades. Herrera (2019) destaca que até em tempos considerados de lazer as mulheres estão cuidando o que aponta para a percepção delas de manter-se ocupadas o tempo todo e não perceber a necessidade de dispor de um tempo “desocupadas”, sem cargas de trabalho. A respeito uma das mulheres coloca: “*El tiempo nunca sobra... en la casa siempre hay algo que hacer*” (Jazmín).

Com foco na sobrecarga de trabalho nas mulheres, Miosothis Font (2013) reflete sobre as suas repercussões na saúde a partir de um olhar de gênero: “*es la mujer la mayormente sobreexigida, pues es a esta a la que ‘le corresponde’ ser madre-esposa-trabajadora-cuidadora de ancianos [...] en detrimento, incluso, de su propia salud*” (p. 155). Sobre o uso do tempo, a autora observa:

Si bien a la mujer le es permitido quejarse y expresar sus malestares, el empleo del tiempo que pudiera ser un recurso para el camino a la recuperación [...] se ve limitado por el hecho de que su tiempo se diluye en las actividades domésticas y laborales [...] los hombres, quienes realizan actividades de esparcimiento en el mismo tiempo en que las mujeres están realizando los quehaceres hogareños. (p.157).

Font (2013) conclui categoricamente: “*la cultura con sus creencias, representaciones sociales y asignaciones hace que la mujer como madre-esposa-ama de casa-trabajadora, continúe siendo el eslabón débil en materia de salud*” (p.162).

A convicção que o trabalho da casa e o cuidado das pessoas é sua responsabilidade, leva às mulheres à procura de ajuda ao interior da família ou além das margens familiares. As narrativas a continuação trazem o tema do apoio recebido ou a disposição para colaborar das mulheres:

Cuando me operé mi nuera atendía a mi esposo y mi casa... ella sola con todo, con la casa de ella y con la mía... (Clavel)

Aquí si alguna vecina tiene que ayudarme lo hace... cualquiera corre si tienes una necesidad... cuando usted no tiene hija hembra pasa más trabajo porque por mucho que mi hijo me cuida, nunca es igual... (Amapola)

A configuração e fortalecimento das redes estabelecidas aponta para o apoio ou na substituição eventual no trabalho doméstico e de cuidados, entendendo-o como uma responsabilidade das mulheres. Diante da ausência de estruturas e serviços sociais do Estado, as mulheres mobilizam-se para se apoiar entre elas naquelas atividades, imprescindíveis, nas

que a vida é reproduzida. Esta situação conduz a recarregar as suas dinâmicas individuais acrescentando mais trabalho.

Nos momentos atuais a idade média do bairro é de 55,5 anos. Dentro de alguns anos, como se pode inferir, a maioria dessas pessoas serão idosas e não terão um serviço institucionalizado de atendimento, transferindo-o para seus familiares principalmente sobre as mulheres. Nas famílias que não moram com seus filhos e filhas, como ocorre em duas das famílias estudadas, também reconhecidas entre as mais pobres do bairro, a situação se agrava diante da ausência de alternativas, a médio e longo prazo. Uma das mulheres nesta situação me contou: *“Nosotros nos cuidaremos uno al otro... las vecinas siempre ayudan... para dónde vamos a ir... yo trabajé unos años, pero no tengo chequera¹⁴⁰ y el viejo mientras pueda trabajará la tierra y así vamos viviendo...”* (Jazmín).

O centro urbano de Maceo, localidade mais próxima do bairro, também mostra uma limitada infraestrutura desses serviços, contraídos a partir do fechamento da usina, assim como constata Guevara (2020). Segundo dados da ONEI (2020), o município de Cacocum, com uma população total de 39 990 habitantes (20 777 homens e 19 213 mulheres); população rural: 16 687 (8 991 homens e 7 696 mulheres); população urbana: 23 303 (11 786 homens e 11 517 mulheres) dispõe das instituições seguintes: três creches, duas casas de avôs¹⁴¹, um lar materno (existiam dois, mas a partir de 2015 uns deles não funcionou mais), três policlínicas, segundo dados do município (ONEI, 2019) que aparecem no Quadro 5.

¹⁴⁰ Renda da aposentadoria.

¹⁴¹ Lares para pessoas com idade acima dos 60 anos que têm um programa de atenção integral e funcionam em horário laboral.

Quadro 5 – Instituições de saúde e creches

UNIDADES	Unidad					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total ^(*)	56	56	56	53	53	53
Asistencia médica	54	54	...	51	51	51
Otras unidades de asistencia médica	54	54	54	51	51	51
Policlínicos	3	3	3	3	3	3
Hogares maternos	2	2	1
Consultorio del médico de la familia	47	49	47	48	48	48
Otras unidades	2	2	2
Asistencia social	2	2	2	2	2	2
Casas de abuelos	2	2	2	2	2	2

^(*) Incluye consultorios médicos de la familia.

CONCEPTO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Círculos infantiles	3	3	3	3	3	3
Capacidad	430	430	420	430	430	430
Matrícula final	407	431	439	439	396	414
Asistencia anual	291	302	700	399	269	330
Personal técnico educacional ^(*)	79	87	93	60	70	71
Madres beneficiadas	349	388	418	395	377	378

^(*) Incluye auxiliares pedagógicas

Fonte: ONEI, 2020. CACOCUM

Refletindo sobre o assunto a escala do país, Lara (2018) aponta.

Los recursos de asistencia social disponibles en Cuba no responden al envejecimiento poblacional que enfrenta la isla: se mantienen prácticamente los mismos hogares de ancianos y casas de abuelo desde el 2000; las camas de asistencia social, que desde 1999 se mantenían en 1,3 cama por mil habitante decrecieron en 2011 a 1,1; las personas albergadas en hogares de ancianos, tanto internos como seminternos, eran ocho por cada mil habitantes de más de 60 años en 2007 y decrecieron a cuatro por cada mil habitantes de más de 60 años en 2011. Además, también en 2011 se redujo el número de personas adultas mayores beneficiarias de la asistencia social y del servicio de cuidado a domicilio en 56% y 72% respectivamente. [...] Es una realidad que el envejecimiento poblacional se enfrenta actualmente por los hogares. Son las familias las que están elaborando sus propias estrategias para asumir el cuidado de los adultos mayores, utilizando el servicio del cuidado por cuenta propia o el cuidado en el hogar por un familiar. (LARA, 2018, p.197).

Nas áreas estudadas por Silva (2007) no Brasil, a autora coloca ênfase no fato da acentuada precarização da infraestrutura e dos serviços, o que ela considera como um elemento reiterado em uma sociedade marcada por profundas disparidades de rendimento e investimentos públicos. Os problemas enfrentados pelas mulheres, segundo Silva (2007), têm sido resolvidos infimamente pelos serviços públicos ganhando destaque as redes de solidariedade entre as mulheres no cuidado com filhos menores, quando elas transferem o

papel da maternagem às vizinhas e parentes, para poder desenvolver um trabalho que gere renda. “Fazer parte de um espaço altamente dependente das redes de solidariedade, significa gerenciar relações sociais que possuem códigos particulares de trocas” (SILVA, 2007, p. 127).

Mais de uma década depois, Herrera (2019) corrobora a persistência da problemática:

[...] o que vemos na realidade brasileira é a presença ínfima de instituições sociais públicas no trabalho de cuidados e o acesso a estes serviços no mercado por uma pequena parcela da população, principalmente no que se refere aos cuidados com idosos e pessoas com deficiências. (p. 67).

As singularidades que o espaço outorga ao fato de ser mulher, foram captadas nas narrativas geradas no Grupo de discussão, a partir da percepção da dureza e extensão do trabalho. Neste sentido uma das interlocutoras coloca:

Claro que para las mujeres el campo es muy duro... para el hombre también ellos trabajan bastante porque con los animales y con la tierra no se termina nunca... pero al menos llegan a la casa y descansan, pero nosotras.... lo de nosotras no acaba nunca... (Jazmín)

Um outro elemento que precisa ser aprofundado a respeito do que envolve o fato de ser mulher no meio rural aponta para a questão da herança da terra. Embora Cuba tenha desenvolvido quatro Reformas Agrárias (1959, 1963, 1993, 2008) (VALDÉS PAZ, 2011) é importante ressaltar que as mulheres foram (in)visibilizadas em seus trabalhos reprodutivos pois uma das condições demandadas na adjudicação da terra reza sobre o princípio: “*la tierra es para quienes la trabajan*” entendendo por trabalho aquele desenvolvido na agricultura ou na atividade pecuária, sem distinção de gênero.

Porém, as mulheres rurais, cujas vidas são estruturadas no extenuante *continuum* do trabalho produtivo – reprodutivo não valorizado social nem economicamente, são despojadas do direito de proprietárias das terras pelo fato de não ser consideradas como trabalho as múltiplas atividades que desempenham na reprodução da vida. A terra resulta uns dos recursos mais altamente avaliados tanto na sua dimensão tangível que envolve questões comerciais e econômicas, quanto na sua dimensão simbólica que envolve questões do patrimônio familiar e, não poucas vezes, da memória afetiva para as mulheres.

Nessa linha de análise é importante destacar que a questão das mulheres e da pobreza foi abordada na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995. No encontro foi colocada ênfase no reconhecimento de alguns aspectos da pobreza ligados ao

gênero, como o acesso das mulheres à terra e à herança. Sobre o assunto, Magdalena León (2011) apontou:

La brecha dramática en la propiedad de la tierra entre hombres y mujeres está llamada a eliminarse en un esquema de justicia de género. Es por tanto indispensable poner en el centro del debate el tema de la Reforma Agraria Integral que incluya redistribución de tierras y que tenga en cuenta las medidas de inclusión que se han logrado para las mujeres. Es importante que estas medidas se apliquen al mismo tiempo en los proyectos de titulación de tierras [...] La tierra para las mujeres también se argumenta como posición de resguardo, para mejorar y aumentar el poder de negociación intra y extra hogar y el empoderamiento de las mujeres. (p. 202-203).

A colocação da autora mostra o caminho da inclusão como medida de impacto sobre a pobreza feminina no espaço rural. A propriedade da terra envolve uns dos elementos mais importantes do empoderamento das mulheres rurais.

As análises dos campos de problemas desvendam a configuração da pobreza no bairro estudado a partir da superposição e entrecruzamento de múltiplas dimensões, assim como as experiências narradas trazem. Para Neder (2008) a qualidade de vida das famílias no meio rural é um elemento importante para calcular a pobreza rural. Esse olhar que fratura os enfoques de dimensões únicas está contido nas propostas do IICA (2011) que sintetiza a noção da pobreza rural como um componente das privações de bem-estar agravadas pelo contexto, entre as que distingue: a privação monetária, a privação de serviços básicos (saúde, educação, entre outros.), a privação de infraestrutura (água, saneamento, estradas, eletricidade, entre outros.), a privação de segurança, a privação de acumulação de capital (físico, humano, social), e a exclusão dos mercados, da tecnológica e da informação, e por fim, destaca a baixa capacidade para lidar com risco. A pobreza constatada no contexto de estudo é retratada nesta argumentação.

As narrativas que permitiram a construção dos campos de problemas admitem leituras, em paralelo, da construção de marcadores¹⁴² da desigualdade. As experiências sobre os significados atribuídos ao gênero, à pobreza e ao espaço definem o fato de se perceber, as mulheres em estudo, como mulheres rurais pobres. O vínculo gênero – espaço é analisado pelas perspectivas feministas apontando para a compreensão de suas interseções como agravante na estruturação de processos de pobreza e de desigualdade. A idade e a escolaridade, são outros dois marcadores que podem ser incluídos nessas análises.

¹⁴² A categoria raça constatada como estruturante de pobreza e desigualdades no contexto cubano (assim como expressado por Espina (2003) e Zabala (2014), entre outras vozes), não foi colocada nas narrativas, fato que pode se associar à baixa representação de pessoas negras na região, e no Estado em geral.

O predomínio de uma cultura que reproduz traços patriarcais em relação ao lugar das mulheres e dos homens nos contextos projeta-se em experiências plurais a partir da idade; nesse sentido, se as mulheres adultas naturalizaram o trabalho como sentido e regulador de suas vidas, na mulher jovem aprecia-se a ideia de que a vida também oferece outros espaços a serem vividos, além do trabalho. A idade marca também as experiências a respeito da emigração, dado que a maioria das mulheres adultas colocam a idade como um impedimento para empreender esta como estratégia e tenham decidido permanecer, também, para apoiar a emigração das pessoas jovens, o seja, transferindo-lhes esse privilégio. No caso da mulher mais jovem, pode-se contatar que além ser incitada pela mãe, seu projeto de vida está estruturado a partir da saída do contexto, o que pode ter influenciado na sua imobilidade para empreender alternativas, mesmo eventuais, de permanência.

No que respeita ao nível escolar, predominou a baixa escolaridade das mulheres, o que limita, juntamente com a cultura machista e as condições do espaço, a sua capacidade de gerar ganhos a partir da inserção no emprego ou no empreendimento. O status de mulheres casadas e do lar sem fontes de renda, reforça o casamento como uma estrutura de dependência e/ou estratégia diante da inexistência de alternativas para a autonomia econômica (o que deriva noutras autonomias inter-relacionadas como a dos corpos, uma das linhas principais das demandas feministas).

A confluência desses marcadores dá conteúdo às experiências, nas mulheres, marcadas pela precariedade além do econômico, mas também incluído, e remete às questões culturais e espaciais que as atravessam. Os atributos socioeconômicos e culturais que singularizam o contexto moldam, de maneiras específicas, as subjetividades e configuram fenômenos sociais como a pobreza.

Embora as mulheres da pesquisa conformam um grupo pequeno pode constatar-se que o espaço, como construção social e de gênero, as afeta diversamente. A perspectiva de gênero em seu potencial de ferramenta política (LOURO, 1997), permitiu-me, nas análises, colocar acento nas desigualdades construídas, social e culturalmente. Nas experiências das mulheres pode-se constatar a percepção negativa de algumas categorias que as análises envolviam.

O trabalho feito pelas mulheres abarca várias perspectivas para as análises, portanto, ao não estar vinculado às esferas da produção e do mercado, não é considerado trabalho, além disso, sabendo que as atividades reprodutivas são subestimadas e se naturaliza a sua associação ao cotidiano das mulheres, essa dinâmica toda se torna invisível e leva à percepção de que elas não trabalham, esses fatores conformam elementos que conduzem a pensar no

“não trabalho” das mulheres e em um apagamento de essas subjetividades focadas em reproduzir outras vidas.

Uma outra análise pode ser enfocada à questão do espaço que nos seus vínculos define nas subjetividades experiências negativas, principalmente, torna-se no “não espaço” de vida. Esse espaço rural, isolado e desprovido de condições e serviços para satisfazer um nível mínimo de bem-estar na sua população e, além, não pensado no futuro imediato torna-se o “não espaço”. Na mistura dessas condições, nas experiências das mulheres, fundamentalmente, elas percebem que suas vidas acontecem de forma indesejável e incitam a seus familiares mais jovens a sair dali para construir suas vidas, o seja, para escapar da “não vida”. Essas leituras desafiam as colocações das categorias analíticas, trabalho e espaço, que a pesquisa apresenta e sugerem ser lidas a partir de outras lógicas ou matrizes.

IDEIAS (IN)CONCLUSAS

O tema da pobreza convoca pesquisas a partir de múltiplas perspectivas epistemológicas e metodológicas que evidenciam a essência complexa de um fenômeno social e político com elevado dinamismo e raízes históricas matizadas em suas expressões e dimensões. Na Sociologia o interesse pela pobreza transitava a partir de enfoques puramente economicistas e individualistas até abrir seu foco na multidimensionalidade do fenômeno. Os feminismos permitem olhar para a pobreza com foco na heterogeneidade da população pobre e para a concentração, nas mulheres, de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que configuram sua feminização envolvendo marcadores sociais das subjetividades e seus contextos.

Os silêncios e silenciamentos que em Cuba abraçam o fenômeno da pobreza desafiam as ciências sociais e continuam marcando suas abordagens. Desde a academia responde-se à emergência das investigações sobre a temática com resultados que apontam para a persistência do fenômeno e enriquecem os enfoques e lugares de análise para sua compreensão.

Em Cuba não existe uma linha metodológica para os estudos de pobreza que permita o seu tratamento oficial no intuito de recopilar as informações (percepções, representações) necessárias para o desenho e implementação de políticas públicas que impactem contextualmente, o fenômeno a partir de perspectivas de gênero e espaço. Pensar a pobreza em Cuba obriga a olhar para as desigualdades sociais, econômicas e culturais constituídas histórica e situadamente. Nesse sentido, é necessário construir dados sobre renda, custo de vida, acesso, bens, recursos, educação, saúde, participação nas estruturas de emprego, participação na gestão pública, cívica e cultural para definir a distribuição da população (segundo gênero, raça, idade, espaço geográfico, capacidade e outros) nas diferentes faixas em que existe o fenômeno (risco, vulnerabilidade, pobreza, pobreza extrema).

O marxismo coloca que as contradições são geradoras de desenvolvimento. É essa uma leitura da crise que perpassa a academia cubana a partir de desafiar suas perspectivas epistemológicas e os seus caminhos metodológicos. As Ciências Sociológicas e Psicológicas, principalmente, têm feito contribuições essenciais que lançam luzes sobre as novas passagens a serem percorridas, embora a tradução destas em políticas sociais seja dificultada pela experiência limitada em práticas participativas e de consenso entre múltiplos atores que se envolvem.

A tese desenvolvida engrossa os estudos de pobreza no país desde perspectivas feministas de gênero e espaço, cuja escolha não foi inocente a partir do foco na geopolítica do conhecimento que aponta para problematizar os lugares em que se produz o conhecimento, para quem o produzem. Os olhares não neutrais que esses pontos de vista me aportam permitiram-me privilegiar as subjetividades desde suas próprias vozes e politizá-las e os meus posicionamentos acadêmicos.

As perspectivas de análises utilizadas permitem a (re)definição da pobreza rural como um fenômeno de dimensões múltiplas perpassado por elementos contextuais e culturais. A contextualização da pobreza em um subespaço rural isolado do leste cubano, dá conteúdo a expressões, singulares, da configuração de “nossa pobreza”, expressa em múltiplas dimensões a partir de privações plurais. O fenômeno tem sua gênese em fatores estruturais que envolvem determinantes históricos, económicos, políticos, espaciais e culturais.

A localização adversa das pessoas pobres na estrutura social que o estudo apresenta contribui para uma compreensão da pobreza com foco na sua dimensão social e nas suas causas estruturais, convocando a gestão do Estado para revertê-las. Além disso, essa problematização contribui a tirar do lugar individual em que, muitas vezes, o fenômeno é colocado, fornecendo os estigmas das pessoas em condições de pobreza.

A tese desvenda uma pobreza reproduzida pela estruturação do fenômeno a partir das reiteradas e superpostas privações que definem o cotidiano e que continuam a concentrar, nas mulheres, os maiores impactos negativos e desvantagens. Embora o fato de colocar ênfase nas considerações estruturais pode induzir a ideia de vitimização das mulheres ao ser apresentadas como passivas e não como donas das suas vidas.

O estudo realizado, através dos diálogos estabelecidos com enfoques teórico-metodológicos que as perspectivas feministas da Economia e da Geografia trazem, assim como da Sociologia e da Teoria de Gênero, mostra sua utilidade no estabelecimento de noções epistemológicas e caminhos metodológicos que podem agir como referências tanto em pesquisas futuras sobre a temática, quanto em preencher de conteúdo o desenho de políticas situadas que reforcem uma visão do rural que projete não apenas seu presente, mas também seu futuro.

A tese reforça a necessária inclusão das relações de gênero na definição do espaço, categoria chave na Geografia, dados os vínculos indiscutíveis que entre eles se estabelecem. O estudo constata como as pessoas são afetadas diversamente pelo contexto enquanto as diferenças espaciais/territoriais colocam marcas nos papéis e nas relações de gênero, nos usos diferentes dos espaços e nas experiências de homens e mulheres.

Neste sentido, constata-se que nas mulheres, a ordem social com matizes patriarcais que prevalece no espaço, impacta tanto na limitada participação delas nas estruturas produtivas quanto na sobrecarga de atividades da reprodução da vida por causa dos papéis outorgados. Nas experiências das mulheres, a identificação do papel do homem na atividade produtiva legitima seu lugar como provedor da família, enquanto o lar (e suas dinâmicas) naturaliza-se como espaço estruturador da vida das mulheres. Esta estruturação dos espaços e das atividades a eles associadas carrega com os significados culturais que sobre o gênero e o espaço, prevalecem.

O valor analítico da categoria gênero e da perspectiva interseccional permitiu (re)pensar o espaço como um marcador¹⁴³ das desigualdades conduzindo a enxergar, a partir dele, outros eixos sociais, além do gênero, carregados de desigualdade como a idade, o nível educacional, o status econômico, mas não apenas para torná-los visíveis e sim para colocá-los atravessando suas análises. A partir dessas perspectivas teóricas, a realidade estudada no subespaço rural holguinero permite compreender a pobreza rural como um fenômeno de dimensões múltiplas nas que destacam: a cultura (gênero), a escolaridade, a saúde, a participação, a segurança, a renda perpassada pela opacidade do espaço no reforço da configuração de uma pobreza situada que exige análises contextualizadas.

Cuba envolve uma pluralidade de realidades que levam a pensar em várias Cubas, assim como nas suas ruralidades e nas suas cidades plurais, diversas, desiguais, não homogêneas. Assim sendo, colocar como ponto de partida as vozes das pessoas que moram em espaços rurais percebidos como pobres, é um ponto de partida interessante.

A tese traz as experiências nas vozes de homens e mulheres que se percebem pobres a partir das avaliações do contexto, o que resultam vitais para a formulação e implementação de políticas públicas em função do caráter situado, multidimensional e multicausado da pobreza.

Diante da visão (ou não visão) de futuro constatada nas narrativas das pessoas, as decisões políticas jogam um papel fundamental nesse contexto. Além do bairro, noutros contextos rurais cujo esvaziamento é gritante e até hoje a emigração é percebida como única opção em presença de um contexto, um município e um país que não muda (ou muda muito devagar/ ou desfasado ante das crescentes e evidentes consequências) suas visões sobre o

¹⁴³ Embora as mulheres, de alguma forma, se relacionem com diversas expressões da discriminação de gênero, existem outros fatores como a raça, a cor da pele, o espaço geográfico, dentre de outros que se inter-relacionam na constituição da posição social de uma pessoa. A interseccionalidade é uma ferramenta analítica para estudar, compreender e responder às formas em que o gênero interage com outras identidades e como essas cruces contribuem para experiências únicas de opressão e privilégio. É, por tanto, uma metodologia indispensável para o trabalho nos domínios de desenvolvimento e dos direitos humanos. Para aprofundamentos veja: Intersectionality: *A Tool for Gender and Economic Justice em Women's Rights and Economic Change* No. 9, agosto de 2004. Disponível em: <https://www.awid.org/>.

rural para reverter, energicamente, a desvalorização desses espaços que constituem, também, a fonte para a segurança e sustentabilidade alimentar num país caracterizado por uma aprofundada crise que passa por fases diversas. As alternativas ficam nítidas: ou são implementadas ações, políticas, programas, estratégias que valorizem a importância desses espaços traduzidas em bem-estar para sua população, ou desaparecem, impactando na configuração de outros espaços.

As estratégias a ser implementadas para a mitigação do fenômeno devem plantear-se a partir da compreensão das dinâmicas próprias dos espaços e as suas expressões singulares a respeito da inclusão precária, exclusões ou fatores conjunturais que impactam certos grupos populacionais influenciando diretamente em seu empobrecimento ou vulnerabilidade.

A tese constata a experiência de pobreza das pessoas que não conseguem os níveis desejados de bem-estar e continuam a sobrevalorizar o passado como referente importante de “un tiempo y una vida mejor” diante de uma palpável realidade em que “la vida empeora y nada cambia”, de uma vida precária.

O estudo oferece um perfil que diversifica os mecanismos de exclusão sistematizados em pesquisas desenvolvidas por Espina (2003), em contextos urbanos, que constata: *acceso nulo o muy bajo a ingresos en divisas; precariedad de la vivienda; ancianos que viven solos o sin apoyo familiar; repertorio reducido de estrategias de vida; mayor frecuencia de abandono o interrupción de estudios; sobrerrepresentación de personas de origen social obrero y empleados de baja calificación*. Acrescentando como singularidades a presença de trabalhadores do setor cooperativo com renda baixa e instável, prevalência de mulheres camponesas donas do lar sem renda ou aposentadas com uma quantia que não satisfaz suas necessidades, níveis de escolaridade expressivamente inferiores à meia nacional.

As tendências nos mecanismos de exclusão apresentados por Espina (2003) também incluem: *familias con un tamaño superior al promedio; amplia presencia de ancianos y niños en el núcleo familiar; familias monoparentales con mujeres jefas de hogar que no tienen trabajo estable; altos niveles de fecundidad y de maternidad adolescente sin apoyo paterno; sobrerrepresentación de negros y mestizos; personas que no trabajan por discapacidad o ausencia de otras condiciones para hacerlo; utilización de los niños para apoyar las estrategias de los adultos (cuidado de hermanos más pequeños, venta en el barrio de artículos elaborados o conseguidos por los adultos, realización de tareas domésticas y otros encargos); ubicación espacial preponderante en barrios marginales*. Nessa linha, os resultados da pesquisa em análises fraturam e/ou diversificam as tendências apresentadas por Espina.

Se constata a emergência de colocar foco na visibilidade dos espaços rurais como contextos estruturadores de processos de empobrecimento. No contexto estudado, a ausência de estratégias implementadas pelas mulheres e a limitada participação na tomada de decisões estão também moldadas pela questão espacial e perpassadas por mecanismos de gestão que, em todos os níveis, respondem a uma rígida centralização do Estado.

O reconhecimento das pessoas pobres impõe questionamentos que fraturam as utopias que vem configurando-se a partir da mudança política e social, as utopias sobre as conquistas da Revolução, a utopia da igualdade, da justiça social, da alfabetização¹⁴⁴, a utopia do “homem novo”. As vozes sobre as pobresas que a tese traz, erigem-se como desobedientes à imagem monolítica que, sobre a Cuba Socialista, prevalece na oficialidade dos discursos políticos e mediáticos da ilha.

¹⁴⁴ Algumas destas ideias são incorporadas no artigo intitulado “Discursos (des)obedientes”, em andamento, o qual foi inspirado na disciplina “Figurações de raça e gênero nas narrativas culturais II”.

REFERÊNCIAS

- ABROMAVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2000. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4121. Acesso em 12 novembro de 2017.
- ABROMAVAY, Ricardo. A densa vida financeira das famílias pobres. In ABRAMOVAY, Ricardo (org.) **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2004.
- ABROMAVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.) **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: Ed. Alínea, 2005.
- AGUADO, Luis Fernando; OSORIO, Ana Maria. Percepción subjetiva de los pobres: Una alternativa a la medición de la pobreza. **Reflexión Política**, Colombia, v.8, n.15, pp. 26-40, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11001503>. Acesso em: dez 12 de 2011.
- AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. O trabalho das mulheres nos espaços rurais: algumas reflexões. **Raízes**, v.37, n.2, pp. 134-149, jul-dez. 2017. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_422.pdf. Acesso em: fev 24 de 2019.
- AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Russel Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- AGUILAR, Paula. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. **R. Katál**. Florianópolis, v.14, n.1, p.126-133, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a14.pdf>. Acesso em: 2 de junho de 2018.
- AGUIRRE, Rosario; ARRIAGADA, Irma; BENERÍA, Lourdes; FAUR, Eleonor Faur; FLORO, María S; GHERARDI, Natalia; MESSIER, John; PAUTASSI, Laura C.; RICO DE ALONSO, Ana. La perspectiva de género en el análisis de los procesos de empobrecimiento. La medición del uso del tiempo y del trabajo no remunerado. In: **La persistencia de la desigualdad Género trabajo y pobreza en América Latina. Parte I: Género y trabajo en América Latina**. Quito, Ecuador: Editora Gioconda Herrera. Primeira edição novembro de 2006, pp. 91-140. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/49274.pdf>. Acesso em: fev 20 de 2015.
- ALBURQUERQUE, Francisco. **Espacio, territorio y desarrollo económico local**. Chile: ILPES LC/IP/R 160, 1995. Disponível em: <http://www.ceur.ubiobio.cl/pdf/est-ceur03.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2012.

ALEXANDER, Jeffrey. **Sociología cultural**: formas de clasificación en las sociedades complejas. Barcelona: Anthropos, 2001.

ALEXANDER, Jeffrey; SMITH, Philip. The strong program in cultural theory: elements of a structural hermeneutics. In: TURNER, Jonathan H. (Ed.). **Handbook of sociological theory**. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2002.

ALONSO, Aurelio. **La pobreza vista en tres escalas**. Reflexiones sobre el Caribe hispano, Ponencia presentada en el Taller Internacional Estrategias de Reducción de la Pobreza en el Caribe. Los actores externos y su impacto en la reducción de la pobreza en el área, **CLACSO/CROP/CIPS/CIEI**, La Habana, 4-6 noviembre, 2002.

ALONSO, Aurelio. Pobreza y desamparo: un debate urgente. In: **Development et civilisations** (París) n. 356, septiembre. 2007. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/56020.pdf>. Acesso em: jan 22 de 2015.

ALONSO, Aurelio. Cuba: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos. **Estudos avançados**, v. 25, n. 72, 2011.

ALONSO, Aurelio. Prólogo. In: ZABALA, María del Carmen. **Algunas claves para pensar la pobreza en Cuba desde la mirada de jóvenes investigadores**. Centro Félix Varela, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. La Habana: Editorial Acuario, 2014.

ALTAMIRANO, Teófilo; COPESTAKE, James; FIGUEROA, Adolfo; WRIGTH, Katie. **Poverty studies in Peru**: towards a more inclusive study of exclusión. Wellbeing in Developing Countries ESRC Research Group. WeD Working Paper 05. Reino Unido: Editorial Assistant: Becky Lockley, 2003.

ANDRADE, Joana. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº18. Brasília, setembro-dezembro de 2015.

ARENAS, A. **La pobreza y los estudios de Género**. Seminario sobre Pobreza en América Latina y Estrategia Nacionales para su superación, Colombia, 2004.

ARENDT, Hanna. **La vida del Espíritu. El pensar, la voluntad y el juicio en la filosofía y en la política**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984.

ARENDT, Hanna. **Entre el pasado y el futuro**. Península. Barcelona, 1996.

ARRIAGADA, Irma. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. **Revista de la CEPAL**, 85, 2005. Disponível em: <https://www.cepal.or>. Acesso em: 12.nov. 2011.

ATKINSON, Antohony. Comparing poverty rates internationally: lesson from recente studies in Developed Countries. **World Bank Economic Review**, v. 5, n. 1, pp. 3-21, 1991.

AZEREDO, Verônica. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serv. Soc. Soc.**, n. 103, p. 576-590, jul./set, 2010. São Paulo. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101 Acesso em 20 de junho de 2018.

BAEZA, Andrea; BAEZA, Pamela; IBACETA, Victoria. La(s) pobreza(s) desde el género. Una aproximación a la realidad chilena actual. **Revista Punto Género**, n.4, diciembre. 2014. Disponível em: <https://revistapuntogenero.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/36410>. Acesso em: 20 jun de 2020.

BAGOLIN, Izete; TOMAZ, Osmar; COMIM, Flavio. Gênero e pobreza multidimensional no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 2 (45), pp. 387-408, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21n2/a07v21n2.pdf>. Acesso em: jun 15 de 2018.

BAKHTIN, Mijail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995 [1929].

BAKHTIN, Mijail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mijail. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2012 [1924].

BAKHTIN, Mijail. Problemas da poética de Dovstóiévski. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013

BANCO MUNDIAL, 2001. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/927161468164645652/relatorio-sobre-o-desenvolvimento-mundial-2000-2001-luta-contr-a-pobreza>. Acesso em: nov 12 de 2012.

BARRERE, Pierre. La urbanización del campo en los países industrializados. In BARRERE, Pierre. et al. **Espacios rurales y urbanos en áreas industrializadas**. Vilassar de Mar: Oikos Tau, 1988, p. 59-78.

BATTHYÁNY, Karina. Pobreza y desigualdades sociales. Una visión desde el género. **Papeles de población**. Universidad Autónoma del Estado de México, v.14, n.57, pp. 193-207, jul-set. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11205708>. Acesso em: fev 2 de 2015.

BATTHYÁNY, Karina. Uso del tiempo y trabajo no remunerado: división sexual del trabajo y contratos de género. Un estudio de caso en el medio rural familiar. In: PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín; VITELLI, Rossana (orgs). **Relaciones de género en el medio rural uruguayo**: inequidades “a la intemperie.” Facultad de Ciencias Sociales UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, Uruguay, 2013, pp. 81-104.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAYÓN, María Cristina. Oportunidades desiguales, desventajas heredadas: Las dimensiones subjetivas de la privación en México. **Revista Espiral. Estudios sobre Estado y Sociedad**, v. xv, n. 44, pp. 163-198, 2009. Disponível em: www.redalyc.org/pdf/138/13804405.pdf. Acesso em 2 de fev de 2015.

BAYÓN, María Cristina. Hacia una sociología de la pobreza: la relevancia de las dimensiones culturales. **Estudios Sociológicos**, Colegio de México, A.C. Distrito Federal, México, v. XXXI, n. 91, pp. 87-112, enero-abril, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59830136004>. Acesso em 14 de abril de 2015.

BAYÓN, María Cristina. La construcción del otro y el discurso de la pobreza. Narrativas y experiencias desde la periferia de la ciudad de México. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**. Nueva Época, v. LX, n. 223, 2015 a, pp. 357- 376, enero-abril 2015a. Universidad Nacional Autónoma de México. Disponível em: www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/45390. Acesso em: maio 10 de 2015.

BAYÓN, María Cristina. **La integración excluyente**. Experiencias, discursos y representaciones de la pobreza urbana en México. Primera edición. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales: Bonilla Artigas Editores, 2015b. 180 p. Disponível em: <http://ru.iis.sociales.unam.mx/handle/IIS/4934>. Acesso em: dez 2 de 2020.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. Obras escolhidas. Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BETETA, H. What is missing in measures of Women's Empowerment?. **Journal of Human Development**, v. 7, n. 2, pp. 221–241. 2006

BEZERRA, Arthur Coelho. A cultura é autônoma ou serve às elites? Um olhar sobre as abordagens sociológicas de Jeffrey Alexander e Pierre Bourdieu. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.18.1, pp.135-153, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285547059_A_cultura_e_autonoma_ou_serve_as_elites_Um_olhar_sobre_as_abordagens_sociologicas_de_Jeffrey_Alexander_e_Pierre_Bourdieu. Acesso em: nov 28 de 2020.

BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n 9, pp. 7-39, 2012. Brasília. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103...script=sci_abstract... Acesso em: jul 6 de 2017.

BOISIER, Sergio. **¿Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica?** Santiago de Chile, 2002. Disponível em: <http://www.grupochorlavi.org/php/doc/documentos/ysi.pdf>. Acesso em: dez 14 de 2011.

BOSERUP, Esther. **Woman's Role in Economic Development**. New York, 1970. Resenha por Justa Montero. **Papeles**, n. 56, 1995, s/ p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Brasil: Editorial Bertrand, 2007.

BRADSHAW, S. **Gendered Poverties and Power Relations**: Looking Inside Communities and Households in Nicaragua. Managua. ICD Embajada de Holanda. Fundación Puntos de Encuentro, 2002.

BRADSHAW, S.; LINNEKER, B. Challenging women's poverty: Perspectives on gender and poverty reduction strategies from Nicaragua and Honduras. CIIR, 2004.

BUSTILLOS, Sandra. De lo rural a lo urbano en América Latina. In: **Avances. Coordinación de Investigación**, ICSA, n. 67, Octubre de 2004, Universidad Autónoma de Ciudad de Juárez. Disponível em: <http://www2.uacj.mx/Publicaciones/Avances/2004/67.pdf>. Acesso em: dez 14 de 2017.

BUSTOS, Lucas Andrés. **El lugar de las mujeres pobres**: el caso de las beneficiarias de planes sociales. La aljaba versión On-line ISSN 1669-5704 Aljaba v.13, n.13, Luján, jan./dez. 2009. Disponível em: .Acesso em: abril 15 de 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, Marcio. **Performatividades reguladas**: heteronormatividades, narrativas biográficas e educação. Curitiba: Appris, 2016.

CAGATAY, Nilufer. Reseña los trabajos de Elson y Grown. In: **Incorporación de género en la macroeconomía**. Del texto Macroeconomía, Género y Estado. DNP-GTZ y BMZ. TM Editores Santafé de Bogotá, 1999, p. 8.

CAGATAY, Nilüfer; ELSON, Diane e GROWN, Caren. "Introduction". **World Development**, v. 23, n 11, pp. 1827-1836, 1995.

CARRASCO, Cristina. **Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria & Antrazyt, 1999.

CARRASCO, Cristina. La valoración del trabajo familiar doméstico: Aspectos políticos y metodológicos. In: **El género en la economía**. Centro de Estudios de la Mujer-Isis Internacional, Santiago de Chile, 2001, p. 27.

CARRASCO, Cristina. La economía del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes. **Revista de Economía Crítica**, n.11, primer semestre 2011. Disponível em: <http://w110.bcn.cat/fitxers/dona/dossiercursoeconomia.893.pdf>. Acesso em: nov 12 de 2012.

CARRASCO, Cristina. El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía. **Cuadernos de Relaciones Laborales**: Madrid, v. 31, n. 1, p. 39 -56, abr. 2013. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/CRLA/article/view/41627/39688>. Acesso em: maio 15 de 2015.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a "desfiliação". **Caderno CRH/UFBH**. Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal de Bahia, Salvador, v. 10, n. 26, pp. 19-40. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664>. Acesso em: ago 12 de 2017.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado en la sesión plenaria celebrada por el Comité Conjunto de Instituciones Cívicas Cubanas, en el salón de actos del Colegio Médico Nacional, 16 de marzo de 1959. (Versão taquigráfica da oficina do Primeiro Ministro). Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f160359e.html>. Acesso em: fev 10 de 2020.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado en la clausura de la plenaria de la Industria Azucarera. Artemisa, Pinar del Río, 28 de junio de 1960. (Versão taquigráfica da oficina do Primeiro Ministro), 1960a. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1960/esp/f280660e.html>. Acesso em 15. fev. 2020.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado en la Magna Asamblea Popular celebrada por el pueblo de Cuba en la Plaza de la República, reconocido como la Primera Declaración de la Habana el 2 de septiembre de 1960b. (Versão taquigráfica da oficina do Primeiro Ministro). Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1960/esp/f020960e.html>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado en la Sede de las Naciones Unidas, de los Estados Unidos de América, el 26/09, 1960c. (Versão taquigráfica da oficina do Primeiro Ministro). Disponível em: <http://www.fidelcastro.cu/pt-pt/discursos/discurso-pronunciado-pelo-comandante-em-chefe-fidel-castro-ruz-na-sede-das-nacoes-unidas>, Acesso em: 15 fev. 2020

CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado en el acto central por el XXXI aniversario del asalto al cuartel Moncada. Ciudad de Cienfuegos, el 26 de julio de 1984. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1984/esp/f260784e.html>. Acesso em: fev 20 de 2020.

CASTRO, Fidel. **La Historia me absolverá**. La Habana: Ciencias Sociales, 2007. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1960/esp/f280660e.html> Acesso em: 15. fev. 2020.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CHANT, Sylvia. **Nuevas contribuciones al análisis de la pobreza**: desafíos metodológicos y conceptuales para entender la pobreza desde una perspectiva de género. Serie mujer y desarrollo #47. Santiago: CEPAL, Unidad Mujer y Desarrollo, 2003.

CHANT, Sylvia. Re-thinking the «feminization of poverty» in relation to aggregate gender indices. In: **Journal of human development**, v. 7, n. 2, pp. 201–220, 2006. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/2869/1/Re-thinking_the_feminisation_of_poverty_%28LSERO%29.pdf. Acesso em 20 dez de 2011.

CHANT, Sylvia. **Gender, Generation and Poverty**: Exploring the "Feminisation of Poverty" in Africa, Asia and Latin America. Cheltenham, Edward Elgar, 2007.

CLEMENTE, Adriana. La pobreza como un fenómeno situado. Notas para un abordaje. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**, v. 6, n 10, pp. 13 – 27, jan – jun. 2016. Disponível em: <http://revistas.unla.edu.ar/perspectivas/article/view/1014/958>. Acesso em 2 de junho de 2017.

COMIM, Flavio; BAGOLIN, Izete. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, v. 23, pp. 467 – 490, 2002.

CONNELL, Robert. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (Ed.). **Masculinidad/es: poder y crisis**. Santiago de Chile: Ediciones de las Mujeres, 1995. p. 31-48.

CORNWALL, A. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global”. **Cad. Pagu**, no.52, Campinas, 2018.

CORIA, Clara. **Poder-Dinero-Dependencia**. España: Ediciones Argot. 1990, p. 35

CRESWELL, J. W. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks, California: Sage, 2009.

CRUZ, Fátima. **Género, psicología y desarrollo rural: la construcción de nuevas identidades: las repercusiones sociales de las mujeres en el medio rural**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2006. Disponível em: www.researchgate.net. Acesso em: jul 13 de 2020.

CUBA. Oficina Nacional de los Censos. Censo de población, vivienda y electoral, 1953.

DA SILVA, Susana Maria Veleda. Geografia e gênero./ Geografia Feminista- O que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, 23, pp. 105 - 110, março, 1998. Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil. Versão online. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>. Acesso em: abril 15 de 2015.

DE BARBIERI, Teresita. Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. **Debates en Sociología**, n. 8, 11p, 1993. Pontificia Universidad Católica del Perú, Dpto. de Ciencias Sociales.

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction**, London, Macmillan Press, 1989, pp. 1 - 30. Tradução de Ana María Bach e Margarita Rolulet. Disponível em: http://blogs.fad.unam.mx/assignatura/adriana_raggi/wp-content/uploads/2013/12/teconologias-del-genero-teresa-de-lauretis.pdf. Acesso em: mar 30 de 2009.

DE LAURETIS, Teresa. La esencia del triángulo, o tomarse en serio el riesgo del esencialismo: teoría feminista en Italia, los E.U.A. y Gran Bretaña. **Debate feminista**, v. 2, n. 1, septiembre. 1990, pp. 77 - 115.

DE LAURETIS, Teresa. Semiótica y experiencia. In: **Alicia ya no. Feminismo, semiótica y cine**. Madrid: Cátedra, 1992, pp. 251-294.

DE MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Econ. soc.[online]**. v. 16, n. 3, pp. 435 - 454. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. ISSN 0104-0618. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182007000300006>. Acesso em: fev 28 de 2019.

DE QUEIROZ, Thiago Augusto. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. Para Onde!? **Revista do Programa de Pós - Graduação em Geografia**, v. 8, n. 2, pp. 154-161, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/61589>. Acesso em: abril 20 de 2015.

DEATON, Angus; GROSH, Margaret. Diseño de cuestionarios de Encuestas del Hogar para los países en vía de desarrollo: lecciones de diez años de experiencia con las EMNV. In: **CEPAL**, 3er taller regional: medición del gasto en las encuestas de hogares, 1999.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y Mercado en América Latina**. UN-Facultad de Ciencias Humanas, Bogotá, 2000.

DELGADO, Ovidio. **Debates sobre el espacio en la geografía contemporánea**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Unibiblos, 254 p, 2003. ISBN: 958-701-309-3

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 2000.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2005.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESALLIEN, Renata. **Review of Poverty Concepts and Indicators, Social Development and Poverty Elimination**. Division (Seped), Series on Poverty Reduction, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), pp. 1-21, 1998.

DÍAZ, B; Guasch, I; Vigaud, B. **Caracterización del niño en riesgo por condiciones socioeconómicas y familiares adversas. Acción preventiva intraescolar y comunitaria**. Informe de Investigación, Ministerio de Educación, La Habana, 1990.

DIETERLEN, Paulette. **La pobreza: un estudio filosófico**. México D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México y FCE, 2003.

DILLA Alfonso, Haroldo. La reestructuración espacial en Cuba. **Cuadernos del CENDES**, v. 25, n. 68, pp. 55 - 70, mayo-agosto. 2008. Universidad Central de Venezuela Caracas, Venezuela. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/403/40306804.pdf>. Acesso em: jan 15 de 2019.

DIRVEN, Martine. Expectativas de la juventud y el desarrollo rural. **Revista de la CEPAL**, n. 55, 1995.

DIRVEN, Martine. Algunos datos y reflexiones en torno al rejuvenecimiento de la población en los territorios rurales. In: **Mercados de tierras agrícolas en América Latina y el Caribe: una realidad incompleta**, Pedro Tejo (Compilador), Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y la Agencia de Cooperación Técnica Alemana (GTZ), 2003. Disponível em:

<http://www.rimisp.org/boletines/bol45/doc4.zip/http://www.iica.int/es/countries/uruguay>. Acesso em 10 de jan de 2019.

DIRVEN, Martine. Pobreza rural y políticas de desarrollo: avances hacia los objetivos de desarrollo del Milenio y retrocesos de la agricultura de pequeña escala. **CEPAL - Serie Desarrollo Productivo**. Santiago de Chile, n. 183, 2007.

DIRVEN, Martine. **Juventud rural y empleo decente en América Latina**. Organização para as Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i5570s.pdf> Acesso em 10 de jan de 2019.

DUBET, F. **Repensar la justicia social**. Contra el mito de la igualdad de oportunidades. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI, 2010.

DUBOIS, Alfonso. **La revisión del concepto de pobreza**. Fundamentos para un marco analítico alternativo de la pobreza desde la referencia del bienestar. HEGOA, País Vasco, España, 1999.

DUBOIS, Alfonso. **Pobreza urbana y rural**. In: Diccionario de acción humanitaria y cooperación al desarrollo, 2005 - 2006. Disponível em: <http://www.dicc.hegoa.ehu.eus/listar/mostrar/174>. Acesso em: maio 10 de 2015.

DUBOIS, A: Convergencias y divergencias sobre el concepto de pobreza: ¿desde dónde se plantean las estrategias para su reducción en el ámbito mundial? In: THORP, Rosemary ; DUBOIS, Alfonso, et. al. **Pobreza y solidaridad: hacia un desarrollo sostenible**. Vitoria-Gasteiz: Federación de Cajas de Ahorros Vasco-Navarras, 2006.

DUBOIS, Alfonso. El debate sobre el enfoque de las capacidades: las capacidades colectivas. Aracucaria. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, n. 20, p. 35 – 63, segundo semestre. 2008.

ECHEVARRIA, Dayma; ROMERO, Magela. **Trabajo, Empleo y Desigualdad de Género: puntos ciegos de las políticas de empleo en Cuba**. 15 de mayo de 2019. Disponível em: <https://www.nodal.am/2019/03/>. Acesso em: nov 22 de 2017.

EISENHARDT, K. Building Theories from Case Study Research. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, pp. 532-550, 1989.

ELÍAS, Adriana. Juventudes rurales en la Cuba contemporánea. Estudios Latinoamericanos, **Nueva Época**, n. 39, enero – junio, pp. 99-116, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rel/article/view/58305>. Acesso em: marzo 8 de 2019.

ESPINA, Mayra Paula. **Transformaciones recientes de la estructura socioclasista cubana**. Papers. Revista de Sociologia, [S.l.], v. 52, pp. 83-99, jul. 1997. Disponível em: <http://papers.uab.cat/article/view/v52-espina>. Acesso em: nov 18 de 2017.

ESPINA, Mayra Paula. **Territorialización de las desigualdades y desarrollo local. Reflexiones a partir de la reforma económica cubana**. Ponencia preparada para el Seminario Internacional “ONGs, Gobernanza y Desarrollo en América Latina y el Caribe”

Montevideo, noviembre 28 al 30, 2001. Disponível em:
<http://www.documentacion.edex.es/docs/1201ESPter.pdf>. Acesso em: nov 20 de 2011.

ESPINA, Mayra Paula. Efectos sociales del reajuste económico: igualdad, desigualdad y procesos de complejización en la sociedad cubana. **Anais [Congreso de LASA]**. Dallas, Texas. Panel: Acercamiento a los estudios de pobreza en Cuba, 2003. Disponível em:
<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/EspinaPrietoMayraPaula.pdf>. Acesso em: nov 20 de 2011.

ESPINA, Mayra Paula. La comprensión de la desigualdad. La Habana: **Revista Temas**, n. 45, 2006a.

ESPINA, Mayra Paula. Pobreza, desigualdade e desenvolvimento: O papel do Estado na experiência cubana e seus desafios atuais. In: **A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global**. Címadamore, Alberto; Hartley, Dean; Siquiera, Jorge. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006b. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/crop/pobreza/08prieto.pdf>. Acesso em: nov 20 de 2011.

ESPINA, Mayra Paula. **Desigualdad y política social en Cuba hoy**. Conference “The Future of Social Justice in Cuba” Bellagio Conference Center May 27-29, 2008. Panel “Social Justice in Cuba: Assessment of Current Situation”. Disponível em:
https://www.focal.ca/pdf/cuba_Espina%20Prieto_desigualdad%20politica%20social%20Cuba%20hoy_May%2026-29%202008_Bellagio.pdf. Acesso em: nov 15 de 2011.

ESPINA, Mayra Paula. **Desarrollo, desigualdad y políticas sociales: acercamientos desde una perspectiva compleja**. La Habana: Acuario, 2010.

ESPINA, Mayra Paula. **Políticas de atención a la pobreza y la desigualdad. Examinando el rol del Estado en la experiencia cubana**. Informe de Investigación, CLACSO/CROP, La Habana, 2014.

ESPINA, Mayra Paula. Reforma económica y política social de equidad en Cuba. In: ESPINA, M.P; ECHEVARRÍA, D (orgs.). **Cuba: los correlatos socioculturales del cambio económico**. La Habana y Ciudad de Panamá: Ciencias Sociales y Ruth Casa Editorial, 2015a, pp. 197 - 223.

ESPINA, Mayra Paula. **La tarea social no puede quedar para después**. Entrevistada por Fernando Ravsberg em 07/01/2015b. Disponível em: <https://oncubamagazine.com/a-fondo/mayra-espina-la-tarea-social-no-debe-quedar-para-despues/> Acesso em: fev 20 de 2015.

ESPINA, Mayra; FERNANDEZ, Julio. TRIANA, Juan P. Las ciencias sociales cubanas de cara a la transformación actual. Transformación de la sociedad cubana: contribuciones a un debate actual. In: **Experiencias de la investigación social en Cuba**. La Habana: Editorial Acuario, Centro Félix Varela, 2011, p. 17 – 24.

FACIO, Ada. De las necesidades básicas a los Derechos Humanos. In: **Derechos Humanos de la Mujer, Perspectivas Nacionales e Internacionales**. Colombia: Rebeca J. Cook, Profamilia, 1997, p. 353.

FOUCAULT, Michel. **Of others spaces: Utopias and Heterotopias.** From: Architecture /Mouvement/ Continuité, 1984.

FEDERICI, Silvia. **A história oculta da fofoca: mulheres, caça às bruxas e resistência ao patriarcado** (O livreto faz parte do livro Mulheres e caça às bruxas). Boitempo Editorial, 2019.

FERES, Juan Carlos; MANCERO, Xavier. El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina. División de Estadística y Proyecciones Económicas. **Naciones Unidas, CEPAL**, 2001. Disponível em: <http://www.cepal.org/deype/mecovi/docs/taller5/8.pdf>. Acesso em: agosto 4 de 2018.

FERNÁNDEZ, Ana María. **Las lógicas colectivas. Imaginarios, cuerpos y multiplicidades.** Buenos Aires: Biblos, 2007.

FERREIRA, Maria Salet. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em CaxambúMG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1304/1268>. Acesso em: jun 30 de 2018.

FERREIRA, Rodolfo; CORDEIRO, Genivalda. Pobres no Campo, Ricos na Cidade? Uma Análise Multidimensional da Pobreza. **RESR**, Piracicaba - SP, v. 54, n. 03, pp. 537-560, jul/set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000300537&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: abril 20 de 2020.

FERRIOL, Ángela; CARRIAZO, George et al. **Efectos de políticas macroeconómicas y sociales sobre los niveles de pobreza. El caso de Cuba en los años 90.** La Habana: INIE/CIEM, 1997.

FERRIOL, Ángela. **Explorando nuevas estrategias para reducir la pobreza en el actual contexto internacional. Experiencias de Cuba.** Ponencia en el Taller Reducción de la pobreza en el Caribe, La Habana, 2002.

FIGUEROA, Adolfo; ALTAMIRANO, Teófilo; SULMONT, Denis. **Social Exclusion and Inequality in Peru.** Libros PUCP/Books other publishers, 1996.

FERREIRA, Rodolfo; CORDEIRO, Genivalda. Pobres no Campo, Ricos na Cidade? Uma Análise Multidimensional da Pobreza. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 54, n. 03, pp. 537-560, jul/set 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000300537&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: abril 20 de 2020.
<file:///C:/Users/WINDOW~1/AppData/Local/Temp/157377spao.pdf>. Acesso em: nov 20 de 2012.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2012.

FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRICOLA (FIDA). **El estado de la pobreza rural en el mundo: la situación en América Latina y el Caribe.** Roma, 1993.

FONT, Miosothis. Género y salud. In.: GUEVARA, María; TORRALBAS, Aida; PUPO VEGA, Ania. **Rompiendo silencios. Lecturas sobre mujeres, género y desarrollo humano.** La Habana: Editorial de la mujer, pp. 151 – 164, 2013.

FONTELA, Marta. Qué es el patriarcado? Claves del feminismo. **Revista Mujeres en Red. El periódico feminista.** 2008. Disponível em: http://www.mujiresenred.net/IMG/article_PDF/article_a1396.pdf. Acesso em: dez 10 de 2011.

FORNI, Pablo. Los estudios de caso: orígenes, cuestiones de diseño y sus aportes a la teoría social. **Miríada.** Investigación en Ciencias Sociales. IDICSO. Instituto de Investigación en Ciencias Sociales. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de El Salvador. **Miríada**, v. 3, n. 5, pp. 61-80, 2010.

FORTEZA, Saimelyn; VILARIÑO, Carlos Manuel; PERÓN, Eva. Análisis cualitativo del impacto de la reconversión azucarera en la mujer rural. Experiencias de un Consejo Popular. **Revista OIDLES**, v. 2, n. 4, jun. 2008. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/oidles/04/rcd.htm>. Acesso em: nov. 20 de 2011.

FORTEZA ROJAS, S; CORELLA, CM; DELGADO, EV. Análisis Cualitativo Del Impacto De La Reconversión Azucarera En La Mujer Rural. Experiencias De Un Consejo Popular. **Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social**, Servicios Académicos Intercontinentales SL, issue 4, 2008.

FRASER, Nancy. La Lucha por las necesidades. Esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura política del capitalismo tardío. **Debate feminista.** México, v. 3, pp. 21 – 28, marzo. 1991. Disponível em: http://www.debatefeminista.pueg.unam.mx/wpcontent/uploads/2016/03/articulos/003_02.pdf. Acesso em: nov 12 de 2012.

FRESNEDA, Edel; PEÑA, Ángela. Clases sociales y territorio en Cuba: miradas a los procesos de desigualdad socioclasista y espacial de la periferia habanera. **Cadernos do CEAN.** Núcleo de Estudos Cubanos, ano XIII, Brasília, no. 35, setembro 2013. Disponível em: www.researchgate.net/publication/304539876. Acesso em: nov 20 de 2018.

FURLIN, Neiva. A experiência da intersubjetividade na pesquisa feminista: perspectivas metodológicas. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 4, pp. 913-930, 2015.

FURLIN, Neiva. A categoria de experiência na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, pp. 967-969, setembro-dezembro, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300025>. Acesso em: nov 27 de 2020.

GARCÍA, Deysi Emilia. **Tensões tempos – corpos na Escuela Cubana de Ballet**, 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/189916/PPSI0786-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: maio 20 de 2018.

GARCÍA, Miriam; PÉREZ, Niurka. **Algunos resultados sobre la relación mujer – formas organizativas agropecuarias en Cuba.** VI Congreso ALASRU, Porto Alegre, Brazil, pp.

646 – 652, 2002. Disponível em: <https://www.alasru.org/pdf/congreso2002.pdf>. Acesso em: nov 20 de 2012.

GIARRIZZO, Victoria. Pobreza subjetiva en Argentina. Construcción de indicadores de bienestar económico, 2006, 182 f. Tese (Doutorado em Economia). Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias económicas, 2006. Disponível em: http://www.econ.uba.ar/www/servicios/Biblioteca/bibliotecadigital/bd/tesis_doc/giarrizzo.pdf. Acesso em: março 22 de 2012.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GLASER, B.G; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. Chicago: Aldine Publishing Company, Hawthorne, NY, 1967. Disponível em: http://www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Glaser_1967.pdf. Acesso em: nov 10 de 2017.

GLEWWE, Paul; VAN der GAAG, Jacques. Identifying the poor in Developing Countries: do different definitions matter? **World Development**, v. 18, n. 6, pp. 803 – 814, 1990.

GUEVARA FLETCHER, Diego Andrés; GÓMEZ CASTILLO, Julián David. Desde la cima de la montaña o el plano de la sabana: percepción subjetiva de la pobreza en Bogotá. **Equidad y Desarrollo**, v. 1, n. 16, pp. 163-181, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.19052/ed.141>. Acesso em: jan 22 de 2012.

GUEVARA, María de los Ángeles Arias. **Cambios fundamentales en la estructura interna de los obreros agrícolas después del triunfo de la Revolución. La clase obrera agrícola en la región oriental**, 1993, 120 fl. Tese (Doutorado em Filosofia) Universidad de la Habana, La Habana, 1993. Inédito.

GUEVARA, María de los Ángeles Arias. Enfoque de género en el desarrollo local. In: **Colectivo de autores. Estudios sobre desarrollo local, innovación social y género**. Pp. 25-54, 2008. La Habana: Academia.

GUEVARA, María de los Ángeles Arias. **Relaciones de género en agricultores familiares de base agroecológica. Estudio de casos en la región metropolitana de Paraná**. Ponencia presentada en el II Congreso Latinoamericano de Agroecología. Universidad de Positivo. Curitiba, nov. 2009. Disponível em: <http://www.generos.ufpr.br/files/ded7-agroecologia.pdf>. Acesso em: nov 15 de 2011.

GUEVARA, María de los Ángeles Arias. Los debates sobre la relación entre las mujeres y el desarrollo. Aportes y críticas desde el feminismo. In: ARIAS, Maria; FERNANDEZ, Aida. PUPO VEGA, Ania (orgs.). **Rompiendo Silencios. Lecturas sobre Mujeres, Géneros y Desarrollo Humano**. Pp. 78-94. La Habana: Editorial de la Mujer, 2013.

GUEVARA, María de los Ángeles Arias. Lo Rural como Circuito Espacial de la Violencia Contra las Mujeres, las Voces de las Víctimas y el Desafío para la Construcción de Políticas Públicas. In: MARTINS, Ana Paula Vosne; GUEVARA, María de los Ángeles Arias

(organs). **Políticas de Gênero na América Latina: Aproximações, Diálogos e Desafios.** Jundiá, Paco Editorial: 2015. 240 p.

GUEVARA, María de los Ángeles Arias. Entre el silencio del central, el desconcierto de la pérdida y el cómo encarar la nueva realidad. In: **Trabajo y sociedad en comunidades azucareras.** Coordinación científica: Ana Vera Estrada. Editorial Nuevo Milenio, La Habana, 2020.

GUEVARA, María de los Ángeles Arias; LEYVA, Arisbel. Los estudios rurales en Cuba. Reflexiones sobre la estructura social y los cambios en la agenda de investigación. Universidad de La Habana, n. 83, pp. 243 - 258. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317512639>. Acesso em: 20 jan de 2020.

GUTIÉRREZ, Pedro Juan. **Las palabras deben desnudar la realidad, no maquillarla.** Entrevista desenvolvida por José Luis Guntín, El Castellano, 2006. http://www.pedrojuangutierrez.com/Entrevista_ES_El%20Castellano.htm. Acesso em: out 14 de 2020.

HARAWAY, D. J. Conocimientos situados: la cuestión científica en el feminismo y el privilegio de la perspectiva parcial. In: **Ciencia, cyborgs y mujeres. La invención de la naturaleza.** Madrid: Cátedra, 1995. Disponível em: <lascirujanas666.files.wordpress.com/2014/04/harawayconocimientossituados.pdf>. Acesso em: fev 15 de 2009.

HARDING, David. Cultural Context, Sexual Behavior, and Romantic Relationships in Disadvantaged Neighborhoods. **American Sociological Review**, v. 72, pp. 341-364. 2007.

HERNÁNDEZ, Yuliuva. Estudio de caso sobre violencia contra mujeres en Calabazas, Sagua de Tánamo. Algunos aspectos culturales. **Sexología y Sociedad**, no. 46, p. 4-11, 2011.

HERNÁNDEZ, Yuliuva. **Lecturas culturales sobre la violencia contra la mujer en la relación de pareja. El caso de estudio Moa.** 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2014.

HERNÁNDEZ, Yuliuva; DELGADO, Alisa. El papel de la pobreza y la exclusión en la violencia contra las mujeres en Moa, Cuba. **La manzana de la discordia**, julio-diciembre, v. 9, n. 2, pp. 43-56, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317962046_El_papel_de_la_pobreza_y_la_exclusio_n_en_la_violencia_contra_las_mujeres_en_Moa_Cuba. Acesso em: 30 jan. 2019.

HERNÁNDEZ, Yuliuva; DELGADO, Alisa. Mujeres víctimas de violencia en Cuba. Un estudio de estrategias disciplinares, narrativas de violencia, espacios geográficos y dispositivos ineficaces. **La Manzana de la discordia**. v 11, n. 2, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/journal/1900-7922_La_Manzana_de_la_Discordia. Acesso em: jan 30 de 2015.

HERNÁNDEZ, Yuliuva; DELGADO, Alisa. Violencia de género, feminismo y representación en Cuba. Revista **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, pp. 1 – 15, 2019.

HERRERA, Karolina. **A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204552>. Acesso em: maio 16 de 2020

HERRERA, Yisel. Estudios sociales rurales: campo y producciones científicas Rural social studies: Field and scientific productions. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 82, n. 2, abril-junio, 2020, pp. 281-309. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/rms/v82n2/2594-0651-rms-82-02-281.pdf>. Acesso em: dez 2 de 2020.

IBÁÑEZ, J. Perspectivas de la Investigación Social: el diseño en las tres perspectivas. In: **El análisis de la realidad social. Métodos y Técnicas de Investigación**. Madrid: Alianza Universidad, 1990. pp. 49-83.

ILLICH, Ivan. Necesidades. W. SACHS (editor), **Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder**, PRATEC, Perú, (primera edición en inglés en 1992), pp. 167-175, 1996.

ÍÑIGUEZ, Luisa; RAVENET, Mariana. **Desigualdades espaciales en Cuba. Antecedencias y efectos de los nuevos procesos**. Ponencia presentada en el Evento Internacional “El pensamiento de Milton Santos y la construcción de ciudadanía en tiempos de Globalización”. Baurú. Brasil, julio, 1997.

ÍÑIGUEZ, Luisa. Heterogeneidad territorial: entre herencias y renovaciones. In: Colectivo de autores (Org.). **Miradas a la economía cubana II**. La Habana: Caminos, 2010.

ÍÑIGUEZ, Luisa. Precedencias y efectos de los procesos de la década del 90 en las desigualdades sociales en Cuba. **Anales de Geografía de la Univ. Complutense**, v. 22, pp. 157-185, 2002. Disponible en: <http://revistas.ucm.es/index.php/>. Acesso 20 de dez de 2017.

ÍÑIGUEZ, Luisa. Trayectorias y transformaciones territoriales en la Cuba actual. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 212-227, ago. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102773>. Acesso em: dez 20 de 2018.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). **El Desarrollo Rural Sostenible en el Marco de una Nueva Lectura de la Ruralidad**. NRejecutivo, 1999. Disponível em: www.iicanet.org/rural/nueva. Acesso em: 20 de março de 2020.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, edição especial. Brasília: IICA, 2011, 172 p.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. / Carlos Miranda e Breno Tiburcio (Organizadores da Série); Antônio Márcio Buainain e Cláudio Dedecca (Organizadores dos Textos) Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.17). Disponível em: <https://replica.iica.org/rural/nueva>. Acesso em: 20 de março de 2020.

JOVCHELOVICH, Sandra; BAUER, W Martin. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 90 -113.

KABEER, Nalia. **Beyond the Threshold: Intra-household Relations and Policy Perspectives**, Paper prepared for presentation at IFPRI-World Bank Conference on Intra-household Resource Allocation: Policies and Research Methods, IFPRI, Washington, 1992, p.12-14. Disponível em:
http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=961183&pid=S0187-5795200800020000700037&lng=es. Acesso em: jan 15 de 2015.

KABEER, Nalia. Tácticas y compromisos: nexos entre género y pobreza. In: ARRAIGADA, I.; FLORES, C. **Género y Pobreza**. Nuevas Dimensiones. Santiago, Chile: Isis Internacional, 1998, p. 14-27.

KLEBA, Teresa; MAILIZ, Catarina. **Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, pp. 871 – 887, setembro-dezembro. 2010. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300013&lng=pt&tlng=p. Acesso em: abril 20 de 2015.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México D.F: UNAM, 1993.

LAGARDE, Marcela. “El género”, fragmento literal: La perspectiva de género. In: **Género y feminismo**. Desarrollo humano y democracia. Madrid: Horas & Horas, 1996, pp. 13 – 38. Disponível em:
atedra.unescodh.unam.mx/catedra/CONACYT/08_EducDHyMediacionEscolar/Contenidos/Biblioteca/Lecturas-Complementarias/Lagarde_Genero.pdf. Acesso em 1 de fev de 2009.

LAGO, Mara C. de Souza; FREITAS, Rosana C. M.; SILVA, Elizabeth F. Narrativas sobre o Programa Bolsa Família em Florianópolis. In: **Estudos de Sociologia**. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Volume 17, número 37 – julho a dezembro de 2014, pp.471-490.

LAMONT, Michèle; SMAOLL, Mario Luis. How Culture Matters: Enriching Our Understandings of Poverty. In: **The Colors of Poverty: Why Racial and Ethnic Disparities Persist**. Edited by David Harris and Ann Lin. New York: Russell Sage Foundation, 2008, pp. 76 - 102.

LARA, Teresa. La economía del cuidado en tiempos de transformaciones económicas. **La rivista di CRIAR** - Università degli Studi di Milano, n. 3, pp. 190-201, dicembre. 2018. Economie del corpo femminile dal XVI al XXI secolo in America Latina, Europa e Giappone. <https://riviste.unimi.it/index.php/CRIANDO/article/view/11041/10367>.

LARA, Teresa. Brechas asociadas al trabajo de cuidados y sus desafíos para el modelo social cubano. In: ALFONSO, Georgina; JUNCO, Teresa; ROMERO, Magela; ECHAVARRÍA, Dayma; PROVEYER, Clotilde. **Análisis crítico a partir de evidencias cuantitativas Los cuidados en la ruta hacia la equidad en Cuba**. La Habana: Editorial Filosofi@.cu, 2020.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, pp. 464 – 479, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16816/15405> Acesso em mayo 2018

LAZCANO, Claudia Leticia. **Humanizando, acolhendo, (trans)formando**: produção de sentidos sobre a assistência transespecífica em saúde, 2019. 208 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:05wrnjcLsl8J:https://repositorio.ufsc.br/handle/12>. Acesso em: março 2 de 2020.

LEÓN, Magdalena. La desigualdad de género en la propiedad de la tierra en América Latina In: **Du grain à moudre: Genre, développement rural et alimentation** [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2011 (generado el 23 avril 2019). DOI: 10.4000/books.iheid.6756. Acesso em: dez 20 de 2020.

LERNER, Berta. **América Latina: los debates en política social, desigualdad y pobreza**. México: Porrúa, 1996, 189 p.

LUXÁN, Marta; AZPIAZU, Jokin. **Metodologías de Investigación Feminista**. Módulo III. Maestría, Agentes de la Igualdad. Universidad del País Vasco, s/f.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **CADERNO CRH**, v. 21, n. 53, pp. 389-404, Maio/Ago. 2008. Salvador. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000200013>. Acesso em: dez 20 de 2011.

MACHADO, Maria Izabel. **Mulheres, economia solidária e a reinvenção de trajetórias**. 2017, 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/files/2017/12/R-T-MARIA-IZABEL-MACHADO-2017.pdf>. Acesso em: maio 10 de 2020.

MACHADO, Talita Cabral; RATTS, Alecsandro José Prudêncio Ratts. A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia (GO). **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 12, n. 1, pp. 201-218, abr. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6437>. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

MARCOUX, Alain. The feminization of poverty: claims, facts and data needs. **Population and Development Review**, v. 24, n.1, pp.131-139 march, 1998.

MARTÍNEZ, Tatiana; PUPO VEGA, Ania; PEREZ, Eider. ¿Crisis de los modelos tradicionales masculinos en espacios en reestructuración productiva? In: **Rompiendo silencios. Lecturas sobre mujeres, género y desarrollo humano**. ISBN 978-959-7217-29-9. La Habana: Editorial de la mujer, 2013.

MASSEY, Dooren. **Space, Place and Gender**. Cambridge: Polity Press, 1994.

MATEO PÉREZ, Miguel Angel. A. Dos perspectivas metodológicas para la inclusión de la perspectiva de género en el análisis de la pobreza. **Psicohtema**, v. 12, n. 2, pp. 377- 381, 2000.

MATEO PÉREZ, Miguel Angel. La perspectiva cualitativa en los estudios sobre pobreza. **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, n. 5, pp. 69-85, 2002.

MATIASEVIC, María Teresa; RUIZ, Alexander. La construcción social de lo rural. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, v. 5, n. 3, pp. 24 – 41, abril-septiembre, 2013. Argentina. ISSN 1853-6190. Disponible em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b->&. Acesso em 20 de dic de 2017.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, CL G., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponible em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 17 de abril de 2021.

MAXWELL, J.A. **Qualitative research design: An interactive approach**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1996.

MÉNDEZ SANTOS, Isidro. De la Historia. La primera publicación científica sobre el marabú en Cuba. **Monteverdia**, 2017.

MESA-LAGO, Carmelo. Problemas sociales y económicos en Cuba durante la crisis y la recuperación. **REVISTA DE LA CEPAL**, n. 86, pp. 183-205, agosto, 2005. Disponible em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/11076-problemas-sociales-economicos-cuba-durante-la-crisis-la-recuperacion>. Acesso em: dez 10 de 2012.

MILOSAVLJEVIC, M. **Panorama sobre las encuestas de uso del tiempo en América Latina**. VI Reunión internacional de expertas y expertos en encuestas sobre uso del tiempo. División de asuntos de la CEPAL, Julio, 2008. Disponible em: http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos_download/101019.pdf. Acesso em: fev 20 de 2012.

MIRANDA, Byron. **Capital social, institucionalidad y territorios: el caso de Centroamérica**. Segunda edición. Nicaragua y Costa Rica, 2003.

MOGHADAM, V. The “Feminization of Poverty” and Women’s Human Rights. **SHS Papers in Women’s studies/Gender Research**, n. 2, jul., 2005. Paris: UNESCO. Disponible em: http://www.cpahq.org/cpahq/cpadocs/Feminization_of_Poverty.pdf Acesso 30 de junho de 2018.

MONCADA, Margarita de la Caridad. Contextualizando la relación pobreza, salud e inclusión social desde una mirada a la atención primaria de salud como espacio social. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Servicios Académicos Intercontinentales, 2013. Disponible em: https://ideas.repec.org/a/erv/rccsrc/y2013i2013_1103.html. Acesso em: maio 10 de 2015.

MONGE Z., ÁLVARO; WINKELRIED Q., D. Consideraciones subjetivas en la medición de la pobreza en el Perú. **Apuntes. Revista de ciencias sociales**, n. 48, p. 129-170, 15 ago. 2001. Disponible em: <http://revistas.up.edu.pe/index.php/apuntes/article/view/508/510>. Acesso em: nov 12 de 2012.

MONK; Janice; HUDSON, Susan. Temas de geografia feminista contemporânea. **DOCUMENTS D' ANÁLISI GEOGRAFICA**, n. 14, pp.31 -50,1989. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/dag/02121573n14/02121573n14p31.pdf>. Acesso em: nov 15 de 2014.

MOSCHKOVICH, Marília Bárbara Fernandes Garcia. Teto de vidro ou paredes de fogo?: Um estudo sobre gênero na carreira acadêmica e o caso da UNICAMP. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Campinas, São Paulo, 2013.

MORENO, Reinier Borrego. La nación desvalida. Pobreza y beneficencia pública en Cuba (1899-1930). **Temas**, La Habana, n. 84, p. 54-62, outubro/dezembro. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/31464724/La_nación_desvalida_Pobreza_y_beneficencia_pública_en_Cuba_1899_193. Acesso em: jul 25 de 2020.

MORSE, J.M. Procedures and Practice of Mixed Method Design: Maintaining Control, Rigor, and Complexity In TASHAKKORI, A.; TEDDLIE, C. (Eds). **The Sage Handbook of Mixed Methods Research in Social & Behavioral Research**, London, Sage, 2003, pp.189-208

MOUFFE, Chantal. Sobre o político. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2015.

MOURA, James Ferrera; CIDADE, Elívia Camurça; XIMENES, Verónica Moraes; SARRIERA, Jorge Castellá. Concepções de Pobreza: Um Convite à Discussão Psicossocial. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, pp. 341 – 352, 2014,. DOI: 10.9788/TP2014.2-06.

MURGUIALDAY, Clara. **Feminización de la pobreza**. 2006. Disponível em: <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/99>. Acesso em: fev 1 de 2016.

NARAYAN, Deepa. **La voz de los pobres. ¿Hay alguien que nos escuche?** Publicado para el Banco Mundial por las ediciones EDICIONES MUNDI-PRENSA Madrid • Barcelona • México, 1999. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/335642-1124115102975/1555199-1124115187705/vol1_sp.pdf. Acesso em: março 2 de 2012.

NEDER, Dantas Henrique. **Um estudo sobre a pobreza rural com abordagem multivariada**. In. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco: SOBER, 2008.

NUSSBAUM, Martha. Capacibilities as Fundamental Entitlement: Sen and de Social Justice. **Feminists Economics**, v. 9 (2-3), pp. 33-59, 2003.

OAKLEY, Ann. **La mujer discriminada: biología y sociedad**. Madrid: Tribuna Feminista, Editorial Debate 1977 [1972].

Oficina Nacional de Estadísticas e Información (ONEI). Disponível em: <http://www.onei.gob.cu/>. Acesso em: set 2 de 2020.

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a alimentação (FAO). **O estado mundial da agricultura e alimentação**, 2017. Disponível em: www.fao.org/3/a-I7658e.pdf. Acesso em: 20 abril de 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**: No movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ORTIZ, Laila. Teniente da alcaldía de Derechos Sociales, Ayuntamiento de Barcelona. **Revista de conocimiento e análisis social**. Barcelona Societat, No.21, sep de 2017.

OYEN, Else. The contradictory concepts of social exclusion and social inclusion. In: GORE, Charles; FIGUEREIDO, José B (comps). **Social exclusion and anti-poverty policy: A debate**. Research Series 110. Ginebra, Suíça: International Institute for Labour Studies, 1995.

PAÑELLAS, Daybel. El otro polo de la desigualdad en Cuba: nuevos ricos, gerentes y famosos. **Revista TEMAS** v. 84, pp. 25 – 53, nov-dez. 2015. Disponível em: http://www.temas.cult.cu/sites/default/files/articulos_academicos_en_pdf/006. Acesso em: nov 15 de 2018.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, pp. 67-86.

PAULILO, María Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Rev. Estud. Fem.** [online]. v. 12, n. 1, pp. 229-252, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100012>. Acesso em: nov 12 de 2017.

PAULILO, María Ignez. **Movimientos de mujeres agricultoras y los muchos sentidos de la “igualdad de género”**. Trabalho apresentado no LII Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Sevilha (Espanha), 2006. Disponível em: <http://naf.ufsc.br/files/2010/09/movimentodeMujeres.pdf>. Acesso em: dez 15 de 2016

PAULILO, María Ignez. O peso do trabalho leve. In: **Mulheres Rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: UFSC, 2016, 386, p. 105-115.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, p.28-36, february.1978.

PEREIRA, J. L. G; CRUZ, F. Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.202404>. Acesso em 8 de julho de 2020.

PÉREZ Andrés. Sobre la metodología cualitativa. **Revista Española de Salud Pública**, v. 76, n. 5, septiembre-octubre, 2002.

PÉREZ Orozco, Amaia. **Feminización de la pobreza**. Mujeres y recursos económicos. CGT. Comisión Confederal contra la Precariedad, 2003.

PÉREZ, Niurka; DÍAZ Elena. La familia cubana. In: **Familia y desarrollo en América Latina y el Caribe**. UNESCO. 6 Serie Estudios y Documentos de la Unidad Regional de Ciencias Humanas y Sociales para América Latina y el Caribe (URSHSALC), s/d, pp. 156 –

167. Disponível em: <file:///C:/Users/WINDOW~1/AppData/Local/Temp/157377spao.pdf>. Acesso em: mar 20 de 2020.

PÉREZ, Elsie Aljandrina; BETANCOURT, Ileana. Estratégias de reprodução social em famílias de la periferia urbana: uma historia de vida em la comunidade La Yabita. VI International Scientific Conference of the University of Holguin, april 24- 26/2013. ISBN: 978-959-16-2138-2.

PLASENCIA Pons, Aymé. Proceso de reinención de la vida cotidiana y la identidad de los jobabenses a partir del cierre del Central azucarero, Las Tunas, Cuba, 2015, 202 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidad autónoma metropolitana de México, 2015. Disponível em: <http://www.cieric.org/baseref/proceso-reinencion-vida-cotidiana-identidad-jobabenses-partir-cierre-central-azucarero>. Acesso em: abril 12 de 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1997). Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997>. Acesso em: fev 22 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (2000). Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2000.html>

PUPO VEGA, Ania; GONZÁLES, Tatiana; MATA, Esther. **Diagnóstico participativo. La experiencia en la comunidad de Maceo (Holguín, Cuba)** con el Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional del País Vasco (Hegoa) ISBN978-84-89916-62-3, Bilbao 2011.

PUPO VEGA, Ania; RODRIGUEZ, Yunet. **Representaciones de la pobreza en la comunidad La Yabita**. ISBN 978-959-16-2138-2. Universidad de Holguín. Holguín: Editorial Universitaria, 2012.

PUPO VEGA, Ania. Una mirada a la pobreza desde el género. Caso de estudio Monte Alto. **Publ. UEPG Ci. Soc. Apl:** Ponta Grossa, v. 21, n.2, pp. 151-160, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais>.

PUPO VEGA, Ania; ALMAGUER, Giselle. Pobreza en la periferia urbana de la ciudad de Holguín: un análisis desde el género. In: **Rompiendo silencios. Lecturas sobre mujeres, género y desarrollo humano**. ISBN 978-959-7217-29-9. La Habana: Editorial de la mujer, 2013.

PUPO VEGA, Ania. The impact of globalization on subjectivities in Cuba: A gender perspective. **International Review of Psychiatry**, October 2014

PUPO VEGA, Ania. **Pobres mujeres pobres**. Memorias de la VI Conferencia científica internacional de la Universidad de Holguín. Holguín: Editorial Universitaria, 2015. ISBN: 978-959-16-2138-2.

PUPO VEGA, Ania. Pobreza rural en el oriente cubano: lecturas desde la perspectiva del género y espacio. In: LEYVA, Arisbel; ECHAVARRIA, Dayma (org). **Políticas públicas y**

procesos rurales en Cuba. Aproximaciones desde las ciencias sociales. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales y Ruth Casa Editorial, 2017.

PUPO VEGA, Ania; MARTÍNEZ, Tatiana. **Violencia y pobreza: un acercamiento desde lo vivencial.** Memorias del X Congreso ALASRU, Montevideo, Uruguay, 2018. Disponível em: <http://www.alasru.org/congreso2018/ALASRU2018-Programa.GT.pdf>.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política.** 2ª ed. São Paulo: EXO Experimental org., 2009.

RANCIÈRE, Jacques. A estética como política. **DEVIRES -Cinema e Humanidades** v. 7, n. 2, p. 14-36, 2010. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/devires/index.php/Devires/article/view/325/186>. Acesso em: 10 de dez de 2020.

RAVALLION, Martin. Poverty comparisons: a guide to concepts and methods. Living Standards Measurement Survey (LSMS) **Working Paper 88.** The World Bank, Washington DC, 1992.

RAVALLION, Martin. Expected poverty under risk-induced welfare variability. **Economic Journal**, v. 98, p. 1171-1182, dec. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000191&pid=S0102-3098. Acesso em: 14 de dez de 2011.

RAVENET, Mariana; PEREZ, Niurka; TOLEDO, Marta. **La mujer Rural y Urbana.** La Habana. Ed. Ciencias Sociales, 1989.

REGO, W. L.; PINZANI, A. Autonomia, dinheiro e cidadania: o caso da Bolsa Família. SSN 0104-8015 | ISSN 1517-5901 (online) **POLÍTICA & TRABALHO** Revista de Ciências Sociais, 38, Abril de 2013, pp. 21-42.

ROBEYNS, Ingrid. **Sen's capability approach and feminist concerns**, 2004.

RODRÍGUEZ, Adrián. **Nuevos actores sociales: cambios en la estructura social de Cuba en los inicios del siglo XXI.** Ponencia. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-066/630.pdf>. Acesso em: nov 12 de 2012.

RODRÍGUEZ, Grisell; ALBIZU-CAMPOS, Juan Carlos. La población de Cuba hoy. **Novedades de población CEDEM**, v. XI, n. 22, julio-diciembre, 2015. Disponível em: <http://www.novpob.uh.cu/index.php/NovPob/article/view/219>. Acesso em: jan 20 de 2019.

RODRÍGUEZ, José Luis. El desarrollo económico y social de cuba: resultados de 30 años de Revolución. **Cuba Socialista**, n.39, 1989.

RODRÍGUEZ, José Luis. **A economia cubana: experiências e perspectivas (1989-2010).** Estudos avançados, v. 25, n.72, 2011.

RODRIGUEZ, José Luis; CARRIAZO, George. **Erradicación de la pobreza en Cuba.** La Habana: Pueblo y Educación, 1990. (Primera edición 1987).

RODRÍGUEZ, Sergio Ricardo. Cultura e pobreza a partir de Oscar Lewis: notas para uma Antropologia Urbana dos pobres no Brasil. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.7, n. 2, pp.11 - 34, jul./dez. 2017 ISSN: 2236-6725. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/31905/17570>. Acesso em: março 23 de 2020.

ROMANÒ, S; LEÓN, D. E. Movilidad social y cuentapropismo: reflexiones sobre un estudio empírico en Cuba. **Revista TEMAS**, v. 84, pp. 37-44, oct-dez. 2015. Disponível em: http://www.temas.cult.cu/sites/default/files/articulos_academicos_en_pdf/006_Romano.pdf. Acesso em: nov 15 de 2018.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Porto Alegre: ediPUCRC, 2014.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: REITER, Rayna R. (ed.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975. pp. 157-210.

RUGGERI, Caterina; SAITH, Ruhi; STEWART, Frances. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **QEH Working Paper Series**, n. 107, Queen Elizabeth House, University of Oxford, 2003. Disponível em: <http://www3.qeh.ox.ac.uk/pdf/qehwp/qehwps107.pdf>. Acesso em: jun 2 de 2012.

SABATÉ, Ana. Mujeres, Geografía y feminismo. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, n. 4, pp. 37 - 53. Madrid, Universidad Complutense, 1984.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth B. **No caminho de um novo paradigma**. Araraquara, SP: Centro de Referência da Mulher. Prefeitura Municipal de Araraquara, 2002, 14p. Disponível em: www.araraquara.sp.gov.br/secretariagoverno/pagina_indice.asp?iditem=196. Acesso 17 de junho de 2017.

SÁNCHEZ Albarrán, Armando. Sociología rural: el nuevo campesino entre la globalización y la tierra prometida. **Espacio Abierto**, v. 20, N. 4, pp. 561-577, octubre-diciembre, 2011, Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12220531001>. Acesso em: 10 de março de 2012.

SANTOS, Boaventura de Sosa. **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnicocientífico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São paulo: Hucitec, 4ª Ed., 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. ISBN 85-314-0713-3

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SCOTT, Joan W. **El género: una categoría útil para el análisis histórico**. In: Lamas Marta Compiladora. *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. PUEG, México, 1999. pp. 265 - 302p. Disponível em: https://www.fundacionhenrydunant.org/images/stories/biblioteca/derechos_economicos_sociales_culturales_genero/El%20Genero%20Una%20Categoria%20Util%20para%20el%20Analisis%20Historico.pdf. Acesso em: fev 2 de 2009.

SCOTT, Joan W. Experiencia. **Revista de estudios de género: La ventana**, Guadalajara, Mexico. vol. 2, no. 13, p. 42-73, 2001. Disponível em: <http://revistalaventana.cucsh.udg.mx/index.php/LV/article/view/551/574>. Acesso em: nov 12 de 2012.

SEN, Amartya K. Sobre Conceptos y medidas de pobreza. Los conceptos de la pobreza. **Comercio Exterior**. v. 42, n. 4, 1992.

SEN, Amartya K. **The economics of life and death**. Scientific american, may. 1993. Disponível em: <http://users.wfu.edu/heckeljc/ecn150/LifeandDeath.pdf>. Acesso em 2 dez de 2011.

SEN, Amartya K. Capacidad y bienestar. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (editores). **La calidad de vida**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1996.

SEN, Amartya K. **Desarrollo y libertad**. Editorial Planeta, Buenos Aires, 2000.

SEN, Amartya K. **La idea de la justicia**. Madrid: Taurus; 2010.

SEN, Amartya K.; NUSSBAUM, Martha (orgs.). **La Calidad de Vida**, Fondo de Cultura Económica. México D.F., 1998.

SEN, Gita. Poor Households or Poor Women: Is There a Difference? In: Sylvia Chant (coord.), **The International Handbook of Gender and Poverty**. Concepts, Research and Policy, Cheltenham, Edward Elgar, 2010, p. 101-104.

SILVA, Joseli María. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/WINDOW~1/AppData/Local/Temp/12612-Texto%20do%20Artigo-38903-1-10-20100224.pdf>. Acesso em: jan 10 de 2015.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às praticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura**. RJ, RJ, n. 27, pp. 39 -55, jan. jun. 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6437/4996>. Acesso em: 10 de jan. de 2012.

SILVA, Joseli Maria; NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio José. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. **Abordagens Geográficas**, v. 1, n. 1, pp. 23-41, out-nov. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/30639460>. Acesso em 10 de nov. de 2012.

SILVER, Hilary. Exclusión social y solidaridad: tres paradigmas. **Revista internacional del trabajo**, ISSN 0378-5548, v. 113, n. 5-6, págs. 607-662, 1994.

SILVER, Hilary. The Process of Social Exclusion: The Dynamics of an Evolving Concept (October 1, 2007). Available at SSRN. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1087789> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1087789>. Acesso em: 22 jan 2012.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Tradução; Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C; GALPIN, C. “Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano”. In. MARTINS, José de S. (org) *Introdução crítica à Sociologia Rural*. S. Paulo, 1999.

SPICKER, Paul. Definiciones de pobreza: doce grupos de significado. In: **Pobreza: un glosario internacional**. Buenos Aires: CLACSO, 2009, pp. 291 – 306. ISBN 978-987-1543-19-9. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20140228023858/06spicker.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2017.

STANKIEWICZ, Adriana. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**, 2017, 171 fl. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2017. Disponível em: www.repositorio.unicamp.br. Acesso em: jun 2 de 2020.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006. 345 p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, pp. 26-29, março. 2011.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, M. A; STROPASOLAS, V. L; BARCELLOS, S. B. (Orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.

STAVENHAGEN, R. Seis teses erradas sobre a América Latina. **Rev. Independência Política Externa**. Editor Civilização brasileira. Rio de Janeiro. Ano 1, 1965.

TEJUCA, Mayra. Universidad y feminización: la experiencia cubana. **Educ. Pesqui**, v. 46, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046216073>. Acesso em: nov 15 de 2020.

THEVOZ, Laurent. **Procesos para la gestión pública. Conceptos, dimensiones y herramientas**. Caracas, CENDES, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THORBECKE, Erik. Multi-dimensional Poverty: conceptual and Measurement Issues Cornell University. **Paper prepared for *The Many Dimensions of Poverty International Conference***, UNDP International Poverty Centre, Brasilia, August 29 - 31, 2005. Disponível em: <http://www.arts.cornell.edu/econ/et17/Erik%20Thorbecke%20files/Multi1.pdf>. Acesso em: abril 20 de 2015.

TORNS, Teresa. El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad. In: CARRASCO, M. Cristina. **Tiempos, trabajos y género**. Barcelona: UB, 2002.

TORRALBAS, Aida Teresa. **El psicólogo clínico y la violencia de género contra la mujer en la relación conyugal**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicología Clínica). Universidad de la Habana, La Habana, 2010.

TORRES, Julia. **Pobreza. Un enfoque para Cuba** (La Habana: INIE), 1993.

TORTOSA, José María. **Pobreza y perspectiva de género**. Barcelona: Icaria, 2001.

TORTOSA, José María. (orga.). **Mujeres pobres, indicadores de empobrecimiento en la España de hoy**. Madrid: Fundación Foessa, 2002.

TORTOSA, José María. Feminización de la pobreza y perspectiva de género. **Revista Internacional de Organizaciones**, n. 3, p. 71-89, 2009. Disponível em: www.revistario.org/index.php/revista_rio/article/download. Acesso em: dez 12 de 2011.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n2/03.pdf>. Acesso em: dez 10 de 2020.

VALDÉS PAZ, Juan. A Revolução agrária Cubana: conquistas e desafios. Dossiê CUBA. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 72, pp. 73 – 87, may-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n72/a07v25n72.pdf>. Acesso em: fev 20 de 2020.

VALDÉS PAZ, Juan. Prólogo. In. ZABALA, María del Carmen (org). **Algunas claves para pensar la pobreza en Cuba desde la mirada de jóvenes investigadores**. Centro Félix Varela, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. La Habana: Editorial Acuario, 2014.

VALLS, Francesc; BELZUNEGUI, Ángel. **La pobreza en España desde una perspectiva de género**. VII Informe sobre Exclusión y desarrollo social en España, 2014. Fundación FOESSA. Disponível em: www.foessa2014.es/informe/.../15102014141447_8007.pdf. Com acesso em: jun 30 de 2018.

VALLS, Francesc; BELZUNEGUI, Ángel. La ocultación de la cuestión de género en las estadísticas sobre pobreza. **Revista de conocimiento y análisis social**. n. 21, septiembre, 2017. Barcelona Societat Editora Albert Sales. 104 páginas. Disponível em: <http://ajuntament.barcelona.cat/dretssocials/sites/default/files/revistacastellano/revista-barcelona-societat-21-cast.pdf>. Acesso em: jun 30 de 2018.

VASALLO, Brigitte. **Pensamiento monógamo. Terror poliamoroso**. Madrid: La oveja roja Fragmento: Lo personal. All you need is love, tá tarará (pp. 21-114), 2019.

VERDERA, Francisco. Enfoques sobre pobreza. In: **La pobreza en el Perú: un análisis de sus causas y de las políticas para enfrentarla**. Editorial IEP CLACSO PUCP. Colección CLACSO Coediciones. Serie Análisis Económico, n. 24, 2007. Disponible em: <http://biblioteca.clacso.org.ar/clacso/coediciones/20130829033132/02enfoque.pdf>. Acceso em: 21 jan. 2012.

VERGARA, Wilson. Desarrollo del subdesarrollo o nueva ruralidad para Colombia. Cartografías del desarrollo rural. **Revista de la Universidad de La Salle**, 2011. Disponible en: <https://revistas.lasalle.edu.co/index.php/ls/article/view/51>. Acceso en 9 de julio de 2018

VOGHON, Rosa María. Tensiones en el Modelo de Protección Social Cubano: una arqueología para mirar al presente de las políticas sociales. **Revista de Estudios e Pesquisas sobre as Américas**, v. 10, n. 3, 2016a. Disponible em: <http://dx.doi.org/10.21057/repam.v10i3.21869>. Acceso em 20 nov. 2018.

VOGHON, R. MARÍA. **La reproducción familiar de la pobreza desde una perspectiva generacional**, 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidad de la Habana, La Habana, 2016b.

WALLERSTEIN, Immanuel. Después del desarrollismo y la globalización, ¿qué?. **Polis** [En línea], 13, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. *¿El final del camino para las fábricas deslocalizadas?* **OPINIÓN**, abril de 2013.

WANDERLEY, María de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 2, outubro. 2000. Disponible em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>. Acceso em: jun 12 de 2018.

WANDERLEY, María de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4 Disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acceso em: 30 nov de 2017.

WANDERLEY, María de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WARREN, Karen J. El poder y la promesa de un Feminismo ecológico. In: AGRA, María Xoxé (comp.): **Ecología y feminismo**. Traducción Carme Adán Villamartín, Granada: Comares, 1997, pp. 117-14

YIN, R.K. **Case Study Research: Design and methods**, 2e ed., Sage Publications, Thousand Oaks, 1994. Disponible em: <http://www.madeira-edu.pt/LinkClick.aspx?fileticket=Fgm4GJWVTRs%3D&tabid=3004>. Acceso em: 10 de nov de 2017.

YOUNG, Alford. New Life for an Old Concept: Frame Analysis and the reinvigoration of Studies in Culture and Poverty. **The annals of the American Academy of political and Social Science**, v. 629, p. 53-73, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40607608>. Acesso em: nov 22 de 2014.

ZABALA, María del Carmen. **Aproximación al estudio de la relación entre familia y pobreza**, 1999, 120 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – FLACSO, Universidad de La Habana, La Habana, 1999.

ZABALA, María del Carmen (org). **Pobreza, exclusión social y discriminación étnico – racial en América Latina y el Caribe**. Biblioteca Universitaria. CLACSO-CRO P, Argentina, 2008.

ZABALA, María del Carmen. **Jefatura femenina de hogar, pobreza urbana y exclusión social. Una perspectiva desde la subjetividad en el contexto cubano**. 1a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009, 240 p. 23x16 cm. - (CLACSO-CROP).

ZABALA, María del Carmen. **Familia y pobreza en Cuba. Estudio de casos**. La Habana: Publicaciones Acuario, 2010.

ZABALA, María del Carmen (org). **Algunas claves para pensar la pobreza en Cuba desde la mirada de jóvenes investigadores**. Centro Félix Varela, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. La Habana: Editorial Acuario, 2014.

ZELIZER, Viviana A. A economia do cuidado. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 376-391, set.-dez. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/8337>. Acesso em: dez 20 de 2020.

ZELIZER, Viviana A. Dinheiro, poder e sexo. **Cadernos pagu** v. 32, pp. 135 – 157, janeiro-junho, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/WINDOW~1/AppData/Local/Temp/Dinheiro_poder_e_sexo.pdf. Acesso em: dez 20 de 2020.

ZELIZER, Viviana A. A gendered division of labor, *Economic Sociology: European Electronic Newsletter*, ISSN 1871-3351, Max Planck Institute for the Study of Societies (MPIfG), Cologne, v. 1, n. 3, pp. 2-5, 2000. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/155299/1/vol01-no03-a1.pdf>. Acesso em: dez 20 de 2020.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS

Me conte um pouco sobre sua vida neste bairro. (Se as informações estavam saturadas, as questões colocadas norteavam as narrativas sobre as condições de vida (buscando a existência ou não da auto percepção da pobreza) e as formas como o gênero afetava a vida vivida naquele subespaço geográfico (rural isolado) no intuito de compreender a configuração da pobreza.

- Me fala um pouco das condições de vida de sua família. Como chegaram ao bairro? Como viviam?
- Me conta como foi a sua vida quando criança e até agora. O que lembra do bairro?
- Quando foram os piores momentos da vida aqui? Me fala um pouco sobre isso. Como essas questões afetavam você e a sua família?
- Quais atividades desenvolve cada dia? Precisa de ajuda? Você é ajudada para fazer essas atividades? Gosta de fazê-las? Por que?
- Qual a maior dificuldade no bairro?
- Me fala sobre o lugar. Quais são as coisas boas e as más do bairro?
- Qual a maior dificuldade no bairro?
- Tem vivido atos violentos no bairro? E entre casais?
- Qual a maior dificuldade no bairro?
- Você pensa que as coisas poderiam ser diferentes em outros lugares? Por que?

- O que gostaria mudar do bairro?

- As pessoas do bairro poderiam fazer alguma coisa para mudar isso?

- Para onde vão as pessoas quando saem do bairro? Você pensa que elas estão melhor agora? Por que?

- Tem pensado ir embora? Para onde? Se pensa ficar: por que?

- Como você pensa será o bairro em dez anos? Sua vida será diferente?

- Você gostaria de acrescentar alguma outra coisa?

ANEXO B – ROTEIRO ENTREVISTAS A INFORMANTES CHAVE

Objetivo: obter informações relevantes sobre as características do bairro, as condições de vida de sua população, gestão pública, outros.

Funções que desenvolve _____

Anos de experiência nessas funções _____

Nível de educação _____

Idade _____

Lugar de residência _____

1. Como estão as condições das pessoas nas áreas rurais de Maceo? Quais poderiam ser as causas? Quem são os responsáveis?
2. Qual é o bairro que vive nas piores condições? Como você chamaria essas condições? Porque?
3. Dados estatísticos demográficos da população do bairro. Qual é a tendência demográfica? Quais são as causas?
4. Tem sido uma prioridade das autoridades políticas responder a esta tendência? Porque?
5. Quais são as atividades que homens e mulheres realizam no bairro?
6. Fontes de emprego/fontes de renda/
7. Como você avalia a infraestrutura do serviço? Porque?
8. Você acha que poderia melhorar? Quão?
9. Quais você considera os principais problemas do bairro? Eles são recentes?
10. Qual solução você considera que pode ser dada para esses problemas? Quem participaria dessas soluções?
11. 10-Quais são as potencialidades do bairro? O que você sugere para aproveitá-las?
12. Você considera que todas as pessoas vivem da mesma forma? Em quem se concentram as maiores desvantagens? Porque? O que você acha disso?
13. Você sabe de atos violentos no bairro?
14. Você considera que o bairro possui características únicas?
15. Que outros espaços vivem em condições semelhantes?
16. Qual o nível de bem-estar das pessoas?
17. Como você imagina o bairro daqui a dez anos? Isso poderia mudar? O que você sugeriria?

18. Você deseja adicionar qualquer comentário, argumento, sugestão.

ANEXO C – ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

O QUE OBSERVAR?

A. O espaço físico:

Estrutura e organização do subespaço geográfico: características físicas; arranjo, estrutura e distribuição espacial das casas (materiais de construção, disponibilidade de espaços abertos e fechados); infraestrutura de serviço; outros.

B. O espaço social.

Ambiente social: usos dos espaços; que atividades realizam (individualmente ou em grupo); maneiras de se vestir, de se expressar, dos outros.

C. Relações pessoais formais e informais.

- Quem faz o que? (a respeito das atividades produtivas e reprodutivas; liderança; decisões; outros)
- Quais são as razões pelas quais as pessoas interagem? (como se organizam, quem toma as decisões, outros)